

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Silvio Carvalho Neto
Welton Roberto Silva
(Organizadores)

**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A PROMOÇÃO
DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL**
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal
de Franca e seus Projetos Sociais

EDITORA

Uni-FACEF

Centro Universitario Municipal de Franca

Georgina Bandos

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Silvio Carvalho Neto
Welton Roberto Silva
(Organizadores)

**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A
PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL: Uni-FACEF Centro
Universitário Municipal de Franca e seus
projetos sociais**



Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

Corpo Diretivo

REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Profª Drª Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO e COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

ASSESSOR JURÍDICO

Prof. Me. Paulo Sérgio Moreira Guedine

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL

Profª Ma. Alba V. Penteado Orsolini

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Profª. Drª Marinês Santana Justo Smith

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profª Ma. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING

Prof. Me. Clésio A. Dourado

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Profª Drª Bárbara Fadel

Chefes de Departamentos

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Me. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Profª. Ma. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e Propaganda

Prof. Me. Paulo A. Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Prof. Dr. João B. Comparini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof. Me. Antônio Carlos T. Bettarello

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Profª Drª Ana Lúcia Furquim de Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Prof. Drª Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Profª Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Profª Drª Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Prof. Dr. Daniel F. Pires

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE TURISMO

Profª. Ma. Tatiana I. Yamassaki da Silva

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sílvio Carvalho Neto
Welton Roberto Silva
(Organizadores)

**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca e seus
projetos sociais**

ISBN 978-85-87406-95-8

**FRANCA
2016**

© 2016 dos autores
Direitos de publicação
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca

Ilustração de capa: Giorgio Cavalcanti Bandos

Bandos, Melissa Franchini Cavalcanti; Carvalho Neto, Sílvio; Silva, Welton Roberto.
(Orgs.)
O51p Instituições de Ensino Superior e a Promoção de Desenvolvimento Humano e
Social: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca e seus projetos sociais. / Melissa
Franchini Cavalcanti Bandos; Silvio Carvalho Neto; Welton Roberto Silva (Orgs.) – Franca (SP):
Uni-FACEF, 2016.

199p.; il.

ISBN: 978-85-87406-95-8

1. Pesquisa científica. 2. Metodologia. 3. Multidisciplinaridade.
4. Educação. 5. Tecnologia. 7. Comunidade. . I.T.

CDD 001.42

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

Dedicamos essa obra a Profa. Dra. Bárbara Fadel, coordenadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, por seu incentivo constante durante a realização.

APRESENTAÇÃO

As instituições de ensino superior (IES), alicerçadas no tripé: ensino, pesquisa e extensão, devem ter a missão de oferecer ensino e aprendizado, em termos de formação superior, para o ser humano atuar no mercado de trabalho. Essa formação, no atual contexto, deve priorizar uma educação mais humanitária, permitindo que o indivíduo se desenvolva integralmente como um cidadão ético e capaz de resolver problemas sociais.

Assim, algumas IES, como o Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF, concebem em seu ambiente institucional ações que possam transformar o universitário, a partir de diversas oportunidades vivenciadas no escopo dos projetos sociais, articulando o ambiente acadêmico com a comunidade.

Este interessante tema, chamou a atenção do Grupo de Estudos do Desenvolvimento – GEDE e a partir de discussões e pesquisas fomentou a organização dessa obra com o título “Instituições de Ensino Superior e a promoção de desenvolvimento humano e social: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca e seus Projetos Sociais”. O livro foi construído a partir de pesquisas conduzidas nos diversos projetos sociais do Uni-FACEF que fazem parte da Extensão Universitária.

Dessa forma, o capítulo um, inicialmente, apresentou a abordagem do Uni-FACEF e o seu papel no desenvolvimento humano com os projetos sociais, apresentando a postura da IES articulada com a comunidade a partir da Extensão Universitária e mostrando os projetos sociais em andamento e encerrados.

O capítulo dois teve como objetivo de conhecer o impacto de alguns projetos sociais do na vida dos participantes. A amostra para essa pesquisa foi constituída por 57 participantes de seis projetos do Uni-FACEF: Projeto Aprendiz, Projeto Pró-Criança Informática, Projeto Pró-Criança Inglês, Projeto Escola Livre de Artes, Projeto Trote Solidário e Projeto Conecte-se.

O capítulo três focou a apresentação do Projeto Contação de Histórias e seu impacto no desenvolvimento humano e social. Foi apresentado o escopo do projeto, a partir de sua história pedagógica e sua repercussão nas instituições de Educação Infantil, em que foi desenvolvido, além do embasamento científico e acadêmico em sua concepção.

O capítulo 4 abordou a promoção do desenvolvimento humano e social dos Projetos Capacitação Profissional/Ensino de Língua Inglesa e Capacitação Profissional/Ensino de Informática, frutos da parceria do Uni-FACEF com o Instituto Pró-Criança, para a erradicação do trabalho infantil na indústria calçadista. A pesquisa foi conduzida, durante os anos de 2008 e 2009, a partir de entrevistas não estruturadas, junto à administração do Instituto Pró-Criança; junto à administração do Uni-FACEF; junto à coordenação do programa; com alunos e professores do curso oferecido no projeto.

O capítulo 5 também analisou os Projetos Capacitação Profissional/Ensino de Língua Inglesa e Capacitação Profissional/Ensino de Informática realizados em parceria entre o Uni-FACEF e o Instituto Pró-Criança. De maneira específica, verificou-se a visão dos jovens, monitor-universitário e aluno-adolescente, por meio de pesquisa exploratória, conduzida nos anos de 2012/2013, com o fomento PIBIC-CNPq.

O capítulo 6 destacou a relação triangular educação, sociedade e Estado sob o prisma do ingresso do jovem ao mercado de trabalho e a importância do trabalho na sociedade

contemporânea. E em especial, foi apresentada a relevância que o Projeto Aprendiz no contexto da organizações que participam do projeto, buscando constatar se a parceria entre a ESAC e a empresa está sendo promissora para os aprendizes e também para as empresas participantes do projeto, em especial com relação a contratação dos aprendizes como funcionários efetivos da respectiva empresa.

O capítulo 7 continuou abordando o Projeto Aprendiz encontrando seu foco inicial na Guarda Mirim de Franca, que desde o início de suas atividades, procurou dar à criança e ao adolescente, além de uma formação moral, também a possibilidade de se desenvolver em atividades profissionais. Após o estabelecimento das novas normas de trabalho infantil, o Projeto readequou suas atividades, buscando novas alternativas para a continuidade dos programas de formação dos jovens cidadãos de Franca. Neste contexto a Guarda Mirim de Franca dá lugar à ESAC – Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca. A iniciativa passou, então, a necessitar de apoio e parcerias para que a ideia pudesse amadurecer e ser efetivamente implementada.

O capítulo 8 apresentou o Trote Solidário como um dos mais antigos projetos sociais do Uni-FACEF. Dessa forma, com o objetivo de integrar os calouros na comunidade acadêmica do Uni-FACEF, os alunos são estimulados a praticar ações que demonstrem a solidariedade para com diversas instituições do município, tornando-se uma excelente oportunidade para docentes e discentes exercerem sua parcela de contribuição dentro do tema Responsabilidade Social, tanto discutido nos dias de hoje. Os resultados positivos alcançados são significativos.

O capítulo 9 focou avaliar o Projeto Social denominado "Conecte-se: A Melhor Idade Conectada com Novas Tecnologias, desenvolvido Uni-FACEF em parceria com a Associação dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo – AFPEP. Inicialmente, o projeto foi apresentado, traçando seus participantes, objetivos e finalidade. As informações foram coletadas por meio de questionário, utilizando-se a escala de Likert, em que é possível se adotar a referência quanto mais próxima ela esteja da realidade.

O capítulo 10 analisou a Semana Verde e a Semana de Responsabilidade Social como Projeto Social do Uni-FACEF. Caracterizou-se como uma pesquisa exploratória e estudo de caso único, utilizando o método qualitativo. Os resultados encontrados demonstram que o Uni-FACEF vem cumprindo seu papel de instituição formadora de cidadãos melhores por meio de projetos de extensão que visam a interdisciplinaridade e a formação do cidadão de forma transversal, tornando-se um espaço acadêmico e científico privilegiado de transformações socioambientais, vislumbrando uma visão holística de mundo.

Finalmente, o capítulo 11 apresentou um relato de um Projeto Social Esporte Solidário. Inicialmente, é apresentado o projeto social, expondo seus objetivos, estrutura, resultados e benefícios, na sequência são detalhados os principais aspectos relativos às suas características e seus reflexos no corpo discente da IES. A premissa que fundamenta o projeto Esporte Solidário é a de que o esporte é fundamental para a integração dos alunos, atingindo também o propósito de integração com a comunidade.

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Silvio Carvalho Neto
Welton Roberto Silva

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Abordagem do Uni-FACEF e seu papel no desenvolvimento humano com os projetos sociais	14
Capítulo 2 - O impacto na vida dos Participantes dos Projetos Sociais do Uni-FACEF.....	28
Capítulo 3 - Incentivo à Leitura: Projeto Contação de Histórias	50
Capítulo 4 - Responsabilidade Social de Instituições de Ensino Superior e Impactos Comunitários: estudo do projeto Pró-criança do Uni-FACEF: desenvolvido entre 2008 e 2009.....	68
Capítulo 5 - Parceria Uni-FACEF e Instituto Pró-Criança: Projeto Capacitação profissional/ Ensino de Língua Inglesa e Ensino de Informática.	82
Capítulo 6 - Profissionalização dos Jovens Participantes: Projeto Aprendiz	99
Capítulo 7 - Encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho: Projeto Aprendiz	116
Capítulo 8- Integração de discentes com a comunidade: Projeto Trote Solidário e desafios	132
Capítulo 9 - Acessibilidade Informação: Projeto Conecte-se como fator de desenvolvimento social.....	151
Capítulo 10 - Gestão Ambiental no Ensino Superior: O papel da Semana Verde do Uni-FACEF para a formação universitária	170
Capítulo 11- Projeto Social Esporte Solidário Uni-FACEF: Integração da comunidade acadêmica e da comunidade por meio do esporte.....	194
Índice de Autores	205

Capítulo 1 - Abordagem do Uni-FACEF e seu papel no desenvolvimento humano com os projetos sociais

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Amanda Lima Reis
Welton Roberto Silva

RESUMO

O papel de uma Instituição de Ensino Superior se mostra cada vez mais relevante na sociedade à medida que a mesma ultrapassa os limites da relação ensino/aprendizado com seus alunos, passando, assim, a ministrar conteúdo social em seu interior. Este é o caso do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, cujo trabalho em conjunto com os estudantes, em prol da sociedade local, vem sendo desenvolvido e aperfeiçoado ao longo dos anos. Tal processo surge em um contexto de integração e conciliação da teoria ministrada no interior da Instituição de Ensino Superior (IES) e a prática, no convívio do universitário com a comunidade que o cerca. De igual modo, a Extensão Universitária, uma das bases do tripé de sustentação da IES, requer que a mesma atue em favor das pessoas que convivem a sua volta, com promoção de bem-estar, alterando situações adversas que as mesmas possam estar vivenciando. Desta forma, o presente capítulo tem como objetivo apresentar a abordagem do Uni-FACEF no desenvolvimento humano, por meio de seus projetos sociais. Assim, cabe a este Centro Universitário criar soluções e novas ações, por meio de seus projetos sociais na promoção do progresso social e do bem comum. A proposta metodológica de redação do artigo está centrada em um ensaio teórico e um estudo de caso focando o Uni-FACEF e seus projetos sociais. Ao final do capítulo, apresenta a Responsabilidade Social da IES articulada por meio da Extensão Universitária, maximizando as três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda em um contexto sistêmico, ressaltando a importância dessas ações para a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Projetos Sociais; Extensão Universitária; Centro Universitário Municipal de Franca

INTRODUÇÃO

A Instituição de Ensino Superior (IES) deve estar voltada não apenas na formação superior de seres humanos capazes para atuação no mercado de trabalho, mas deve criar condições para que esse homem possa se desenvolver integralmente como um cidadão ético em um contexto social.

Dessa forma, as IES que contemplam projetos sociais em seu ambiente institucional, estão propiciando ao jovem universitário a oportunidade de vivenciar

experiências transformadoras que o desenvolverão como ser humano integral. Assim, além da formação acadêmica, o aluno terá contato com a prática social e a possibilidade de se integrar na sociedade antes mesmo de sua formação superior finalizar.

Os projetos sociais das IES fazem parte da Extensão Universitária que tem por finalidade articular o ambiente universitário com a comunidade externa, propiciando uma transformação da realidade que as instituições estão inseridas. Pode-se dizer, deste modo, que a Responsabilidade Social das IES é articulada por meio da Extensão Universitária, que juntamente com o Ensino e a Pesquisa, são pilares do ensino superior no Brasil.

Nesse contexto, está o Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, autarquia Municipal, fundada em 1951, que foca suas ações no desenvolvimento humano, científico e cultural de seus discentes. Os projetos sociais, foco desse livro, são iniciativas do Uni-FACEF oferecidas aos alunos com a oportunidade de se desenvolverem integralmente não apenas pelo “saber”, mas também pelo “ser” e “agir” na comunidade.

Assim sendo, esse capítulo tem o objetivo de apresentar a abordagem do Uni-FACEF no desenvolvimento humano, por meio de seus projetos sociais, pois cabe a este centro universitário criar soluções e novas ações, por meio de seus projetos sociais na promoção do progresso social e do bem comum. Dessa forma, por meio de um ensaio teórico e um estudo de caso focando o Uni-FACEF, abordar-se-á o tema proposto.

Propõe-se então nesse capítulo, após essa breve introdução, a apresentação do Uni-FACEF, na sequência, a exibição dos projetos sociais vigentes e finalizados na IES, a discussão sobre o papel da IES no desenvolvimento humano, após, a abordagem sistêmica da responsabilidade social da Instituição de Ensino Superior e as considerações finais do capítulo e as referências.

APRESENTANDO O CENTRO UNIVERSITÁRIO

O Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF, nasce em 1951, como Faculdade de Ciências Econômicas de Franca e em 1966 transforma-se em autarquia municipal, com base nas Leis nº 1.143/63 e 1.452/66, tornando-se uma instituição pública. Desde a sua fundação, até 1969, funcionou com apenas o curso de Ciências Econômicas, incorporando posteriormente os cursos de Administração e Ciências Contábeis. Até 1996, o Uni-FACEF funcionou com os três cursos, apenas no período noturno, nas instalações da atual Unidade 1, na cidade de Franca (SP) (UNI-FACEF, 2016).

A partir de 1997, inicia a expansão do Uni-FACEF com a ampliação de sua infraestrutura física (construção da Unidade 2) e abertura de novos cursos no período diurno e noturno. Ao longo dos anos, promove-se na IES uma constante atualização de suas atividades pedagógicas, legitimando seu trabalho acadêmico científico, investindo na formação de seus profissionais, proporcionando serviços de qualidade à cidade de Franca e região. Essa ação culmina no reconhecimento do Uni-FACEF como Centro Universitário, em 2004 (UNI-FACEF, 2016).

A evolução é contínua, e em 2016, já são oferecidos doze cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Letras, Matemática, Medicina, Psicologia, Sistemas de Informação e Turismo. São cursos presenciais, com ingresso por meio de vestibular, realizado anualmente.

O corpo docente do Uni-FACEF é composto por 87% de mestres e doutores concursados em suas áreas, para o atendimento anual de, aproximadamente, 2000 alunos. Visando a continuidade da formação, O Uni-FACEF oferece, cursos de pós-graduação lato sensu, com os cursos de MBA e Especializações e curso de pós-graduação stricto sensu, com o Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional, reconhecido pela CAPES (UNI-FACEF, 2016).

Verifica-se, portanto, o crescimento e o desenvolvimento do Uni-FACEF ao longo dos anos, focado na formação de cidadãos capacitados para a vida profissional e comunitária que, pelo “saber” e pelo “ser” e “agir”, atuarão no mercado de trabalho, colaborando para uma sociedade mais igualitária e ética. Esse foco está articulado com a sua missão que é “Construir e difundir o conhecimento, contribuindo para a formação do ser humano, a fim de que ele exerça o seu papel na sociedade com ética e cidadania”.

Nesse contexto, fomentam-se os projetos sociais, objeto dessa publicação, que a partir de um plano institucional oferecem a cidade de Franca (SP) ações com oriundas no ambiente acadêmico, articulando discentes, docentes e funcionários com o objetivo de trazer contribuições à sociedade.

OS PROJETOS SOCIAIS DO UNI-FACEF

Os projetos sociais em IES contribuem muito para a comunidade local, propiciam o desenvolvimento, tanto técnico quanto ético, dos seus alunos. A extensão universitária, nesse contexto, é responsável por unir as duas partes, seu corpo docente e discente a comunidade local, garantindo ações efetivas que melhorem a situação da comunidade, e possibilite o desenvolvimento desta (REIS; CAVALCANTI-BANDOS, 2012).

O Uni-FACEF, no contexto da Extensão Universitária, por meio de seus projetos sociais, tem como objetivo propiciar o desenvolvimento humano e social, dos discentes e docentes envolvidos e também da comunidade atendida. Atualmente, estão vigentes no Uni-FACEF doze projetos sociais¹:

- Projeto Contação de Histórias (ação institucional para a comunidade). Esse projeto começou em 2005 a partir de uma iniciativa do curso de Letras do Uni-FACEF, em parceria com a Legião da Boa Vontade – LBV – Unidade de Franca. Logo após, a parceria se estendeu para a Creche Bom Pastor, sendo um projeto vigente até 2011. Em 2016, as

¹ As informações dispostas a seguir estão disponíveis < <http://site.unifacef.com.br/extensao/projetos/>> Acesso em 10 out 2016 e também em relatórios e informações internas da Pró-Reitoria de Extensão Comunitária e Desenvolvimento.

atividades foram retomadas na Creche Nossa Sra. da Conceição. Com orientação de professoras do Uni-FACEF, os alunos do curso de Letras, voluntariamente, visitam instituições atendidas pelo projeto, uma vez por semana para contar histórias para as crianças com idade entre 3 e 11 anos. As atividades contemplam a leitura dramatizada de diferentes tipos de textos, de variados gêneros, que estimulem o gosto, o interesse e o encanto pela atividade de leitura, além de desenvolverem a expressão oral, escrita, plástica e motora das crianças. Trata-se de um projeto premiado nos anos de 2009 e 2011 pelo Instituto da Cidadania Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto será amplamente apresentado no capítulo 3;

- Projeto Capacitação Profissional/ Ensino de Língua Inglesa (parceria Uni-FACEF – Instituto Pró-Criança). O projeto tem o escopo de promover gratuitamente aulas de Língua Inglesa aos adolescentes selecionados pelo Instituto Pró-Criança. As aulas são ministradas semanalmente, com uma hora de duração. A cada ano, são oferecidas 90 vagas, divididas em duas turmas, sendo uma iniciante e a outra concluinte, pois o curso tem dois anos de duração. Quando da conclusão, o aluno tem uma noção pré-intermediária da língua. Trata-se de um projeto premiado nos anos de 2009 e 2011 pelo Instituto da Cidadania Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse projeto será abordado nos capítulos 4 e 5 desse livro;

- Projeto Capacitação Profissional/ Ensino de Informática (parceria Uni-FACEF – Instituto Pró-Criança). O projeto teve início em 2000 com o objetivo promover gratuitamente aulas de informática aos adolescentes selecionados pelo Instituto Pró-Criança. As aulas são ministradas semanalmente, no laboratório de informática do Uni-FACEF, por um monitor graduando no curso de Sistemas de Informação. Esse projeto, também será abordado nos capítulos 4 e 5;

- Projeto Aprendiz (parceria Uni-FACEF e ESAC). Para a concretização desse projeto houve o envolvimento do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, do Rotary Clube e do SENAI. O projeto tem como escopo atender jovens de 14 a 17 anos de famílias de baixa renda, com o curso Auxiliar Administrativo, até 2016 eram oferecidas 320. Trata-se de um projeto premiado no ano de 2008 pelo Instituto da Cidadania Brasil e Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP) e nos anos de 2009 e 2011 (Menção Honrosa) pelo Instituto da Cidadania Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Os capítulos 6 e 7 desse livro, irão explorar as experiências trazidas por esse projeto;

- Projeto Trote Solidário (ação institucional para comunidade). Trata-se de um dos mais antigos projetos do Uni-FACEF, iniciado em 1994. O projeto tem como objetivo integrar os alunos ingressantes na IES, por meio de ações que demonstram a solidariedade para com a sociedade. Assim, por meio de uma gincana de acolhimento, os alunos ingressantes (calouros), juntamente com os alunos veteranos e professores são estimulados a arrecadar cestas básicas, latas de suplemento alimentar para pacientes com câncer, são

estimulados a doar de sangue e também realizar outras ações como revitalização de espaços públicos, limpeza de áreas públicas da cidade, entre outras ações para com entidades filantrópicas da cidade. Esse projeto foi premiado nos anos de 2009 e 2011 pelo Instituto da Cidadania Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia, participou Prêmio Trote da Cidadania 2009 e 2010 da Fundação Educar D'Paschoal e nos anos de 2011, 2013 e 2014 foi Premiado no Trote da Cidadania da Fundação Educar D'Paschoal. Esse projeto será abordado no capítulo 8 desse livro;

- Projeto Conecte-se - a melhor idade conectada com as novas tecnologias (parceria Uni-FACEF e AFPESP). Esse projeto foi iniciado em abril de 2011, tem o objetivo de propiciar aos associados e/ou respectivos dependentes, com idade superior a 45 anos, da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP, da unidade regional de Franca (SP), Curso de Informática. Nos escopo desse projeto está a interação de adultos com as novas tecnologias em seus diferentes aspectos. Esse público, gratuitamente, é inserido em conteúdo como: manejo básico de computadores, acesso internet e correios eletrônicos, sistemas de busca, uso de álbuns digitais, noções de segurança, sites de relacionamento, entre outros conteúdos tecnológicos básicos. Atualmente, são duas turmas com 30 vagas cada. A partir de 2012 foram abertas as vagas para a comunidade de Franca (SP), não ficando restrito aos associados da AFPESP. O projeto será abordado no capítulo 9;

- Projeto Comunícate - a melhor idade comunicando-se em espanhol (parceria Uni-FACEF e AFPESP). Esse projeto foi iniciado em fevereiro de 2012, nos mesmos moldes do Conecte-se. O escopo do projeto, contudo, está voltado a promover gratuitamente aulas de Espanhol para adultos, no laboratório de línguas do Uni-FACEF. São oferecidas aulas em duas turmas, com 20 vagas cada, uma turma chamada de “primeros pasos” de nível básico e outra turma chamada “caminando en espanol” de nível intermediário. Assim, como no projeto Conecte-se, o projeto não está restrito aos associados da AFPESP, pessoas da comunidade podem participar.

- Projeto Semana Verde e Semana da Responsabilidade Social (ação institucional para comunidade). Esse projeto teve seu início em 2011 com o objetivo de ampliar o diálogo entre os discentes, docentes e a comunidade, acerca dos problemas ambientais, com o objetivo de alertar a todos sobre a necessidade de preservar o ambiente. A partir de 2016, inclui-se no escopo da Semana Verde, a Semana da Responsabilidade Social, inserindo os alunos graduando em Medicina e Psicologia visando a conscientização da população acerca de doenças e a importância de um trabalho preventivo sobre questões ligadas à saúde. O capítulo 10 desse livro irá apresentar a Semana Verde e todas as ações ao longo desses anos;

- Projeto Esporte Solidário (ação institucional para comunidade). O objetivo desse projeto, iniciado em 2015, está centrado na organização de jogos esportivos internos, que envolve toda a comunidade acadêmica e administrativa do Uni-FACEF. Estes jogos são disputados em modalidades coletivas e individuais, tanto na categoria feminino quanto

masculino. A inscrição para participação dos jogos é feita mediante doação de alimentos destinados posteriormente para instituições da cidade de Franca (SP). O projeto todo é apresentado no capítulo 11 desse livro;

- Projeto Escola Livre de Artes (parceria Uni-FACEF – Prefeitura Municipal, apoio Ministério Cultura). Esse projeto tem como objetivo geral de propor, em Franca (SP), oficinas gratuitas de resgate à cultura artística, permitindo a socialização da sensibilidade artística, principalmente para pessoas que não tiveram acesso a essa formação. Como objetivos específicos, o projeto visa: desenvolver o conhecimento dos processos artísticos, ensinando técnicas e promovendo a criação e a estética; resgatar a sensibilidade e a criatividade, buscando a identificação de novos talentos; além de socializar as manifestações artísticas, tornando-as acessíveis às diferentes camadas sociais e faixas etárias. Esse projeto teve início em outubro de 2010, quando o Espaço Cultural José Riciulli –foi inaugurado na Unidade¹. Nesse período, contou com o apoio da Lei Rouanet (Ministério da Cultura). Em 2014, o projeto foi transferido para o Museu Cariolato, ampliando seu escopo a partir de 2015, em que foi desenvolvida uma revitalização do Ateliê do Pintor Bonaventura Cariolato, sendo possível a visitação do público às suas obras. Crianças de escolas públicas da cidade de Franca são convidadas a aprender sobre as obras e no Espaço fazem suas próprias “releituras” (desenhando no próprio Ateliê).

- Projeto Escola Livre de Artes para alunos do Pró-Criança (parceria Uni-FACEF e Instituto Pró-Criança). No contexto do Projeto Escola Livre de Artes surgiu em 2011, uma parceria com o Instituto Pró-Criança, propondo, 50 vagas, gratuitamente, para a crianças e jovens (crianças de 7 a 9 anos e jovens de 12 a 15 anos) do Instituto Pró-Criança, oficinas gratuitas de Fotografia Básica e Gráfica Rápida para o resgate da cultura artística, enquanto força socializadora da sensibilidade artística e força motivadora da (re)construção de valores, como: respeito, justiça, solidariedade, liberdade, honra, altruísmo, em um ambiente adequado à arte.

- Projeto Capelinha de Inclusão Digital (parceria Uni-FACEF com Capelinha). Esse projeto tem o objetivo de propiciar a comunidade da Capelinha, adolescentes e adultos, curso de Informática ministrado por alunos do Curso de Sistema de Informação do Uni-FACEF. Esse público é atendido nas dependências da Capelinha, em seu próprio laboratório e gratuitamente, são inseridos conteúdos como: manejo básico de computadores, acesso internet e correios eletrônicos, sistemas de busca, uso de álbuns digitais, noções de segurança, sites de relacionamento, entre outros conteúdos tecnológicos básicos. No ano de 2016 foram oferecidas 45 vagas, três turmas de 15 pessoas cada, sendo duas turmas de pessoas da terceira idade e um turma de adolescentes).

Ao fazer uma retrospectiva, dos últimos dez anos de Uni-FACEF, outros projetos sociais já foram muito atuantes e serão mencionados a seguir²:

² Informações obtidas a partir de relatórios internos da Pró-Reitoria de Extensão Comunitária e Desenvolvimento

- Projeto Adolescência Planejada (parceria Uni-FACEF e Prefeitura Municipal de Franca). É um projeto social interdisciplinar, iniciado em 2012, com o objetivo de propor enfrentamentos efetivos de ordem psicossocial e de educação, como medida de proteção integral. A proposta estava centrada em atender jovens com idades entre 12 e 15 anos, que necessitavam de atividades no período contrário ao da escola, oportunizando-lhes a aprendizagem, o convívio e a comunicação satisfatória, além do conhecimento de si e do outro para a socialização e construção da cidadania. Esses jovens eram encaminhados ao Uni-FACEF por meio do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), sediado no Centro da Cidade de Franca (SP). Para tanto, a proposta abrangia aulas de espanhol, de informática, de artes (Escola Livre de Artes), de educação financeira e a participação em dinâmicas de psicologia (psicodrama) e jogos de matemática, que favoreciam o convívio mútuo e o autoconhecimento. As aulas eram ministradas no Espaço Cultura José Ricciulli, quando ainda estava sediado na Unidade 1 do Uni-FACEF. Deve-se destacar que esse projeto interdisciplinar esteve vigente até o final de 2014, permitindo que os discentes dos cursos de graduação tivessem contato com a realidade de fato, enfatizando a relevância do trabalho voluntário.

- Projeto Santander de Bolsas de Educação (parceria Uni-FACEF e Santander). O escopo desse projeto foi desenhado para conceder aos alunos da graduação dos cursos de Administração, Economia, Contabilidade e Sistemas de Informação a oportunidade de idealizar um projeto social e aplicá-lo em uma comunidade carente, tendo em vista a oportunidade dada à IES pelo Banco Santander de direcionar Bolsas de Estudo aos discentes. O Uni-FACEF elaborou editais ao entre os anos de 2011 e 2015, selecionando projetos sociais em contrapartida dessa bolsa de estudo. Foram desenvolvidos, aproximadamente, 15 projetos sociais, fomentados pelos alunos com diversas abordagens: orientação financeira para comunidades carentes, orientação ambiental e diversas propostas de inclusão digital.

- Projeto Matemática ... um novo olhar (ação institucional para comunidade). Esse projeto foi uma iniciativa do curso de graduação em Matemática, no ano de 2007, vigente até 2009, em que os discentes desenvolveram aulas de reforço escolar em escolas públicas da cidade de Franca (SP), com o objetivo de trabalhar os conteúdos da disciplina Matemática de forma diferenciada, com metodologias alternativas, valendo-se de jogos, materiais pedagógicos, visando ao dia-a-dia e as expectativas dos alunos, assim direcionando-os para a conscientização de como é importante a Matemática no cotidiano. Esse projeto foi premiado em 2009 - Prêmio Cidadania Sem Fronteiras 2009 / Edição Nacional, concedido pelo Instituto da Cidadania Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

- Projeto Publicidade Consciente (parceria Uni-FACEF e Prefeitura Municipal de Franca). Esse projeto vigente no ano de 2008 como uma iniciativa da Agência Experimental de Comunicação Agente Júnior do Uni-FACEF que, juntamente com a Secretária da Saúde de Franca, foi responsável pelas campanhas de prevenção de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e AIDS. Trata-se de um projeto premiado com o

Prêmio de Excelência de Projeto – 2008 – concedido pelo Instituto da Cidadania Brasil e Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP).

- Projeto Inclusão Digital na Melhor Idade (ação institucional para comunidade). Esse projeto, iniciado em 2008, foi uma iniciativa do curso de Comunicação que visou acrescentar técnicas e entrosamento da população acima dos 40 anos com a computação básica, envolvendo noções de navegação na internet, manejo das ferramentas básicas de utilização do computador e softwares básicos. As aulas foram ministradas de forma voluntária, pelos estudantes do Uni-FACEF na Agência Experimental de Comunicação Agente Junior. É também um projeto premiado. Prêmio de 1o lugar – 2008 – ao Projeto Inclusão Digital na Melhor Idade, concedido pelo Instituto da Cidadania Brasil e Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP).

O Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF ao contemplar em seu ambiente institucional esses projetos sociais mencionados, busca proporcionar ao jovem universitário a oportunidade de experiências transformadoras potencializando o seu desenvolvimento humano, conforme é explicado no tópico a seguir.

PAPEL DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil traz a seguinte definição: o Desenvolvimento Humano é como “o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter” (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Frente a essa definição verifica-se que as Instituições de Ensino Superior podem exercer um grande papel, potencializando esse desenvolvimento. Explica-se essa influência a partir da ampliação das liberdades propiciadas, tanto para o corpo discente e docente inserido no ambiente acadêmico, quanto para a sociedade que está ao seu redor. Dessa forma, as IES deverão proporcionar um ambiente para que o jovem e seus professores, juntamente com a comunidade, consigam articular-se e potencializem suas influências, ampliando o desenvolvimento humano.

Deve-se esclarecer que:

o desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Nesse contexto, o desenvolvimento humano é apresentado a partir do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) com três dimensões, conforme está ilustrado na figura 1, a seguir.

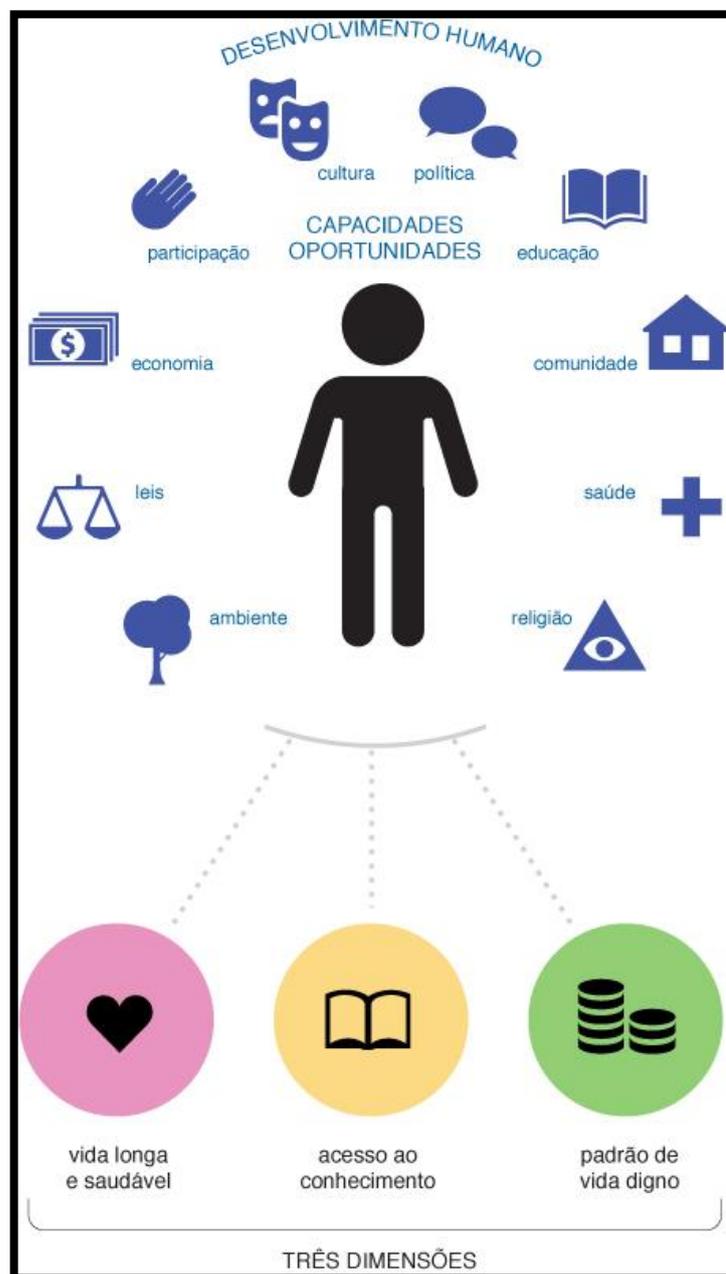


Figura 1 – Desenvolvimento Humano

Fonte: ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013. Disponível em

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/ Acesso em 10 out. 2016.

As três concepções, que serão aqui chamados de pilares são: longevidade, educação e renda. A longevidade diz respeito a diminuição da mortalidade, a partir de um ambiente saudável, para que o ser humano tenha saúde física e mental. A educação diz respeito ao acesso a conhecimento, ampliando suas habilidades, trazendo dignidade e melhores perspectivas de vida. E a renda, está relacionada aos meios que a pessoa terá para alcançar seus fins (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Verifica-se que a partir dessas três dimensões, ou três pilares, que a IES poderá potencializá-los.

No tocante a longevidade, no que diz respeito a saúde física e mental, a IES propicia um ambiente em que informações podem ser esclarecidas, em que o discente tem acesso ampliado a informações que possam fazer diferença em sua vida, além da possibilidade de se equilibrar mentalmente, desde que inserido em um curso de graduação que goste e que lhe propiciará ampliação de seu bem-estar. A comunidade por meio de projetos sociais, de estágios e de atuação prática dos cursos ligados à área da saúde, também se beneficiará ao receber informações, cuidados e orientações do ambiente acadêmico sobre sua saúde física e mental.

Com relação a dimensão educação, sem dúvida o acesso ao conhecimento oriundo do ambiente acadêmico de uma IES ampliará as habilidades humanas dos indivíduos (discentes), propiciando uma profissão, potencializando as capacidades e oportunidades. A comunidade articulada ao ambiente acadêmico ganha muito no acesso a informações. Assim, os projetos sociais trazem às comunidades carentes a oportunidade de aprendizado no ambiente universitário, as palestras abertas ao público, dividem informações com a comunidade, além de ações acadêmicas, como pesquisas, suprem a comunidade de informações, entre outras ações.

Ao abordar dimensão renda, fica claro que por meio da aquisição do diploma de um curso superior, o estudante poderá aumentar sua renda, pois estará apto a exercer funções mais bem remuneradas que sem a formatura. A comunidade também é beneficiada, pois esse estudante potencializa a circulação de renda ao redor da IES. Estimula o comércio, restaurantes, o mercado imobiliário, entre outros segmentos.

Enfim, a partir da análise das três dimensões propostas pelo IDH, verifica-se grande influência da IES no desenvolvimento humano.

Inserindo essa análise em um prisma sistêmico, constata-se que a Responsabilidade Social da IES é articulada por meio da Extensão Universitária maximizando o desenvolvimento humano do indivíduo que se relaciona com o ambiente acadêmico, quer ele seja discente, docente ou membro da comunidade.

Essa aproximação da IES com o ambiente, cria novas experiências, desenvolvimento local e aprendizado mútuo tanto dos docentes e discentes quanto da sociedade (REIS; CAVALCANTI-BANDOS, 2012). Visando contextualizar a IES e a sua responsabilidade social, no próximo tópico serão tecidas considerações a esse respeito.

A ABORDAGEM SISTÊMICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Atualmente, muito tem se falado sobre Responsabilidade Social das empresas, principalmente pelo fato dela ser compreendida como um meio para melhorar os problemas sociais tão frequentes na comunidade. Atribuem às organizações esse grande

papel e nesse contexto, elas são cobradas por parte da população por valores humanitários, da ética e responsabilidade com o próximo. Maximiano (2008) aborda o tema dizendo que:

Não há discussão sobre o fato de que as organizações, assim como os indivíduos, têm responsabilidades sociais, na medida em que seu comportamento afeta outras pessoas e, querendo elas ou não, há pessoas e grupos dispostos a cobrar essas responsabilidades por meio do ativismo político, da imprensa, da legislação e da atuação nos parlamentos (MAXIMIANO, 2008, p. 425).

Verifica-se, portanto que os clientes estão mais exigentes e, buscam por ações que evidenciem sua responsabilidade com as pessoas e não somente com o lucro. Desta forma, para continuarem competitivas, as organizações adotam práticas e programas de responsabilidade social.

Deve-se esclarecer que a RS não está atrelada apenas ao cumprimento das leis vigentes, mas sim, uma mudança de atitude das empresas com relação a seu papel na sociedade. Passos (2004) ao abordar o tema destaca que “a responsabilidade social pressupõe uma nova filosofia, uma nova orientação para as organizações produtivas”.

A RS, no tocante as IES, por serem propulsoras de conhecimento e formação de profissionais, as contribuições atingem um patamar mais elevado, formando-se o conceito da Responsabilidade Social Universitária. Assim, o docente levará aos discentes não apenas conhecimentos teóricos, mas contribuições com práticas sociais, não somente no sentido de propiciar o bem para a comunidade, mas oferecer ao mercado de trabalho um profissional com formação diferenciada, podendo atuar melhor ao solucionar problemas sociais, a partir de uma visão mais realista e humanitária do mundo que o cerca.

Dessa forma, para melhor articular as instituições de ensino com os problemas sociais é preciso conscientização dos professores acerca da relevância da RSU para os alunos e comunidade. A atuação social dos discentes deve ser estimulada desde o ingresso do aluno no ambiente acadêmico, apresentando-lhe uma nova forma de ver mundo, por meio de questões reais relacionando teoria com prática com foco no desenvolvimento de habilidade e competências essenciais para o desempenho de sua formação e vida em comunidade.

Desta forma, cumpre-se a função das IES que abrange além do ensino e da pesquisa, a extensão. Esta última é a aproximação da universidade com a sua comunidade:

Tradicionalmente, a construção das pontes entre a universidade e a sociedade, a concretização do compromisso social da universidade e a reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa têm sido uma atribuição da chamada extensão universitária (CALDERÓN, 2006, p. 14).

Os projetos sociais desenvolvidos pelas IES são exemplos da construção de pontes entre a universidade e a sociedade citada acima por Calderón. No caso destes projetos, existe a identificação de um problema específico e a construção de um programa que será desenvolvido com a parceria da universidade, professores, alunos e a comunidade (REIS; CAVALCANTI-BANDOS, 2012).

Sendo assim, as IES devem estar conectadas com as necessidades da comunidade local em que estão inseridas com o objetivo de formar alunos éticos e responsáveis com os problemas da sociedade. Com esse propósito e visando refletir a RS das IES sob um prisma sistêmico tendo em vista o desenvolvimento da comunidade local, apresenta-se a figura 2 a seguir (REIS; CAVALCANTI-BANDOS, 2012).

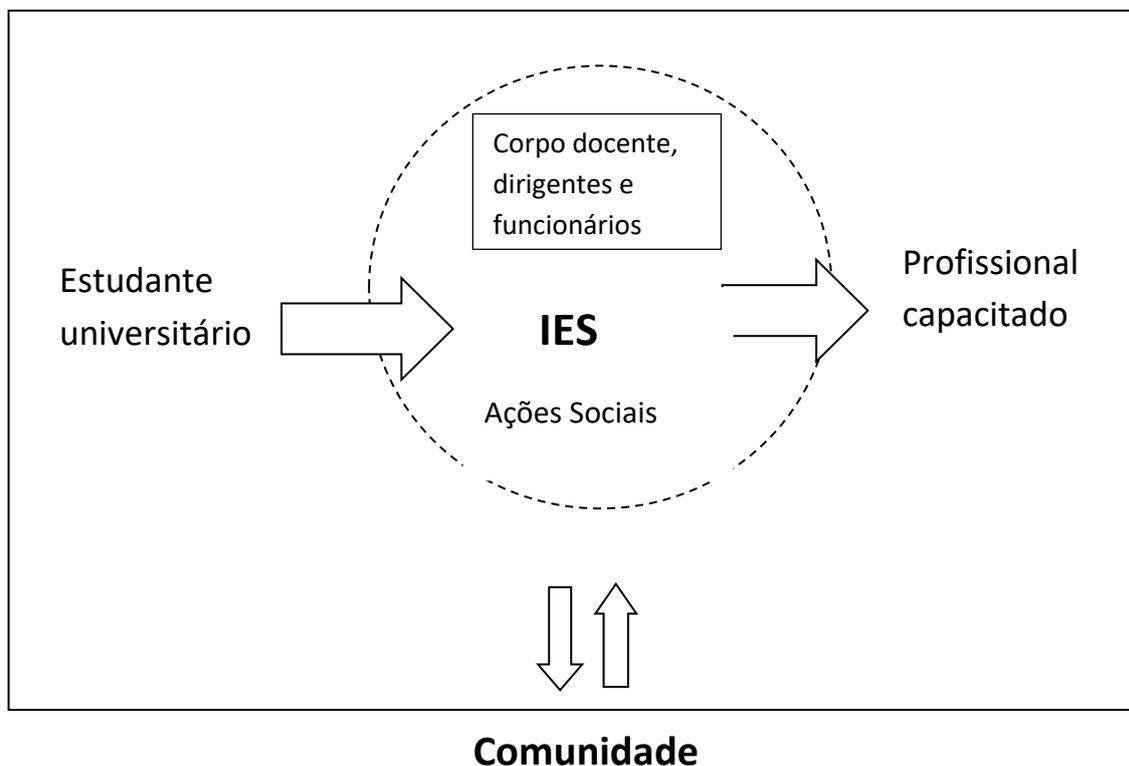


Figura 2 - Abordagem Sistêmica da Responsabilidade Social das IES
Fonte: Reis; Cavalcanti-Bandos (2012, p.429)

Compreensão da Figura 2, nos parágrafos que seguem, foi realizada por Reis; Cavalcanti-Bandos (2012), sendo pertinente sua referência:

O ambiente é composto pela comunidade local na qual o discente está inserido e faz parte. Ambiente este, com perturbações como: problemas sociais e cobrança das organizações por profissionais qualificados, entre outros. Destaca-se, nesse momento, que essa comunidade é de extrema importância, pois é ela a fonte de pesquisas e informações para as IES que torna o processo de feedback melhor. No interior do sistema, estão os estudantes (as entradas) que procuram formação profissional nas IES para melhor se posicionarem no mercado de trabalho. Após, ocorre à interação/relacionamento desses alunos e de toda a faculdade. Aqui entra o papel das IES, sustentada por três pilares (ensino, pesquisa e extensão), de formar seus alunos e desenvolver competências de suas respectivas áreas e possibilitar o contato com desafios reais da comunidade e, indiretamente, tornar possível o desenvolvimento da cidade.

Por meio dos três pilares, as IES formulam e planejam suas ações e métodos inserindo a RS como disciplina. No âmbito da Extensão, os projetos sociais são exemplos da interação da comunidade e universidade, uma vez que eles possibilitam a troca de saberes e experiências entre as partes envolvidas. Sendo assim é coerente o que afirma a Gestalt, que o todo é diferente da soma das partes, ou seja, a interação e o aprendizado proporcionados pelos projetos sociais e seus atores é maior do que a soma de cada uma delas isoladas.

Deste processo, o resultado que se espera atingir é a formação do estudante, capacitado para atuar no meio em que vive tanto no que se refere à formação técnica quanto à formação ética, social e humanitária.

O processo de feedback desenvolve-se com a troca de saberes e experiências dos alunos e comunidade local, sendo todos beneficiados de alguma forma. Os alunos se beneficiam, pois conciliam teoria e prática, além da consciência das questões relevantes para a região. E esta última absorve esses profissionais que irão auxiliar em seus problemas sociais e proporcionar desenvolvimento para a cidade.

Portanto, a interação dos alunos nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da comunidade local possibilitada pela IES, desenvolve a RSU destes e, indiretamente, a melhora das condições diversas dessas pessoas menos favorecidas.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de apresentar a abordagem do Uni-FACEF no desenvolvimento humano, por meio de seus projetos sociais, propôs-se esse capítulo como o primeiro a ser abordado por essa obra Instituições de Ensino Superior e a Promoção do Desenvolvimento Humano e Social: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca e seus Projetos Sociais.

Assim, inicialmente apresentou-se o Centro Universitário Municipal de Franca, como uma IES de 65 anos com forte preocupação no desenvolvimento humano e social. Visando ilustrar o caso, apresentou-se os Projetos Sociais vigentes na instituição, sendo que muitos destes casos serão objetos de outros capítulos dessa obra, expondo a grande preocupação da IES em articular a comunidade com o ambiente universitário.

Visando justificar esse propósito foi apresentado o papel das IES como responsáveis pelo desenvolvimento humano, usando o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e o IDH como referência. Foi, também, demonstrado que a IES maximiza as três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

Finalmente, contextualizou-se a RSU em um conjunto sistêmico visando apresentar o todo como mais amplo que a simples soma das partes. Dessa forma, as IES encontram-se relacionadas às questões sociais e, devem contribuir para a melhoria do bem-estar social. A proximidade dos alunos com os problemas da sua comunidade passa a ser uma maneira de desenvolver um senso crítico e apurado sobre a realidade em que se

encontram. Esta articulação do discente com a comunidade estimulará a criação de soluções coerentes para os novos problemas enfrentados na atualidade.

Desta forma, compreende-se que as IES também precisaram se inserir nesse contexto, adequando suas atividades e normas, de forma a regulamentar as práticas de ensino e pesquisa, além integrar tais atividades aos diversos problemas e reivindicações das pessoas, ou seja, atuando na formulação de conhecimento científico e inovações para os mesmos.

Assim, entende-se que o presente capítulo foi ao encontro do seu objetivo primário, à medida que demonstrou a importância da Instituição de Ensino Superior em propor e atuar no desenvolvimento de práticas no contexto social que a envolve. Também, cabe salientar que o fato de esta mesma sociedade atuar como fonte primária de dados para as pesquisas desenvolvidas no interior da IES a coloca como participante direta das atividades acadêmicas, devendo assim, a mesma comunidade ser beneficiária dos resultados ali obtidos.

Por fim, considera-se de grande valia os estudos que seguiram a seguir, uma vez que os mesmos demonstraram a prática do que aqui foi exposto.

REFERÊNCIAS

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/ Acesso em 10 out. 2016.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Brasília, v.24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006. Edição Especial.

MAXIMIANO, A.C.A. Teoria Geral da Administração – Da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Atlas, 2008.

REIS., A.L.; CAVALCANTI-BANDOS, M.F. A Responsabilidade Social de Instituições de Ensino Superior: uma reflexão sistêmica tendo em vista o desenvolvimento. In: Revista Gestão & Conhecimento. 8^o. Congresso Brasileiro de Sistemas. Poços de Caldas, 2012. Disponível em https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/25.pdf

UNI-FACEF. Nossa história. Disponível em <http://site.unifacef.com.br/institucional/historico/>. Acesso em 10 out . 2016

UNI-FACEF. Extensão. Projetos Sociais. Disponível em <http://site.unifacef.com.br/extensao/projetos/>. Acesso em 10 out . 2016

Capítulo 2 - O impacto na vida dos Participantes dos Projetos Sociais do Uni-FACEF

Alba Valéria Penteadó Orsolini
Melissa dos Santos Bachur Pedro
Patrícia do Socorro Franco Magalhães do Espírito Santo
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

RESUMO

As instituições de ensino superior são consideradas espaços privilegiados, distintas de qualquer outra instituição, um espaço político, social e cultural, uma instituição acadêmica que favorece o processo de ensino e aprendizagem, e tem a missão de fornecer condições necessárias para o desenvolvimento pleno do ser humano, o transformar das pessoas e das sociedades. Um ambiente que obedece ao tripé: ensino, pesquisa e extensão, mas é por meio da extensão que as Instituições de Ensino assumem seu papel mais atuante, seu momento de maiores possibilidades de troca com a sociedade. O presente capítulo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, utilizando dois métodos de abordagem, o qualitativo e quantitativo, com o objetivo de conhecer o impacto dos projetos sociais na vida dos participantes. Neste caso, o fenômeno a ser explorado se refere aos projetos sociais realizados pelo Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF, como os atos produzidos pela instituição influencia e modifica seu entorno. A amostra para essa pesquisa foi constituída por 57 participantes de seis projetos do Uni-FACEF: Projeto Aprendiz, Projeto Pró-Criança Informática, Projeto Pró-Criança Inglês, Projeto Escola Livre de Artes, Projeto Trote Solidário e Projeto Conecte-se. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista individual e estruturada, por meio de um questionário composto por 6 questões. Os resultados encontrados demonstram que a instituição cumpre o seu papel de fornecer novas oportunidades à comunidade fazendo com que o indivíduo se torne agente transformador de sua própria realidade, pois os projetos sociais modificam a vida dos participantes.

PALAVRAS-CHAVE: universidade, extensão universitária, projetos sociais, Uni-FACEF

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior (IES) e a sociedade

As instituições de ensino superior tem assumido, ao longo de sua história, diferentes papéis e envolvimento com a sociedade. São consideradas espaços privilegiados, distintas de qualquer outra instituição, um espaço político, social e cultural, uma instituição

acadêmica que favorece o processo de ensino e aprendizagem. Atualmente, em um mundo em transformação, a IES está constantemente sendo desafiada pelo Estado e pela sociedade.

Neste espaço estão reproduzidos os diferentes grupos de interesse da sociedade, as realidades sociais, as divisões, as diferenças e os conflitos. Sabe-se que estas instituições tem nos tempos atuais, a missão de fornecer condições necessárias para o desenvolvimento pleno do ser humano, o transformar das pessoas e das sociedades. Um espaço privilegiado para a superação das desigualdades sociais existentes.

O tripé que sustenta as IES está contemplado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 definindo que:

“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”(BRASIL, 1988).

A missão de uma Instituição de Ensino Superior

A sociedade não é uma entidade inerte, cujas forças apenas coexistiriam de forma estanque, sem diálogo entre si. A sociedade, ao contrário, é um organismo vivo, movendo-se centrípeta e centrifugamente, ao mesmo tempo. As forças, nela contidas, dialogam entre si e se refletem umas nas outras; alteram rotas, destinos, características e, por fim, a própria sociedade.

A Universidade, por sua vez, além de ser uma dessas forças contidas na sociedade, caracteriza-se tanto por refletir essa sociedade onde ela está inserida, quanto por fazer-se refletir nela, refletindo, assim, uma compreensão nascida na produção de conhecimento, e que traz em si a marca de um tempo e de um espaço – um conhecimento feito de saberes que carregam em si a própria história e o próprio devir dessa sociedade.

Por isso, essa produção de conhecimento jamais deveria ser fruto da ação de uma Universidade fazedora do saber dominante de mão única (É CITAÇÃO???), uma vez que a Universidade, sendo parte de um organismo social, com o qual troca e cresce, não pode ignorar os saberes e visões de mundo mais diversos que circulam nas veias desse organismo vivo. Na realidade atual, quando as relações humanas e econômicas têm experimentado imensas transformações, a Universidade não deve mais apenas informar o indivíduo, mas, conforme Nascimento e Gregorin Filho (2000), ela deve formar os indivíduos, respeitando suas diferenças e fazendo-as conviver de forma criativa, livre e libertadora, para formar mentalidades que sejam capazes de fazer multiplicar, no restante da sociedade, essa mesma postura e visão, de forma possibilitar a tal sociedade livre, libertadora e emancipada.

Entendendo-se que a Universidade tem o papel de trocar com a sociedade, para com e para ela produzir conhecimento, a fim de responder às demandas e problemas das mais diversas espécies (economia; saúde; segurança; educação; cultura e lazer; participação política etc), é inquestionável o entendimento do papel e da importância da

Universidade de agente de construção da cidadania, da emancipação do indivíduo frente às limitações e conflitos que, de outra forma, o tornariam recluso dessas limitações e conflitos.

É a partir da atuação de uma Universidade solidária – aqui entendida não somente nos aspectos da empatia e da justiça social - que troca e caminha junto; mas na atuação que assume seu papel de coadjuvante na produção de conhecimento; enfim, uma Universidade que emana o entendimento de que a sociedade deve ser feita de e por cidadãos livres, emancipados e sujeitos de sua história, que será possível a superação do estágio atual, um estágio de desigualdade, injustiça e limitações das mais diversas ordens. Mas, até que essa nova realidade se faça, será preciso lançar mãos de ações que tentem corrigir a ordem, a rota, o destino de pessoas e grupos que ainda não receberam, da sociedade onde vivem, o devido respeito, a oportunidade certa, o tratamento igualitário capaz de minimizar as diferenças, a condição humana verdadeira – promovida, livre, emancipada.

Ações que visem corrigir rotas, muitas vezes de natureza paliativas, ainda assim guardam em si valor inquestionável. Uma sociedade promovida, emancipada, para que se chegue a ela, será preciso, muitas vezes, partir do mínimo, do mais básico, do meramente paliativo. Nesse caminhar, espera-se, outras ações se sucedem e, superadas, as necessidades mínimas, caminha-se para o devir humano.

E ações, seja de natureza paliativa, seja de natureza verdadeiramente libertadora, devem ser fruto da troca, do entendimento os envolvidos. É preciso entender o que cada indivíduo, o que cada grupo necessita, sente, pensa, acredita, *sabe*. É preciso partir dele, da detecção de suas necessidades, da humildade ao olhar para esse indivíduo ou grupo – *humildade* aqui entendida como o *estar junto, no mesmo plano, na plenitude da troca verdadeira em que o Outro é entendido, ouvido, respeitado*. (É CITAÇÃO???)

Se o conhecimento que se faz surge da troca da Universidade com a sociedade, surgindo os lugares e momentos possibilitados pelo tripé *ensino, pesquisa e extensão* - todos importantes caminhos que vão se revelando na prática do dia-a-dia, em uma bem elaborada estratégia de ensino-aprendizagem, é na Extensão que, por excelência, a Universidade assume seu papel mais atuante, seu momento de maiores possibilidades de troca com a sociedade. A extensão foi institucionalizada como atividade da Universidade pelo Decreto-lei 252 de 1967 e tem sido trabalhada como uma forma de participação da Universidade no processo de desenvolvimento das comunidades.

No Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, a Extensão, entre outras atividades, tem atuado de forma a organizar esforços por meio de projetos sociais que, a partir das demandas detectadas e do grau de amadurecimento socioeconômico e cultural dos envolvidos, atendem, interdisciplinarmente, várias frentes. Os objetivos, em cada projeto, caminham na direção da promoção e emancipação humanas. E Universidade e sociedade colhem os frutos colhidos ao longo desse processo ensino-aprendizagem.

A postura do Uni-FACEF, de total entrega à troca com a sociedade, reflete sua missão: “Construir e difundir o conhecimento, contribuindo para a formação do ser humano, a fim de que ele exerça o seu papel na sociedade com ética e cidadania”. Construir, aqui, se faz pelo *mutirão* interdisciplinar; as realidades, classes, visões de mundo são respeitadas em igual medida e a convivência entre professor-aluno e Universidade-sociedade diversifica e amplia as possibilidades de produção de conhecimento. Difundir o conhecimento é consequência natural de uma instituição de ensino, pois o conhecimento não se faz para ser ficar guardado, contido, encastelado, mas, sim, para ser multiplicado, transmitido, incorporado, personificado e, assim, tocar as pessoas e fazer parte de suas vivências para, enfim, transformá-las e à realidade onde vivem. Contribuir para a formação do ser humano é o fim último, é a concretização do desejo por uma sociedade feita por pessoas que, em seu contato com a sociedade – seja pelo viés social, econômico, financeiro, político, cultural, educacional ou de qualquer outra natureza, que seja um contato sempre livre e libertador, de forma que as histórias que aí se construam sejam histórias pautadas pela ética e pela cidadania.

Os projetos sociais do Uni-FACEF abordados na pesquisa

A universidade é um espaço de reflexão das diferentes realidades existentes em na sociedade, e esta reflexão por sua vez, procura encontrar instrumentos capazes de enfrentar problemas específicos, identificar lacunas existentes na localidade em que está inserida que muitas vezes ocorrem por ausência do próprio Estado. Fato este que supre a inatividade dos governos, porém, não substitui as suas funções de responsabilidade com o bem estar coletivo (OLIVEIRA, 2004).

Assim, a universidade e seu papel extensionista contribuem para fortalecer ainda mais a importância da relação entre a universidade e os gestores locais, a instituição desempenha um papel de grande interesse aos governos enquanto centros de investigação. A partir do instante em que a universidade desenvolve pesquisas, identificando lacunas na sociedade, o poder público deveria utilizá-las para subsidiá-los na formulação das políticas públicas através de dados atualizados e de boa qualidade. Neste caso, as propostas viriam realmente ao encontro das necessidades dos maiores beneficiados: a sociedade.

É neste contexto, que o Uni-FACEF tenta por meio de seus projetos sociais contribuir com a sociedade. Dessa forma, a seguir serão apresentadas algumas das necessidades identificadas para a criação dos seis projetos selecionados nesta pesquisa: Projeto Aprendiz, Projeto Capacitação Profissional/Ensino Língua Inglesa (tratado nesse capítulo como “Projeto Pró-Criança Inglês”), Projeto Capacitação Profissional/Ensino de Informática (tratado nesse capítulo como “Projeto Pró-Criança Informática”), Projeto Escola Livre de Arte, Projeto Conecte-se e Projeto Trote Solidário.

Projeto Aprendiz

Surgiu da preocupação dos representantes do Uni-FACEF, do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, do Rotary Club e do SENAI para resolver o problema de jovens menores, de 14 a 17 anos, oriundos de bairros periféricos, de famílias em dificuldade econômico-financeira, que trabalhavam para a *Guarda Mirim de Franca*, associação responsável pela venda de *tickets* de estacionamento nas vias públicas de Franca/SP; pela fiscalização de veículos em logradouros públicos; e intermediação entre estes jovens e empresas da cidade, onde eles trabalhavam em várias áreas, desde a produção até a administrativa.

Diante de descaminhos no exercício das várias funções (suborno para o não pagamento de estacionamento na *área azul* da cidade; adulteração de *tickets* para estacionamento; utilização dessa jovem mão-de-obra em locais e condições inadequados etc), o jovem participante da *Guarda Mirim de Franca* era constantemente exposto a práticas não condizentes com o objetivo de capacitação e formação ético-moral, definidos pela associação a que pertenciam.

Os agentes públicos e privados envolvidos direta ou indiretamente com a questão do trabalho infantil e seus desdobramentos, uniram esforços e a *Guarda Mirim de Franca* deu lugar à *ESAC - Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca*, que gerencia estes jovens, direcionando-os para o mercado de trabalho e para o *Projeto Aprendiz*, um curso de auxiliar administrativo realizado nas instalações do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca e com total apoio da Instituição de Ensino Superior, que fornece, também, o corpo docente e o material didático.

Projeto Capacitação Profissional/ Ensino de Língua Inglesa e Projeto Capacitação Profissional/ Ensino de Informática

A cidade de Franca/SP enfrentou, na década de 1990, grandes problemas relacionados com o emprego irregular de mão-de-obra infantil no setor calçadista, o que gerou muitas denúncias, repercutindo na *OIT - Organização Internacional do Trabalho*. Para enfrentar o problema o setor calçadista de Franca/SP criou o *Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente – Pró Criança*, em 1994, que iniciou um processo de auditoria e conscientização nas empresas que terceirizavam serviços, para que não ocorresse novamente a prática da utilização de mão-de-obra infantil.

Frente a esta problemática, o Uni-FACEF criou os projetos *Capacitação Profissional/ Ensino de Língua Inglesa* e *Capacitação Profissional/ Ensino de Informática*, cujo objetivo é promover gratuitamente aulas de Língua Inglesa e aulas de Informática, respectivamente, aos adolescentes selecionados pelo *Instituto Pró-Criança*, prestando serviço à sociedade francana. Os projetos são realizados nas instalações da Instituição, que fornece o corpo docente e o material didático para ambos.

Projeto ELA – Escola Livre de Arte

O Uni-FACEF identificou a necessidade de oferecer, às crianças e jovens, bem como a comunidade em geral, oficinas gratuitas de resgate da cultura artística, para a (re)construção de valores, como: respeito, justiça, solidariedade, liberdade, honra, altruísmo, em um ambiente adequado à arte. Dessa forma, a arte torna-se acessível às diferentes camadas sociais e faixas etárias, além de proporcionar o desenvolvimento de uma habilidade que poderá ser utilizada como fonte de renda futura. É importante destacar que alunos do Pró-Criança também são atendidos pelo Projeto ELA. Este projeto é realizado no Espaço Cultural José Riciulli, com o auxílio de alunos e professores da Instituição, que também fornece todo o material didático utilizado.

Projeto Conecte-se: a melhor idade conectada com as novas tecnologias

Este projeto nasceu em 2011 da parceria entre o Uni-FACEF e a *AFEPESP – Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo*, em virtude da necessidade de incluir adultos com idade superior a 45 anos no contingente que possui acesso ao mundo digital. A partir de 2012, foram abertas vagas para a comunidade de Franca (SP), não ficando restrito aos associados da AFEPESP.

Projeto Trote Solidário

Inicialmente, o trote universitário era uma prática comum nas Instituições de Ensino Superior para receber os calouros ingressantes e integrá-los à comunidade acadêmica, por meio de brincadeiras como: cortar os cabelos dos calouros; pintar-lhes o rosto etc., Há 22 anos a direção da Instituição, na proíbe essa prática e como alternativa para a integração dos novos calouros, os veteranos adotaram uma nova prática: ações que demonstrassem a solidariedade para com as instituições filantrópicas e, assim, construíssem e difundissem o conhecimento, contribuindo para a formação do ser humano, a fim de que ele exerça o seu papel na sociedade com ética e cidadania. O Trote Solidário tornou-se um projeto social referência, em que o acolhimento do calouro é feito institucionalmente com o apoio de professores, funcionários e veteranos. Esta prática passou a ser adotada pelas IES brasileiras e, no Uni-FACEF, tornou-se um de seus maiores eventos e uma marca significativa da preocupação com a formação ético-solidária de seu corpo discente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, buscando conhecer as características, explicações das causas e possíveis consequências de um fenômeno (RICHARDSON, 1999). Neste caso, o fenômeno a ser explorado se refere a seis

projetos sociais realizados pelo Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF. Além disso, foram utilizados dois métodos de abordagem para nos aproximarmos da realidade observada, o qualitativo e quantitativo. De acordo com Minayo e Sanches (1993), são dois métodos com características diferentes, mas que se complementam na observação e análise de uma realidade social.

A questão norteadora desta pesquisa foi: qual o impacto dos projetos sociais do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF na vida dos participantes? A partir dessa problemática o objetivo geral dessa pesquisa é conhecer o impacto dos projetos sociais do Uni-FACEF na vida dos participantes. Este estudo pressupõe o questionamento dos fenômenos e dos sujeitos investigados buscando captar o que eles experimentam na instituição, como interpretam estas experiências e como essas experiências refletem no mundo em que vivem.

A escolha por essa temática se justifica, pelo fato de que atualmente as IES vivenciam múltiplos desafios colocados tanto pela sociedade, quanto pelo Estado, um momento em que a universidade precisa se repensar, se referenciar, desempenhar suas funções em relação ao ensino, a pesquisa e a extensão. Há muitos trabalhos relacionados ao pilar do ensino e pesquisa, porém poucas são as investigações em relação à extensão. Visualiza-se a necessidade de se investigar e discutir a prática dos projetos sociais desenvolvidos no contexto institucional, seu dia-a-dia, sua influência no processo de formação dos discentes, além de sua contribuição e consequências dessas práticas acadêmicas perante a sociedade, como os atos produzidos pelas instituições influenciam e modificam seu entorno.

Visando atender essa proposta, a amostra para essa pesquisa foi constituída por 57 participantes de seis projetos do Uni-FACEF, escolhidos aleatoriamente, a saber: Projeto Aprendiz (10), Projeto Pró-Criança Informática (10), Projeto Pró-Criança Inglês (10), Projeto Escola Livre de Artes (6), Projeto Trote Solidário (11) e Projeto Conecte-se (10).

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista individual e estruturada, através de um questionário composto por 6 questões, cinco questões abertas e apenas uma questão com opções de múltipla escolha (tabela 1).

A interpretação dos resultados foi realizada através da análise de conteúdo dos dados por afinidade, por categorização temática, onde as respostas dos questionários foram categorizadas a partir dos pontos mais relevantes no discurso dos participantes. Chizzotti (2001) considera que na pesquisa qualitativa todos os dados captados são fenômenos que devem ser analisados a partir do mesmo grau de importância e preciosidade. Foi então, que se partiu do pressuposto da constância das manifestações durante o discurso, a frequência, os pontos do discurso que mais se repetem, aquilo que é comum na resposta de cada participante, e a partir disso, as categorias temáticas qualitativas foram transformadas em dados quantitativos através da frequência absoluta estabelecida estatisticamente. Esta técnica de tratamento dos dados procura reduzir o

número de informações contidas em uma comunicação com grande volume de elementos descritivos.

Os resultados referentes aos Projetos Aprendiz, Pró-Criança Informática, Pró-Criança Inglês e ELA, foram agrupados e analisados em conjunto devido à semelhança e particularidades dos públicos atendidos nestes projetos, contudo, este foi denominado em na pesquisa como grupo 1. Acredita-se que os participantes do grupo 1 apontam para uma realidade muito próxima que não justificaria ser analisados separadamente. Já o projeto Conecte-se e Trote Solidário foram analisados individualmente devido às características próprias de cada projeto, considerando respectivamente, grupo 2 e grupo 3 (tabela 2). Após a tabulação dos dados, foram realizados gráficos para a melhor visualização e interpretação dos resultados.

Tabela 1. Questionário – PROJETOS SOCIAIS DO Uni-FACEF

Questão 1	Como você ficou sabendo do projeto?
Questão 2	Por que você resolveu participar desse projeto?
Questão 3	Qual é/ foi seu grau de satisfação em participar do projeto? (fechada)
Questão 4	Até o momento, esse projeto mudou sua vida? Em quê?
Questão 5	Na sua opinião, quais são os pontos positivos e negativos desse projeto?
Questão 6	Sugestões.

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 2. Análise dos resultados: grupos

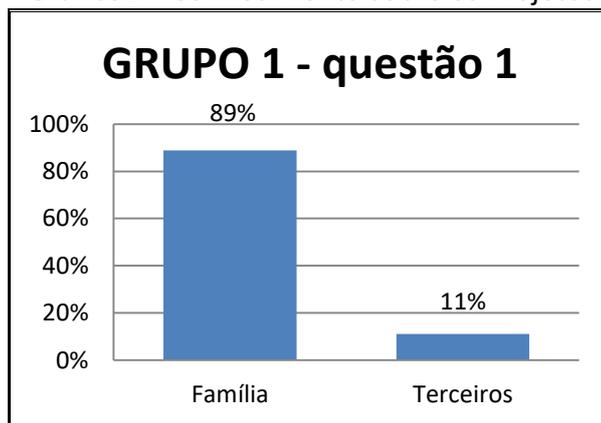
GRUPOS	PROJETOS
Grupo 1	Aprendiz, Pró-Criança Informática, Pró-Criança Inglês e ELA
Grupo 2	Conecte-se
Grupo 3	Trote Solidário

Fonte: Elaborado pelos autores

RESULTADOS

O grupo 1 apresentou na primeira questão, uma grande porcentagem de participantes – 89% que tomam conhecimento sobre o projeto através da família. O Instituto *Pró-Criança* oferece seus cursos, na maioria das vezes, comunicando diretamente aos colaboradores de seus parceiros. Esses colaboradores multiplicam essas informações em suas casas, para seus filhos, estimulando-os a participarem dos cursos (Gráfico 1).

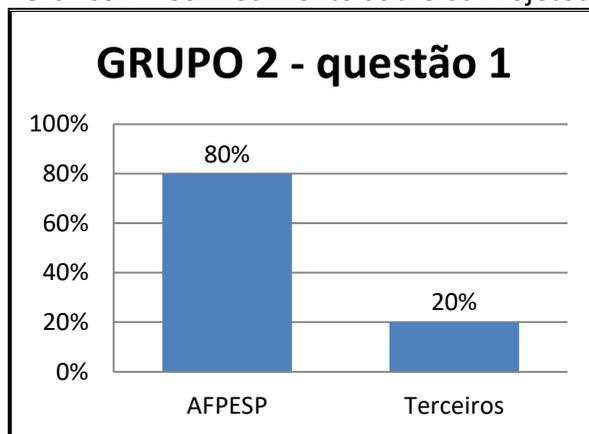
Gráfico1 – Conhecimento sobre os Projetos



Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda em relação à primeira questão, 80% do grupo 2 demonstrou tomar conhecimento sobre o projeto a partir da instituição de classe AFPEP, idealizadora do projeto e possivelmente maior incentivadora do projeto. É importante destacar que os alunos das primeiras turmas do *Projeto Conecte-se* eram associados da AFPEP. A partir do segundo semestre de 2012 a AFPEP resolveu abrir vagas para a comunidade. Será de grande relevância que isto seja realmente divulgado para a comunidade para que outras pessoas possam aproveitar esta oportunidade de fazer parte do mundo digital (Gráfico 2).

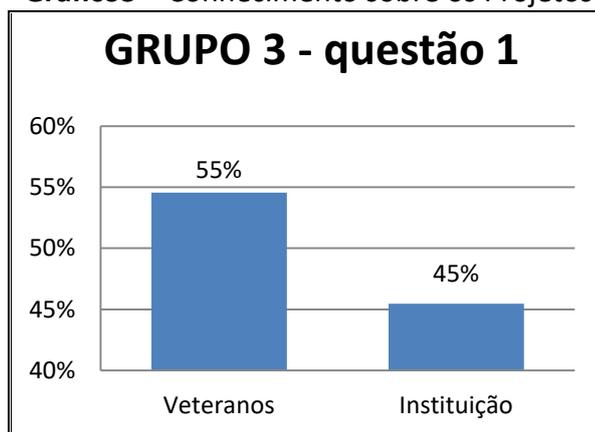
Gráfico2 – Conhecimento sobre os Projetos



Fonte: Elaborado pelos autores

Já o grupo 3, demonstrou que 55% tomam conhecimento do projeto através dos veteranos e 45% de alguma outra forma, porém dentro da própria instituição. Os participantes do *Projeto Trote Solidário* tomam conhecimento quase que exclusivamente dentro da IES, uma vez que no início do ano letivo os veteranos mobilizam-se para juntarem esforços, dentro de cada curso (Gráfico 3).

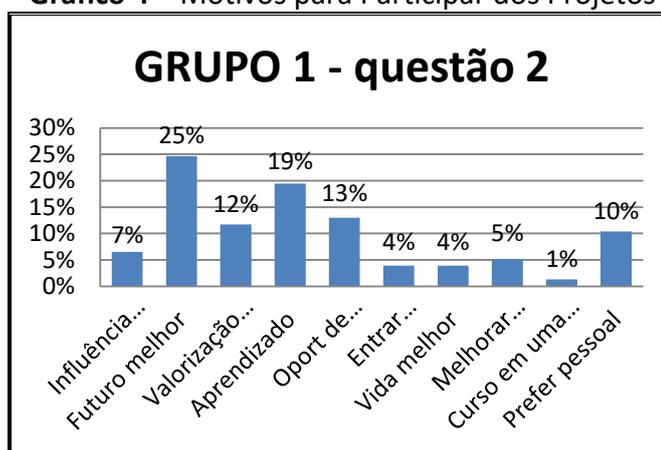
Gráfico3 – Conhecimento sobre os Projetos



Fonte: Elaborado pelos autores

Na segunda questão o grupo 1 identificou como principais motivos para participarem do projeto social a oportunidade de ter um futuro melhor – 25% e a oportunidade de aprender coisas novas – 19%. Além disso, esteve presente no discurso dos participantes o fato de que participar deste projeto aumentaria as chances de uma oportunidade de trabalho – 12% e um outro motivo de grande relevância é o fato de que os projetos do Uni-FACEF são valorizados pela comunidade, são vistos com bons olhos, os resultados proporcionados para os participantes determinam que a comunidade em geral faça sempre um juízo de valor positivo em relação ao projeto – 12%, e então acabam sendo julgados como uma boa chance para se destacar (Gráfico 4).

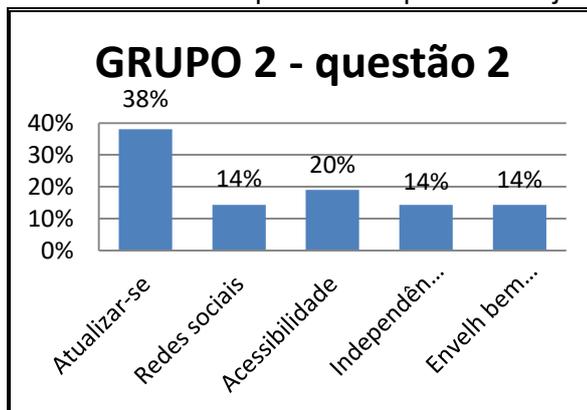
Gráfico 4 – Motivos para Participar dos Projetos



Fonte: Elaborado pelos autores

O grupo 2 apresentou como principais motivos para participar dos projetos a “necessidade de atualização” – 38%, “ter mais acesso as tecnologias do mundo virtual” – 20% e foram relatados a “oportunidade de participar das redes sociais” – 14%, “ser mais independente” – 14%, e “de ter um envelhecimento bem-sucedido” – 14% (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Motivos para Participar dos Projetos



Fonte: Elaborado pelos autores

Em relação ao grupo 3 – Trote Solidário, os participantes justificaram o interesse em participar do projeto pela oportunidade de poder ajudar ao próximo – 38%, e a mobilização dos veteranos dentro da instituição para a participação dos calouros no estimulam um juízo de valor positivo em relação às ações planejadas – 24% (Gráfico 6).

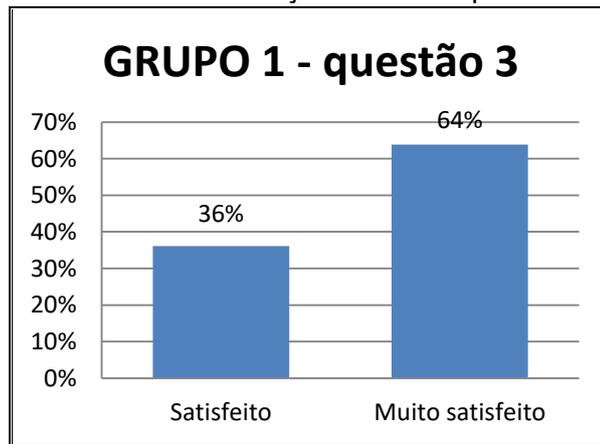
Gráfico 6 – Motivos para Participar dos Projetos



Fonte: Elaborado pelos autores

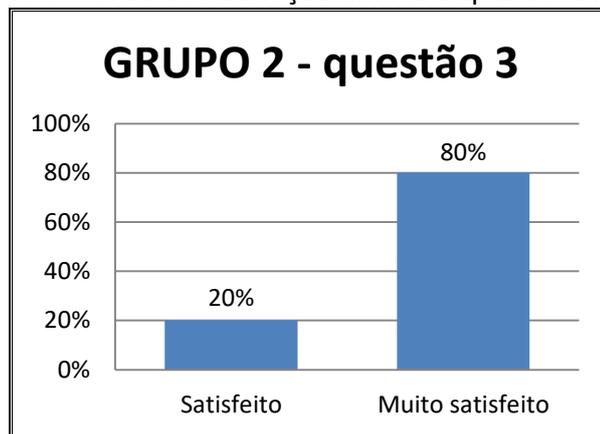
Na terceira questão, os grupos 1, 2 e 3 apresentaram respostas semelhantes em relação ao grau de satisfação em participar do projeto. No grupo 1 – 64% consideraram-se muito satisfeitos e 36% satisfeitos (Gráfico 7), no grupo 2 – 80% muito satisfeitos e 20% satisfeitos (Gráfico 8), no grupo 3 – 45% muito satisfeitos e 45% satisfeitos (Gráfico 9). Sendo assim, nota-se que a grande maioria de todos os projetos avaliados está satisfeita em participar de projetos que realmente fazem a diferença em suas vidas.

Gráfico 7 – Grau de Satisfação em Participar dos Projetos



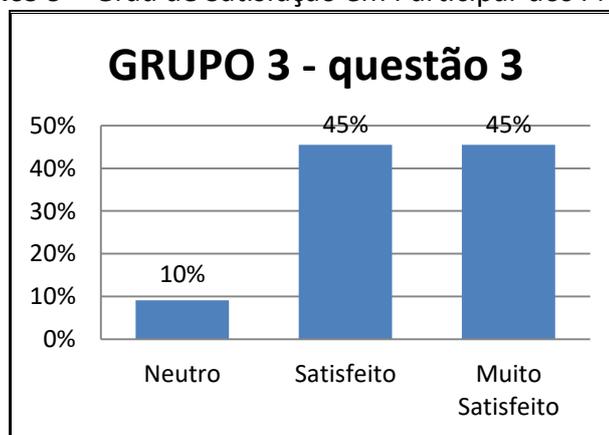
Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 8 – Grau de Satisfação em Participar dos Projetos



Fonte: Elaborado pelos autores

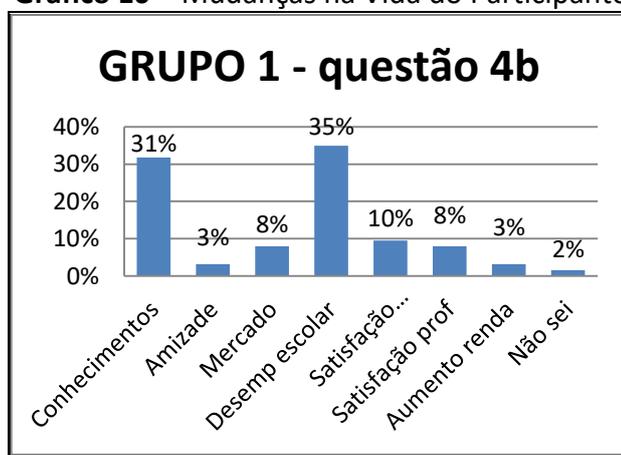
Gráfico 9 – Grau de Satisfação em Participar dos Projetos



Fonte: Elaborado pelos autores

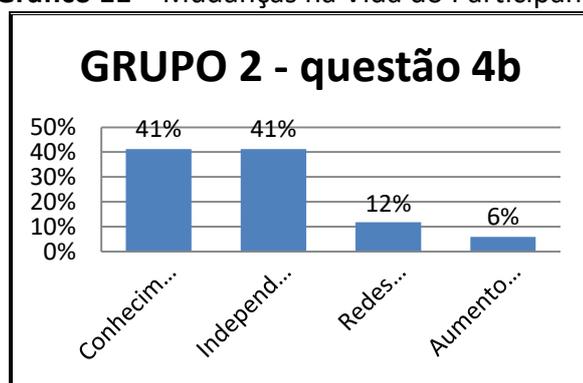
A quarta questão merece destaque, por ser uma das questões de maior relevância para esta pesquisa. Os resultados demonstram que a maioria dos projetos modificam a vida dos participantes (questão 4a), no grupo 1 – 94%, no grupo 2 – 100% e no grupo 3 – 100%. Quando os participantes do grupo 1 foram questionados “em quê esse projeto mudou sua vida” (questão 4b) observamos que a resposta “mudança no desempenho escolar” apareceu em 35% dos discursos e a resposta “adquiri novos conhecimentos” apareceu em 31%. Na maioria dos discursos esteve presente a frase: “me ajudou na escola, ficou mais fácil estudar”, e isso nos leva a refletir sobre a qualidade do ensino atualmente, as dificuldades encontradas pelo sistema educacional, e pode-se inferir que o projeto social supre uma lacuna deixada pelo Estado (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Mudanças na Vida do Participante



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 11 – Mudanças na Vida do Participante



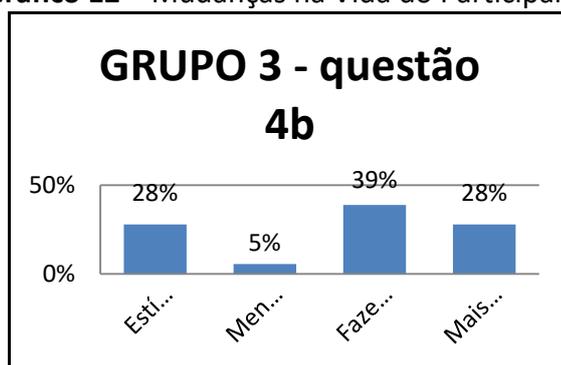
Fonte: Elaborado pelos autores

O grupo 2 considerou em seu discurso principalmente mudanças relacionadas com a “aquisição de novos conhecimentos” – 41% e “maior grau de independência” para realizar atividades no computador – 41%.

Já o grupo 3 levantou o fato de que o projeto faz os alunos “descobrirem o prazer de fazer outras pessoas felizes”, estando presente em 39% das categorias temáticas

encontradas na questão 4b. Além disso, em 28% das respostas se repetiu a frase “estimulou a vontade de continuar ajudando outras pessoas de uma forma mais contínua” e em outros 28% se destacou “tornou-me mais sensível”. A partir destes dados podemos avaliar que o projeto Trote Solidário atinge o objetivo de contribuir para a formação do ser humano, despertando no indivíduo um sentimento de solidariedade para com os seus semelhantes de ética e cidadania (Gráfico 12).

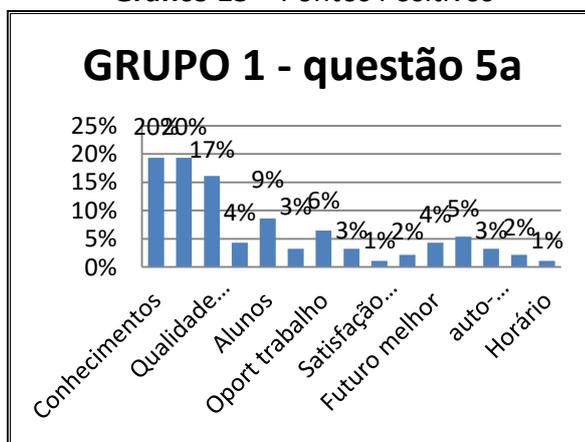
Gráfico 12 – Mudanças na Vida do Participante



Fonte: Elaborado pelos autores

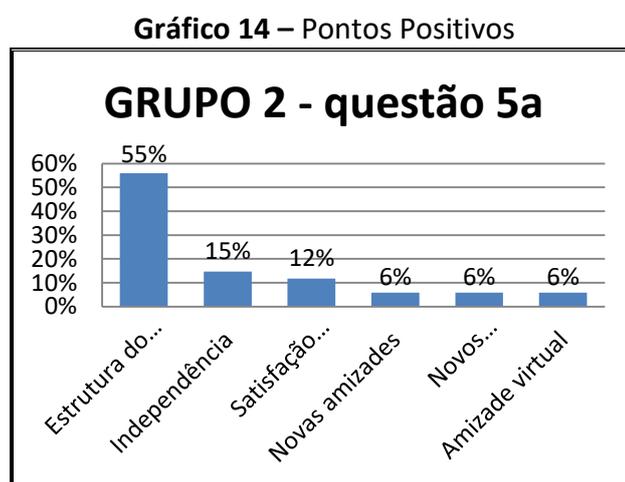
A quinta questão (questão 5a) no grupo 1 ressaltou como pontos positivos mais significativos: “o curso proporciona novos conhecimentos” – 20%, “o curso melhora o desempenho escolar” – 20%, e a “qualidade dos cursos oferecidos” – 17% (Gráfico 13). Com relação aos pontos negativos (questão 5b) 97% dos entrevistados consideraram não haver nenhum e somente um participante fez uma observação quanto a melhorar ainda mais a qualidade do professor.

Gráfico 13 – Pontos Positivos



Fonte: Elaborado pelos autores

Os pontos positivos levantados pelo grupo 2 estiveram relacionados principalmente com a “estrutura do curso” – 55%: bons professores, computadores de boa qualidade, aulas bem planejadas e lugar agradável; além disso, o curso proporciona independência – 15% e satisfação pessoal – 12%. (Gráfico 14). Em relação aos pontos negativos este grupo não apresentou nenhum posto negativo.

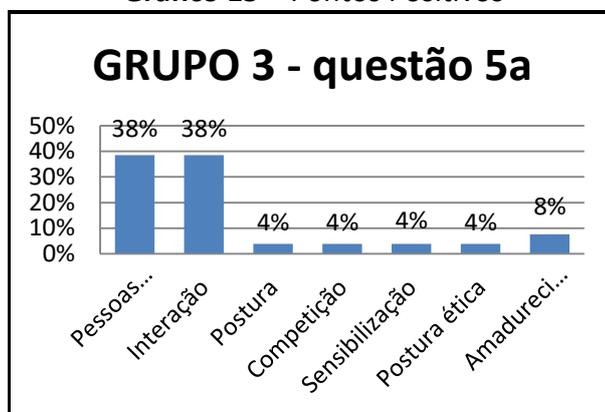


Fonte: Elaborado pelos autores

O grupo 3 considerou como pontos positivos de maior relevância: “a nossa participação no projeto ajuda pessoas carentes” – 38% e “proporciona uma interação com outros cursos e outras pessoas” – 38% (Gráfico 15). É importante considerarmos o fato de que mais da metade dos participantes do grupo 3 apresentaram pontos negativos em relação ao Trote Solidário, onde esteve presente em 62% das respostas o fato “da disputa entre os cursos gerar uma competitividade muito acirrada resultando em muitos desentendimentos” (Gráfico 16). A justificativa para estes dados encontrados corresponde ao fato de que o questionário foi aplicado junto aos calouros do ano letivo de 2012, ano este onde a competitividade durante o desenvolvimento do projeto extremou-se, e quase comprometeu a participação de alguns cursos, que se negavam a participar da noite de encerramento, alegando não concordarem com o clima na competição. Felizmente, os problemas surgidos no desenrolar da 18ª edição do Trote Solidário Uni-FACEF (o tema do ano foi: “Meio ambiente: eu quero inteiro”), foram utilizados como ferramentas para a sensibilização e o desenvolvimento do ser humano. A competitividade acirrada existente até a noite de encerramento cedeu lugar à oportunidade de vivenciar experiências humanizadoras (especialmente a apresentação dos alunos da APAE Franca; e a presença dos funcionários da Secretaria de Obras, Serviços e Meio Ambiente de Franca), que sensibilizaram a todos os presentes – alunos, professores e funcionários do Uni-FACEF e demais convidados. Isso proporcionou um ambiente harmônico, festivo, sobressaindo os

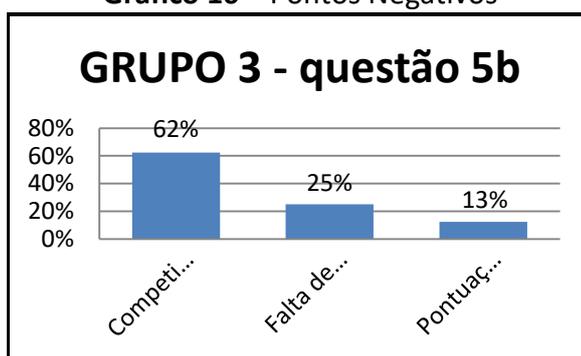
sentimentos de solidariedade e união entre todos. Houve, enfim, uma grande confraternização e o grande vencedor foi, verdadeiramente, a solidariedade.

Gráfico 15 – Pontos Positivos



Fonte: Elaborado pelos autores

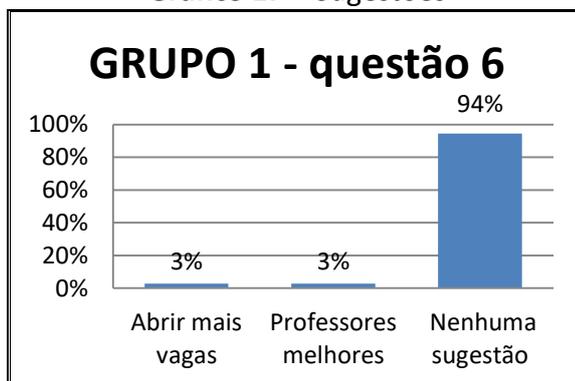
Gráfico 16 – Pontos Negativos



Fonte: Elaborado pelos autores

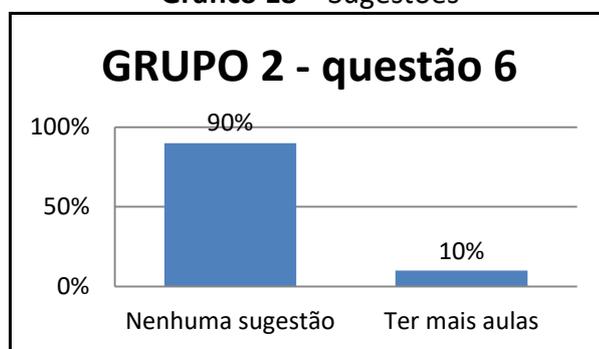
Na última questão, somente 6% dos participantes do grupo 1 apresentaram sugestões, que tiveram relacionadas com um número maior de vagas para que outras pessoas ter a chance de participar dos projetos e em relação a qualidade dos professores; o restante – 94%, relataram não ter nenhuma sugestão (Gráfico 17). No grupo 2, somente 10% dos participantes apresentou uma sugestão com relação a um número maior de aulas e os outros 90% não opinaram (Gráfico 18). O grupo 3 foi o que apresentou mais sugestões – 45% dos participantes sugeriram que as ações deveriam ser mais contínuas, executadas no decorrer do ano letivo (Gráfico 19).

Gráfico 17 – Sugestões



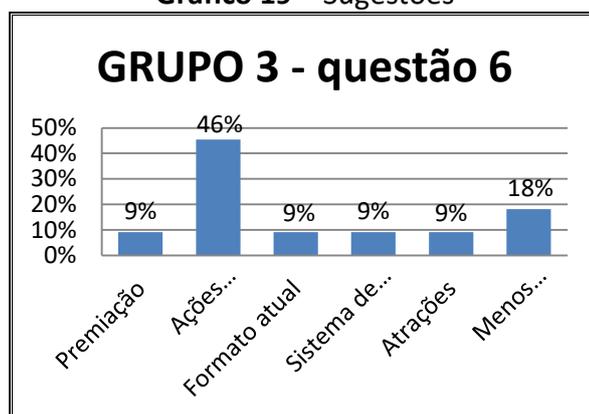
Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 18 – Sugestões



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 19 – Sugestões



Fonte: Elaborado pelos autores

DISCUSSÃO

A Extensão Universitária, no Uni-FACEF, é encarada como uma forma de devolver para a comunidade um pouco de tudo aquilo que o conhecimento é capaz de produzir, mas sem a postura da “arrogância do saber”, pois o conhecimento e a busca de soluções se fazem pela troca, pela profunda observação da realidade e das lacunas deixadas

pela omissão estatal ou mesmo pelos reveses provocados pelas ações inadequadas do poder público. Além disso, a IES tem a constante preocupação em dar ao seu aluno uma formação ética, justa, solidária, para que ele possa transformar-se em agente de transformação, com atitudes participativas, fazendo diferença na vida de sua comunidade.

Alguns dos projetos do Uni-FACEF tiveram maior destaque, como foi o caso do Projeto Aprendiz premiado com “Menção Honrosa”, pelo Instituto Cidadania Sem Fronteiras, em outubro de 2011; o Trote Solidário premiado em 2011, pela Fundação Educar DPaschoal com o 1º lugar na categoria Vídeo, 2º lugar na categoria Foto e 3º lugar na categoria Cartaz; em 2013, 3º. Lugar na categoria Ação e em 2014, 1º. Lugar na Categoria Projeto Cidadão Livro: Contação de Histórias um arte para todos; os outros projetos receberam um diploma de reconhecimento e relevância das ações.

Na realidade contemporânea, há uma preocupação cada vez mais intensa com a aproximação da instituição de ensino superior (IES) com a sociedade, favorecendo assim, um desenvolvimento profissional e humano que contemple as realidades locais. Neste sentido e diante dos resultados encontrados, o diálogo entre a IES, os discentes e a sociedade é de fato significativo ao desenvolvimento social da comunidade local, proporcionando a uma parcela da população, melhores oportunidades e liberdades.

Tendo em vista a importância de se identificar os objetivos dos projetos sociais, os objetivos dos participantes e quais as mudanças provocadas por estes projetos em suas vidas, percebemos que, em todos os casos analisados, o que foi inicialmente proposto pela instituição foi alcançado no desenrolar dos projetos, e principalmente, a instituição cumpriu seu papel de fornecer novas oportunidades a comunidade fazendo com que o indivíduo se torne agente transformador de sua própria realidade.

Estes fatos corroboram com os conceitos formulados por Amartya Sen (2000) quando o autor considera que o desenvolvimento tem sua base fincada na expansão das liberdades reais das pessoas. A liberdade passa então na visão de Sen (2000) a ser central para o desenvolvimento, um meio e um fim para tornar as pessoas mais atuantes no seu *locus*, um instrumento para avaliar o progresso da sociedade. Assim, a IES oferece condições para que a comunidade local possa potencializar sua condição de agente, como um membro público, como um participante de ações econômicas, sociais e políticas.

Luckesi et al (1998. p.23) fizeram uma reflexão sobre a universidade que temos e a universidade que pretendemos construir. Defendem que a universidade deve ser “um recanto privilegiado onde se cultive a reflexão crítica sobre a realidade e se criem conhecimentos com bases científicas, a universidade tão sonhada é aquele espaço conquistado em que possa o homem se construir plenamente homem”. A universidade que queremos é aquela constituída por pessoas capazes de refletir e abertas à reflexão, pessoas participativas, com iniciativas construtivas, pessoas comprometidas com a busca por espaços de liberdade que permitam a reflexão crítica.

É neste espaço que a realidade deve ser percebida, questionada, avaliada, estudada e entendida em todos os seus ângulos para que possa ser transformada, um espaço que tenha como atividade fundamental a pesquisa, um lugar que faz ciência plantada em realidades concretas.

Para Nascimento e Gregorin Filho (2000) ao se falar sobre a emancipação humana é fundamental falar em seu sentido macro, “emancipar significa assumir a libertação em seu sentido pleno”, para se emancipar a sociedade precisamos libertar o ser humano, e vice-versa, para se emancipar o ser humano precisamos libertar a sociedade. As considerações de Nascimento e Gregorin Filho (2000) vem ao encontro com os pensamentos de Sen (2000), assim, o processo de emancipação-libertação ocorre dentro das esferas política, humana e social começando pelo homem e atingindo a sociedade. Os projetos sociais podem ser considerados espaços públicos de autonomia dos indivíduos, provocam um rompimento com processos de dependência, um rompimento com o processo de privação das liberdades humanas, proporcionando uma nova oportunidade para conquistar uma nova liberdade, condição *sine qua nom* para proporcionar a emancipação da sociedade.

Oliveira (2002. p.4), acredita que “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente, humana e social”. Acrescenta ainda que o desenvolvimento é resultante do crescimento econômico, mas pensar em desenvolvimento, é antes de tudo, pensar em melhores distribuições de renda, saúde, educação, melhores condições de vida para as pessoas, pois elas são o meio e o fim do desenvolvimento.

Nestas condições, a IES tem a oportunidade de ser promotora do desenvolvimento através dos pensamentos de igualdade social e melhor qualidade de vida para a comunidade, quando está realmente comprometida com os problemas da população se torna automaticamente uma referência para a sociedade.

É essencial correlacionar o papel de atuação social das IES com as desigualdades sócio-econômicas, com as lacunas identificadas na sociedade. A instituição deve ter em mente o objetivo de aumentar a inclusão de uma parcela cada vez maior da população no mercado de trabalho local. Assim, promover a capacidade do indivíduo torna-se uma condição *sine qua nom* para que ele possa gerar suas próprias oportunidades. Sen (2000) complementa concluindo que com oportunidades sociais adequadas, o indivíduo pode tornar-se um beneficiário ativo do desenvolvimento, com condições para moldar seu próprio destino e ajudar outros indivíduos, uma visão orientada para o agente.

A universidade deve retornar a sociedade o saber que dela se origina sem perder de vista a perspectiva crítica que deve caracterizá-la, conseguindo sempre ver além de si mesma, deve buscar compreender a realidade social onde está inserida, e é por meio da extensão, que a instituição tem a oportunidade de levar até a comunidade os conhecimentos produzidos em um *locus* privilegiado. A extensão universitária deve atuar enquanto instrumento de emancipação, instrumento articulador que produz tanto

transformações intra quanto extra muros da universidade, construindo e organizando uma nova sociedade. A atividade de extensão é um instrumento mediador entre as relações da universidade com a sociedade ampliando o compromisso social da instituição (SOUSA, 1998).

Ribeiro (2012) define de forma espetacular a extensão universitária que vem ao encontro dos resultados encontrados nesta pesquisa:

Por assim dizer, a extensão universitária é uma ação conscientizadora, crítica, contínua, pertinente, participativa, integradora, transformadora, criativa, ética, sistemática, formativa, dialógica e autogestiva. Tais características podem ser percebidas quando: cada indivíduo se considera como um agente de mudança; o envolvimento é permanente e a comunicação é dialógica; as ações dão respostas precisas às necessidades do sistema social; a instituição é autônoma e as pessoas valorizam a busca do bem comum (RIBEIRO, 2012. p. 2).

Outro estudo de Ribeiro (2011, p.87) sobre a extensão universitária como indicativo de responsabilidade social, relata que a instituição coloca em prática seu papel social através de “ações de prestação de serviços à comunidade universitária e de seu entorno, oferecendo atendimento à comunidade e levando seu conhecimento por meio de cursos, seminários, laboratórios: contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população”. A autora ainda complementa que a universidade contribui para “a inclusão social, para o desenvolvimento econômico e social, para a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”.

As IES devem estar a serviço do bem comum e da equidade social, e principalmente, a serviço do desenvolvimento econômico e social do país. Ao pensar na relação da instituição com a comunidade local deve-se ampliar a visão para seus reflexos e efeitos em diferentes níveis: local, municipal, regional, nacional e internacional. Sábias palavras de Ribeiro (2011, p.88) concluem essa reflexão:

“Por isso, a universidade não é uma instituição neutra; ela estará sempre a serviço de seu tecido social: na formação de profissionais; na promoção de seus serviços e na transformação do saber acadêmico como um bem público, com a responsabilidade social de levá-lo a todos, estabelecendo parcerias com a sociedade para a construção de um projeto impresso com a dignidade humana e com a democracia social” (RIBEIRO, 2011. p.88)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inquestionável que as instituições de ensino superior têm em mãos um instrumento fundamental e estratégico para que os ideais universais de igualdade, equidade e justiça se tornem uma realidade: a extensão. Vive-se em um mundo em que há privação de vários tipos de liberdade: liberdade de participação política, oportunidades econômicas, condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e emprego, ente tantas outras. Onde não há liberdade, não haverá desenvolvimento, seja ele, social, econômico ou político.

Os projetos sociais do Uni-FACEF são ótimos exemplos de que há instrumentos capazes de enfrentar problemas específicos, identificar lacunas existentes na localidade onde a instituição está inserida, proporcionando assim, condições para que os indivíduos potencializem sua condição de agente no mundo. Desta forma, os projetos sociais vem ao encontro das necessidades da própria instituição, dos docentes, dos discentes e dos maiores beneficiados: a sociedade.

Emancipar significa dar a oportunidade para que o sujeito seja ator e autor da sua própria história de vida, oferecer a chance das pessoas serem atuantes no contexto onde estão inseridas, libertar primeiramente o ser humano e conseqüentemente a sociedade para que todos possam alcançar o desenvolvimento tão almejado.

As instituições de ensino superior deve ser o espaço que forma seres pensantes no universo e principalmente na atual realidade social, econômica e política, tempo de renovação educacional e elucidação da realidade. Os desafios atuais estão em torno de desenvolver a capacidade individual do sujeito para a democracia e destacar a responsabilidade em fazer algo pela sociedade. A partir disso é que a universidade irá desempenhar suas verdadeiras funções: investigação, ensino e extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1988.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Biblioteca da educação; Série 1. Escola; vol.16).

LUCKESI, C.; BARRETO, E.; COSMA, J.; BAPTISTA, N. Universidade – criação e produção de conhecimento. In: Fazer Universidade: Uma proposta metodológica. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1998. Cap. II, p. 29-44.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitative and qualitative methods: opposition or complementarity? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

NASCIMENTO, E. M. F.; GREGORIN FILHO, J. N. LDB, ensino superior e construção da cidadania. São Paulo: Plêiade, 2000.

OLIVEIRA, C.H. Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária de Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

RIBEIRO, R.M.C. A extensão universitária como fator da Responsabilidade Social Universitária. Revista Espaço Acadêmico, nº128, jan/2012.

RIBEIRO, R.M.C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v.15, n.1, p. 81-88, jul, 2011.

RICHARDSON, R.J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SEN, A.K. Desenvolvimento como liberdade. Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, A.L.L. Extensão universitária: compromisso social ou solidariedade? Revista Adusp, jul/1998.

Capítulo 3 - Incentivo à Leitura: Projeto Contação de Histórias

Adriana Regina Silva Leite
Ana Lucia Furquim Campos-Toscano
Eliana Jacinto de Lima Goulart Giuberto
Maria Eloisa Souza Ivan
Maria Zita Figueiredo Gera
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

RESUMO

Desde os primórdios, os seres humanos são envolvidos pelas narrativas, porque estas permitem observar o homem nas questões emocionais e racionais, por meio de reflexões e análises, envolvendo o lúdico, a ética e a empatia. Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo é analisar o projeto “Contação de Histórias” e seu impacto nos desenvolvimentos humano e social, quando realizado com os públicos infantil e juvenil. A organização discursiva deste texto descreve a preparação, o desenvolvimento e a práxis pedagógica, que desencadeiam a ação nas comunidades em que se inserem e, ainda, apresenta os embasamentos científicos e acadêmicos que a sustenta, como Freire (1979), Coll (1995), Rojo (1998), dentre outros, para tratar da relevância da leitura e da escrita na educação formal. Também são discutidos os conceitos de desenvolvimentos humano e social, a partir de Sen e Kliksberg (2010) e Veiga (2006), e outros. São feitas discussões teóricas sobre fruição em leitura, nas perspectivas de Arendt (2009) e Chartier (2001). Por fim, é apresentado o projeto “Contação de Histórias”, realizado pelo *Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca* e as contribuições que dele decorrem.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Social, Desenvolvimento Humano, Aprendizagem, Leitura

INTRODUÇÃO

A despeito de explicitar o “teor da leitura” contido no decorrer das cinco edições do projeto “Contação de Histórias”, é que as autoras optaram por abordar, neste capítulo, toda a relevância social que o mesmo abarcou.

O objetivo foi analisar o projeto “Contação de Histórias” e seu impacto no desenvolvimento humano e social. Contudo, não bastava a descrição da elaboração, desenvolvimento e a práxis pedagógica que este apresenta, mas, também, correlacionar os embasamentos científicos e acadêmicos trazidos por ele, no desenvolvimento pessoal no âmbito da educação escolar para a sociedade.

A partir desta reflexão, associamos o desenvolvimento social como fator histórico que diretamente influencia no nível de letramento, na qualidade do processo de

alfabetização oferecido em nossas escolas e no número, ainda existente, de analfabetos acima de 15 anos de idade da sociedade contemporânea do nosso país.

Subsequentemente a isso, apresentamos o desenvolvimento humano, enfocando o surgimento do conceito “infância” e a gradativa preocupação que diversas áreas de estudo dedicaram ao entendimento das inópias desta etapa do sujeito e na construção da identidade e autonomia. Construção que vislumbra a atuação efetiva de cidadãos incluídos em uma sociedade que exige, em suas relações sociais, o uso constante da linguagem simbólica e oral, da leitura e da escrita e o processo de letramento constante.

Considerando o processo de letramento articulador de competências e habilidades que visam interpretar as várias linguagens da comunicação social, analisamos a imposição da língua escrita com o intuito de apresentar estudos os quais demonstram que ser letrado não é simplesmente saber decodificar símbolos, mas articular interpretação e transformação da linguagem social.

Ao correferir as informações sobre letramento e alfabetização, ainda, apresentamos a discussão da leitura como elemento de fruição que abarca o refletir sobre o desejo popular em apreciar a cultura em suas variadas formas.

Por fim, apresentamos a história pedagógica do projeto “Contação de Histórias” e sua repercussão nas instituições de Educação Infantil, onde foi desenvolvido, assim como algumas reflexões sobre a condução da prática pedagógica por suas coordenadoras.

DESENVOLVIMENTO: CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Não havia, desde o início de 1960, a necessidade de distinguir claramente desenvolvimento de crescimento econômico, já que a realidade das nações desenvolvidas e ricas, devido ao processo de industrialização, reafirmava o conceito de desenvolvimento agregado à riqueza econômica. Corroborava com esse conceito a situação de subdesenvolvimento de países pobres nos quais o processo industrial iniciava com discrição ou longe se encontrava tal realidade industrial pungente, exclusiva e lucrativa (VEIGA, 2006).

Evidências sociais demonstraram durante o crescimento econômico ocorrido a partir de 1930 em diversos países, inclusive no Brasil, que tal crescimento distante estava de sanar as necessidades da maioria da população em ter acesso aos bens capitalistas, condições dignas de vida entre as quais podemos citar o acesso à saúde e a educação. Fatores que deram origem a reflexões que questionavam a colocação de desenvolvimento e crescimento econômico como sendo meramente sinônimos (VEIGA, 2006).

No Brasil após a década de 1930, tida como a revolução industrial brasileira, firma-se o primeiro pilar de desenvolvimento “econômico”, apresentado pelo crescimento dos mecanismos de produção industrial e o crescimento gradual do PIB. O segundo pilar “o político”, que aponta para o desenvolvimento da estabilidade política, vem acontecer com a

promulgação da Constituição Federal de 1988 e somente a partir de 1990 firmou-se o terceiro pilar “o social” quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (GHIRALDELLI JR, 2000, VEIGA, 2006, FERREIRA JR, 2009).

O IDH aborda três vertentes que direcionam a medição do desenvolvimento humano: o índice da educação, a longevidade e a renda. Com isso a incoerência em continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento quantitativo, ou seja, econômico, perde força e busca-se agregar outros indicadores fincados no desenvolvimento qualitativo e social. As situações de mudanças que se instauram no âmbito no qual há a concentração de estudo sobre o desenvolvimento expõem relações de conflito social (VEIGA, 2006).

Gadotti (2001, p. 74) corrobora dizendo “uma sociedade entra em fase de conflito quando as contradições existentes no seu interior rompem os laços orgânicos que as mantinha em equilíbrio. Toda sociedade sobrevive graças a esse equilíbrio de forças opostas (contradições)”.

Em nossa realidade social o desenvolvimento qualitativo enfrenta desafios históricos de desigualdade e o combate a essa realidade “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e tirania, carência de oportunidade econômica, destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos [...]” (VEIGA, 2006, p. 34).

INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento surge pautado no crescimento econômico, remetendo-nos à revolução industrial brasileira ocorrida a partir de 1930, citada acima, as consequências de uma colonização exploratória, uma sequência desastrosa de escravidão, que nessa época apresentava pouco mais que quatro décadas de liberdade sem assistência política e social, enfim um Brasil agrário com um contingente assustador de analfabetos dentre os quais se encontravam pobres brancos e descendentes afros. A sociedade agrária oriunda a política café (Minas Gerais) com leite (São Paulo) dispunha de uma gestão popular carente de objetivos sociais e inclusivos (FERREIRA JR., 2009).

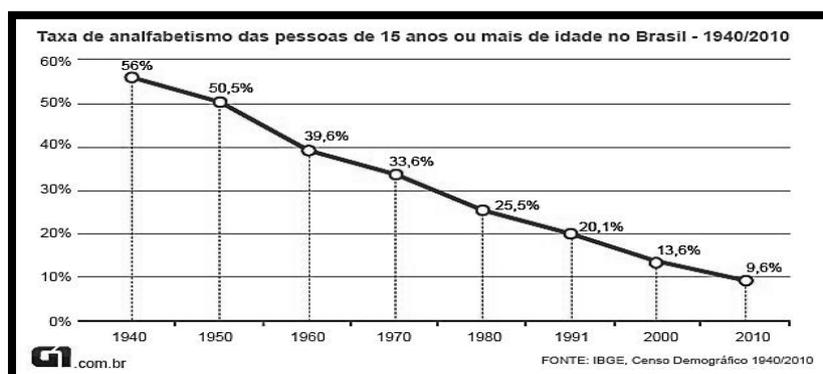
Exclusão, desigualdade, injustiça são vertentes de uma mesma circunstância histórico-social dos cidadãos brasileiros. Voltemo-nos, então, para a expressão exclusão que pode abranger os campos políticos, econômico e social. “Muitas privações e violações de direitos humanos de fato assumem a forma da exclusão de prerrogativas individuais elementares que deveriam ser dadas como certas, como o acesso à justiça ou a liberdade de expressão” (SEN, KLIKSBURG, 2010, p. 33). Mas nos aprofundaremos no social, na área da educação, mas especificamente no processo de letramento e alfabetização.

O movimento da nova escola aqui, na periferia do sistema capitalista mundial, tomou a forma da luta pela universalização do ensino público obrigatório para todos; lá, nos países centrais, a exemplo dos EUA e berço das ideias pedagógicas que embalaram o movimento, a ideia inicial era a de “oxigenar” a rede nacional de *high school* que se organizava com base numa concepção tradicional e conservadora da educação.

Mas, a escola pública obrigatória de 9 anos reivindicada pelos chamados “pioneiros da escola nova” somente conseguiu se concretizar 70 anos depois do Manifesto de 1932 (FERREIRA JR., 2009, p. 94).

No gráfico a seguir, no qual a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais de idade é explicitada, fica bem representada a histórica exclusão das classes populares que se formaram antes, durante e depois das décadas de 1930 e 1940. Indicadores Demográficos e Econômicos representados na tabela 1 vem reafirmar a preocupação dos educadores da época, dentre eles Manuel Bergström Lourenço Filho, no trabalho de identificar e contribuir para a redução do analfabetismo, e por consequência a exclusão social, intelectual e cultural dos cidadãos da época. Outro dado alarmante, que configura a exclusão atual, são os mais de 14 milhões de analfabetos representados (Figura 1) pelos 9,6% de analfabetos.

Figura 1: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil.



Fonte: IBGE 2010.

Tabela 1: Indicadores Demográficos e Econômicos.

Indicadores e taxa de alfabetização, 1900/1950	1900	1920	1940	1950
População total	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397
Densidade demográfica	2,06	3,62	4,88	6,14
Renda per capita em dólares	55	90	180	-
% população urbana	10	16	31	36
% de analfabetos (15 anos e mais)	65,3	96,9	56,2	50,0

Fonte: Lourenço Filho (1965, p. 250-272 *apud* Ramal)

EDUCAÇÃO INFANTIL E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

Durante a existência humana, nas sociedades, as exigências e desafios vão mudando de conteúdo e de significados com seu desenvolvimento orgânico e psicológico, o qual lhe confere em cada etapa de sua vida distintas capacidades de ação e de trabalho. O fato de sermos membros dessa sociedade implica estar sempre em processo de autoeducação. “Uma visão histórica da educação mostra como esta esteve sempre preocupada em formar determinado tipo de homem” (SAVIANI, 2009, p.43).

A educação se apropria desse permanente movimento social em buscar educar-se ao seu benefício, fazendo uso das capacidades nas quais se encontra os indivíduos, ou seja, resgata da sociedade o modelo de cidadão almejado, agrega a valores da comunidade local e organiza o plano pedagógico em prol da aprendizagem. “Uma determinada época histórica é constituída por determinados valores, com formas de ser de comportar-se que buscam plenitude” (FREIRE, 1979, p. 33).

Os valores aos quais Freire (1979) se refere são os mesmos valores sociais que moldaram a educação assistemática que recebiam as crianças no século XIII. “Durante séculos, as crianças foram consideradas como adultos menores, mais frágeis e menos inteligentes. [...] a partir de sete anos as crianças tornavam-se aprendizes sob a tutela de um adulto” (COLL *et al*, 1995, p.10).

Segundo Coll *et al* (1995) as atividades realizadas pelas crianças eram semelhantes a dos adultos e vestiam roupas e sapatos inadequados para essa faixa etária. Movimentos culturais e religiosos como o Iluminismo e o Protestantismo, ocorridos nos séculos XVII e XVIII, deram lugar ao descobrimento da infância atribuindo diferenciação nas necessidades e capacidades em desenvolvimento.

Os últimos decênios do século XIX trouxeram consigo mais um êxito no descobrimento da infância e de sua consideração especial. [...]

Os avanços do industrialismo, as conquistas dos movimentos trabalhistas e os interesses dos empresários foram se unindo para conferir à infância um status especial, que foi, além disso, favorecendo por uma certa generalização do ensino elementar que posteriormente foi se tornando obrigatório. A chegada da puberdade marcava o final deste status especial e a criança deixava de sê-lo para ingressar na vida dos adultos (COLL *et al*, 1995, p.10-11).

As necessidades, os desenvolvimentos ocorridos na infância e estímulos pedagógicos adequados à aquisição da autonomia, identidade e aprendizagem foram objeto de estudos que possibilitaram ao mundo pedagógico possuir conhecimentos imprescindíveis no auxílio do desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo da criança da educação infantil. “Piaget, Vygotski e Wallon tentaram mostrar que a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio” (GRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 27).

Graidy e Kaercher, (2001) corroboram, ainda, ao afirmar que Henri Wallon destacou em seus estudos o valor integrado da afetividade, da motricidade, e da inteligência

no desenvolvimento infantil. Quanto ao último aspecto, ele afirma que as experiências oferecidas pelo meio e o aproveitamento que os sujeitos fazem dessas experiências são fundamentais no desenvolvimento da inteligência. Para Vygotski, as autoras informam que, o funcionamento psicológico estrutura-se a partir das relações sociais, e são essas relações, inseridas num contexto histórico e social, responsáveis por fornecer meios para enriquecer o sistema simbólico de representação da realidade. Em seus estudos, Vygotski, estabelece os níveis de desenvolvimento real (etapas já alcançadas pela criança) e o potencial (capacidade de desempenhar tarefas com auxílio de um adulto). As autoras supracitadas, ainda, apontam que os estudos de Piaget, preocuparam-se em descobrir como se estrutura o conhecimento em determinada fase de desenvolvimento do sujeito, para ele o desenvolvimento pode ser compreendido a partir de estágios. Ao nosso objetivo de estudo cabe citar o estágio sensório motor (zero a dois anos aproximadamente) e o pré-operatório (por volta dos dois anos aos sete anos).

No primeiro estágio, apresentado por Piaget, define-se como sendo o momento pelo qual a criança conquista todo o ambiente que a rodeia, em momento inicial, pelo uso de reflexos inatos, da percepção e dos movimentos e “no final do período, a criança é capaz de usar instrumento como meio para atingir um objeto [...] fica evidente que o desenvolvimento físico acelerado é o suporte para o aparecimento de novas habilidades” (BOCK *et al*, 2009, p.101).

O desenvolvimento, nesse estágio, vai passar por uma diferenciação do eu do sujeito e o mundo externo, apresentando à medida que amadurece a conservação de objetos não presentes no campo visual e diferenciação no aspecto afetivo, ou seja, passa a demonstrar preferência por pessoas, objetos e alimentos. Evoluindo, assim, de uma atitude passiva para uma atitude ativa e participativa (BOCK *et al*, 2009).

Quanto ao estágio pré-operatório, ele é marcado pelo aparecimento da linguagem “que irá acarretar modificações nos aspectos intelectual, afetivo e social da criança” (BOCK *et al*, 2009, p. 102). Apesar dessas modificações, a diferenciação entre o eu do sujeito e o mundo externo, estabelecida no estágio anterior, a criança continuará egocêntrica, essa ação:

[...] se caracteriza, basicamente, por uma visão da realidade que parte do próprio *eu*, isto é, a criança não concebe um mundo, uma situação da qual não faça parte, confunde-se com objetos e pessoas, no sentido de atribuir a eles seus próprios pensamentos [...] Este egocentrismo é tão marcante que se manifesta em todas as áreas de atuação da criança, ou seja, intelectual, social, de linguagem (RAPPAPORT, 1982, p. 68-69).

Com o aparecimento da linguagem o desenvolvimento do pensamento fica mais rápido, os sentimentos interindividuais surgem e, nesse momento, a criança nutre pelo adulto um misto de amor e temor, seu interesse em participar de diferentes atividades e conhecer novos objetos aumenta, diferencia e ajusta-se, fazendo surgir a capacidade de se autoavaliar mediante a escala de valores estabelecida a partir do contato com experiências

variadas e subjetivas e ocorre a maturação neurológica, possibilitando o desenvolvimento de novas habilidades (BOCK *et al*, 2009).

As características descritas nesses dois estágios demonstram os meios pelos quais a aprendizagem e as experiências escolares auxiliam no desenvolvimento da autonomia durante a educação infantil, direcionando o uso de estímulos pedagógicos apropriados a fim de promover a inserção das crianças ao mundo dos leitores em constante processo de letramento.

A tarefa do docente consiste em desenvolver não uma única capacidade de pensar, mas muitas capacidades particulares de pensar em campos diferentes; não em reforçar a nossa capacidade geral de prestar atenção, mas em desenvolver diferentes faculdades de concentrar a atenção sobre diferentes matérias (VIGOTSKII, 2001, p. 108).

Salientamos que pautamos durante a descrição do desenvolvimento social a preocupação com os sujeitos incluídos ou excluídos e agora acrescentamos o desenvolvimento da identidade e autonomia na infância como fator fundamental para a inclusão dos sujeitos. Pois, para que uma sociedade embasada numa linguagem oral, simbólica e escrita se desenvolva no âmbito econômico e social é essencial à inclusão dos indivíduos nesse mundo oral, mas também simbólico e utente constante da leitura e escrita, motivo pelo qual nos levou a apreciar o projeto “Contação de Histórias” e sua importância nos locais onde foi desenvolvido.

O ato de ouvir e contar histórias está, quase sempre, nas nossas vidas: desde que nascemos, aprendemos por meio das experiências concretas das quais participamos, mas também através daquelas experiências das quais tomamos conhecimento através do que os outros nos contam (GRAIDY e KAERCHER, 2001, p. 81).

O ato de inserir o indivíduo no mundo das histórias é o caminho pelo qual o âmbito escolar infantil prepara as crianças para o pensamento abstrato da leitura e escrita, e para tanto se deve “começar pelas práticas discursivas orais em que o texto escrito é significativo, passando a fazer sentido como objeto para a criança” (ROJO, 1998, p.28).

A CONSTITUIÇÃO DA AUTONOMIA NOS PROCESSOS DE LETRAMENTO, ALFABETIZAÇÃO E LEITURA

Neste item, são apresentadas discussões sobre a *leitura como elemento de fruição* que desencadeia o desenvolvimento humano e a autonomia, no sentido do indivíduo mobilizar competências e habilidades para agir e transformar o meio em que vive.

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

A educação e o ensino, imersos nas relações humanas complexas e também na dinâmica da sociedade contemporânea, têm sido objetos de estudo em diversas áreas do conhecimento e com focos múltiplos.

Considerando, especialmente, as questões de desenvolvimento humano e social, nas condições já discutidas anteriormente, há de se esgotar as discussões sobre *letramento* e *alfabetização*, e ainda, os *multiletramentos*, uma vez que a relação com a língua escrita se impõe cotidianamente.

Tratar de *alfabetização* e *letramento* não significa fazer uma oposição entre os dois processos, mas sim concebê-los como complementares. Por *alfabetização*, entende-se aqui

[...] o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita (COLELLO, 2011, p. 11).

A *alfabetização* não pode se limitar a um simples processo de decodificação de letras articuladas com respectivos sons, um trabalho estrito em que se faça o diálogo entre grafemas e fonemas. Há de se considerar a necessidade desta etapa na formação de um indivíduo, mas, para além disso, também dar-lhe um poder de criação, por meio da mobilização do código apreendido para agir socialmente.

Por *letramento*, focaliza-se, na relação com a língua escrita:

[...] os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade.

[...] denomina-se *letramento* habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos.

Ao permitir que o sujeito interprete, divirta-se, seduza, sistematize, confronte, induza, documente, informe, oriente-se reivindique, e garanta a sua memória, o efetivo uso da escrita garante-lhe uma condição diferenciada na sua relação com o mundo, um estado não necessariamente conquistado por aquele que apenas domina o código (Soares, 1998) (COLELLO, 2011, p. 2).

Considerando-se, assim, os conceitos anteriores, o ensino e as práticas com a língua escrita só podem ocorrer, tendo como ponto de partida o *texto* e seus processos consistentes de leitura.

Nos tempos em que vive, é prudente adotar, nas práticas pedagógicas, um plurilinguismo, uma multiplicidade de leituras e de gêneros textuais e discursivos, porque a eles estamos expostos cotidianamente. Assim, faz-se necessária uma *pedagogia dos multiletramentos*, como visto em Rojo e Moura (2012). Para os autores, o multiletramento:

[...] aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a

multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (ROJO; MOURA, 2012, p. 13).

Os autores defendem que os textos contemporâneos são, em sua maioria, interativos, porque se caracterizam como hipertextos, feitos para internet e redes sociais, diferentemente de textos anteriores, difundidos de maneira analógica, como fotografias, rádio e TV.

Nesse sentido, a relação do leitor com o texto também se altera. As relações de poder entre eles passam a ser mais simétrica, pois o texto se torna colaborativo.

Sejam em mídias digitais ou analógicas são notáveis as reflexões feitas por um leitor crítico, que faz uso dos textos para se entreter ou para contestar. Ele deixa de ser um consumidor, nas perspectivas da Indústria Cultural, e passa a ser um produtor de pensamentos e conhecimento.

LEITURA COMO PRAZER E FRUIÇÃO³

A sociedade contemporânea, caracterizada pelo avanço da tecnologia da informação, pelos novos modos de comunicação e relação interpessoais, pelo incentivo à competitividade profissional e pela associação da felicidade à ascensão social ou econômica, depreciou alguns valores como prazer e fruição; conceitos estes desvinculados do sentido pragmático.

Para falar sobre leitura como fonte de prazer e fruição, faz-se necessário refletir sobre o acervo composto pela literatura, pelos conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos que vem a ser o que se conhece por legado cultural, e que está registrado, em grande parte, sob a forma escrita. Vale lembrar o multiletramento tratado anteriormente.

Arendt, ao analisar o significado social e político da cultura para o sujeito, alerta-nos para o fato de que “a sociedade começou a monopolizar a ‘cultura’ em função de seus objetivos próprios, tais como posição social e status” (2009, p. 254).

Em outras palavras,

o ponto crucial da questão é que tão logo as obras imortais do passado se tornam objeto de refinamento social e individual e do *status* correspondente, perdem sua qualidade mais importante e elementar, qual seja, a de apoderar-se do leitor e espectador, comovendo-o durante os séculos (ARENDR, 2009, p 255).

³ Esse texto faz parte de capítulo da dissertação de Mestrado *Políticas Públicas e Ações Sociais de Acesso à Leitura: a politização como caminho para o desenvolvimento local*, da Mestranda Eliana J. Lima G. Giuberti, do Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional, no Uni-FACEF Centro Universitário de Franca, sob a orientação da Prof^a Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira.

Ora, quando o homem faz uso da cultura de modo utilitarista, visando apenas ao seu refinamento social ou ao seu auto-aperfeiçoamento para alcançar a superioridade cultural e social em relação a outrem, ele permanece “completamente alheio ao fato de que Shakespeare ou Platão pudessem ter a dizer-lhes coisas mais importantes do que a maneira de se educar [...]” (ARENDDT, 2009, p. 255) e deixa de usufruir a mais poderosa de suas funções: “a faculdade que originariamente era peculiar a todos os objetos culturais, a faculdade de prender nossa atenção e de nos comover” (2009, p. 256).

Corroborando com essa ideia, Chartier (2001) afirma que “saber ler e escrever não pode se reduzir a exigências utilitárias. Os livros devem também fazer sonhar, divertir, permitir a reflexão, desenvolver o espírito crítico”.

Aquino também nos questiona e nos alerta:

o que seria do nosso ouvido sem Bach? O que seria do nosso olhar sem Monet? Do mundo sem Shakespeare? Ter contato com a ideia dos homens que nos precederam faz-nos abrir as portas para nossa própria vida (2002, p.94).

Na avaliação de alguns autores, a atual sociedade se apresenta como sendo a sociedade do instantâneo, da urgência do tempo, da incessante peleja para alcançar a felicidade. Para Bauman, sociólogo polonês e um dos principais pensadores da sociedade contemporânea, “no limiar da era moderna o *‘estado de felicidade’* foi substituído na prática e nos sonhos dos que o procuravam pela *busca* da felicidade” (2009, p. 43).

Na mesma direção, e atento à necessidade de subverter essa ordem, Aquino sinaliza:

[...] eu tenho cá comigo um lema pessoal inspirado num trecho do John Lennon: “A vida é o que acontece com você quando você está preocupado fazendo outros planos”. Nossa vida não é o resultado daquilo que planejamos, mas do que acontece todo dia, bem diante de nossos olhos (SAYÃO; AQUINO, 2004, p. 93).

E ainda,

[...] algo parece estar faltando sempre. Então só há uma maneira de romper com esse tempo raso: o tempo da pressa. As pessoas têm estado com muita pressa. A única possibilidade mediante esse estado de coisas é a de degustar a vida, fazendo uma coisa de cada vez, e de maneira aprofundada, morosa, significativa – por exemplo, como quando dois velhos amigos se encontram e passam horas conversando. São aqueles *flashes* do tempo em que se sente que ele pára por uns instantes, e que não se quer estar em nenhum outro lugar. São aqueles lapsos temporais em que se estanca a loucura contemporânea de ser sempre mais e melhor (AQUINO, 2002, p. 164).

As palavras de Aquino nos remetem a momentos de prazer e fruição que podem ser comparadas a ocasiões que envolvem a contemplação de uma pintura ou de uma escultura, a escuta de uma música, a leitura de um romance ou de uma poesia.

Sem pressa, sem tempo.

Também Pennac nos chama a atenção para a questão do tempo:

o tempo para ler, como o tempo para amar, dilata o tempo para viver.
Se tivéssemos que olhar o amor do ponto de vista de nosso tempo disponível, quem se arriscaria? [...]
A questão não é saber se tenho tempo para ler ou não (tempo que aliás ninguém me dará), mas se me ofereço ou não à felicidade de ser leitor (PENNAC, 2011, p. 108).

Visto que

o contato com um bom autor é um momento de revelação, de epifania, de abertura para as infinitas possibilidades da linguagem. E a gente continua tendo encontros desse tipo pela vida afora. Essas explosões de beleza são uma das coisas maravilhosas que a literatura nos propicia (MACHADO, 2011, pp. 23-24).

Regozijar, fruir, gozar:

[...] se é verdade que nossos desejos na maioria das vezes são esperanças, também podemos desejar o que gozamos (isso se chama prazer, e todos sabem que há uma alegria do prazer); podemos desejar o que sabemos (isso se chama conhecer, e todos sabem que há uma alegria do conhecimento, pelo menos para quem ama a verdade); podemos desejar o que fazemos (isso se chama agir, e todos sabem que há uma alegria da ação) (COMTE-SPONVILLE, 2001, p. 62).

Relacionando prazer, fruição com alegria e, por conseguinte, com felicidade resta-nos concluir: “[...] felicidade em ato, que outra coisa não é senão o próprio ato como felicidade: desejar o que temos, o que fazemos, o que é – o que não falta. Em outras palavras, gozar e regozijar-se” (COMTE-SPONVILLE 2001, p. 49).

Ora, a muitos não falta o livro, portador de textos de prosa ou poesia, de um conhecimento científico, artístico ou filosófico que encanta, todavia nem sempre desejamos ou sabemos apreciar sua beleza.

Por esse motivo a importância de cultivar junto às crianças o hábito de contar e ler histórias uma vez que

um livro é uma caixinha de surpresas para a criança. Cada vez que vira uma página, ela encontra uma coisa diferente. O livro desperta curiosidade, vontade de entrar naquele universo de faz de conta, ainda mais se a criança está acostumada a que lhe contem histórias! Existe uma situação afetiva em torno do livro. Para criança pequena, expô-la ao livro – livros novos, diferentes, variados – é algo fundamental. (MACHADO, 2011, pp.90-91).

Assim “contar histórias para a criança e ouvi-la, mesmo que seja sobre o cotidiano, não importa, é algo essencial. É o costume de dedicar tempo a essa prática que devemos cultivar” (MACHADO, 2011, p.92).

Para além da fruição, retomamos a relevância da alfabetização, do letramento e da leitura como pilares de uma educação de qualidade e, nesse sentido, Furtado pondera a necessidade de um amplo programa social que priorize a educação, que vem a ser “o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento” (2002, p. 19). Para ele, a educação melhora a qualidade do fator humano abrindo maiores possibilidades de desenvolvimento: “não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente” (2002, p. 19).

Desse contexto, decorre a necessidade de políticas públicas de incentivo à “formação de gente”, entre elas as políticas públicas de acesso à leitura com vistas ao desenvolvimento pessoal e, conseqüentemente, social.

Em busca deste desenvolvimento, o Centro Universitário Uni-FACEF contribui com as políticas públicas de acesso à leitura, por meio do *Projeto Contação de Histórias*.

PROJETO CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: RELATO DE UM PERCURSO

PARA COMEÇO DE CONVERSA...

Tudo começou no ano de 2005, quando a creche Legião da Boa Vontade, LBV, solicitou ao Departamento do Curso de Letras do Uni-FACEF que os alunos dessa licenciatura trabalhassem leitura e produção textual com as crianças atendidas naquela creche. Ficou decidido que a professora Monica de Oliveira Faleiros seria a coordenadora e orientadora das atividades a serem desenvolvidas.

Desse modo, foram traçados dois objetivos principais: o primeiro de criar a oportunidade para que os alunos do Curso de Letras pudessem desenvolver suas habilidades teóricas e práticas, por meio de atividades de Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa; o segundo de contribuir com a formação das crianças atendidas pela LBV, por meio de práticas de atividades de leitura e produção de textos.

Duas atividades básicas pautaram o desenvolvimento do trabalho, a saber: orientação teórica, técnica e metodológica, realizada no Uni-FACEF, semanalmente, junto às alunas do Curso de Letras e, outra, de execução das atividades com as crianças da entidade, duas vezes por semana, ao longo de dois meses. Nesse momento, as atividades constituíram-se de leituras e “contação” de histórias, dinâmicas de grupos, dramatizações, produção de textos orais e escritos, além de atividades plásticas, como desenhos, pinturas, criação de fantoches.

Assim começou nosso percurso de contadores de histórias. A partir de uma solicitação, iniciamos um trabalho voluntário, sem fins lucrativos, de incentivo à leitura, de imersão no mundo das letras, da imaginação e da criação estética. No ano seguinte, a

professora Monica passou o projeto para a professora Heloísa Mara Mendes que, durante 2006, orientou os alunos que participavam do projeto.

A partir de 2007 até 2011, nós, duas das autoras deste capítulo, assumimos a coordenação. Ana Lúcia, como supervisora devido ao cargo de Chefe de Departamento do Curso de Letras e Maria Eloísa, como coordenadora e orientadora, visto que é titular da disciplina de Literatura Infanto-Juvenil. No ano de 2009, avaliando os pedidos feitos ao Curso, vimos a necessidade de ampliar nosso trabalho voluntário junto à comunidade francana e, assim, decidimos atender a solicitação feita pela Creche “Bom Pastor” – Jardim Santa Bárbara - presidida pelo Sr. Hermes Borges e coordenada pela assistente social Rosângela Valério Coelho.

Na ocasião, foram traçadas algumas metas e estratégias de modo a garantir o bom andamento do projeto e como era a primeira edição deste projeto atendendo crianças de faixa etária de 3 (três) a 5 (cinco) anos, bastante diferente daquela atendida anteriormente, foi necessário reestruturar o projeto e, conseqüentemente, iniciá-lo somente no 2º semestre.

Manteve-se o formato de dois grupos de equipes, compostos por alunos do 2º, 4º e 6º semestres do Curso de Letras, com atendimento em dois turnos, atendendo, em cada encontro, uma média de 23 crianças. Neste texto, relatamos algumas das atividades desenvolvidas na Creche “Bom Pastor”, para que o leitor conheça um pouco mais do nosso trabalho.

ERA UMA VEZ... UMA HISTÓRIA, OUTRA E MAIS OUTRA...

Ao longo do projeto desenvolvido na Creche “Bom Pastor”, as atividades desenvolvidas contemplaram a leitura dramatizada de diferentes tipos de textos literários, da literatura infanto-juvenil, que estimulasse o gosto, o interesse e o encantamento pela atividade de leitura, obedecendo às necessidades de crianças na faixa etária de 3 (três) a 5 (cinco) anos. Para tanto, essas atividades foram programadas de modo que as equipes pudessem aplicá-las em cada encontro, contribuindo não apenas com a dramatização dos textos, mas também com o desenvolvimento da expressão oral, plástica e motora dessas crianças, além de sua formação interior.

As reuniões de orientação feitas pela professora Maria Eloísa se realizavam em duas etapas: semanalmente, às segundas-feiras, das 18h15 às 19h15, ocasião em que, além da atividade planejada, era replanejado e discutido o andamento dessas atividades, em face dos problemas que iam surgindo a cada semana. Era o momento em que todos trocavam informações, experiências e condutas que deveriam ser tomadas diante das dificuldades de ordem prática ou emocional que se revelavam na recepção e comportamento das crianças.

Em um segundo momento, também em um encontro semanal, aos sábados, das 15h às 18h, a orientação era prática, com técnicas de dramatização e contação de

histórias. A partir da orientação e capacitação, cada uma das equipes de estudantes realizava junto à *Creche Bom Pastor 1* (um) encontro semanal, às segundas-feiras, no período matutino, das 9h30 às 10h30 e no período vespertino, das 15h30 às 16h30, momento de colocar em prática tudo o que fora apreendido.

No primeiro encontro na Creche “Bom Pastor”, a coordenadora do projeto, Maria Eloísa, acompanhou os dois grupos a fim de estreitar os laços com as crianças, demonstrando a importância do referido projeto não só para a creche, como também para o Uni-FACEF. Nesse momento, levamos a “caixa mágica”⁴ e pudemos desenvolver o dom de “contadores de histórias”, despertando o interesse e a curiosidade das crianças para o que viria naquele e nos encontros seguintes. Foi uma experiência bastante inovadora, pois tanto as crianças, como os grupos de alunos e a coordenadora Maria Eloísa estavam ansiosos por esse encontro, já que era a primeira vez que trabalhavam com crianças nessa faixa etária.

Depois desse primeiro contato, muitas histórias foram contadas, entre elas podemos citar:

A história *Romeu e Julieta*, escrita por Ruth Rocha, cujo tema central trata da amizade, da união, do respeito, da solidariedade e o amor ao próximo, como sentimentos essenciais na nossa vida, evidenciando-se que ninguém é melhor do que o outro, independentemente de condição social, religiosa, étnica, sexual ou física; pelo contrário, juntos, somos muito fortes. Foi realizada uma dramatização utilizando a técnica do avental⁵ e dois dedoches representando as borboletinhas *Romeu e Julieta*. Na sequência, foram utilizados papéis cartão coloridos de modo que os grupos ajudassem as crianças a recortarem flores e borboletas para que cada uma construísse seu jardim por meio da técnica de colagem.

No encontro seguinte, foi a vez de *A festa no céu*, recontada por Nelson Albissú. Os alunos foram orientados quanto aos temas dos textos trabalhados, relacionando o folclore como um conjunto das tradições, conhecimentos ou crenças de um povo, expressos em cantigas, festas, danças, poesias, lendas, jogos, superstições, etc., formando, de certo modo, a identidade alegórica do nosso povo. Por meio da leitura dramatizada, enfatizaram-se os recursos expressivos na leitura oral das lendas, adivinhas e trava-línguas, explorando a expressividade obtida com a entonação, o ritmo e a fluência e despertando o raciocínio rápido das crianças no processo das adivinhações, bem como na leitura dos trava-línguas. Na sequência, as crianças confeccionaram uma máscara em E.V.A. verde musgo, com a imagem da tartaruga, personagem principal do texto.

Menina bonita do laço de fita, de Ana Maria Machado, foi outra história trabalhada pelos grupos. Com o intuito de discutir o tema central desta história, que se

⁴ A “caixa mágica” é uma maleta de madeira, decorada com motivos infantis e, dentro dela, são guardados livros, fantoches, dedoches e bonecas. No momento em que são desenvolvidas as atividades de contação de histórias, a caixa é aberta e o mundo da fantasia, da imaginação descortina aos olhos das crianças.

⁵ Foram confeccionados três aventais de TNT, em fundo branco e detalhes coloridos em vermelho, azul, amarelo e preto relativos aos canteiros mostrados na história.

relaciona à construção e descoberta da identidade e suas diferentes figurativizações, o que nos torna únicos no mundo, foi evidenciada a veiculação de princípios e valores que constituem a nossa cultura e sociedade. A dramatização foi feita com bonecos (dois coelhos, um preto e outro branco e uma boneca de pano negra) que figurativizavam os personagens centrais da história, além do uso de violão para estimular a participação das crianças. Como atividade motora, as crianças desenharam e coloriram os três personagens centrais da história.

A dramatização do texto de Chico Buarque, *Chapeuzinho amarelo*, foi feita a fim de tratar de um tema comum entre as crianças, o enfrentamento dos medos, inseguranças, limites e superações, reforçando sentimentos como autoconfiança e superação. Nessa atividade, foi utilizado um fantoche do lobo mau, tipo meioche, e um chapéu amarelo, confeccionado pelos grupos. A técnica destacada foi a narração, com muito humor e brincadeira, em que os atores exploraram os gestos, expressões faciais, tons de voz e a movimentação no espaço. A técnica de colagem de imagens dos personagens da história foi utilizada para fixação do que foi apreendido.

Por meio da técnica da narração (voz, expressão facial e corporal, trabalho com o espaço), foi dramatizada a história *Assim nasceu a alegria*, de Rubem Alves. Enfatizou-se a importância e o valor de cada um de nós aos olhos de Deus que, como Pai, nos enxerga a todos iguais, perfeitos, vindos ao mundo para sermos felizes, independentemente de sermos diferentes do outro. Ao final, as crianças desenharam a personagem principal, caracterizando-a conforme cada um desejou.

Várias outras histórias foram contadas. A ideia era puxar um fio de histórias para que o universo mágico da literatura abrisse aos olhos das crianças que, de posse desse mundo, pudessem relacionar sentimentos, sensações, fatos com sua realidade. A cada encontro era mais uma vez ... outra história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Final da história...

Ao longo dessas cinco edições do projeto Contação de Histórias, acreditamos ser possível elaborar um diagnóstico avaliativo dos resultados obtidos pelas ações desenvolvidas, mensurando resultados e aprimorando rumos futuros.

A avaliação do projeto sempre se realizou ao final de cada edição, tendo como parâmetros o registro diário de anotações feito pelas equipes de monitores, os encontros de orientação entre coordenação do projeto e equipe de monitores, os encontros periódicos entre a coordenação do projeto e a assistente social da creche, os relatos das educadoras que trabalham diretamente com as crianças e, por fim, o relatório oferecido pela Instituição contemplada pelo projeto.

De acordo com o diagnóstico traçado pelos instrumentos anteriormente elencados, o projeto Contação de Histórias tem cumprido significativamente com os objetivos e propósitos apresentados na sua proposta: promover a cultura, a educação e a leitura, entendendo que esses são quesitos de primeira ordem para que qualquer cidadão possa ter qualidade de vida. O diagnóstico final nos permite afirmar que as atividades desenvolvidas ao longo da execução do projeto propiciaram nas crianças um melhor desempenho pedagógico no que concerne às atividades plásticas, motoras, de oralidade, bem como de espaço, disciplina além da fixação de sentimentos como solidariedade, respeito, amizade, perdão, autoconfiança e superação.

Por fim, acreditamos que deixamos também para o educador que convive com o projeto a centelha do quão importante é que ele esteja consciente de que a criança é um “ser educável”, e que ele, educador, tenha a certeza de que a escola, as creches são espaços privilegiados, em que devem ser colocados os alicerces do processo de auto-realização vital/cultural, que o ser humano inicia na infância e prolonga enquanto dura seu ciclo vital. Somos, por excelência, aprendizes de cultura e o diálogo entre leitor e texto estimula a compreensão não só da informação imediata, como a formação interior, provocando transformação e, conseqüentemente, mudança de posturas.

Afinal, ler é poder encontrar-nos e conviver com povos iguais ou diferentes de nós, é ter nas mãos o universo inteiro, o real e o imaginado. Enfim, é poder a cada “Era uma vez...” navegar pelo mundo das letras.

A título de conclusão, fica evidente a contribuição do Projeto Contação de Histórias tanto para a inclusão do sujeito na sociedade contemporânea que valoriza, sobremaneira, a cultura letrada, quanto para a sua autonomia de agir para transformar o mundo. Parece difícil, se não impossível, pensar em desenvolvimento social sem antes pensar em desenvolvimento pessoal como intrinsecamente constituído por essas conquistas individuais.

REFERÊNCIAS

ALBISSÚ, Nelson. A festa no céu. In. _____: *Coisas do folclore*. São Paulo: Cortez, 2004. Lendas: “Curupira”; “Mula-sem-cabeça”; “Saci-pererê”. Adivinhas: várias; Trava-línguas: várias.

ALVES, Rubem. *Como nasceu a alegria*. 4.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. Ilustrações: Bianca. Coleção estórias para pequenos e grandes.

AQUINO, Julio Groppa. *Diálogos com educadores: o cotidiano escolar interrogado*. São Paulo: Moderna, 2002. (Educação em pauta)

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BAUMAN, Zigmunt. *A arte da vida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. IBGE. *Censo Demográfico 2010 Resultados gerais da amostra*. Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo_economico/2012/2012_04/outros/IE%202012%2004%2027%20CENSO%202010.pdf>. Acesso em 27 abr. 2012.

CHARTIER, Roger. O mundo que lê. Entrevista para Revista Educação – Edição 177 – Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/177/o-mundo-que-lehistoriador-frances-afirma-que-alfabetizacao-crescente-e-243666-1.asp>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

COLELLO, Sílvia M. Gasparian. *Alfabetização e letramento: repensando o ensino da língua escrita*. FEUSP. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

COLL, César; PALACIOS, José; MARCHESI, Alvaro (org) *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Vol. 1 - Psicologia Evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Levisky. D.L. Adolescência. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade desesperadamente*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. *Educação infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.

FERREIRA JR., AMARILIO (org). *História da Educação Brasileira*. 2. ed. São Carlos: UAB-UFCar, 2009.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HOLANDA, Chico Buarque. *Chapeuzinho Amarelo*. 21.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. Ilustração: Ziraldo.

LOURENÇO, FILHO, Manuel B. *Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250. out./dez. 1965; Fundação IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas*, 1970. In: RAMAL, Camila Timpani. *O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a história da educação rural*. <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/e2qdukOb.pdf>. Acesso em 17 out. 2012.

MACHADO, Ana Maria; ROCHA, Ruth. *Contando histórias, formando leitores*. Campinas: Papirus 7 Mares, 2011.

PENNAC, Daniel. *Como um romance*. Tradução de Leny Werneck. – Porto Alegre: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

RAPPAPORT, Clara Regina. (Org.) *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: EPU, 1982.

ROCHA, Ruth. *Romeu e Julieta*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2002. Ilustração: Cláudio Martins.

ROJO, Roxane. (Org.). *Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SAVIANI, Demerval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAYÃO, Rosely; AQUINO, Julio Groppa. *Em defesa da escola*. Campinas: Papirus, 2004.

SEN, Armartya,; KLIKSBURG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A Formação da Mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998a.
_____. *Pensamento e Linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998b.

VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexandre Romanovich; LEONTIEV, Alex N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 2. ed. São Paulo: Ícone. 2001

Capítulo 4 - Responsabilidade Social de Instituições de Ensino Superior e Impactos Comunitários: estudo do projeto Pró-criança do Uni-FACEF: desenvolvido entre 2008 e 2009

Carlos Eduardo de França Roland
Paulo de Tarso Oliveira

RESUMO

O presente capítulo tem como objetivo analisar a promoção do desenvolvimento humano e social dos Projetos Capacitação Profissional/Ensino de Língua Inglesa e Capacitação Profissional/Ensino de Informática, tratados nesse capítulo como projetos Pró-Criança, fruto da parceria do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF com o Instituto Pró-Criança, para a erradicação do trabalho infantil na indústria calçadista. Foi realizada pesquisa exploratória envolvendo levantamento bibliográfico e documental e são apresentados os referenciais teóricos sobre Responsabilidade Social, Papel Social das Universidades, e Desenvolvimento Regional bem como o histórico do Instituto Pró-Criança. Para o desenvolvimento do estudo foram realizadas entrevistas não estruturadas para a coleta de dados junto à administração do Pró-Criança; junto à administração do Uni-FACEF; junto à coordenação do programa; com alunos e professores do curso oferecido no projeto, e são apresentados os resultados obtidos. Pôde-se constatar a importância social de projetos dessa natureza, não só para a comunidade atendida no programa, mas também para os estudantes universitários, como complemento de sua formação acadêmica, além da verificação de aspectos que podem ser melhorados ou implementados para potencializar os resultados de projetos sociais, com sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social Universitária; Impacto Social de Instituições de Ensino Superior; Desenvolvimento Regional; Projetos Sociais do Uni-FACEF; Parceria Uni-FACEF e Instituto Pró-Criança.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade social (RS) vem sendo cada vez mais valorizada neste século como uma das alternativas para promover transformações sociais com base no fortalecimento de valores humanitários (SOUZA, 2006).

A valorização ampliada da RS justifica-se em decorrência da crescente consciência acerca dos prejuízos acarretados por meio de comportamentos descompromissados da sociedade em geral com a ética e o bem comum, comprometendo a qualidade de vida não só da geração atual como das futuras gerações.

Se discute o tema sob o aspecto das Instituições de Ensino Superior (IES), defendendo-se que estas são responsáveis, no âmbito interno, pela formação ética de profissionais como economistas, administradores, advogados, entre outros, que vão futuramente optar por caminhos que afetam direta ou indiretamente a qualidade de vida dos cidadãos comuns. No âmbito externo, estas instituições são responsáveis por atender demandas sociais por ofertas de soluções que desenvolvam o bem estar coletivo, com vistas ao desenvolvimento regional, através de pesquisas desenvolvidas junto à comunidade, transformando informações e experiências em novos conhecimentos. A partir da socialização destes conhecimentos junto à comunidade universitária, são articuladas e integradas as três funções das IES: ensino, pesquisa e extensão.

Propõe-se, neste capítulo, investigar o impacto social das IES por terem a função social por natureza. Calderón (2005) indica existir uma tendência das IES em exercer a RS optando por uma abordagem mercadológica, em função dos ganhos de imagem obtidos junto à sociedade.

Diante deste quadro, foram geradas as seguintes questões que orientaram a pesquisa no Uni-FACEF e no Instituto Pró-criança: qual a visão dos gestores dos institutos, e dos alunos do Uni-FACEF sobre a Responsabilidade Social Universitária (RSU)? Qual o conhecimento e a participação dos alunos nas ações sociais do Uni-FACEF? E quais os reflexos destas ações junto à comunidade francana, especialmente o Projeto Pró-criança?

A pesquisa está fundamentada em uma abordagem exploratória e descritiva, com análise qualitativa dos dados coletados.

Na primeira fase exploratória, foram levantados o referencial teórico disponível sobre a RS, a RSU e o Desenvolvimento Regional, junto a autores como Calderón (2005), Durhan (2005), Kliksberg (2006), Lopes (2002), Macedo (2005), Instituto Sordi (2005), Schwartzman (2005), Todorov (2005), e Vallaeys (2006), além dos históricos do Uni-FACEF e do Instituto Pró-Criança.

Na segunda fase, descritiva, foi realizada pesquisa de campo com a comunidade envolvida nos projetos sociais das instituições. Foram consultados, através de entrevistas não estruturadas, os gestores do Instituto Pró-criança e do Uni-FACEF (reitoria, pró-reitorias e coordenações de cursos), e professores e alunos do programa de ensino de língua inglesa e informática.

FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Responsabilidade Social significa diferenciar o certo do errado e fazer o certo. A definição formal de Responsabilidade Social é a obrigação da administração de fazer escolhas e tomar medidas que contribuam para o bem estar e os interesses da sociedade tanto quanto da organização. Responsabilidade Social é uma exigência básica à atitude e ao

comportamento ético, através de práticas que demonstrem que a instituição possui uma alma, cuja preservação implica solidariedade e compromisso social (ASHLEY 2003).

Sob o aspecto social das universidades, tradicionalmente suas funções são: docência, pesquisa e extensão. Com base nas suas funções, princípios e valores, o compromisso social de uma IES está no caminho da superação da dependência, da fome, da miséria, sem repudiar a ciência, colocando-a a serviço da humanidade. O ensino deve ser independente, insubornável, autônomo e leal aos padrões internacionais do conhecimento.

A questão da responsabilidade social no ensino superior passa a ter maior importância com a operacionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), quando inclui a Responsabilidade Social como uma das dez dimensões de avaliação da qualidade da IES. Fica mais clara a intenção do Estado, ao inserir a Responsabilidade Social no contexto do SINAES, de definir a contribuição da IES em relação a inclusão social, ao desenvolvimento humano, econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Neste contexto, responsabilidade social da universidade deve ser entendida como os deveres que a universidade tem para com o equacionamento dos graves problemas sociais do País, e de seus entornos territoriais.

Assim, a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação dos diversos setores da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à formação de profissionais cidadãos, e produção e transmissão de saberes responsáveis.

O debate sobre a conceituação econômica do termo desenvolvimento impõe a utilização de um modelo que englobe variáveis econômicas e sociais. Oliveira (2002) afirma que “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”.

Pode-se afirmar que crescimento - definido como incrementos positivos no produto e na renda – quando transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano (saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, etc) e reduzindo níveis de pobreza, de desemprego e de desigualdade social, gera desenvolvimento. Assim, crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Segundo Lopes (2002), “desenvolvimento é fim e o crescimento é apenas meio”. Desenvolvimento, para se realizar, necessita de crescimento, mas não qualquer crescimento, ou crescimento a qualquer custo. O autor ainda afirma que não se pode considerar desenvolvida a sociedade, por maior que seja seu PIB ou a renda per capita de sua população, na qual a opressão e as desigualdades foram acentuadas; onde o bem-estar de alguns se dê à custa da pobreza de outros.

Segundo conceituação de economistas de orientação crítica, “desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (OLIVEIRA, 2002, pág. 40).

Sob esta ótica, desenvolvimento não é essencialmente econômico. Será social, e deverá ser humano, porque desenvolvimento é para as pessoas, “e é para as pessoas onde estão” (LOPES, 2002).

À medida que o desenvolvimento atende às principais necessidades das pessoas, em seus locais de origem, deixando de ser essencialmente econômico, ele passa a ser, também, desenvolvimento humano.

O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à ideia de crescimento. [...] Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população. (PNUD, 2006 apud OLIVEIRA, 2002, p. 45).

É necessário então, para se atingir o desenvolvimento humano, que se reduza a exclusão social, caracterizada, principalmente, pela pobreza e pela desigualdade. Com o objetivo de caracterizar a operacionalidade do desenvolvimento de forma quantitativa buscando maior clareza conceitual, Lopes (2002) propõe que ele seja traduzido por acesso, por ser possível medir a acessibilidade.

INSTITUTO PRÓ-CRIANÇA

A motivação para a criação do Instituto Pró-Criança em Franca foi a ação de combate ao trabalho infantil na indústria de calçados iniciada em 1992 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em parceria com o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que realizaram vários estudos de caso no país sobre a questão do trabalho infantil. Por meio do programa “Orientação de Crianças Trabalhadoras na Indústria e Outros Setores: Capacitação de Sindicalistas e Conscientização da Sociedade”, a CUT estabeleceu como prioridade o combate ao trabalho infantil no setor de calçados de Franca, devido à tradicional presença de crianças trabalhando neste setor.

A incidência de trabalho infantil em Franca se explicava, principalmente, em função da crença cultural local de que por meio do trabalho as crianças se desenvolvem melhor e se preparam adequadamente para a vida madura. A continuidade desta prática era defendida como uma oportunidade para a criança de ser iniciada em um ofício que lhe seria útil no futuro, além de se acreditar que ocupando o tempo ocioso de jovens estaria sendo prevenida a marginalidade.

Outra característica importante da indústria francana é o fato de que parte do processo produtivo, para redução de investimentos e custos, mais especificamente, a

costura e o pesponto, são terceirizados para bancas de prestação de serviços, via de regra informais, que executam as atividades nas residências dos trabalhadores, facilitando ainda mais a participação infantil.

Dentre as ações para a erradicação do trabalho infantil, CUT-IPEC/OIT realizaram uma pesquisa para identificar suas características em Franca, que teve como objetivo levantar mais detalhadamente a utilização de mão-de-obra infantil junto às indústrias, bancas de costura e pesponto, avaliando famílias e escolas. Como consequência dos resultados desta pesquisa, estabeleceu-se uma parceria entre o Sindicato dos Sapateiros e a CUT para a realização de uma ampla campanha de sensibilização e mobilização da sociedade contra o trabalho infantil.

Um dado importante que a pesquisa levantou, foi sobre os efeitos prejudiciais à saúde que o uso da cola no processo de costura e pesponto causam ao organismo do trabalhador. Em função destas evidências e de denúncias realizadas sobre a exploração da mão-de-obra infantil, empresários francanos começaram a atentar para a ameaça de queda nas vendas, principalmente nos mercados internacionais.

Em 1993 foi instalado o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil da Cidade de Franca, que visava permitir a discussão dos problemas na região, e facilitar a elaboração de propostas de resoluções possíveis.

Em 1994 o Sindicato dos Sapateiros, o UNICEF e a OIT/IPEC realizaram nova pesquisa quantitativa nas escolas de Franca, que foi conduzida pelo Departamento de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Os resultados desta pesquisa possibilitaram a proposta de ações para a erradicação do trabalho infantil, por parte do Sindicato dos Sapateiros em parceria com a Prefeitura Municipal, o SENAI/SENAC, e o UNICEF, como a concessão de bolsas de estudos para a retirada das crianças do trabalho, propiciando sua inserção em atividades escolares complementares. Estas atividades foram iniciadas em 1996 e se estenderam até 1998.

Paralelamente a esta iniciativa, as alianças empresariais começaram a se articular, sendo que três organizações representativas de empresários fundaram, através do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, o instituto Pró-Criança em outubro de 1995. A composição da diretoria do instituto foi definida com nove cargos, sendo que cada entidade participante do projeto – SindiFranca, CIESP, e ACIF - indica três vagas. Os cargos são: presidente, 1º e 2º vice-presidentes, 1º, 2º e 3º secretários, e 1º, 2º e 3º tesoureiros.

Através da contribuição financeira das empresas associadas, sua principal fonte de receita, o Instituto Pró-Criança também elaborou projetos de atendimento social, iniciando suas atividades em maio de 1996. O instituto contava com a participação de 52 empresas da região, o que correspondia a cerca de 65% dos produtores de calçados locais (IPEC, 2009). No 1º Encontro de Empresários pelos Direitos da Criança e do Adolescente, o instituto Pró-Criança criou o Selo Pró-Criança, que passou a ser concedido às empresas que

firmassem o compromisso de não empregar crianças em qualquer das fases da cadeia de produção de seus calçados.

A partir de 1997 o instituto iniciou um processo de expansão de suas atividades em direção ao setor terciário, através de negociações com os proprietários das bancas, para que eles também aderissem ao acordo firmado entre as empresas. O número de empresas cadastradas no programa, adicionado às 800 bancas que se mobilizaram, representou 75% da produção de calçados de Franca.

No final de 1997, a Fundação Abrinq, que havia aderido ao projeto, e o IPEC/OIT promoveram uma reunião de planejamento com o Instituto Pró-Criança, a Associação Brasileira da Indústria de Calçados (ABICALÇADOS), e a Fundação Semear de Novo Hamburgo, e constataram a necessidade de se criar um sistema de monitoramento e fiscalização das empresas que utilizavam o selo Pró-Criança para garantir a credibilidade tanto nacional como internacional do Selo. Na oportunidade foi criado o Programa de Auditoria do Pró-Criança (PAC) com apoio técnico do IPEC/OIT, que foi implementado assessorando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Franca, realizando auditorias junto às empresas calçadistas compromissadas com o instituto.

A avaliação final do programa foi realizada no primeiro semestre de 1999 e obteve resultados animadores quanto à problemática na região, não evidenciando o comprometimento do PETI, em todos os prestadores de serviços auditados pelo PAC, em relação ao uso de mão-de-obra infantil.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa adotada neste trabalho foi bibliográfica exploratória associada a entrevistas não estruturadas.

Na entrevista não estruturada pretende-se obter do entrevistado, o que ele considera mais relevante sobre determinado problema, através da conversação guiada, para obter informações detalhadas para análises qualitativas (RICHARDSON, 1999).

Os objetivos com as entrevistas não estruturadas, neste trabalho, foram:

- Obter informações dos entrevistados, dos fatos conhecidos por cada um, relacionados ao processo de criação do Instituto Pró-Criança, e da participação do Uni-FACEF neste processo;
- Conhecer as opiniões dos entrevistados sobre os impactos sociais da participação do Uni-FACEF na parceria com o Instituto Pró-Criança.

DADOS COLETADOS

Foram coletados dados em entrevistas no Instituto Pró-Criança (secretária), e no Uni-FACEF (pró-reitoria de extensão, reitoria, coordenação do curso de Letras, e professores dos cursos de inglês).

Entrevista no Instituto Pró-Criança

A pesquisa mostrou que a participação do Uni-FACEF no Projeto Pró-Criança ocorreu, inicialmente, de forma indireta. A partir do convite pessoal do diretor do Sindifranca, o reitor do Uni-FACEF passou a integrar a diretoria do Instituto Pró-Criança como 2º vice-presidente, ocupando uma das vagas pertencentes ao sindicato. A partir da aceitação deste convite, o Uni-FACEF se inscreveu como mantenedor do instituto, contribuindo financeiramente para o projeto.

Em 2000, o Uni-FACEF passou a ser, também, parceiro na oferta de vagas em cursos de informática. A tabela 1 mostra as vagas ofertadas desde 2000.

Tabela 1 – Oferta de vagas pelo Uni-FACEF desde 2000.

Especialidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Informática	30	25	20	70	25					
Informática + Inglês							67	80	110	65

Fonte: Uni-FACEF

Percebe-se que em 2005 houve uma interrupção da oferta de vagas em função de reestruturação da participação da instituição que passou a oferecer, a partir de 2006, vagas em cursos de informática e de inglês.

Entrevista com reitoria e coordenação no Uni-FACEF

A entrevista com a reitoria do Uni-FACEF permitiu confirmar e esclarecer alguns dados levantados na entrevista com a secretaria do Instituto Pró-Criança, além da disponibilização de acesso à publicação *Programa de Aprendizagem “CONFECCIONADOR DE CALÇADOS”* (PRÓ-CRIANÇA, 2000), a partir da qual foi possível conhecer os objetivos do instituto, as justificativas de se erradicar o trabalho infantil em Franca através de Programas de Aprendizagem, além das ações realizadas pelo instituto como atribuições gerais. São apresentados, também, detalhes da legislação envolvida nas questões de trabalho infantil, CLT, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dos direitos do Adolescente Aprendiz, e, detalhadamente, o Programa de Aprendizagem *“VOU CONSEGUIR – Capacitação Profissional”* proposto pelo instituto.

Com a coordenação do curso de inglês foi possível o acesso aos documentos oficiais dos projetos desenvolvidos por professores e alunos do Uni-FACEF para reestruturação da parceria com o Instituto Pró-Criança, a partir de 2006 e do *Holiday Project*.

No *Projeto de aulas de Inglês – Pró-Criança*, (SILVA et al., 2006) são apresentadas as Atividades de Regência a serem desenvolvidas com as novas turmas de alunos. Percebe-se, neste documento, o cuidado com a alocação do conteúdo didático em um cronograma semestral, entretanto nota-se a ausência de maior formalidade nas especificações das atividades de avaliação do aprendizado.

No *Holiday Project – Holidays and Special Days* (BERNABÉ, 2008) foi possível conhecer a justificativa, os objetivos e o desenvolvimento metodológico da proposta de diversificação do ensino da língua inglesa através de temas transversais que motivem os alunos a permanecerem no programa, diferenciando o curso do ensino tradicional adotado nas escolas regulares.

Análise de Diários de Classe

A partir da entrevista na pró-reitoria de assuntos comunitários e extensão, foram disponibilizados os Diários de Classe existentes. A pesquisa sobre eles procurou levantar registros históricos dos resultados dos cursos oferecidos pelo Uni-FACEF, tendo sido permitidas consultas aos diários do programa de inglês dos anos de 2008 (dois semestres) e de 2009 (um semestre). Os Quadros 1 e 2 apresentam os dados levantados.

Quadro 1 – Dados obtidos dos Diários de Classe 2008

Turma 1 – 2008							
	Total alunos	Nro aulas	Aulas x Alunos	Faltas	%	Desistências	Notas (média)
Março	38	3,0	114,0	8,0	7,0%	3,0	6,4
Abril		4,0	152,0	25,0	16,4%		
Maiο		3,0	114,0	12,0	10,5%		
Junho		4,0	152,0	12,0	7,9%		
Agosto	27	4,0	108,0	2,0	1,9%		7,5
Setembro		4,0	108,0	24,0	22,2%		
Outubro		4,0	108,0	11,0	10,2%		
Novembro		3,0	81,0	2,0	2,5%		
Totais		29,0	937,0	96,0	10,2%	3,0	
Turma 2 – 2008							
	Total alunos	Nro aulas	Aulas x Alunos	Faltas	%	Desistências	Notas (média)
Março	18	3,0	54,0	8,0	14,8%	1,0	3,4
Abril		4,0	72,0	14,0	19,4%		
Maiο		3,0	54,0	15,0	27,8%		
Junho		4,0	72,0	4,0	5,6%		
Agosto	13	4,0	52,0	12,0	23,1%	1,0	8,0
Setembro		4,0	52,0	11,0	21,2%		
Outubro		4,0	52,0	24,0	46,2%		
Novembro		3,0	39,0	5,0	12,8%		
Totais		29,0	447,0	93,0	20,8%	2,0	

Fonte: Uni-FACEF

Quadro 2 – Dados obtidos dos Diários de Classe – 2009

2º ano – 2009							
	Total alunos	Nro aulas	Aulas x Alunos	Faltas	%	Desistências	Notas (média)
Março	23	4,0	92,0	16,0	17,4%	1,0	5,9
Abril		3,0	69,0	15,0	21,7%		
Maio		4,0	92,0	33,0	35,9%		
Junho		3,0	69,0	17,0	24,6%		
Agosto			0,0		0,0%		5,7
Setembro			0,0		0,0%		
Outubro			0,0		0,0%		
Novembro			0,0		0,0%		
Totais		14,0	322,0	81,0	25,2%	3,0	
1º ano – 2009							
	Total alunos	Nro aulas	Aulas x Alunos	Faltas	%	Desistências	Notas (média)
Março	18	4,0	72,0	12,0	16,7%	1,0	5,7
Abril		3,0	54,0	13,0	24,1%		
Maio		4,0	72,0	16,0	22,2%		
Junho		3,0	54,0	9,0	16,7%		
Agosto			0,0		0,0%	1,0	5,5
Setembro			0,0		0,0%		
Outubro			0,0		0,0%		
Novembro			0,0		0,0%		
Totais		14,0	252,0	50,0	19,8%	2,0	

Fonte: Uni-FACEF

A análise dos dados mostra um nível de controle baixo. Apesar dos cursos serem ofertados desde 2000, o Uni-FACEF iniciou o registro formal das atividades a partir de 2008, e os dados do segundo semestre de 2009 não foram disponibilizados porque os professores ainda estavam de posse deles para encerramento do semestre.

A documentação dos Diários de Classe avaliados, apesar de incompleta, permite a constatação de algumas informações, como por exemplo, os baixos índices de evasão e faltas. Com relação às notas médias bimestrais calculadas, a variação apresentada indica uma eventual necessidade de formalização de procedimentos de avaliação de alunos.

Na fase de levantamento de dados constatou-se a ausência de um registro formal de avaliação, pelos participantes (professores, alunos, familiares, coordenação e operação), sobre os resultados alcançados pelo projeto e os reflexos deste esforço social em suas vidas.

Entrevistas com Professores

O objetivo das entrevistas com professores, foi identificar qual o reflexo da participação no programa, tanto pessoal quanto profissionalmente. Foram levantados dados sobre o estágio que se encontram no curso de graduação; sobre a perspectiva de atuação

após o término do curso; há quanto tempo estão no projeto Pró-Criança; sobre a importância profissional da participação em projetos dessa natureza; e sobre aspectos didáticos como o comportamento dos alunos nas aulas, participação, interesse, níveis de evasão, e avaliações manifestadas.

Os professores, todos voluntários, estão nos semestres finais do curso de Letras, com mais de um ano de participação no programa, sendo que um deles, que graduou em 2009, participa desde que ingressou no Uni-FACEF. Todos pretendem continuar com atividades de docência em vários níveis – ensinos fundamental, médio, e superior, e pesquisas acadêmicas.

Sobre a importância da participação no programa, foram ressaltados o amadurecimento profissional e pessoal que a experiência proporciona; a potencialização do aprendizado através da vivência com a realidade escolar; a segurança adquirida frente a classe; a possibilidade de experimentar diferentes formas de ensinar; além da realização do sonho de compartilhar conhecimento.

Sobre o aspecto pessoal, foram citados os resultados verificados com a evolução dos alunos; a admiração que os alunos demonstram pelos professores; além da satisfação e do prazer na condução das aulas.

Com relação ao comportamento dos alunos do programa, apesar do público ser de adolescentes, não ocorrem dificuldades com disciplina e os alunos retribuem a maior dedicação dos professores, com mais respeito, motivando a continuidade no projeto.

Sobre a questão da evasão, não há um acompanhamento formal mas acreditam ser baixa. Estimam entre 10% e 20%. Creditam este índice à estrutura didática adotada no programa, com o desenvolvimento de atividades diferenciadas do ensino regular da língua, como por exemplo o *Holiday Project* onde são comemoradas as datas festivas dos americanos e ingleses, como o *Easter Day*, *Mother's Day*, *Valentine's Day*, *Halloween*, *Thanksgiving*, dentre outros.

Foi constatada a iniciativa, em uma das turmas, de se pesquisar os resultados obtidos principalmente pelas mudanças didáticas realizadas nas aulas. Os professores passaram a usar exclusivamente a língua inglesa para se comunicar com os alunos, e aumentaram as atividades em grupos.

Análise de Dados Secundários

Os professores criaram um Questionário, que foi aplicado aos alunos da turma de 2º ano. Foram obtidas 18 respostas, para um total de 21 alunos concluintes do curso.

O uso intenso do idioma foi unanimemente aprovado pelos alunos que ressaltaram que o procedimento melhora o contato com a língua, além de ser um fator que contribui para aumentar a atenção e a concentração nas aulas.

Sobre as atividades em grupo, as respostas evidenciam que o procedimento didático extrapola a questão do ensino da língua, permitindo o exercício de

comportamentos sociais importantes, como o compartilhamento e aceitação de diferentes idéias, o entrosamento com outras pessoas, a diversidade de opiniões, a ajuda ao próximo, a colaboração no grupo, o relacionamento pessoal, a interação com as pessoas, além de tornar o processo de aprendizado mais divertido.

De forma geral, a maioria dos alunos considerou que seu interesse pelo curso aumentou em relação ao 1º ano por diversas razões como por exemplo, maior rigidez do conteúdo, maior incentivo por parte dos professores, pelas novas amizades, por ter atingido maior desenvolvimento e aprendizagem, pelo aumento da qualidade dos professores, porque foi despertado o interesse em aprender mais, e pela forma do ensino.

Dentre os motivos que levaram os alunos a aprender a língua inglesa, foram destacados sua importância para se alcançar bons empregos, a busca por melhoria contínua, conseguir entender filmes, músicas e textos ingleses, para usar em viagens ao exterior, e a aquisição de conhecimento cultural.

Como outros comentários, alguns alunos ressaltaram a importância da continuidade da oferta pelo Pró-Criança, em parceria com o Uni-FACEF, em novos estágios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou a constatação de que projetos de natureza social, desenvolvidos para a comunidade local, extrapolam os aspectos primários de seus objetivos, permitindo o exercício de temas transversais importantes para o processo de desenvolvimento regional.

Em relação aos objetivos primários, são visíveis os resultados obtidos pelo programa quanto ao ensino da língua inglesa na aplicação, por parte dos alunos, em situações reais de comunicação, como por exemplo, em feiras e exposições realizadas para a apresentação e divulgação de produtos e serviços, e como reforço ao ensino regular.

Além disso, tanto alunos quanto professores exercitam comportamentos de cidadania ao participarem de atividades em grupo. O reflexo deste exercício é a consolidação de valores que mudam a cultura de um grupo de pessoas que poderão vir a ser replicadoras em suas comunidades, expandindo o alcance do projeto sob o aspecto social.

Projetos dessa natureza não só atendem necessidades de inserção social da comunidade, como permitem que estudantes universitários tenham contato com suas realidades profissionais e complementem sua formação acadêmica. Ganham a comunidade e a universidade.

Ficou bastante evidente, nas entrevistas realizadas com os gestores do Uni-FACEF, a consciência da importância da RSU para a instituição, principalmente sob o aspecto social e não só mercadológico. O acesso e a disponibilização de tempo por parte dos gestores para as entrevistas foram totais, diferentemente do resultado obtido por Gracioli (2009). Entretanto junto aos alunos da instituição, há, ainda, pouco conhecimento sobre os projetos em desenvolvimento, devido à inexistência de um processo formal e regular de divulgação. Existe, contudo, a consciência da RSU, que foi constatada pela participação, por exemplo, no Trote Solidário, projeto que recebeu o Prêmio Trote Cidadania da Fundação Educar da DPaschoal.

É conveniente ressaltar, entretanto, que muita coisa ainda pode e deve ser melhorada, como por exemplo, a documentação e o registro das atividades do projeto; a metodologia de avaliação tanto didática quanto de resultados sociais; e a divulgação junto à comunidade universitária e à comunidade local.

É possível, com a estrutura existente dos parceiros envolvidos no projeto, que se desenvolva uma abrangência maior de práticas de técnicas acadêmicas multidisciplinares, potencializando os resultados do investimento. O IPES pode desenvolver e manter registros históricos dos projetos com elevado rigor científico para serem usados para a ampliação de patrocínios, por exemplo; os cursos de Administração e Economia podem contribuir com planejamento para a viabilização econômica e financeira das atividades complementares desenvolvidas pelo programa, como o Projeto *Holidays* que carece de verbas para sua realização; e o curso de Comunicação Social pode desenvolver campanhas de divulgação tanto internamente, para a comunidade universitária, quanto externamente junto à comunidade local, obtendo maior apoio e participação. Um aspecto importante, ressaltado na entrevista com os professores do programa, com relação à motivação para desenvolver atividades melhores e com mais dedicação, foi o de ter o reconhecimento de sua participação no projeto.

Muito tem sido feito com vistas ao atendimento de necessidades sociais por parte do Uni-FACEF, e muito tem sido aprendido. É conveniente que se inicie uma fase de formalização e controle dos projetos com gestão do conhecimento desenvolvido para a consolidação dos programas, possibilitando sua perpetuação e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, P. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BERNABÉ, F. H. L. Holiday Project – Holidays and Special Days. Franca: Uni-FACEF, 2008.
- CALDERÓN, A. I.. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2005.
- _____. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 36, Ano 24, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2006.
- DURHAM, E. A responsabilidade social das instituições de ensino superior. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2005.
- GRACIOLI, S. M. A O estudo de ações de Responsabilidade Social nas instituições de ensino superior municipal do Estado de São Paulo e as concepções de seus gestores e docentes. Trabalho de pesquisa junto ao UNI-FACEF, com apoio do CNPq-PIBIC, Franca: Uni-FACEF, 2009.
- IPEC. Boas práticas de combate ao trabalho infantil in Os 10 Anos do IPEC no Brasil., disponível em <http://www.ilo.org/public/portug/region/ampro/brasil/dezanos/index.htm> acessado em 15;10;2009.
- KLIKSBERG, B. A ética e a responsabilidade social da universidade. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 36, Ano 24, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2006.
- LOPES, A.S. Globalização e Desenvolvimento Regional. Lisboa: Revista Gestão e Desenvolvimento, n.11, p. 9-25, 2002.
- MACEDO, A R. O papel social da universidade. In:Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2005.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Curitiba: Revista FAE, v.5, n.2, p.37-48, 2002.
- PRÓ-CRIANÇA, Programa de Aprendizagem “CONFECIONADOR DE CALÇADOS”. Franca: Instituto Pró-Criança, 2000.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. São Paulo: Atlas, 1994.

SILVA, L. C. et al. Projeto de aulas de inglês, a serem ministradas para alunos selecionados pelo projeto Pró-Criança. Franca: Uni-FACEF, 2006.

SORDI, M. R. L. A responsabilidade social como valor agregado do projeto político pedagógico dos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2005.

SOUZA, F. I.; LEITE, F. T.; D'AFONSÊCA, M. G. Responsabilidade social e ética nas instituições de ensino superior públicas e privadas de Salvador – Ba. SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006. Disponível em <....>. Acesso em 6 out. 2009.

SCHWARTZMAN, J. Responsabilidade social no ensino superior. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2005.

TODOROV, J. C. O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2005.

VALLAEYS, F. Que significa responsabilidade social universitária? In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior: N. 36, Ano 24, Brasília: Associação dos Mantenedores de Ensino Superior, 2006.

Capítulo 5 - Parceria Uni-FACEF e Instituto Pró-Criança: Projeto Capacitação profissional/ Ensino de Língua Inglesa e Ensino de Informática

Amanda Lima Reis
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

RESUMO

Este capítulo tem por objetivo analisar os Projetos de Capacitação profissional/ Ensino de Língua Inglesa e Capacitação profissional/ Ensino de Informática realizados em parceria entre o Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF e o Instituto Pró-Criança na cidade de Franca (SP). De maneira específica, pretendeu-se verificar a visão dos jovens, monitor-universitário e aluno-adolescente, por meio de pesquisa exploratória, conduzida nos anos de 2012/2013, com o fomento PIBIC-CNPq. Inicialmente, foi necessário compreender a Responsabilidade Social Universitária como parte da Extensão Universitária e o papel do Uni-FACEF; apresentar a parceria Uni-FACEF e Instituto Pró-Criança; para, posteriormente, serem apresentados os resultados da coleta de dados primários conduzida com 4 monitores-universitários, por meio de entrevistas semiestruturadas e dezessete alunos-adolescentes, por meio de um questionário. Verificou-se que os projetos analisados contribuem significativamente para os jovens envolvidos: tanto para os universitários, como para os adolescentes, em termos de qualificação profissional, melhores oportunidades de emprego, inclusão digital e de língua estrangeira, inclusão social, participação no aprendizado, desenvolvimento da comunidade, além de formação mais humanitária. O Uni-FACEF em parceria com o Instituto Pró-Criança possibilita uma formação mais humana do universitário e a amplia as oportunidades aos adolescentes submetidos ao projeto.

PALAVRAS-CHAVE: responsabilidade social universitária, projetos sociais do Uni-FACEF e Instituto Pró-Criança, instituições de ensino superior, desenvolvimento social.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento vivenciado pela humanidade, ao longo dos anos, trouxe muitas mudanças positivas como: os avanços na ciência e na tecnologia, ampliando as formas de relacionamento humano; a globalização, que conectou e interligou mercados, contudo, apesar de enormes ganhos, ainda há diversos problemas como o da distribuição igualitária de renda e oportunidades aos cidadãos. Assim, é real e presente, a miséria de muitos, a mortalidade e o trabalho infantil, as desigualdades raciais e de gênero, além das instabilidade religiosas e políticas que culminam em guerras, entre outros problemas.

Assim, nesse cenário, a compreensão da Responsabilidade Social (RS) precisou ser revista, pois as organizações deixaram de ter que cumprir apenas as leis ou as regras as quais eram submetidas e precisaram ir além. Precisaram atuar nessa realidade negativa descrita, propiciando soluções. Passos (2004) afirmou que “a responsabilidade social pressupõe uma nova filosofia, uma nova orientação para as organizações produtivas”. A partir de Ashley (2003), a organização deve agir pro ativamente, por meio de atitudes que afetem positivamente o todo ou alguma comunidade.

Esse compromisso de agir positivamente e pro ativamente atinge todas as organizações, inclusive Instituições de Ensino Superior (IES) que tem importante papel na formação de seres humanos. Nesse contexto, fala-se em Responsabilidade Social Universitária (RSU), como um dos papéis da Extensão Universitária.

Faz parte, portanto, da RSU fomentar práticas sociais em que os universitários tenham oportunidades de articular ações com a comunidade que estão inseridos. Uma das formas de se fomentar essas práticas sociais são os projetos sociais que podem ser idealizados pela própria IES, ou por professores, ou por alunos, com um objetivo pré-estabelecido, que propicie essa ponte entre o ambiente acadêmico e a comunidade.

No Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, os projetos sociais Capacitação Profissional/Ensino da Língua Inglesa e Capacitação Profissional/Ensino de Informática desenvolvidos em parceria com Instituto Pró-Criança, foco desse capítulo, são exemplos de práticas sociais permanentes que trazem uma importante contribuição do ambiente acadêmico na comunidade de Franca (SP).

O objetivo central dos projetos pesquisados e descritos nesse capítulo é: oferecer, gratuitamente, aulas de inglês e informática aos adolescentes do Instituto Pró-Criança. Trata-se de uma oportunidade propiciada a adolescentes carentes que não poderiam aprender inglês e informática por meios financeiros próprios, ampliando seu desenvolvimento individual, trazendo resultados positivos diretos a comunidade que estão inseridos.

Dessa forma, o capítulo irá analisar os Projetos de Capacitação profissional/Ensino de Língua Inglesa e Capacitação profissional/Ensino de Informática realizados em parceria entre o Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF e o Instituto Pró-Criança na cidade de Franca (SP). De maneira específica, pretendeu-se verificar a visão dos jovens, monitor-universitário e aluno-adolescente, por meio de pesquisa exploratória, conduzida nos anos de 2012/2013, com o fomento PIBIC-CNPq.

Assim, após essa introdução, será abordado o tema da Responsabilidade Social Universitária, na sequência, será apresentado o Instituto Pró-Criança e a parceria com o Uni-FACEF, para após os procedimentos metodológicos, serem mostrados os resultados da pesquisa prática conduzida nos anos de 2012/2013 fomentada pelo PIBIC/CNPq, já publicados por Reis e Cavalcanti-Bandos (2013).

A RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

As novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais vivenciadas no final do século XX trouxeram muitos questionamentos e dúvidas. Apesar do avanço na democracia, no conhecimento adquirido nas áreas tecnológicas e científicas, ainda se convive com problemas sociais inquietantes como a fome, o trabalho infantil, o desemprego e a profunda desigualdade na distribuição de renda. Neste contexto, a Responsabilidade Social é de fundamental importância para a melhoria dos problemas presentes.

As empresas se viram pressionadas por estas questões e mudaram sua concepção de RS, antes encarada simplesmente como o pagamento de tributos ao Estado e a oferta de empregos. O seu dever para com a sociedade e a ética para com todos a sua volta, tornaram-se premissas importantes que devem ser consideradas pelas organizações.

A partir do Instituto Ethos define-se Responsabilidade Social Empresarial como:

a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Dessa forma, as Instituições de Ensino Superior também precisaram rever sua concepção de RS, tendo em vista que são instituições focadas na educação, na formação tanto técnica quanto social dos seus discentes, representando grande impulso para a disseminação da RS. No contexto universitário, portanto, aborda-se o termo Responsabilidade Social Universitária (RSU), que teve destaque com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/ 2004.

A Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação dos diversos setores da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e a formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis. (VALLAEYS, 2006, p. 39).

Assim, a partir dessa visão holística da IES, a instituição irá compreender suas áreas, funções, articulando as suas atividades com a RS, conseguindo passar o velho paradigma pautado na RS como apêndice da instituição. Nesse momento, a RSU faz parte da IES. Vallaeys (2006) destacou que é dever das IES a formação de profissionais cidadãos, pautados por valores éticos, além de ser seu papel a contribuição no desenvolvimento social dos discentes, como exemplo de instituição responsável.

Nas IES, além do SINAES, existem outros órgãos que tratam da RS e fornecem importantes ações afirmativas, normas que auxiliam a sua implementação, execução e avaliação. Entre alguns instrumentos, a ISO 26000 que é Norma Internacional de Responsabilidade Social, pois foi elaborada para atender todo tipo de organização.

É importante destacar que uma IES realmente responsável não somente promove ações sociais ou cria programas sociais, mas traz para dentro de si a preocupação com os problemas da sociedade e faz o aluno pensar a respeito, a criar soluções para estas questões. A Extensão Universitária fará a articulação entre o ambiente acadêmico e os desafios da sociedade. Calderón (2006, p. 14) aborda que a extensão universitária é responsável pela a “construção das pontes entre a universidade e a sociedade, a concretização do compromisso social da universidade e a reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa.”

A Extensão Universitária trará benefícios para todas as partes envolvidas sendo uma via de mão-dupla. Em especial, os projetos sociais, foco desse capítulo, Capacitação Profissional/ Ensino da Língua Inglesa e Capacitação Profissional/ Ensino de Informática oferecem esta oportunidade aos envolvidos articulando a ponte entre academia e realidade prática, concretizando seu compromisso social e trazendo a reflexão ética sobre o ensino e a pesquisa.

Nesse sentido, no próximo tópico será apresentado a parceria entre o Uni-FACEF e o Instituto Pró-Criança.

A PARCERIA ENTRE O UNI-FACEF E O INSTITUTO PRÓ-CRIANÇA

Antes de falar da parceria, é necessário apresentar o Instituto Pró-Criança e a justificativa de sua criação.

O Instituto Pró-Criança, ou melhor, o Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente (Pró-Criança), foi criado em 1995, na cidade de Franca (SP), reconhecida mundialmente como polo calçadista masculino, com o objetivo de erradicar a mão de obra infantil da indústria local. Desde então, por meio do Instituto, as empresas vinculadas comprometem-se com a não utilização de trabalho infantil em sua produção, exercendo seu papel para com a sociedade e respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente (PRÓ-CRIANÇA, 2012).

Dessa forma, na tentativa de oferecer maior destaque para as empresas comprometidas com a causa, criou-se, em 1996, um selo de qualidade social empresarial, concedido às empresas que se comprometessem a não utilizar mão de obra infantil em sua produção. Trata-se de um selo reconhecido internacionalmente, muitas vezes exposto nas caixas de sapatos e caixas coletivas para exportação (PRÓ-CRIANÇA, 2012).

Ao acabar com a mão de obra infantil na indústria calçadista de Franca, o Instituto Pró-Criança adequou-se a uma nova realidade, criando um programa de bolsas de estudos em diversas áreas, dando a oportunidade para crianças e adolescentes carentes obterem o seu pleno desenvolvimento, para continuar exercendo seu papel de proteção e educação (PRÓ-CRIANÇA, 2012).

Nesse novo modelo, constam trinta e sete empresas parceiras do Instituto, responsáveis pelas bolsas que são concedidas para as crianças/adolescentes e são vinte e nove empresas associadas. O Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF é também parceira, pois a partir dos Projetos Sociais, objeto dessa publicação, oferece oportunidades às crianças e adolescentes (PRÓ-CRIANÇA, 2016).

As bolsas, inicialmente, eram oferecidas às crianças ou adolescentes cujos pais pertenciam a empresas associadas ao Instituto e que assumiram o compromisso de não utilizar mão de obra infantil. Atualmente, a oferta é aberta a comunidade carente de Franca. A divulgação destas bolsas é feita por meio de propaganda no rádio.

O programa de bolsas foi criado para incentivar a educação e a melhoria do desenvolvimento das crianças e adolescentes, com atividades de lazer e esportes, além de cursos profissionalizantes. Essas prerrogativas se enquadram nas resoluções do Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 4º. que consta o seguinte:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. (BRASIL, 2008, p. 9).

Ao oferecer bolsas a esses jovens, portanto, parte dos seus direitos são assegurados ou reforçados, uma vez que, em sua maioria são carentes, sem recursos financeiros para atender os direitos acima descritos. As atividades relacionadas à educação, à profissionalização ou à lazer não ganham preferência, cabendo às necessidades de alimentação, moradia e saúde a prioridade da família.

A parceria do Uni-FACEF no Pró-Criança teve início por meio do convite do diretor do Sindifranca ao reitor do Uni-FACEF. A partir de então, a IES passou a contribuir financeiramente como associada e, no ano de 2000 passou a oferecer vagas em cursos de informática, contudo ainda não era por meio do Curso de Sistemas de Informação que foi criado na IES em 2010. Assim, o Projeto Capacitação Profissional/ Ensino de Informática após essa data passa a fazer parte das atividades sociais do curso de Sistemas de Informação. Em 2006 são oferecidas vagas em cursos de inglês e em 2011, vagas para as oficinas de artes, como fotografia e gráfica rápida, sendo concebidos então três projetos: Capacitação Profissional/Ensino da Língua Inglesa, Capacitação Profissional/ Ensino de Informática e

Escola Livre de Artes para alunos do Pró-Criança, sendo que apenas os dois primeiros serão objeto de análise desse capítulo.

A seleção das crianças e adolescentes é baseada em critérios definidos pelo Instituto Pró-Criança, sendo um deles, a carência de recursos financeiros desses jovens para frequentar escolas de idiomas, informática, entre outros. Segundo a coordenadora pedagógica do Pró-Criança, os interessados devem responder a um questionário sócio informativo e apresentar documentos que comprovem a situação financeira da família.

Para os cursos de ensino da língua inglesa e ensino de informática oferecidos os critérios estabelecidos são a admissão de adolescentes carentes e que possuam entre 11 a 16 anos. Os cursos oferecidos a esses jovens são oportunidades de crescimento e qualificação profissional, que provavelmente não conseguiriam sem o apoio do Instituto e empresas parceiras.

O projeto Capacitação Profissional/Ensino da Língua Inglesa visando à integração destes jovens diretamente no mercado de trabalho e, indiretamente no mundo, oferece aulas de inglês. O domínio do idioma inglês é hoje requisito indispensável melhores oportunidades de trabalho e também ampliam a integração social. São aulas ministradas por universitários do curso de graduação em Letras, semanalmente, às sextas-feiras, na Unidade 2 do Uni-FACEF. Com a conclusão do curso, o aluno obtém noção pré-intermediária da língua inglesa e potencializa suas chances de obter boas propostas no futuro.

O projeto Capacitação Profissional/Ensino de Informática visa oportunizar ao jovem a inclusão digital. Assim, as aulas tem como foco o manejo básico de computadores, acesso internet e correios eletrônicos, sistemas de busca, uso de álbuns digitais, noções de segurança, sites de relacionamento, entre outros conteúdos tecnológicos básicos. São aulas ministradas por universitários do curso de graduação em Sistemas de Informação, semanalmente, às sextas-feiras, na Unidade 2 do Uni-FACEF.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo teve por objetivo analisar os Projetos de Capacitação profissional/ Ensino de Língua Inglesa e Capacitação profissional/ Ensino de Informática realizados em parceria entre o Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF e o Instituto Pró-Criança na cidade de Franca (SP). De maneira específica, pretendeu-se verificar a visão dos jovens, monitor-universitário e aluno-adolescente, por meio de pesquisa exploratória, conduzida nos anos de 2012/2013, com o fomento PIBIC-CNPq.

Desta forma, por meio de uma pesquisa exploratória baseada em dados secundários discutiu-se a Responsabilidade Social Universitária e a parceria do Uni-FACEF e o Instituto Pró-Criança na realização dos projetos sociais em estudo. Após, utilizando da abordagem qualitativa baseada em dados primários, foram realizadas entrevistas semi estruturadas com os monitores (universitários) destes projetos, sendo três alunos do curso

de Letras e que ministram as aulas de inglês e um aluno do curso de Sistemas de Informação que ministra as aulas de informática. As questões inicialmente abordadas nas entrevistas referem-se sobre a importância dos Projetos Sociais objeto deste artigo para as IES e qual sua importância para a Responsabilidade Social. Já a segunda parte tratou de questões específicas dos dois projetos sociais.

Para compreender a visão dos projetos sociais para os alunos que frequentam as aulas, gratuitamente, foi elaborado um questionário que contou com a participação de 17 alunos dos cursos de inglês e de informática. Os questionários eram formados por dez itens sendo que oito deles eram questões fechadas e, duas questões eram discursivas. Em geral, as questões procuravam traçar um perfil para os estudantes e verificar se de fato os projetos sociais Capacitação Profissional Ensino da Língua Inglesa e Capacitação Profissional de Informática são importantes para estes alunos. O questionário desenvolveu-se pela abordagem qualitativa e quantitativa.

A abordagem qualitativa melhor se configurou para compreensão dos assuntos tratados e interpretação dos resultados. Para Richardson (1999) a abordagem qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

É importante destacar que respeitando a ética de pesquisa e a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética (COMEP) do Uni-FACEF e aprovado. Assim, os adolescentes por serem menores de idade precisaram da autorização dos pais para participar da pesquisa por meio dos questionários. Portanto, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) visando explicar aos pais do que se tratava esta pesquisa e obter sua assinatura, autorizando assim o filho a responder o questionário. Aproximadamente, foram entregues 60 cópias do TCLE, contudo, obteve-se apenas o consentimento dos 17 jovens participantes. Apesar de ser uma limitação da pesquisa, por meio da análise dos questionários, foi possível obter importantes informações sobre os Projetos Sociais.

Foi elaborado, também, um TCLE para os coordenadores e monitores assegurando assim, que todos tenham perfeito conhecimento do que seriam submetidos e autorizando a utilização das informações.

OS JOVENS E O PROJETOS SOCIAIS – UNI-FACEF E PRÓ-CRIANÇA

Deve-se destacar que, os resultados da pesquisa conduzida e fomentada pelo PIBIC/CNPq, descritos nesse capítulo, já foram objeto de publicação em Reis e Cavalcanti-Bandos (2013), contudo, dado ao escopo dessa obra, INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca e seus projetos sociais, justifica-se nova publicação.

Durante o período que foi conduzida a pesquisa com os Projetos Sociais objeto dessa análise, haviam três turmas de inglês e duas turmas de informática, com aulas às sextas-feiras, no período da tarde, com uma hora de duração, ministradas na Unidade 2 do Uni-FACEF. Os projetos são coordenados por professores dos Cursos de Letras e Sistema de Informação (SI) e são eles os responsáveis pela seleção dos universitários que atuarão como monitores, seleção do conteúdo e monitoramento das atividades.

Como já informado, os Projetos Capacitação Profissional/ Ensino de Língua Inglesa e Capacitação Profissional/ Ensino de Informática fazem parte da Extensão Universitária da IES e parte de sua RSU e estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão Comunitária e Desenvolvimento.

Assim, inicialmente, irá se abordar a opinião dos universitários para na sequência apresentar a opinião dos adolescentes submetidos aos projetos.

UNIVERSITÁRIOS E SUA OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS

Os quatro universitários, três do curso de Letras (atuando no Projeto Capacitação Profissional/Ensino de Língua Inglesa) e um do Curso de SI (atuando no Projeto Capacitação Profissional/Ensino de Informática), que fizeram parte dessa pesquisa, foram questionados sobre a importância dos projetos sociais para o Uni-FACEF, para os jovens (monitores e adolescentes) e para a sociedade.

Responderam, inicialmente, sobre a oportunidade dos universitários em obterem experiência frente a uma sala de aula, além de conciliarem a teoria e a prática. Foram unânimes acerca da oportunidade que o Projeto Social oferece aos jovens adolescentes de aprenderem inglês e informática, competências exigidas atualmente, pois não seria possível a aprendizagem em escolas particulares devido às condições financeiras.

Os universitários entrevistados, em diversos momentos, ressaltaram o dever social das universidades, pois tendo elas maior peso, há muito potencial intelectual capaz de inovar, pensar, modificar a realidade.

Destaque pode ser dado nesse momento, há um quesito importante citado pelo monitor do Projeto Capacitação Profissional/Ensino de Informática, em relação à inclusão digital desses jovens na sociedade. O universitário destacou a participação no projeto como sendo uma oportunidade para os menos favorecidos em entrar no contexto digital e contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Assim, o monitor citou que as ferramentas de informática podem ser acessadas fazendo com que estes adolescentes sejam incluídos digitalmente e conseqüentemente, socialmente, pois podem mandar e-mail, entrar em sites, ler notícias digitais, entrar nas redes sociais.

Um dos monitores do Projeto Capacitação Profissional/Ensino de Língua Inglesa explicou que, o projeto conta com o diferencial da estrutura do Uni-FACEF das salas de aula, dos recursos tecnológicos que melhoram a transmissão da matéria. Em sua opinião,

os adolescentes possuem maior acompanhamento do aprendizado por serem poucos alunos por sala, diferentemente do que acontece nas escolas públicas e ressaltou a importância da segunda língua nos dias atuais.

É importante apontar, também, que para os universitários, ministrar aulas nos Projetos Sociais, é oportunidade de aquisição de experiência, principalmente para os graduandos em Letras que necessariamente atuarão em sala de aula. A participação nos projetos sociais apresenta-se como um diferencial para estarem preparados até este momento. Para o graduando em SI, a sua participação no projeto social, está trazendo uma experiência, pois ele tinha a intenção de abrir uma escola de informática e essa atuação está ajudando a descobrir se esta é a área em que ele realmente quer atuar.

Em síntese, para os universitários entrevistados, os projetos sociais fazem parte da RSU do Uni-FACEF e são fundamentais, tendo em vista que o ambiente acadêmico tem capacidade de transformar a realidade da sociedade. Os jovens envolvidos nos projetos sociais, tanto universitário como adolescentes, tem oportunidade de crescimento profissional, assim todas as partes saem favorecidas.

Os universitários foram também questionados sobre a importância de participarem como monitor, sobre o aspecto social e pessoal. Em suas respostas, ficou identificado que os universitários demonstraram o desejo dos alunos em compartilhar o conhecimento com aqueles menos favorecidos e ao mesmo tempo, terem experiência em sala de aula, sendo ressaltado que a experiência adquirida junto aos adolescentes será usada pra toda vida.

OS ADOLESCENTES E OS PROJETOS SOCIAIS

Perfil do Entrevistado

Destaca-se que a pesquisa contou com a participação de 17 adolescentes-alunos, tanto no curso de inglês, como no de informática, distribuídos da seguinte forma, conforme a Tabela 1.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO NOS PROJETOS SOCIAIS

CURSO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
INGLÊS	10	58,82%
INFORMÁTICA	05	29,41%
INGLÊS E INFORMÁTICA	02	11,76%
TOTAL	17	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

Verifica-se que responderam o questionário 12 alunos que realizam o curso de inglês, 7 o de informática, sendo que 2 alunos faziam os dois cursos. Apesar do número

de respostas não ser expressivo, os resultados foram significativos para a avaliação dos projetos.

Sobre a idade dos alunos, verifica-se a partir da tabela 2, que dentre os respondentes, tinham adolescentes de 12 a 16 anos.

TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA

IDADE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
12 anos	03	17,65%
13 anos	04	23,53%
14 anos	03	17,65%
15 anos	04	23,53%
16 anos	03	17,65%
TOTAL	17	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

Dentre os respondentes, a maior parte eram alunos do sexo masculino sendo 64,71% e, o restante, 35,29% eram alunos do sexo feminino. O perfil dos alunos deve ser claramente identificado para que possa ser feita uma análise coerente.

TABELA 3. SEXO DOS RESPONDENTES

SEXO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
MASCULINO	11	64,71%
FEMININO	06	35,29%
TOTAL	17	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

Verificou-se que a maioria dos alunos, desta amostra, pertence à escola pública com a porcentagem de 88,24%. Nestes termos, compreende-se que estes adolescentes não têm condições de pagar uma escola particular e, portanto as bolsas de inglês e informática oferecidas são relevantes para sua formação, permitindo sua inclusão digital e no segundo idioma.

TABELA 4. ESCOLA PÚBLICA X PRIVADA

TIPO DE ENSINO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
PÚBLICA	15	88,24%
PRIVADA	02	11,7%
TOTAL	17	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

Os alunos que responderam o questionário, em sua maioria, estudam no período da manhã, conforme tabela 5, e realizam os cursos no período da tarde. Apenas um aluno, dentre os entrevistados, estuda à noite. Pode-se concluir que, estes alunos provavelmente não estão trabalhando, uma vez que frequentam a escola no período diurno. Essa é uma importante constatação, uma vez que o Pró-Criança foi criado para erradicar o trabalho infantil. Assim, os jovens podem utilizar seu tempo para estudarem e aproveitar o período contrário para realizar cursos na intenção de melhorar a bagagem intelectual.

TABELA 5. PERÍODO ESCOLAR

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
MANHÃ	16	94,12%
NOITE	01	5,88%
TOTAL	17	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

Visão dos entrevistado

A pesquisa contou com participação dos alunos submetidos aos dois cursos oferecidos: inglês e informática. A parcela maior de participantes pertencia ao curso de inglês, 58,82%, conforme se viu anteriormente na Tabela 1. Porém, este número é maior quando se considera os alunos que frequentam as aulas de inglês e de informática, ou seja, os alunos que estão dentro da porcentagem correspondente a 11,76%. Por meio dessa observação, esclarece-se que os resultados obtidos aplicam-se melhor a análise dos alunos do curso de inglês.

Os alunos foram questionados sobre a motivação de cursar inglês ou informática, e as respostas foram as seguintes:

TABELA 6. MOTIVAÇÃO

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
APERFEIÇOAMENTO DA LÍNGUA	08	47,06%
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	07	41,18%
OS PAIS OBRIGARAM	03	17,65%
NÃO SABE O MOTIVO	0	--
TOTAL	18	105,89%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

É importante ressaltar que mais de uma resposta poderia ser escolhida e, portanto a porcentagem total será maior que 100%. Este quesito investigado é fundamental

para entender quais são motivações destes adolescentes para buscarem por uma qualificação.

Um ponto importante proposto por esta pesquisa foi analisar a compreensão dos alunos destes projetos em relação à responsabilidade social exercida pelo Uni-FACEF. Eles somente poderiam entender este exercício social se ele trouxesse realmente contribuições para os envolvidos. Em outras palavras, buscou-se analisar se realmente o objetivo de um projeto social que demonstra a RS da universidade é eficiente, se melhora as condições dos participantes.

TABELA 7. POSSIBILIDADE DE REALIZAR O CURSO EM ESCOLA PARTICULAR

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
SIM	05	29,41%
NÃO	12	70,59%
TOTAL	17	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

A partir da tabela 7, é notório que se não fosse o Projeto Social os alunos não fariam inglês, nem informática, pois a maioria, 70,59%, não teriam condições de pagar escolas particulares. Neste sentido, verifica-se que estes alunos são de baixa renda e portanto, se enquadram no perfil atendido pelos projetos sociais.

TABELA 8. IMPORTÂNCIA DO APRENDIZADO DE INGLÊS E INFORMÁTICA

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
IMPORTANTE POIS TERÁ MAIS OPORTUNIDADE DE TRABALHO	17	100%
IMPORTANTE POIS AJUDARÁ A REALIZAR OUTROS SONHOS	01	5,88%
NÃO POIS NÃO GOSTA DE INGLÊS E/OU INFORMÁTICA	0	--
NÃO POIS NÃO UTILIZARÁ EM SUA VIDA OU PROFISSÃO	0	--
TOTAL	18	105,88%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

Verifica-se, a partir da tabela 8, que todos os alunos que responderam o questionário reconhecem a importância do aprendizado de inglês e de informática para obterem mais oportunidades de trabalho. E ainda, um aluno destaca a oportunidade de realizar outros sonhos por meio da aprendizagem proporcionada pelos cursos. As outras opções de resposta não foram selecionadas por nenhum aluno. Vale lembrar que a porcentagem obtida total foi maior que 100%, pois houve mais de um item selecionado.

TABELA 9. CASO NÃO REALIZASSEM OS CURSOS O ALUNO ESTARIA

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
EM CASA	12	70,59%
TRABALHANDO	01	5,88%
REALIZANDO OUTRO CURSO	04	23,53%
TOTAL	17	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

Ao questionar o aluno, sobre o que estaria fazendo, caso não estivesse realizando os cursos de inglês ou informática, verificou-se que, em sua maioria, 70,59%, os alunos estariam em casa. Apenas um aluno disse que trabalharia. Assim, o Projeto Social foi muito importante na vida desses jovens dando novas oportunidades, pois o tempo dos adolescentes foi aproveitado de modo saudável e proveitoso.

TABELA 10. INTERESSE PELA DISCIPLINA

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
AUMENTOU	17	100%
DIMINUIU	0	--
CONTINUA O MESMO	0	--
TOTAL	17	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

Ao analisar a tabela 10, constata-se que após iniciarem os cursos, todos os alunos que responderam o questionário, tiveram maior interesse pela disciplina. Assim os alunos terão mais persistência para terminarem os cursos e obterem o certificado de conclusão, além claro do aprendizado obtido.

TABELA 11. APRENDIZAGEM DO CURSO DE INGLÊS PARA O ALUNO

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
GOSTA, MAS TEM DIFICULDADE	06	50%
NÃO GOSTA	0	--
GOSTA E NÃO TEM DIFICULDADE	06	50%
TOTAL	12	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

A tabela 11 mostra que todos os respondentes gostam do curso de inglês que realiza, contudo, 50% tem dificuldade e 50% não tem dificuldade. Em futuras pesquisas, seria pertinente investigar quais as causas desta dificuldade.

TABELA 12. APRENDIZAGEM DO CURSO DE INFORMÁTICA PARA O ALUNO

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
GOSTA MAS TEM DIFICULDADE	02	28,57%
NÃO GOSTA	0	--
GOSTA E NÃO TEM DIFICULDADE	05	71,43%
TOTAL	07	100%

Fonte: Reis e Cavalcanti Bandos (2013)

A tabela 12 apresenta o mesmo resultado, isto é, todos os adolescentes gostam também do curso de informática. Verifica-se, no entanto, que 28,57% tem dificuldade, enquanto que 71,43% não têm dificuldade. A porcentagem dos alunos que têm dificuldade é menor no curso de informática do que no curso de inglês. Talvez a aprendizagem de outra língua seja mais complexa e, também atualmente desde muito cedo, os jovens tem contato com tecnologias, e muita curiosidade, diferentemente do que acontece com outra língua.

Para finalizar o questionário, foi perguntado ao jovem Qual a sua visão do Uni-FACEF? E as respostas foram as mais variadas, contudo, extremamente positivas. Enaltecem que o Uni-FACEF é um bom lugar para aprendizado, consideram suas instalações amplas e bem equipadas. Destacaram a qualificação do corpo docente, que no caso dos Projetos Sociais são os universitários que atuam como monitores. Abordaram, também, as oportunidades oferecidas pela IES, pois muitos não poderiam pagar pelos cursos oferecidos, verificando que reconhecem sua RSU.

A última questão, também aberta, foi: Qual a importância do Uni-FACEF em sua vida? As respostas foram direcionadas para o aprendizado propiciado, ampliação de oportunidades profissionais, consideraram as chances para melhoria de vida, destacaram o fato do curso ser gratuito e poderem realizá-lo.

Verifica-se que estes alunos entendem a relação que existe entre o aprendizado e um futuro profissional promissor, ponto fundamental e analisado nesta pesquisa, pois reconhecem a importância de estarem nestes cursos e poderem influenciar a comunidade ao seu redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está no Plano Nacional de Educação: “No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional” (BRASIL, 2013).

Dessa forma, as IES por terem a educação de pessoas como objetivo, devem contribuir na formação mais humanitária, para que estes profissionais possam lidar com mais eficiência com os problemas de hoje. Nesse contexto, o Uni-FACEF está preocupado com essa formação e propicia no escopo de sua Extensão Universitária diversos Projetos Sociais que vão ao encontro dessa proposta, contribuir para a construção de uma visão mais realista de mundo, mais humana.

Os Projetos Sociais analisados permitiram o exercício da RSU assim como descrito por Vallaey (2006): “tornar a universidade uma comunidade socialmente exemplar é usufruir uma dupla fonte de aprendizagem: o estudante aprende na universidade o que interessa a sua carreira, mas também aprende com a universidade hábitos e valores cidadãos”.

Neste sentido, verificou-se que os projetos sociais interferem no desenvolvimento de dois tipos jovens que participaram da pesquisa, ou seja, o universitário-monitor e o adolescente-aluno. A interação entre eles, isto é, entre duas realidades distintas, influenciam na formação pessoal de cada um.

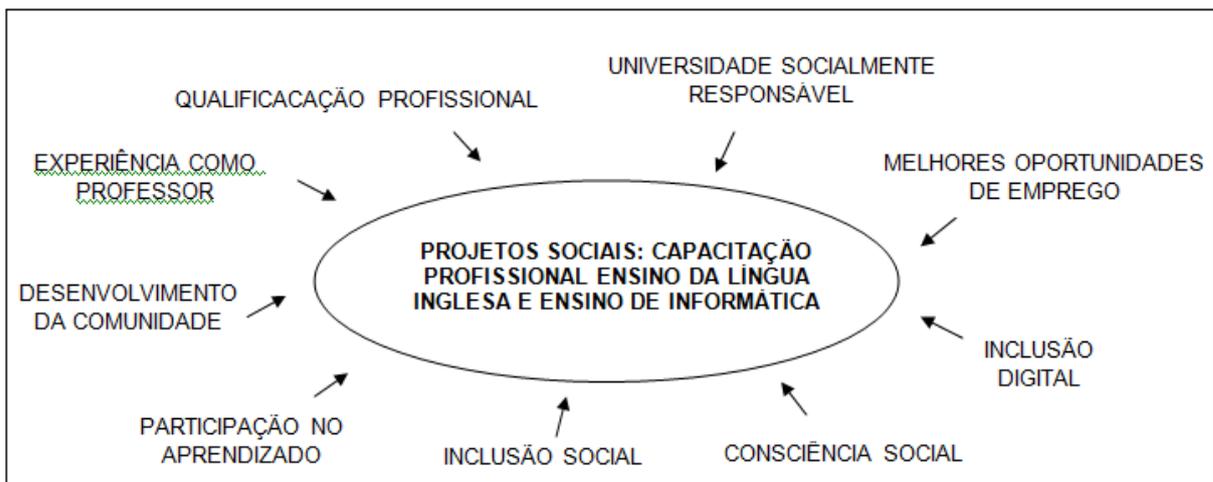
O adolescente-aluno reconhece que universitário-monitor é uma pessoa qualificada, que estuda para atingir melhores condições de vida. É construído um modelo positivo a ser observado e tão necessário nesta fase da vida, ressaltando ainda que estar dentro de uma IES poderá levar os adolescentes a vislumbrar a possibilidade de um curso superior, dando sequência em sua qualificação.

Os universitários-monitores disserem que a participação no crescimento dos alunos, assim como seu desenvolvimento ao longo do curso são aspectos motivadores para eles. Destacam como é fundamental a possibilidade de dividir o seu conhecimento com aqueles que não têm condições. Um dos pontos destacados pelos universitários é a experiência que obtém por meio dos projetos em sala de aula. Este ponto foi fundamental para eles se envolverem nesta atividade. Nota-se que desde sua formação, já procuram se desenvolver como professor, principalmente no caso da graduação em Letras, observando a dinâmica de aprendizagem, os melhores recursos para se ensinar, quais as dificuldades dos alunos e como ajudá-los. Eles podem fazer uma análise da teoria que aprendem aplicada a realidade. Aqui a IES favorece o ensino com a prática.

Há uma conexão direta entre a IES em todos os seus âmbitos (ensino, pesquisa e extensão) e as pessoas em seu entorno (comunidade). Neste sentido, o exercício de ações socialmente responsáveis já na graduação favorece uma formação pautada por valores éticos, uma postura crítica perante as realidades citadas na introdução deste artigo.

A seguir a figura 1 sintetiza os reflexos dos projetos sociais Capacitação Profissional/ Ensino da Língua Inglesa e Capacitação Profissional/ Ensino de Informática, analisados por meio da visão dos universitários-monitores e dos adolescentes-alunos.

Figura 1. Reflexos dos Projetos Sociais



Fonte: elaborado pelas autoras.

Compreende-se que a análise feita é positiva e engloba várias esferas: a inclusão do aluno, o desenvolvimento do universitário e o desenvolvimento da comunidade local. A intervenção na vida dos jovens participantes dos projetos possibilita olhar mais amplo e consciente para a sociedade. Entende-se que é grande a contribuição da universidade que está voltada para a RSU e preocupada com a comunidade que envolve a sua instituição. Esta interação e proximidade com a comunidade local agrega desenvolvimento quando da busca do conhecimento, da reflexão crítica.

Enfim, a postura e visão destes dois jovens são complementares e proporcionam benefício mútuo. A IES também ganha com esta visão e com a prática desses projetos sociais.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida. *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA)*. São Paulo: Studio Gráfico Propaganda, 2008. 134 p.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em 02 de Maio de 2013.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. *Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil*. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, v.24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006. Edição Especial.

INSTITUTO ETHOS. O que é Responsabilidade Social Empresarial? Disponível em:
<<http://www.ethos.org.br/desktopdefault.aspx?TabID=3344&Alias=Ethos&Lang=pt-br>>.
Acesso em 23 de Abril de 2013.

PASSOS, Elizete. Ética nas Organizações. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2004. 184p.

PRÓ-CRIANÇA, Instituto. Disponível em:
<<http://www.institutoprocrianca.com.br/arquivo/capa.asp?MostraB=1>> . Acesso em 20 de
Nov. de 2012.

PRÓ-CRIANÇA, Instituto. Disponível em:
<<http://www.institutoprocrianca.com.br/arquivo/capa.asp>>. Acesso em 10 de Out. de 2016.

REIS; CAVALCANTI-BANDOS. Uma discussão acerca das weltanschauung de jovens
submetidos a um projeto social.9º. Congresso Brasileiro de Sistemas. Palmas (TO), 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas,
1999. 334 p.

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca. Projeto de Capacitação Profissional
/Ensino da Língua Inglesa. Documento enviado ao Prêmio Cidadania Sem Fronteiras do
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. São Paulo, 2011.

VALLAEYS, François. Que significa Responsabilidade Social Universitária? Revista da
Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, ano 24, nº36, Jun 2006, Brasília.

Capítulo 6 - Profissionalização dos Jovens Participantes: Projeto Aprendiz

Dilson Santiago Souza
Jonatan Pousa
Aparecida Helena Costa
Marilisa Verzola Melete

RESUMO

A regulamentação legal da condição de aprendiz possui como fundamento primordial os ditames da Constituição Federais e respectivas leis infraconstitucionais que pormenoriza o exercício da aprendizagem, dispondo acerca das condições de trabalho de forma a não prejudicar o desenvolvimento sadio e digno dos jovens e as regras a serem obedecidas pelas empresas para o perfazimento coerente e legal do exercício de tal condição. Enfatizando a imensurável relação entre educação e trabalho que devem estar sempre juntas para concretizar o aprendizado e o ingresso do jovem no mercado de trabalho de forma digna, destacando a especial importância da Universidade como fomentadora de conhecimento, bem como parceira em projetos que promovam a integração do jovem aprendiz ao mercado de trabalho. Tendo como objetivo analisar a relação triangular educação, sociedade e Estado sob o prisma do ingresso do jovem ao mercado de trabalho e a importância do trabalho na sociedade contemporânea em uma abordagem teórica. E em especial a relevância que o projeto aprendiz perfaz para promover o ingresso profissional dos jovens no mercado, especificadamente na cidade de Franca através de uma pesquisa exploratória junto às empresas participantes do projeto, buscando constatar se a parceria entre a ESAC e a empresa está sendo promissora para os aprendizes e também para as empresas participantes do projeto, em especial com relação a contratação dos aprendizes como funcionários efetivos da respectiva empresa e se o fato do jovem ter participado do projeto poder ser caracterizado como um diferencial em seu currículo na hora de sua contratação.

PALAVRAS-CHAVES: educação; sociedade; aprendiz; leis

INTRODUÇÃO

O estudo realizado nesse capítulo tem como objetivo diagnosticar se o projeto aprendiz está sendo proveitoso para as empresas participantes do projeto e se está rendendo bons frutos, em especial em relação à efetivação dos jovens participantes do projeto nas respectivas empresas.

Para tanto, buscamos fazer uma analogia entre a ação do Estado, a universidade e a sociedade, para posteriormente adentrarmos na pesquisa realizada junto às empresas participantes do projeto.

É provável que a sociedade tenha a maior contribuição em relação às anteriores, porque nela estão inseridos os membros que fazem parte tanto do Estado

quanto da universidade e é a cultura que a sociedade apresenta que determinará o grau de evolução e integração entre a tríade.

Compõe a sociedade as pessoas que movem e desenvolvem esse sistema e as empresas que são responsáveis por criar produtos que venham a satisfazer necessidades e gerem riqueza aos que participam da elaboração do produto.

Nesse sentido, em primeiro lugar, será realizada uma breve abordagem sobre as leis que contemplam as relações do trabalho e a regulamentação da atividade do aprendiz, ressaltando a relação entre o exercício da atividade laboral de modo a não comprometer o desenvolvimento do jovem aprendiz, garantindo a ele atuar em atividades que não comprometam seu ciclo de desenvolvimento físico e psíquico e que propiciem a sua inserção no mercado de trabalho, fundamentado nos fundamentos da Constituição Federal e leis infraconstitucionais relacionadas.

Um segundo enunciado contextualiza as relações da educação e do trabalho, tendo a educação como forma de desenvolvimento humano para que o indivíduo possa viver em sociedade de forma a manter a interação, atividades em grupos e socialização entre os mesmos.

A terceira parte do capítulo demonstra o papel da universidade, que produz conhecimento seja através do desenvolvimento de tecnologias que venham a facilitar o cotidiano da sociedade, seja no desenvolvimento das aptidões humanas de modo a proporcionar um melhor convívio social.

Será dado especial destaque à parceria realizada do projeto aprendiz com o Uni-Facef, que oferece espaço físico e disponibiliza o curso de Assistente Administrativo aos jovens participantes do projeto, facilitando sua articulação com o mercado de trabalho.

Nas considerações faremos um relato da atuação da ESAC, do Uni-FAcef e os reflexos no mercado de trabalho, conforme resultados da pesquisa realizada com trinta por cento das empresas que participam do programa de estágios.

Espera-se que neste capítulo possa contribuir apresentando uma percepção da triangulação entre Estado, educação e trabalho, analisando o projeto aprendiz realizada pela ESAC na cidade de Franca, demonstrando a sua extrema relevância para as empresas participantes do projeto e para os jovens, no sentido de propiciar novas adesões ao projeto e fomentar políticas públicas para o setor, bem como para o seu desenvolvimento.

METODOLOGIA

Segundo Boaventura (1999) vivemos uma condição de perplexidade diante de inúmeros dilemas nos mais diversos campos do saber e do viver. Que, além de serem fontes de angústia e desconforto, são também desafios à imaginação, à criatividade e ao pensamento.

Desta forma, o presente estudo tem a sua importância e justifica-se diante da atual dinâmica no contexto contemporâneo global, e da necessária e constante busca de novos métodos de conhecimento e análise do projeto aprendiz na cidade de Franca.

O presente estudo tem caráter social, sendo sua pesquisa de âmbito qualitativo e exploratório.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica perfazendo a relação triangular entre Estado, educação e trabalho, em um estudo preliminar para posteriormente adentrarmos ao tema particularmente.

Diante da pesquisa documental, buscamos fazer uma analogia entre a ação do Estado, a universidade e a sociedade competindo:

Ao Estado tendo a atribuição a elaboração de leis que venham de encontro às necessidades de inserção do jovem ao mercado de trabalho, garantindo a ele atuar em atividades que não comprometam seu ciclo de desenvolvimento físico e psíquico.

A universidade o papel de produzir conhecimento em detrimento da evolução humana, seja através do desenvolvimento de tecnologias que venham facilitar o cotidiano da sociedade, seja no desenvolvimento das aptidões humanas de modo a proporcionar um melhor convívio em sociedade. No caso dos aprendizes em Franca, o Uni-FACEF oferece espaço físico e disponibiliza o curso de Assistente Administrativo.

A sociedade talvez tenha a maior contribuição em relação às anteriores por estar inseridos nela os membros que fazem parte tanto do Estado quanto da universidade e é a cultura que a sociedade apresenta que determinará o grau de evolução e integração entre a tríade. Compõe a sociedade as pessoas que movem e desenvolvem esse sistema e as empresas que são responsáveis por criar produtos que venham a satisfazer necessidades e gerem riqueza aos participantes da elaboração do produto.

E, para Manzo (1971) apud Lakatos, “a bibliografia oferecer meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

Tendo conjuntamente abordado nos primeiros capítulos a pesquisa também documental em documentos digitais, leis, artigos e sites, correspondendo aos dados secundários obtidos para compor o referencial teórico para a análise prática.

Posteriormente foram coletados os dados primários que vieram de uma pesquisa de campo realizada com o objetivo de acumular informações sobre o assunto, verificando a importância do projeto aprendiz na cidade de Franca, particularmente para os jovens e empresas participantes do projeto, realizando uma pesquisa exploratória, que para Richardson (1999), tem por objetivo conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações das causas e consequências do dito fenômeno.

REFERENCIAL TEÓRICO

Breves comentários sobre a regulamentação do trabalho dos aprendizes

O trabalho dos aprendizes encontra regulamentação fundamental na Constituição Federal que, no artigo 7º, inciso XXXIII estabelece “a proibição de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, sendo que, aos menores de 14 anos, proibi qualquer trabalho” (artigo 227, par. 3º, inciso I da C.F.).

Evidentemente, qualquer regulamentação relativa ao trabalho de menores deve estar em consonância com os dispositivos constitucionais correspondentes, que visam, em resumo, garantir proteção integral a crianças e adolescentes, proteção essa necessária ao seu pleno desenvolvimento.

Parâmetros Constitucionais da Aprendizagem

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu alguns parâmetros para o exercício da condição de aprendiz, incluindo seus direitos trabalhistas, e ainda estabeleceu algumas proibições objetivando o pleno e sadio desenvolvimento dos jovens e a preservação de sua dignidade humana.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) "trabalho infantil é aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade”. A legislação brasileira de acordo com a Emenda Constitucional n. 20 aprovada em 16 de dezembro de 1998, proíbe o trabalho a crianças e adolescentes menores de 16 anos, permitindo, no entanto, o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz.

Aos adolescentes de 16 a 18 anos está proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas, o trabalho noturno, os trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas, e, ainda, os trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social.

A proteção integral da criança e do adolescente foi consagrada no art. 227 da Constituição Federal que garante os seus direitos fundamentais, dispendo acerca da prioridade absoluta em virtude da especificidade de pessoas humanas especiais que estão em desenvolvimento.

Para tanto, objetivando regulamentar especificadamente os direitos das crianças e dos jovens, a legislação infraconstitucional aborda os vários aspectos necessários, tratando particularmente na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - dos direitos trabalhistas dos aprendizes nos artigos 14 a 17, 20 e 21, o surgimento da lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a própria lei nº 10.097 que disciplina o exercício da condição de aprendiz.

Legislação Infraconstitucional

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente caracteriza as condições e os direitos para que se as crianças e os adolescentes se desenvolvam de forma sadia que:

“Consequentemente, na forma do art. 424, CLT os responsáveis legais de adolescentes trabalhadores têm o dever de afastá-los de empregos que diminuam o tempo de estudo, de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral. No âmbito da CLT, com a reforma ocorrida em 2000, desapareceram os dispositivos concernentes à aplicação de penalidade, no caso de descumprimento do pátrio poder, hoje poder familiar. No entanto, o art. 249, ECA considera infração administrativa o caso de ‘descumprimento doloso ou culposo dos deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrentes da tutela ou guarda. Aos empregadores cabe zelar pelo ambiente de trabalho, mantendo os bons costumes e a decência pública e, na forma do art. 425, CLT, deve cuidar da segurança e saúde do trabalhador (art. 425 da CLT)”(PEREIRA, 2008,p.594).

A Lei 10.097 do Aprendiz é uma lei brasileira, aprovada em 2000 e regulamentada em 2005, que explicita disposições da Constituição Federal Brasileira, do Estatuto da Criança e do jovem e altera a Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943, dando nova regulamentação à aprendizagem.

No artigo 3º da lei 10.097 temos a caracterização do contrato de um aprendiz como:

“um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação”.

A referida lei determina que toda empresa de grande e médio porte deve ter de 5% a 15% de aprendizes, na faixa etária de jovens de 14 a 24 anos, sob a condição destes permanecerem na escola e matriculando tais empregados nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Senai, Senac, Senar etc.).

As empresas de pequeno porte e as microempresas ficam dispensadas da obrigação legal da contratação de menores aprendizes nos termos do art. 429 da CLT e art. 11 da Lei n. 9.841/99.

A legalização da condição de aprendizagem foi imprescindível para facilitar o ingresso do jovem no mundo do trabalho permitindo a formação profissional, sem comprometer os seus estudos e o seu desenvolvimento como pessoa.

O dever imposto pela lei tem a finalidade de estimular a contratação de jovens, integrando-os ao mercado de trabalho, já que considera-se aprendiz o trabalhador com idade entre 14 e 24 anos.

Todavia, é necessário que o aprendiz esteja cursando ensino fundamental ou médio, sendo que na primeira situação, a jornada de trabalho não poderá ultrapassar o limite máximo de seis horas diárias. Caso o trabalhador esteja no ensino médio, o horário poderá ser estendido para oito horas por dia.

A legislação estabeleceu parâmetros e determinação para a jornada destes jovens trabalhadores descritos na Consolidação das leis do Trabalho –CLT, ficando vedado prorrogação e a compensação de jornada, podendo chegar ao limite de 8 horas diárias desde que o aprendiz tenha completado o ensino fundamental, e se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

Uma vez que a aprendizagem, no entender de Sussekind:

[...] desenvolve uma aptidão profissional no menor, sem prejuízo de sua formação escolar básica. É uma mescla de transmissão de ensinamentos metódicos especializados com a concomitante ou subsequente atividade prática no processo mister escolhido, com vistas à futura obtenção de emprego, sem a precariedade e as condicionantes inerentes ao processo de aprendizagem. (2005, p. 1021):

Para as empresas que contratam aprendizes em seu quadro de funcionários existem vantagens para tanto, pois reduzem os percentuais destinado ao Fundo de Garantia de 8% para 2%, conforme prevê a Lei 8.036 - art. 15, § 7º. Sendo que de qualquer forma, são assegurados aos aprendizes todos os demais direitos trabalhistas, em especial os recolhimentos previdenciários que desde já são computados para fins de aposentadoria.

Além da dispensa de pagamento de aviso prévio remunerado e isenção da multa rescisória e para as empresas registradas no “Simples”, que optarem por participar do programa de aprendizagem, não tem acréscimo na contribuição previdenciária.

O contrato de aprendizagem tem como prazo máximo previsto na legislação dois anos nos termos do art. 428, parágrafo 3º da CLT e após este período o contrato será rescindido ou se a empresa tiver por objetivo a contratação do aprendiz como funcionário.

Uma vez que excedido o prazo de dois anos, o pacto transforma-se em contrato de prazo indeterminado, no qual gerará contrato de trabalho comum. Outra especificidade é que o contrato de aprendizagem pode ser prorrogado mais de uma vez, mas somente até atingir o prazo máximo de dois anos.

O fator monetário é uma das vantagens em especial para empresas de grande e médio porte e é significativo considerar o período em que o jovem aprendiz esteve na empresa e adquiriu formação profissional podendo futuramente integralizar o quadro de empregados da própria empresam, além do fato das empresas com os aprendizes estarem cumprindo sua responsabilidade social, uma vez que as organizações empresariais, graças à riqueza que acumulam e que têm o potencial de concentrar, trazem em si o grande potencial de mudar e melhorar o ambiente social.

A Relação entre Educação e Trabalho

A evolução ou o desenvolvimento humano é possibilitado entre outros aspectos através do bem estar proporcionado por um conjunto de necessidades satisfeitas e pela educação que, poderá proporcionar à medida que o indivíduo a busca por esses fatores, nesse sentido:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. (OLIVEIRA, 2002, p.40)

A educação tem sido considerada um referencial na sociedade por dar condições de entendimento e compreensão, interagindo com a sociedade como um todo, para tanto:

A educação escolar na sua acepção maior deve trazer em regra, mudanças positivas para as pessoas e para a sociedade, uma vez que pode propiciar aumento da capacidade intelectual do ser humano, bem como permitir a ele passar por transformações diversas de ordem comportamental, mental, social e até mesmo financeira, o que poderá lhe gerar mais bem estar e, na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. (FONSECA, 2011, p. 13).

A Constituição Federal de 1988 afirma que a educação é um direito de todos, cabendo ao estado e a família promovê-la e incentivá-la, desenvolvendo e preparando o indivíduo para a cidadania e qualificação do trabalho. (Fonseca, 2011). A educação tem se mostrado como um fator de desenvolvimento para que a sociedade possa encontrar meios de sanar problemas diversos, entre eles a violência, as dificuldades de viver em sociedade, a individualidade e as diferenças sociais.

Em 1996, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9.394/96, instituída de modo a possibilitar as instituições educacionais a compreensão e análise da legislação e da política educacional baseado na Constituição Federal. Possibilitando também através do acesso a conquista de outros direitos como a saúde, o trabalho, a moradia e lazer. (Brandão, 2007).

As diretrizes para a educação em todas as etapas, desde o básico até o ensino superior, tendo esse último por objetivo:

Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da criação e difusão da cultura; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional. (FONSECA, 2011, p. 14)

Fonseca (2011) ressalta ainda como atribuição do ensino superior o estimular o conhecimento dos problemas de ordem mundial, prestar serviços e interação com a comunidade.

É na interação universidade e sociedade que o conhecimento poderá ser difundido, e a reciprocidade acarreta um grau de evolução e conhecimento que levará ambos a encontrarem soluções para os problemas locais, regionais ou mundiais, ampliando os avanços tecnológicos e preparando o estudante para atuar no mercado de trabalho.

Uma das formas de interação entre universidade e sociedade é o plano de estágio, em que o aluno enquanto estudante vai trabalhar na empresa, levando certa bagagem de referencial teórico e através das orientações da empresa vai agregando conhecimento e reproduzindo uma nova forma de pensar sobre a atividade que está exercendo, a empresa e o contexto em que vive.

Existem dois fatores importantes ao serem relatados: o fato do estagiário trazer consigo uma gama de conhecimento que se a empresa possibilita o uso das práticas, pode propiciar o desenvolvimento da mesma. O segundo fator é que a empresa desenvolve um profissional dentro da cultura organizacional que possui sem que o mesmo venha com outros modelos ou práticas organizacionais que possam entrar em controvérsia com as práticas que a empresa realiza.

Para Bowditch e Buono,(2006) a necessidade de criar sistemas adaptativos complexos, por meio de disseminação de tecnologias avançadas, aprendizagem contínua, imaginação e criação, valorizando a diversidade e transformando e redirecionando a organização em larga escala. Cada função dentro da empresa apresenta um grau de dificuldade e a empresa necessita dimensionar os profissionais de acordo com sua competência e habilidade.

Para (Pochmann, 2004) em pleno limiar da sociedade do conhecimento, o Brasil precisa abandonar a concepção conservadora e ultrapassada do trabalho como obrigação pela sobrevivência para reconstituir uma nova transição do sistema escolar para o mundo do trabalho.

A Significação do Trabalho

O trabalho que no passado foi instituído como uma forma de castigo e destinado as classe escravas e menos abastadas, de modo que tarefas difíceis e pesarasas eram realizadas para facilitar a rotina ou trazer comodidade e luxo as classes mais dominantes fosse pelas finanças que possuíam ou pelo prestígio perante a sociedade.

Com o tempo, a sociedade passou a perceber que o trabalho era algo saudável, se houvesse tempo para descanso e redução do esforço físico através dos avanços tecnológicos, o trabalho tornou-se algo prazeroso pincipalmente por aqueles que gostavam das funções que executavam visando os benefícios que poderiam proporcionar.

Desse modo passou a atribuir um valor maior do indivíduo perante a sociedade. “É o trabalho que constrói e reconstrói as necessidades humanas, estabelece

relações com outros homens, configurando-o como relação social, tornando o cidadão membro participante da sociedade” (CANOAS, 2000, p13).

Diante dos vários níveis da sociedade em termos de riqueza, existem várias formas e tipos de trabalho partindo do trabalho braçal ao intelectual, onde cada um apresenta uma remuneração de acordo com o grau de dificuldade e abstração que apresenta.

O processo de globalização atual do capital, muda o mundo do trabalho e cria, em função do desenvolvimento tecnológico, oportunidades de trabalho diferente, mais propício aos serviços e outras atividades mais articuladas a novas formas de participação social e de exercício de cidadania. (CANOAS, 2000, p.13).

Atualmente trabalho é sinal de, dependendo da profissão, futuro promissor, pois o indivíduo pode acumular riqueza ao longo do tempo sabendo administrar estudo e trabalho, buscando técnicas e aperfeiçoamentos.

Segundo Canoas, (2000, p. 11), o processo de globalização produziu transformações e conseqüentemente a acumulação á níveis mundiais, mudando as relações das nações, produção, comercialização, nos valores e nas vidas das pessoas.

O domínio do capital está associado àqueles que, seja pessoas ou empresas consigam vislumbrar necessidades mercadológicas e criem bens para satisfazê-la, se o produto a ser criado impacta no mercado pode significar ascensão imediata ao criador do bem.

Para que o país possa participar de forma mais dinâmica do novo cenário internacional e ampliar o dinamismo interno, o que favorece que a educação passe a significar novamente oportunidades redobradas de ascensão social e, não como hoje, uma defesa, aliás profundamente precária contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda. (POCHMANN, 2004,p.385)

A atuação do Estado como regulador do sistema econômico, cultural e social o fez atentar as variações no nível de emprego da sociedade, devido as significações do trabalho para o indivíduo, também por servir de meio de subsistência devido geração de renda e como uma das formas de arrecadação do Estado.

Uma vez ingressado nos programas redistributivos, todo beneficiário acessa simultaneamente o segundo eixo programático da estratégia de inclusão social, cujo objetivo é alcançar a emancipação social, política e econômica articulada e integrada com a educação e a formação da cidadania, afirma (Pochmann, 2004).

A combinação das medidas passivas e ativas eleva substancialmente impacto dos programas, projetos e medidas voltadas para o mercado de trabalho. Medidas ativas necessitam de suporte para se tornarem menos custosas, como por exemplo, a orientação e aconselhamento ao trabalhador quanto ao treinamento, e de assistência técnica, inclusive com aporte de capital, para os trabalhadores que buscam livrar-se do desemprego tornando-se pequeno empresário. (CHAHAD & FERNANDES, 2002, p.35).

As pessoas estudam para tornarem profissionais especializados em determinadas áreas, cada profissão exige um nível de aprendizado, desde um simples treinamento a uma graduação seguida de mestrado e doutorado. Os jovens com pouca ou

nenhuma especialização tem tido dificuldades em conseguir o primeiro emprego, daí a necessidade de políticas que incentivem o ingresso de jovens no mercado de trabalho.

O Brasil terminou afastando-se das oportunidades de assimilação das tendências potencialmente positivas da sociedade do conhecimento, posto que se caracteriza cada vez mais como uma sociedade de baixos salários voltada à exportação de bens primários (agronegócios) e de consumo ostentatório de serviços pessoais de poucas famílias ricas. (POCHMAN, 2004, p.385)

Subtende-se que o país necessita de maiores investimentos em educação e tecnologia para avançar no modo de produção através da otimização do treinamento e desenvolvimento de trabalhadores, matérias primas e equipamentos que possam agregar valor aos produtos que são vendidos in natura, quando poderiam ser vendidos processados, agregando mais valor, gerando mais empregos e divisas.

A competitividade a nível mundial tem exigido das empresas, órgãos públicos e da sociedade um empenho maior no mercado de produtos e, economias mais avançadas se sobressaem em relação às que caminham de forma mais lenta devido a razões econômicas, culturais e sociais, como exemplo as economias em desenvolvimento perante as desenvolvidas.

O trabalho está diretamente associado ao grau de participação do produto no mercado, a competitividade torna a concorrência acirrada e a empresa ou nação que não estiver preparada para esse contexto, pode ficar fora do mercado, isso pode significar empresas que não conseguem vender seu produto, podendo gerar demissão de funcionários e consequentemente todo o ciclo reverso da economia que impacta em redução do consumo, arrecadação de impostos e comprometendo a distribuição e a qualidade dos serviços prestados pelo estado à sociedade.

Como alternativa de competitividade a articulação do Estado, empresas e sociedade tem buscado alternativas para fazerem com que cidades, regiões e países se mantenham no mercado produzindo bens que possam oferecer além de satisfação a quem compra a distribuição de renda para toda a cadeia produtiva.

A especialização tem sido uma grande aliada por proporcionar a produção de bens de forma mais efetiva, otimizando processos, reduzindo perdas e o desgaste físico do trabalhador através de processos com maiores avanços tecnológicos.

A Articulação da ESAC e o Mercado de Trabalho

A ESAC, Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca, é uma instituição social sem fins lucrativos, que oferece oportunidade de aprendizado para adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos.

A ação da ESAC em parceria com o Uni-FACEF proporciona aos jovens o referencial teórico para atuar em áreas administrativas das empresas e através dos estágios

em empresas, os jovens podem conciliar a teoria à prática, facilitando-lhes o ingresso no mercado de trabalho.

A ingresso dos jovens ocorre através de:

[...] processos seletivos da entidade e são selecionados através de prova seletiva. Os alunos recebem capacitação para a área administrativa, informática, espanhol e inglês e participam de palestras sobre diversos temas: trabalho, drogas, sexualidade, relacionamentos, motivação, cidadania, civismo, entre outros. (ESAC, 2012).

Os cursos de capacitação de adolescente oferecidos atendem em média 630 jovens e aproximadamente 80 aprendizes. Segundo a ESAC, a entidade já atendeu mais de 20 mil jovens em 40 anos.

Conforme dados extraídos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), existem mais de 69 mil estudantes situados na cidade de Franca, dos quais 64 mil cursam o ensino médio e fundamental.

Tabela 1 – Estudantes por nível na cidade de Franca

Tipo	Total	%
Pré	5.318	2%
Fundamental	49.720	16%
Médio	14.315	4%
Total estudante	69.353	22%
Restante da população	249.287	78%
Total da População	318.640	100%

Fonte: IBGE 2009/2010

Vale ressaltar que dos 69 mil estudantes, aproximadamente 54 mil estão entre 10 e 19 anos, ou seja, 17% da população, que a ESAC poderá atender desde que atenda os requisitos necessários para fazer parte do programa.

Tabela 2 – Estudantes por idade na cidade de Franca

Tipo	Quantidade	%
Até 10 anos	44.064	14%
10 a 19 anos	53.773	17%
Acima 20 anos	220.803	69%
Total	318.640	100%

Fonte: IBGE 2009/2010

Através destes dados é possível verificar a importância da capacitação dos jovens adolescentes, para o mercado de trabalho, principalmente por se tratar de uma faixa etária, cuja inserção tem sido tarefa difícil.

As famílias de baixa renda da cidade, geralmente precisam da ajuda dos adolescentes para complementar a renda familiar. Assim muitos pais, optam por encaminhar seus filhos para pleitearem uma vaga na ESAC, visto que o programa é reconhecido na cidade como modelo na capacitação de adolescentes.

Além dos cursos de capacitação oferecidos, a ESAC encaminha os adolescentes para atuar dentro das empresas da cidade, sendo comum a presença de jovens aprendizes. Para as empresas, de certa forma, é vantajoso receber este tipo de programa, uma vez que podem delegar tarefas aos jovens com custo relativamente baixo. Por outro lado, os jovens que se destacam nas funções, vislumbram a possibilidade de serem efetivados dentro do quadro de funcionários da empresa, que por sua vez, moldou o adolescente de acordo com as suas necessidades.

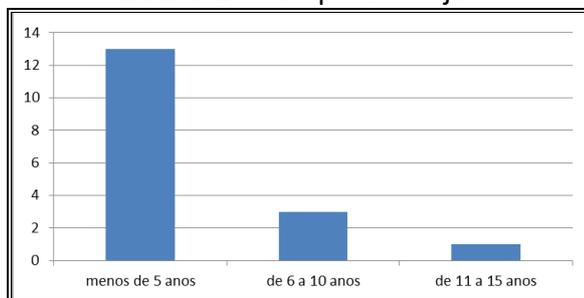
Para disponibilizar os cursos, a ESAC conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Franca, Centro Universitário Uni-FACEF, Empresa de Ônibus São José, Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social de Franca, Sub-Delegacia do Ministério do Trabalho de Franca e Conselhos em geral.

O Uni-FACEF oferece a sua estrutura no período da manhã e tarde para o curso de auxiliar administrativo, que tem duração de 6 meses com grade curricular de 480 horas, abrangendo disciplinas como práticas administrativas, relações humanas e cidadania, marketing, matemática financeira, português e informática.

Pesquisa com Empresas Participantes do Projeto Aprendiz

Primeiramente é notório que a adesão do projeto pelas empresas é recente, sendo inferior a cinco anos, conforme gráfico abaixo. Sendo que mesmo recente as empresas salientaram que a experiência com o projeto é sempre gratificante e reiteraram seu propósito de permanecerem nos próximos anos com a parceria que está sendo muito produtiva para a empresa e para os jovens participantes.

Gráfico 1 – Tempo de Projeto

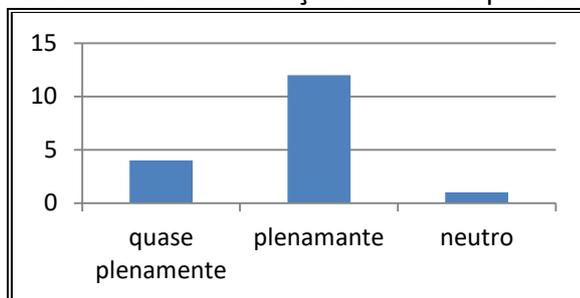


Fonte: Elaborado pelos Autores

A pesquisa realizada com 30% (trinta por cento) das empresas que contratam os estagiários da ESAC apresenta como característica principal a satisfação das empresas de ter o jovem aprendiz em seu quadro de funcionários, uma vez que este contribui de forma

positiva atendendo plenamente as atividades da empresa na maioria, como segue gráfico abaixo:

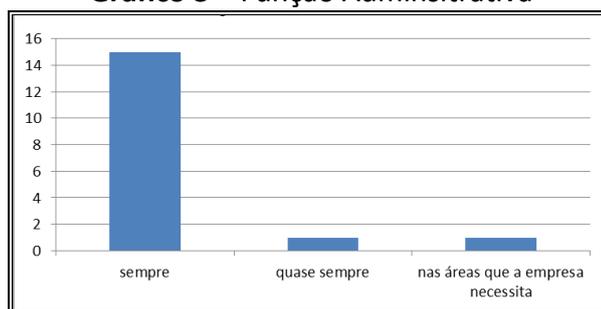
Gráfico 2 – Contribuição dos Participantes



Fonte: Elaborado pelos Autores

No tocante à atuação do jovem aprendiz, a maioria das empresas relataram que as atividades se concentram em áreas administrativas, devido também ao fato do Uni-Facef oferecer o curso de auxiliar administrativo em parceria com a ESAC representando, 75% (sessenta e sete por cento) na pesquisa realizada.

Gráfico 3 – Função Administrativa

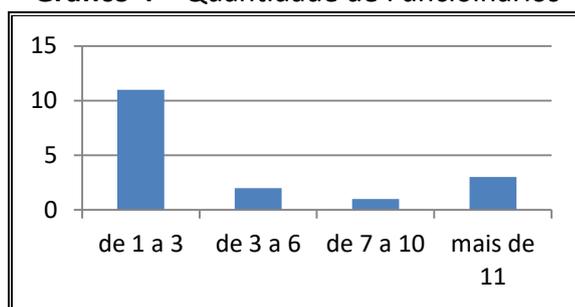


Fonte: Elaborado pelos Autores

E, o mais importante, verificado é que em muitos casos os jovens aprendizes nas empresas acabam tornando-se posteriormente funcionários efetivos, promovendo um ganho para ambos, uma vez que a empresa contrata um profissional já experiente e que conhece a empresa e para o jovem a possibilidade de ter o seu trabalho reconhecido e conseqüentemente fazer carreira na empresa.

Sendo que atualmente nas empresas pesquisadas em sua maioria possuem de 1 a 3 funcionários que foram oriundos de efetivações de jovens participantes do projeto aprendiz, conforme demonstra gráfico 4.

Gráfico 4 – Quantidade de Funcionários

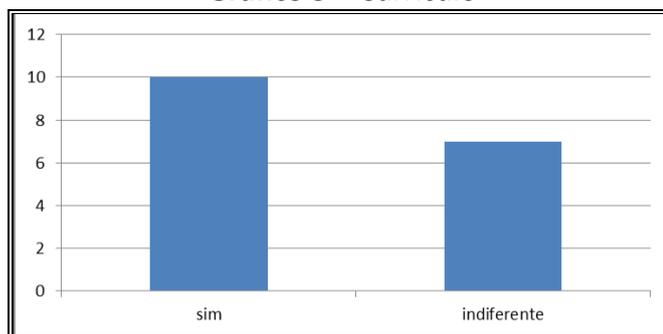


Fonte: Elaborado pelos Autores

A quantidade de aprendizes nas empresas é significativa, variando de acordo com o porte da empresa, mas geralmente a empresa possui de 1 a 3 aprendizes em seu quadro de funcionários.

Outro fator relevante salientado pela maioria das empresas é o diferencial que os jovens que já participaram no projeto aprendiz possuem em seu currículo que é analisado na hora de uma contratação, podendo ser caracterizado como um fator positivo. Apesar de tal fator ainda ter uma grande parcela das empresas que mencionaram que tal fator é indiferente, mas isto pode estar relacionado com a adesão das empresas ao projeto que ainda é recente, conforme salientado acima.

Gráfico 5 – Currículo



Fonte: Elaborado pelos Autores

Mas é importante salientar que os jovens que participaram do projeto aprendiz além de possuir uma formação profissional com a oportunidade de realização de cursos, como o de auxiliar administrativo promovido pela ESAC em parceria com o Uni-Facef, tem a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho através de empresas conveniadas que já constata a extrema relevância do projeto para as empresas, em âmbito econômico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa teórica, tivemos uma breve explanação sobre as leis que regem as relações do trabalho contratação de jovens aprendizes fundamentadas nos preceitos da Constituição Federal e leis correlacionadas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Consolidação das leis do Trabalho e Lei do Aprendiz. Saliento que é

imprescindível para o jovem ingressar no mercado de trabalho leis garantam condições para o exercício do laboro de forma digna e sem prejuízo de seus estudos, promovendo o seu pleno e sadio desenvolvimento.

A relação entre o Estado, a universidade e a sociedade pode proporcionar bons benefícios quando vem de encontro as necessidades de da população em determinada época. Fazendo o levantamento dos problemas e criando soluções a partir de ações conjuntas.

A educação sendo como um dos propulsores do desenvolvimento, tanto econômico quanto social, dando ao indivíduo condições de se evoluir e condicionando o indivíduo ao ambiente de trabalho que possa lhe proporcionar renda, bem estar e socialização.

A atuação em conjunto da ESAC com parceria da Prefeitura Municipal de Franca, Centro Universitário Municipal - Uni-FACEF, Empresa de Ônibus São José, Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social de Franca, Sub-Delegacia do Ministério do Trabalho de Franca e Conselhos em geral integram no mercado de trabalho jovens que tem a possibilidade de no estágio se tornar parte do quadro de funcionários efetivos da empresa em que é estagiário.

Consideramos que a ação conjunta propicia maiores benefícios a sociedade local, ação essa em que são levantados os problemas e carências, analisados e planejadas soluções que possam proporcionar benefícios reais a curto, médio e longo prazo.

Desta forma, a relação entre empresa e jovens aprendizes proporciona uma troca de experiência imensurável, passando da esfera econômica, abrangendo a social e promovendo o desenvolvimento regional da cidade de Franca.

Outro fator relevante é o fato da empresa com a contratação de aprendizes possibilitarem uma redução de custos em relação a um funcionário efetivo, além de proporcionar o perfazimento de sua responsabilidade social junto a sociedade local.

Diante da pesquisa realizada, foi observado que na maioria das empresas no processo de seleção de contratações consideram como fator positivo o fato de um jovem já ter sido um aprendiz e possuir uma qualificação profissional, sendo nitidamente mais fácil a sua colocação no mercado de trabalho, além da possibilidade de efetivação na própria empresa em que foi aprendiz, sendo constatado nesta pesquisa que é significativo o número de aprendizes efetivado nas próprias empresas.

Tendo em vista as considerações acima que se basearam em respostas fornecidas pelas próprias empresas, é possível concluir que o projeto da ESAC além de ser extremamente fundamental para a profissionalização dos jovens, contribui favoravelmente para o desenvolvimento regional da cidade, propiciando seu desenvolvimento tanto economicamente quanto socialmente.

REFERÊNCIAS

BOWDITCH E BUONO, James L. e Antony F. Fundamentos de comportamento organizacional. Rio de Janeiro, LTC, 2006

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo. São Paulo, Avercamp, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Explicita disposições da Constituição Federal Brasileira, do Estatuto da Criança e do jovem - ECA e altera a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, de 1943, dando nova regulamentação à aprendizagem. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm. Acesso: 15 dez. 2012.

CANOAS, José Valter. Atitudes operárias no processo de reestruturação produtiva do capital. Franca. UNES PFHDSS, 2003.

CHAHAD e ZEETANO, Jose Paulo e Reynaldo Fernandes: O mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego rumo a era de grandes mudanças. São Paulo, LTr, 2002.

CHAHAD e ZEETANO, Jose Paulo e Reynaldo Fernandes. O mercado de trabalho no Brasil: políticas, resultados e desafios. São Paulo (MTE/FIPE) Depto de Economia, 2002.

ESAC- Guarda Mirim de Franca. Disponível em: <http://www.esacfranca.org.br/>. Acesso: 05 nov. 2012.

FONSECA, Gustavo Beghelli. Estágios, responsabilidade social universitária e desenvolvimento: um estudo da concepção de estagiários e coordenadores de cursos sobre as atividades de estagio e implicações comunitárias. Franca, SP, Uni-FACEF, 2011.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 nov. 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE. Disponível em: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf. Acesso em: 02 maio 2012.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo. Atlas, 1999.

RIFKIN, Jeremy: O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo. M. Books. 2004

PEREIRA, Tania da Silva: Direito da Criança e do Adolescente: Uma Proposta Interdisciplinar. São Paulo, Renovar, 2008.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? Disponível em: Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004
<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 nov.2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na Pós Modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SÜSSEKIND, Arnaldo e; MARANHÃO, Délio e; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. Instituições de direito do trabalho. 22ª Ed. Vol. 1 e Vol 2, São Paulo: LTR, 2005.

Capítulo 7 - Encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho: Projeto Aprendiz

Welton Roberto Silva
Lucas Antônio Santos
Paulo Sérgio Moreira Guedine
Alfredo José Machado Neto
Carla Arena Ventura

RESUMO

Mudanças na legislação causam, normalmente, alteração na rotina e no convívio das pessoas, especialmente quando relacionadas à família. A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fez com que diversos menores que antes desempenhavam atividade econômica, fossem retirados dos trabalhos que oferecessem risco a sua saúde e/ou segurança, fazendo com que os mesmos pudessem se expor a práticas não sociáveis no período que antes se encontravam em afazeres. Neste contexto se encontrava a Guarda Mirim de Franca, responsável por alocar adolescentes da cidade para realizarem serviços em empresas da cidade, bem como para controlar valores no estacionamento de veículos no centro do município. A adequação do projeto contou com a participação de diversos setores da sociedade e atender ao disposto no ECA, formando a Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca (ESAC). Assim surge a proposta do presente estudo, que contemplou realizar um levantamento junto às diversas partes envolvidas no projeto Menor Aprendiz, mediante uma análise sobre o quanto o curso de formação e capacitação de jovens acrescentou na vida profissional e pessoal dos envolvidos desde sua conclusão. Para tanto se fez uso, em um primeiro momento, de um levantamento teórico sobre as partes envolvidas, seguido de um relato sobre a experiência dos envolvidos, após cinco anos de sua passagem pelo projeto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, elaborada na forma de Estudo de Caso, com a aplicação de questionário estruturado com questões abertas. As Considerações Finais trazem os resultados apurados, e as mudanças que cada ente envolvido pode verificar em si.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca (ESAC); Extensão Universitária; Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF).

INTRODUÇÃO

Historicamente, observa-se a presença cada vez mais constante de uma maior quantidade de membros do domicílio na composição da renda familiar, o que nem sempre isenta o menor. Entretanto, o final do século XX foi marcado por uma série de novos fatos que viriam contra esta atitude já corriqueira em muitos lares.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, trouxe consigo profundas e significativas mudanças, principalmente no que concerne ao limite de idade mínima para admissão no emprego, agora 16 anos. Tal fato vai ao encontro do disposto na Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Notório é, que a legislação internacional vem, há tempos, manifestando interesse com a questão da proteção ao menor, especialmente após a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 20 de novembro de 1989 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao se tratar da legislação brasileira, tem-se que a mesma já aborda a questão em sua Carta Magna. A Constituição Federal de 1988 dispõe acerca da importância em se proteger a criança e o adolescente, corroborada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além da manutenção de um capítulo especial dos direitos dos menores na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desta forma é possível verificar a preocupação em garantir o desenvolvimento do país, entretanto sem o ônus de sacrifício à infância, garantindo uma adequada formação à criança ao adolescente, de forma que o mesmo possam se desenvolver física, mental, intelectual e socialmente.

Assim o presente estudo encontra foco na Guarda Mirim de Franca, que desde o início de suas atividades, procura dar à criança e ao adolescente, além de uma formação moral, também a possibilidade de se desenvolver em atividades profissionais. Entretanto, após o estabelecimento das novas normas de trabalho infantil, o Projeto se viu na responsabilidade de readequar suas atividades, buscando novas alternativas para a continuidade dos programas de formação dos jovens cidadãos de Franca. Neste contexto a Guarda Mirim de Franca dá lugar à ESAC – Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca. A iniciativa passou, então, a necessitar de apoio e parcerias para que a ideia pudesse amadurecer e ser efetivamente implementada.

Concomitantemente observa-se uma cobrança cada vez maior por parte da sociedade na chamada responsabilidade social, e ao se mencionar as Instituições de Ensino Superior – IES, a necessidade em trabalhar ao lado da sociedade pelos problemas e anseios comuns passa a ser observada de uma forma mais intensa, haja vista a extensão universitária ser uma das bases integrantes do tripé de sustentação da educação superior.

Neste contexto, surge a parceria entre a Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca e o Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF. Por meio da adesão do Uni-FACEF foi possível ao programa de formação de jovens aprendizes, dispor de salas equipadas e preparadas para a ministração de cursos profissionalizantes, além de contar com alunos de graduação da Instituição para monitoria junto aos adolescentes participantes.

Embora muito já se tenha escrito sobre o projeto da ESAC, não se encontrou ainda um estudo que pudesse considerar, com base em relatos de envolvidos diretamente no projeto, a evolução ao longo dos anos, bem como os resultados finais do trabalho desenvolvido pela parceria, visto sob diferentes ângulos. Assim o presente estudo objetivará realizar um levantamento junto às diversas partes envolvidas no projeto Menor Aprendiz,

mediante uma análise sobre o quanto o curso de formação e capacitação de jovens acrescentou na vida profissional e pessoal dos envolvidos desde sua conclusão.

Para tanto se fará um apanhado teórico sobre a importância do menor aprendiz no contexto nacional e local, bem como as legislações que o cercam. Também será considerado um breve histórico sobre a Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca, assim como a parceria Uni-FACEF/ESAC. Por fim, o presente texto contemplará a visão de uma aluna formada no curso em questão no ano de 2007, de uma aluna do Uni-FACEF que desempenhou atividade de monitoria no mesmo ano, e ainda será acrescentada a visão da reitora do Centro Universitário Municipal de Franca em 2007.

O presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, elaborada na forma de um estudo de caso, e, como instrumento de coleta de dados optou-se pela aplicação de um questionário estruturado com perguntas abertas, de forma que os respondentes possam expressar a importância de sua participação no projeto.

O contexto no qual se insere tal pesquisa encontra-se cada vez mais em evidência, o que justifica sua importância. Assim, espera-se contribuir com o projeto, na forma de *feedback*, para que seja possível identificar pontos de melhorias e ainda potencialidades para novos projetos que poderiam vir a ser inseridos no meio pesquisado.

O MENOR APRENDIZ

Após o planeta assistir aos dois grandes conflitos mundiais que marcaram a história, percebeu-se a eminente necessidade de preservação internacional dos direitos humanos, que foi iniciada com a com a concepção da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, e posteriormente a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (PIOVESAN, 2006; COMPARATO, 2005).

Neste mesmo sentido, não se pode deixar de considerar o direito do menor, especialmente o que tange sua formação. Isto fica evidente ao se observar o que disserta a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) em seu artigo 26:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Cabe ainda ressaltar que, tal formação não deve apenas se restringir a um saber teórico-cultural, antes possuir atributos que contemplem uma instrução técnico-profissional, o que garantiria um pleno desenvolver do ser humano, inserindo-o na sociedade com capacidade de evoluir, e se colocar de maneira adequada no mercado de

trabalho, e assim fornecer o sustento adequado para a manutenção de si próprio e de sua família.

Neste contexto, pode ser observado que a legislação brasileira buscou uma adequação ao dispositivo internacional, de forma a normatizar o trabalho infantil aos padrões estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, agindo assim, em consonância ao artigo 32 da Convenção Sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989):

1. Os Estados-Partes reconhecem o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.
2. Os Estados-Partes adotarão medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais com vistas a assegurar a aplicação do presente Artigo. Com tal propósito, e levando em consideração as disposições pertinentes de outros instrumentos internacionais, os Estados-Partes, deverão, em particular:
 - a) estabelecer uma idade ou idades mínimas para a admissão em empregos;
 - b) estabelecer regulamentação apropriada relativa a horários e condições de emprego;
 - c) estabelecer penalidades ou outras sanções apropriadas a fim de assegurar o cumprimento efetivo do presente Artigo

Igualmente, é possível verificar que a iniciativa brasileira busca medidas que primam pela proteção aos menores, valorizando a qualidade de vida a fim de que haja um pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. Tal colocação pode ser observada no parecer da Assembleia Nacional Constituinte ao estruturar a Constituição Federal de 1988, instituindo aparatos que conferem ao menor, condições de um sadio crescimento.

Da mesma forma, pode ser destacado o direito assegurado à criança e ao adolescente, a vida, a educação e a profissionalização, sendo também estabelecidos critérios para uma idade mínima de inserção do menor ao trabalho, bem como a garantia dos direitos previdenciários e trabalhistas, sem que se deixe de considerar seu acesso à escola. Ainda sobre o aparato legal, Guedine (2010, p. 44) discorre que:

Ainda no Capítulo dos direitos sociais no artigo 7º, [...] o legislador inseriu, também, dentre eles dois dispositivos de proteção aos menores, quais sejam, o inciso XXV, que impõe a obrigatoriedade de manutenção de creches ou pré-escolas gratuitas para a assistência aos filhos dos trabalhadores com idade igual ou inferior a cinco anos, e o inciso XXXIII, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Para o estatuto da Criança e do Adolescente, aprendizagem é definida como sendo “a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor” (Lei 8069/90, artigo 62), observando a três princípios: “garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades” (Lei 8069/90, artigo 63).

Desta forma, se insere no mercado de trabalho a figura do menos aprendiz, que deve em primeira instância, obedecer aos princípios estabelecidos para todos os

trabalhadores pela CLT, cabendo ainda algumas ponderações. Um fator a ser considerado se encontra na jornada de trabalho, que no caso do aprendiz é constituída, além da execução da atividade profissional, ao tempo em que estiver assistindo as aulas teóricas sobre o trabalho em questão.

No aspecto legal, o Decreto nº 5.598/2005 regulamenta a contratação de aprendizes e define o contrato de aprendizagem bem como sua validade:

Art. 3º Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (Decreto 5.598/05, art. 3º).

Art. 4º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (Brasil, 2005).

Já no que concerne à remuneração, é previsto que não havendo condição mais favorável para a remuneração, é garantido ao menor aprendiz o salário mínimo. Ainda, sobre a jornada de trabalho, tem-se que é de no máximo seis horas diárias, estando nelas inclusas as atividades teóricas e práticas. Com relação à contratação, pode ocorrer diretamente pelo estabelecimento que assume a responsabilidade de empregador, ou ainda por entidades sem fins lucrativos, que passa a ser a responsável pelo contrato e suas obrigações (Brasil, 2005).

Neste sentido, observa-se que grande parte das organizações formadas para auxiliar no encaminhamento de jovens ao mercado, se encontravam, na época, incapacitadas em dar prosseguimento ao seu trabalho. Nesta situação se encontrava também a então Guarda Mirim de Franca, foco do presente estudo.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Atualmente, muito se discute sobre a participação das empresas em projetos que transpassem sua atividade econômica. O assunto se relaciona ao fato de as organizações adotarem como atribuições corporativas as necessidades e carências existentes no ambiente onde se inserem. O tema responsabilidade social vem sendo amplamente trabalhado, inclusive sob a forma de marketing e propaganda, sendo considerado pelas instituições como propenso diferencial frente aos concorrentes, o que faz com que a adoção de novos projetos, que caminhem nesta perspectiva, se tornem mais frequentes (BORGES, 2001).

Em seu trabalho, Ashley, Coutinho e Tomei (2000, p. 4), apresentam relevante contribuição neste campo, ao descreverem que:

[...] o conceito de responsabilidade social corporativa, com forte conotação

normativa e cercado de debates filosóficos sobre o dever das corporações em promover o desenvolvimento social, passou a ser acompanhado, na década de 70, do termo responsabilidade social corporativa. Com este novo conceito, já se passava para a necessidade de construção de ferramentas teóricas que pudessem ser testadas e aplicadas no meio empresarial.

Drucker (2002, p. 22) também colabora com o assunto ao dissertar que:

A responsabilidade social seja de uma empresa, e de um hospital ou de uma universidade, podem aparecer em das áreas. Podem surgir em dos impactos sociais causados pela instituição, ou surgir como problemas da própria sociedade. Ambas devem ser consideradas pela administração, porque a instituição que os administradores dirigem está necessariamente inserida na sociedade e na comunidade.

Quando se refere ao Ensino Superior, tal temática passa a requerer maior atenção, uma vez que a Instituição Universitária possui, por atribuição, levar a seus estudantes a contemplação do mundo sob uma nova perspectiva, a fim de que os mesmos estejam capacitados a ver e inferir em seu ambiente, seja local ou nacional, com atitudes proativas, e desta forma, contribuir para a melhoria das condições humanas, tangíveis ou não. Tal princípio se encontra fundamentado nas funções de sustentação da Instituição de Ensino Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão (TOALDO, 1977).

Assim, é possível identificar a importância de uma IES que, ao se dispor formar profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento, busque também como princípio, a produção e a difusão de conhecimento, de forma que seus estudos não se restrinjam às paredes que a cercam, antes promovam transformações significativas em seu entorno, sejam científicos ou mesmo sociais (FARIA, 2001). Desta forma, entende-se que o papel da Universidade transcende o de qualificar o futuro profissional, de modo que a sociedade faça parte deste processo, na adoção de práticas sociais. Tal posicionamento pode ser reforçado nas palavras de Moraes (1991, p. 45), que caracteriza:

[...] a comunidade como algo que nos inclui no interior da universidade, e não como uma coisa externa à universidade, veremos que será pedida a nossa atenção sobre vários tipos de prática de extensão, que principiam em nosso meio acadêmico e caminham até os limites da sociedade maior.

Ao se colocar a relevância da Extensão Universitária pode-se até, a princípio, parecer transferência de funções governamentais e alheias ao ensino, entretanto, valorização da comunidade onde a IES se insere, juntamente com a difusão do ensino acerca da responsabilidade social caracterizam esta como sendo uma das funções base do Ensino Superior. Também, os problemas e dilemas sociais estão inseridos no contexto universitário, cabendo às instituições, bem como aos seus participantes, compor cientificamente direções que auxiliem seu meio a transpor tais dificuldades.

Ainda se pode observar que o papel da Universidade não se restringe na qualificação profissional, mas na participação integral com recursos humanos, levando a forma de a organização universitária a se comunicar com a comunidade que a envolve, de modo que ela passa a se responsabilizar pelo *feedback* da função inicial de qualquer IES.

Após ter estruturado as duas vertentes teóricas da parceria aqui estudada, a seguir, se fará a contextualização das mesmas.

ESCOLA DE CIDADANIA E APRENDIZAGEM DE FRANCA

A criação da Guarda Mirim de Franca se deu por iniciativa do Rotary Club de Franca, em 1961, sendo constituída como uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos. Os objetivos definidos podem ser expressos em: congregar jovens de ambos os sexos, para educá-los com uma profissionalização básica e formação da cidadania (GUEDINE, 2010).

Trabalhando em prol de sua finalidade inicial, a então Guarda Mirim de Franca, buscou a profissionalização de adolescentes na faixa etária de 11 a 14 anos. Entretanto, a Emenda Constitucional nº 20, de 20/12/1998, a obrigou realizar uma adequação, passando a atender jovens que atingissem a idade mínima para o trabalho exigida, ou seja, de 14 a 16 anos (COELHO, 2001).

A Guarda Mirim de Franca contava com cerca de 400 adolescentes atendidos, na época em que a legislação foi alterada, sendo que 265 deles prestavam serviços a empresas (comércio, prestadoras de serviços e indústria), como contínuos, auxiliares administrativos, atendentes entre outras atividades relacionadas à suas capacidades. O restante atuava na própria Guarda Mirim, no sistema conhecido como “Área azul”, responsável por organizar e gerenciar o sistema de estacionamento rotativo nas principais ruas e avenidas da cidade (COELHO, 2001).

A responsabilidade dos menores, à época, se limitava à venda dos cartões e monitoramento do prazo de cada um (de duas horas). Caso o prazo expirasse os mesmo deixavam um aviso ao policiamento para que tomasse as devidas providências.

A manutenção do trabalho da Guarda Mirim era realizada com apoio dos recursos oriundos da cobrança de estacionamento nas áreas públicas, “sendo uma parte destinada à manutenção da Guarda e outra ao pagamento de bolsa auxílio aos guardinhas que atuavam na área azul, já que os demais recebiam suas bolsas auxílio diretamente das empresas às quais prestavam serviços” (GUEDINE, 2010).

Como instituição que prezava pelo bem da sociedade local, a Guardinha foi reconhecida pela Prefeitura Municipal de Franca como Entidade de Utilidade Pública por meio do Decreto nº 2.685, de 21.10.1980, e cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCA (nº 030/92) (COELHO, 2001; CASTRO, 2001).

Com a necessidade de mudanças, a Guarda Mirim passou a ministrar cursos a partir de 1996, com a fundação do Centro de Aprendizagem da Guarda Mirim de Franca, sendo seu objetivo principal o de conscientizar, orientar, encaminhar, formar e informar o educando, de forma que o mesmo fosse preparado para a vida, mercado de trabalho, com devido respeito à suas aptidões, lhes sendo conferidas as devidas condições para disputar futuras vagas no mercado,

Como citado anteriormente, a nova Lei de Aprendizagem adequada na Consolidação das Leis do Trabalho – Emenda Constitucional nº 20/98 – e o Estatuto da Criança e do Adolescente ocasionaram a necessidade de adequações no trabalho desenvolvido pela Guarda Mirim. Um destaque pode ser dado à negativa de renovação de cadastro da instituição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca (CMDCA), sob a alegação de a entidade não atender aos requisitos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste momento, tornou-se necessário o enquadramento da Guardinha às exigências legais (COELHO, 2001; SILVA, 2003).

Guedine (2010, p. 57) destaca que:

[...] num primeiro momento visualizam-se forças vivas da cidade de Franca se posicionando em defesa da continuidade dos projetos desenvolvidos pela instituição, nos moldes em que sempre se desenvolveram e, no pólo oposto, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Procuradoria Regional do Trabalho, exigindo o cumprimento dos novos dispositivos legais que haviam entrado em vigor.

Diante deste quadro, pode ser destacado o envolvimento de diversos setores sociedade local, e especialmente o envolvimento de:

[...] dirigentes da Guarda Mirim à procura de uma solução para a questão mantiveram reuniões com o Delegado do Ministério do Trabalho, com o Promotor de Justiça e com o Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Franca, Representantes da Associação Comercial e Industrial de Franca, Câmara de Diretores Lojistas, enfim, praticamente os atores de instâncias públicas e privadas da cidade, pois, como já dito anteriormente, não se concebia a extinção da Guarda Mirim de Franca, dado seu histórico de relevantes serviços prestados às crianças e aos adolescentes ao longo de seus mais de 30 anos de existência. Dessa busca e visitando outras cidades em que a questão também já havia sido discutida e solucionada, verificou-se a necessidade de se viabilizar a transformação da então Guarda Mirim em uma verdadeira Escola de Aprendizagem, que continuaria assistindo aos menores, a partir dos 14 anos, dentro de uma estrutura que atendesse ao a Lei 10.097/2000. (GUEDINE, 2010, p. 58).

Desta forma, surgiu a Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca, entretanto, com a necessidade de uma estrutura condizente com o projeto, além de parceiros, que viabilizassem seus planos futuros.

Parceria Uni-FACEF/ESAC

Embora já houvesse sido definido o novo modelo de trabalho a ser desenvolvido pela Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca ainda havia a necessidade de aquisição de infraestrutura condizente com o projeto, que abrigasse os novos cursos a serem ministrados. Com a falta de recursos próprios que viabilizassem a implantação do projeto, a solução encontrada pela diretoria da entidade foi a realização de parcerias.

Neste contexto surgiu o convênio com o Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, que disponibilizou sua estrutura física, com salas de aula equipadas e

preparadas para a ministração de aulas, além de a IES fornecer alunos de seus cursos para atuarem como monitores no curso de Auxiliar Administrativo tendo em vista seu viés para esta área do conhecimento.

Cabe ainda ressaltar que os alunos/monitores s encontravam a orientados por docentes do Uni-FACEF, que definiam o formato que o curso deveria obter. Assim o ensino foi concebido contemplando na estrutura pedagógica e em sua grade curricular aulas de português, matemática, contabilidade, administração, informática, recursos humanos, ética, além de outras disciplinas relacionadas à área de formação.

Desta forma, no dia 02 de agosto de 2004, se deu o início efetivo do curso de Auxiliar Administrativo para jovens de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, de forma que os mesmos pudessem ser preparados para o mercado de trabalho, com profissionalização básica e ainda conviver em um ambiente que auxiliasse na formação de sua cidadania.

Guedine (2010, p. 59) descreve que:

[...] a estrutura do curso foi concebida de maneira a que os menores aprendizes pudessem frequentar as aulas do ensino regular, manter contratos de trabalho de aprendizes com empresas e participarem do curso de formação, cujas aulas, no primeiro formato, eram ministradas no período da tarde, em dois dias por semana, com carga horária de oito horas aula semanal e duração de dezoito meses.

Pouco mais tarde, uma avaliação interna demonstrou a necessidade de redefinição na proposta do curso, de forma que o menor aprendiz permanecesse na formação teórica durante o primeiro semestre de curso, com aulas presenciais que seriam ministradas de segunda a sexta-feira no horário da tarde, sendo então os segundo e terceiro semestres destinados à formação prática nas empresas, sempre acompanhada pela ESAC.

Mediante ao exposto, pode ser evidenciado que o esforço em estabelecer uma instituição que auxilie menores em sua formação, e ainda o excessivo trabalho para mantê-la em funcionamento mediante a nova legislação promulgada, reverteu em resultados produtivos para a comunidade francana. Entretanto os dados levantados ainda não se mostram capazes de determinar se os benefícios repercutirão a médio e longo prazos, ou ainda se o curso de formação de aprendizes têm refletido resultados permanentes na vida dos alunos, ou ainda reflexos na formação profissional do monitor envolvido..

Desta forma o próximo tópico trará a visão de pessoas envolvidas diretamente no projeto no ano de 2007, expondo sua relação com o curso de Auxiliar Administrativo da ESAC, e como o citado curso refletiu em sua formação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O que se espera aqui desenvolver é um estudo que analise a realidade global por meio de um contexto local. Desta forma, pretende-se por meio de um estudo de caso, abordado qualitativamente, revelar a importância da extensão universitária somada à

iniciativa da sociedade civil organizada na formação profissional e pessoal dos jovens aprendizes. Assim a realidade estudada encontra-se bem próxima dos pesquisadores, o que nas palavras de Richardson (1999, p. 32) caracteriza a pesquisa científica, que:

fundamenta-se em uma rede de pressupostos ontológicos e de natureza humana que definem o ponto de vista que o pesquisador tem do mundo que o rodeia. Esses pressupostos proporcionam a base do trabalho científico, fazendo com que o pesquisador tenda a ver e interpretar o mundo de determinada perspectiva.

Pesquisa Qualitativa

Para o estudo aqui proposto, faz-se necessário o uso de uma abordagem qualitativa, que auxilia na compreensão da realidade estudada, bem como na sua complexidade, de forma que essa realidade passa a estar no centro da pesquisa, e não o próprio método (DEMO, 2000). Santos Filho e Gamboa (2002, p. 44-45) também oferecem seu parecer ao dissertarem que:

na pesquisa qualitativa opta-se pelo método indutivo (dos dados para a teoria), por definições que envolvem o processo e nele se concretizam, pela intuição e criatividade durante o processo da pesquisa, por conceitos que se explicam via propriedade e relações, pela síntese holística e análise comparativa e por uma amostra pequena, escolhida comparativamente.

Assim, serão abordadas certas especificidades ambientais, oriundas do estudo qualitativo,

Estudo de Caso

O presente estudo pretende fazer uso da pesquisa de campo, que na perspectiva de Máttar Neto (2002) é útil quando se pretende utilizar um modelo em função da realidade estudada. Desta forma, o trabalho aqui desenvolvido abordará o estudo de caso para atingir seus objetivos de pesquisa.

Nas palavras de Yin (2005, p. 20) “utiliza-se estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados”. Assim o método aqui apontado colabora para demonstrar o estudo aplicado a uma realidade já existente.

O método de coleta de dados utilizado foi o uso de questionários, aplicados em uma amostra não probabilística, cuja participação no projeto tenha se dado no ano de 2007. O questionário aborda a participação do respondente no projeto, o que lhe foi acrescentado e como ele vê o curso e a parceria que possibilitou sua realização.

O que se espera é dimensionar os impactos que o curso de auxiliar administrativo refletiu na vida profissional e pessoal do estudante, haja vista que o espaço temporal escolhido possibilita uma análise com egressos já incluídos no mercado de trabalho, além de abordar um período em que o curso já se apresentasse maduro. Ainda pretende-se verificar o impacto que o projeto poderia ocasionar nos demais participantes,

seja na formação do profissional futuramente egresso do Uni-FACEF, no professor que vê os conhecimentos ministrados aos seus alunos repassados, dos organizadores que empenham esforços a colaborar com uma melhor formação. A seguir serão dispostos os resultados da pesquisa.

A PRÁTICA DO PROJETO

A proposta apresentada neste estudo consiste em verificar a prática do dia-a-dia do projeto de formação de menores aprendizes pela ESAC em parceria com o Uni-FACEF, bem como a perspectiva de participante do projeto após um intervalo de tempo de cinco anos. Desta forma, os próximos itens contemplarão cada visão, separadamente, para que por fim, se possa desenvolver uma perspectiva comum a todas elas.

Um Aprendizado para Toda a Vida

Dentre as vagas ofertadas para o curso de Auxiliar Administrativo da Escola de Aprendizado e Cidadania de Franca no ano de 2007, a aluna pesquisada foi uma, dentre os contemplados no processo seletivo, para uma vaga no curso. Para a jovem a experiência foi única e decisiva para os anos que se seguiriam em sua vida.

Já ao término do curso, a ex-aluna ESAC conquistou uma colocação como menor aprendiz, tornando-se auxiliar de escritório, e em pouco tempo tornou-se responsável pelo setor de finanças da empresa. A ex-aluna destaca também sua colocação no banco Santander, enquanto graduava-se em Letras – tradutor e intérprete. Para a jovem a estrutura fornecida pelo Uni-FACEF para as aulas foi fator dominante para que o aprendizado fosse maximizado, com destaque aos laboratórios e salas de aula equipadas, além de fornecer aos alunos o convívio com um ambiente universitário, que de acordo com suas palavras poderia ser visto como “lugar que muitos de nós (devido a situação econômica) jamais imaginaríamos frequentar”.

Sobre o Projeto de Formação de Auxiliares Administrativos, a estudante coloca principalmente o ótimo ambiente, dedicação dos professores, os quais buscavam sempre transmitir a realidade que seria encontrada no mercado de trabalho. Também pode ser observada a importância do curso no currículo para sua primeira colocação no mercado, e conseqüentemente a sequência em sua vida profissional.

Outro ponto destacado se refere ao crescimento pessoal que o curso desenvolve em seus participantes, sobretudo pelo fato de se encontrarem ainda na adolescência, fase de dúvidas e incertezas. Para a aluna houve uma ampliação em sua visão de mundo, com ênfase na elevação do potencial individual, e ainda tornando possível observar seus próprios valores, de forma a acreditar em si, e em um futuro melhor.

Uma Experiência Única

Outro ponto de destaque do Projeto Aprendiz se refere a inserção de estudantes universitários como monitores em sala de aula. Uma jovem participante em 2007 descreveu a experiência como única.

Integrada ao projeto desde junho de 2006 a hoje Administradora coloca que sua inserção como monitora se deu por indicação de uma docente do Uni-FACEF, e que após uma entrevista com a coordenação do projeto, juntamente com a elaboração e entrega de um plano de aulas foi convidada a ingressar na equipe, a qual se manteve até dezembro de 2008.

Com relação à elaboração das aulas, a então monitora, coloca que as disciplinas seguiam um plano de trabalho proposto pela ESAC, e eram desenvolvidas com base em uma bibliografia composta de livros universitários, artigos científicos e periódicos de gestão e negócios, além da vivência em sala de aula como universitária. As aulas eram divididas em duas partes, com exposições teóricas, com o auxílio de recursos eletrônicos (*Power Point*), lousa e apostilas entregues aos alunos.

Ainda a programação era composta por atividades práticas, com vídeos, filmes, artigos para discussão e debates, além de *cases* de empresas. Também pode ser destacada a participação de profissionais do mercado de trabalho que, ao menos uma vez no semestre, compartilhavam suas experiências com os estudantes.

Já com relação ao Projeto em si, a monitora coloca que o mesmo se torna valioso no cenário atual, haja vista a proximidade da violência, drogas e outros males que afastam o jovem de um caminho pautado na educação. Trata-se de uma chance de ingresso no mercado de trabalho, além de uma grande experiência de aprendizado e de vida, uma oportunidade única, que deve ser aproveitada, já que não se encontra disponível a maioria dos adolescentes.

Quando indagada acerca da influência do Projeto em sua vida, a participante coloca que não vê impacto apenas em seu desenvolvimento profissional e que, sobretudo no desenvolvimento pessoal pode ver reflexos do seu trabalho, descrevendo como gratificante a receptividade do que lhes era transmitido, além que ela mesma pode aprender com os estudantes. Já no campo profissional destaca ter aprendido a lidar com as diferenças interpessoais e “entender que cada ser carrega sua história, sentimentos, e que isso interfere diretamente na maneira como será desenvolvido seu trabalho”.

A monitora ainda destaca que a proximidade com os estudantes se tornou grande ao ponto de passados cinco anos de sua participação no projeto ainda ter contato com grande parte de seus ex-alunos, ainda que por redes sociais, já que não reside mais em Franca. Destaca ainda que na ocasião em que ainda residia na cidade, teve a oportunidade de trabalhar juntamente com um de seus egressos. Coloca também, que pode acompanhar promoções de cargo em diversas empresas, conclusões de cursos de graduação, além de

casamentos e constituição de famílias. Por fim, descreve a experiência como única e uma das mais marcantes de sua vida.

Um Projeto Sustentável

Por fim, buscou-se a visão de uma pessoa que se tivesse no projeto desde sua criação, e ainda mantivesse seu vínculo em 2007. A então Reitora do Centro Universitário Municipal de Franca descreve que participou ativamente da criação do projeto, que se deu no momento em que, por decisão do Ministério Público, a Guarda Mirim (denominação recebida na época), não mais poderia alocar crianças para o trabalho de organizar e receber valores do trânsito no centro de Franca/SP, além da realização de serviços em empresas.

Desta forma, o então diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca designou a professora para que se buscasse um entendimento sobre a melhor forma de resolver a questão. Após a realização de reuniões com o Ministério Público, Rotary Club (responsável pela Guarda Mirim), SENAI e Ministério Trabalho, a então vice-diretora do Uni-FACEF entendeu que a decisão deveria ser sustentável, ou seja, que se contribuísse de forma positiva com todas as partes envolvidas, além de se estender por um longo período de tempo.

Neste sentido, surgiu a proposta da criação de uma escola (ESAC) que fornecesse ocupação aos jovens francanos, sem que os expusessem ao perigo das ruas, ou ainda desrespeitasse o Estatuto da Criança e do Adolescente. A iniciativa contou com a participação compartilhada de todos os envolvidos:

- ✓ Rotary Club – gerenciar a Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca, coordenando academiamente o Projeto;
- ✓ Uni-FACEF – fornecendo espaço físico para as atividades, alunos para atuarem como monitores no projeto e auxílio de docentes na elaboração do conteúdo ministrado;
- ✓ SENAI – organização curricular e validação do curso;
- ✓ Empresas – espaço para que os egressos pudessem iniciar sua vida profissional e colocar em prática o aprendizado recebido;
- ✓ Ministério do Trabalho – acompanhar juridicamente e orientar os estágios;
- ✓ Ministério Público – garantir o cumprimento do ECA.

A professora enfatiza que desde o início a implantação da ESAC encontrou dificuldades, mas com responsabilidades partilhadas entre os envolvidos foi possível visualizar o sucesso do Projeto, que contribuiu para que não houvesse ônus à comunidade menos favorecida da cidade, e além de contribuir para o crescimento profissional dos estudantes do Uni-FACEF que atuaram como monitores.

Outro ponto que a professora destaca se refere ao fato de ter atuado de forma positiva para a participação direta dos alunos da IES no processo, já que em sua concepção um “Projeto Social deve ter começo, meio e fim e, retornar várias vezes, até que

resolva o problema proposto”, ou seja, apenas ceder salas de aulas não tornaria o Uni-FACEF parte da resolução do problema destacado.

Ao avaliar a parceria entre o Uni-FACEF e a ESAC, considera-se como sólida, contribuindo com a sociedade, estimulando em jovens o desejo de frequentar o Ensino Superior, além de despertar em estudantes universitários o desejo de ingressar na carreira docente. Como *feedback* pode-se considerar o fato de o Projeto ter recebido Prêmios em São Paulo, ex-monitores ingressando na carreira acadêmica e cursando Doutorado, egressos do Projeto retornando como alunos universitários, entre outras.

Por fim, é possível considerar, na visão da professora, que se trata de um Projeto que atende a Comunidade, pensado em conjunto, com cada parte desempenhando seu papel de forma responsável, e que tem dado certo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou realizar um levantamento junto às diversas partes envolvidas no projeto Menor Aprendiz, mediante uma análise sobre o quanto o curso de formação e capacitação de jovens acrescentou na vida profissional e pessoal dos envolvidos desde sua conclusão. Ao se considerar a revisão teórica, pode perceber que a mudança na legislação, até então, vigente alterou a rotina de promotores e participantes de projetos que visavam atender jovens em idade escolar. Tal fato proporcionou a oportunidade e adequação aos padrões internacionais no trato a esta parte da população, considerada vulnerável.

Também se considerou a questão da necessidade em a Instituição Universitária reverter à sociedade que a abriga parte do trabalho desenvolvido, de forma que a mesma possa usufruir, mesmo não sendo parte do seu corpo acadêmico.

Ainda, foi possível perceber, que a solução encontrada para a questão da Guarda Mirim de Franca, pautou-se na experiência de pessoas ligadas aos mais diversos ramos de atuação, fornecendo uma visão com maior abrangência de todo o processo em discussão, e localizando na educação a forma mais adequada de manter os adolescentes fora do perigo das ruas.

Por fim, a segunda parte da pesquisa pode elencar a vivência dos participantes, não apenas no convívio do projeto, mas passado um período de sua conclusão (cinco anos). O que se pode perceber é que o projeto causou significativas alterações na vida profissional e pessoal dos egressos, concedendo-lhes oportunidades que antes poderiam não dispor, alterando sua visão de mundo e, ainda, causando um despertar com relação à formação universitária, especialmente pelo ambiente no qual foi inserido.

De igual modo, o universitário participante viu seus horizontes ampliados, pode ver a prática do aprendizado recebido em sala de aula, além da oportunidade recebida para o ingresso na carreira acadêmica. Outro ponto de destaque se encontra no fato de resolução do dilema enfrentado ter se dado de forma partilhada, com cada parte envolvida

desempenhando seu papel, a fim de proporcionar à comunidade local não só a continuidade do trabalho, antes desempenhado pela Guarda Mirim, mas principalmente seu aperfeiçoamento.

Assim, entende-se que o presente estudo atendeu seu objetivo, à medida que pode constatar certa evolução na história dos envolvidos na Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca.

REFERÊNCIAS

ASHLEY P. A.; COUTINHO R. B. G.; TOMEI P. A. Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: uma análise conceitual comparativa. São Paulo: ENANPAD, 2000.

Disponível em

<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2000/ORG/2000_ORG561.pdf>. Acesso em 20 jun. 2013.

BRASIL, República Federativa do. Senado Federal. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102414>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

_____. Decreto 5.598 de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm>. Acesso em: 21 jun. 2013.

CASTRO, Sandra Alice Attiê de. Guarda Mirim de Franca: relatórios de 2001 e planos para 2002. Franca, 2001.

COELHO, Lucinéia Silva Sartori. Relatório de avaliação sobre a Guarda Mirim. Elaborado pela COMPETI (Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Franca) e enviado ao Sr. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Franca, 2001.

COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2005.

DRUCHER, P. F. O melhor de Peter Druckcer. São Paulo: Nobel, 2002.

DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

MÁTTAR NETO, J. A. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2002.

FARIA, D.S. (org) Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GUEDINE, P. S. M. Proposta de Desenvolvimento Regional: o modelo da Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca. 183 f. (Dissertação em Desenvolvimento Regional). Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca, 2010.

MORAIS, R. de. Sobre a Questão das Extensões Universitárias. Revista Pro-Posições. nº. 4, abril.1991, p. 41-51, Campinas: UNICAMP.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php>. Acesso em: 16 jun. 2010.

_____. Convenção sobre os Direitos da Criança. 1989. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/crianca.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

PIOVESAN, F. Direitos Humanos e Justiça Internacional. São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. (org.). Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Eliete Maria Neves. Ofício 007/03: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca para Promotor de Justiça da Infância e da Juventude. Franca, 27 fev. 2003

TOALDO, O. A. Extensão Universitária: a dimensão humana da universidade. Santa Maria: UFSM, 1977.

YIN, R.K. Estudo de caso, planejamento e métodos. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Capítulo 8- Integração de discentes com a comunidade: Projeto Trote Solidário e desafios

José Alfredo de Pádua Guerra
Marinês Santana Justo Smith
André Luiz Centofante Alves
Bárbara Fadel

RESUMO

O Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) é uma Instituição de Ensino Superior que atua há mais de cinquenta anos na cidade de Franca-SP-Brasil, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Na atualidade, conta com aproximadamente dois mil alunos e setenta e cinco docentes. Sua missão é construir e difundir o conhecimento, contribuindo para a formação do ser humano, a fim de que ele exerça o seu papel na sociedade com ética e cidadania. Em 1994, foi implantado o Trote Solidário com o objetivo de integrar os alunos dos primeiros períodos na comunidade acadêmica do Uni-FACEF, com ações que demonstram a solidariedade para com organizações não governamentais (ONGs) do município, tornando-se uma excelente oportunidade para docentes e discentes exercerem sua parcela de contribuição dentro do tema Responsabilidade Social, tanto discutido nos dias de hoje. Ressalta-se que o Trote Solidário também substitui o trote efetuado por alunos veteranos em novatos que, na maioria das vezes, é feito de modo violento. Para tanto, é estimulada uma competição saudável entre alunos de todos os primeiros períodos dos cursos de graduação, com vistas a premiar o curso que mais atender às seguintes exigências: arrecadação de alimentos, doação de sangue, aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos para serem leiloados. Os resultados positivos alcançados são significativos. Ressalta-se que tal projeto tornou-se referência na difusão da Responsabilidade Social em âmbito acadêmico e nas ONGs da francanas.

PALAVRAS-CHAVE: Trote Solidário; Cultura Organizacional; Responsabilidade Social.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais cresce a discussão sobre o papel das organizações como agentes sociais no processo de desenvolvimento econômico, humano e social. Entre essas organizações estão as Instituições de Ensino Superior (IES) com grande visibilidade no citado processo, resultado de sua evolução e fortalecimento de seu papel junto à sociedade como entidade prestadora de serviço que se sustenta em três pilares – *Ensino, Pesquisa e Extensão*

– com o objetivo do desenvolvimento das capacidades produtivas intelectuais, mas também da qualificação quanto aos aspectos de cidadania.

Portanto, a questão da indissolubilidade do ensino, pesquisa e extensão, torna-se fundamental, conforme apontado por Costa, Almeida e Freitas (2010, p. 2), para destacar a IES como detentora da virtude do compromisso social ao assimilar as demandas sociais e incorporá-las em seus currículos e ações. As autoras destacam, também, que uma universidade que se distancia das questões sociais torna-se mais susceptível ao ensino reprodutivo com baixa aplicabilidade prática à realidade da sociedade.

Neste contexto, a IES tem papel relevante na promoção de ações que integram os discentes ao ambiente de ensino e pesquisa, mas também às atividades de extensão universitária à comunidade.

Todavia, atitudes em direção à elaboração e efetivação de projetos sociais, que contribuem com a formação de profissionais cidadãos e o desenvolvimento humano e social, não são, no entanto, um processo mecânico que acontece com um simples toque ou a partir de uma teoria ou lei.

Um dos aspectos imbricados à sua concretização é a dependência da cultura, no sentido mais *lato*, no qual a eficácia e o impacto ao desenvolvimento humano e social dependem das capacidades endógenas da IES, ou seja, de seu sistema de pressupostos e valores, mas também da apropriação de valor pelos discentes, assim como pelos dirigentes, docentes e pela comunidade, ou seja, por todos agentes envolvidos no sistema de formação intelectual e cidadã do universitário.

Corroborando com essa questão, Berger (2000), citado por Teixeira et al (2008), destaca que o ambiente e a cultura organizacional da instituição repercutem no desenvolvimento e desempenho do estudante, mais do que características estruturais como tamanho ou seletividade da universidade.

Portanto, pode-se apontar conforme Figura 1, que é a compatibilidade de valores às ações que tramam o movimento dinâmico do desenvolvimento do conhecimento por meio do **ensino**, de constante aprimoramento desse conhecimento pela **pesquisa** das soluções às necessidades da sociedade e sua difusão pelas atividades de **extensão universitária** da aplicação do conhecimento gerado no âmbito da universidade ao cotidiano da comunidade, que possibilita a IES cumprir sua função de educadora e contribuir com o desenvolvimento econômico, humano e social da comunidade.

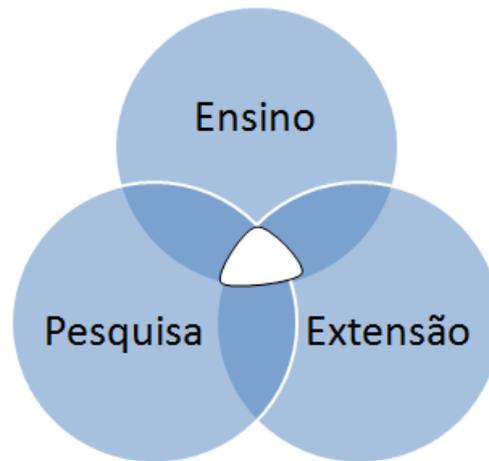


Figura 1 – Compatibilidade de valores como elo para ações sociais

Fonte: Elaborada pelos autores

A inter-relação de agentes internos e externos à IES com esse tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão, se constitui em um sistema aberto e, portanto, o ciclo não se interrompe, pois o resultado das discussões da IES com a comunidade pode realimentar o sistema, sendo assim, com o *feedback* é possível reforçar as ações exitosas, corrigir ou eliminar aquelas menos eficientes no âmbito das atividades de ensino e pesquisa. O alcance dessa etapa, conforme apresentado na Figura 2, representa a concretização do objetivo de formação do profissional cidadão e caracteriza a democratização do produto universitário.

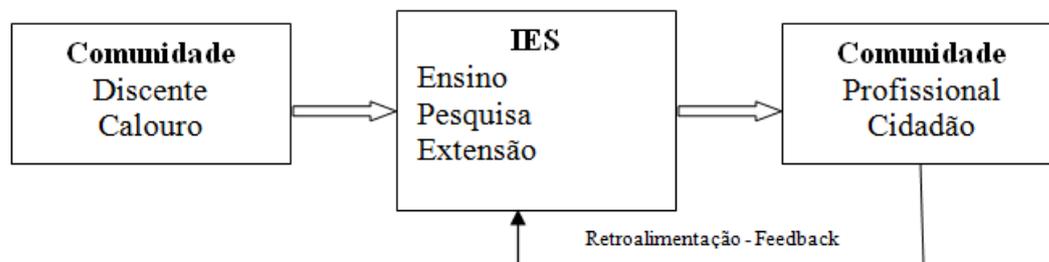


Figura 2:

Fonte: Elaborado pelos autores

Para esse processo fundamental das IES (Figura 2) tem-se como uma das entradas do sistema o universitário calouro, assim designado o aluno entrante à universidade, para o qual os significados atribuídos à sua entrada na Universidade, segundo o estudo de Teixeira et al. (2008), deixam para trás aqueles transcorridos pela rotina do ensino médio e o estudo assume um outro sentido, uma vez que a aquisição de conhecimentos na universidade não serve apenas para um fim avaliativo, mas implica em conhecimentos que o ajudarão a construir sua carreira profissional e serão utilizados ao longo de sua vida.

Diante dessa transição, o estudo dos autores relata que o ingresso na vida acadêmica é marcado por um conjunto de percepções muito variadas, se por um lado representa um alívio das pressões decorrentes do vestibular por outro concebe uma mudança na vida, é a dinâmica de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, fato que muitas vezes suscita uma experiência que inicialmente provoca a sensação de desamparo e estresse. Nesse contexto de novas experiências Teixeira et al. (2008, p. 197) reconhecem a

Instituição, o trote e as novas amigas como elementos cujos papéis são considerados fatores que concorrem para uma adaptação mais tranquila, na medida em que os elos interpessoais são fortalecidos, tornando a busca e o recebimento de apoio mais fáceis.

Diante do exposto, o trote é percebido como atividade relevante na recepção do universitário-calouro ao ambiente acadêmico. Todavia, neste estudo tem destaque um trote composto de atividades que promovem a tranquila passagem do jovem por esta experiência cheia de diferentes percepções, sem violências de qualquer nível e que, ao contrário, tenha ações de paz e solidariedade.

Isto posto, considerando a relevância do papel da IES na promoção do desenvolvimento humano e social com reflexo na formação do discente iniciante (calouro) em profissional capacitado cientificamente e qualificado com cidadania, este capítulo tem como objetivo apresentar o Trote Solidário como um rito de integração do ingressante ao ensino superior que se caracteriza como um instrumento inicial de difusão dos conceitos da responsabilidade social (RS) e solidariedade e sua prática na rotina da comunidade local, se concretizando em um ritual de integração dos discentes também com a comunidade e sua realidade socioeconômica.

Para tanto, inicialmente é apresentado uma discussão teórica sobre os aspectos da cultura organizacional, da responsabilidade social e do desenvolvimento humano e social, por se tratarem de temas imbricados à efetivação e eficiência do objetivo do Trote Solidário. Por fim, realiza-se uma descrição, através de pesquisa documental, do projeto Trote Solidário do Uni-FACEF, objeto de análise da integração de discentes com a comunidade e das respectivas ações de responsabilidade social que contribuem na promoção de desenvolvimento humano e social.

CULTURA ORGANIZACIONAL SOLICIFICANDO O TROTE SOLIDÁRIO COMO UM RITO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

No ambiente das IES, um dos aspectos relevantes à concretização de projetos sociais, que contribuem com a formação de profissionais cidadãos e o desenvolvimento humano e social é a cultura da instituição, representada pelo seu sistema de valores, crenças e pressupostos dos eventos e práticas que geram a sustentabilidade e responsabilidade social. Uma cultura forte deve ter respaldo na sua apropriação não somente pelos seus fundadores e diretores, mas pelos discentes - calouros e veteranos, assim como pelos docentes e pela comunidade, ou seja, por todos agentes envolvidos no sistema de formação intelectual e cidadã do universitário.

Muitos autores, como Berger (2000) citado por Teixeira et al. (2008), destacam a cultura organizacional da IES como fator impactante no desenvolvimento e desempenho do estudante, tornando-se um fator mais relevante do que as características estruturais da instituição.

É observado que, a cultura organizacional tem sido explorada por diversas perspectivas como fator impactante nas atividades das organizações, fato que justifica os diversos conceitos apresentados na literatura. Portanto, não há uma definição única do tema, porém em todos os casos, a cultura organizacional exerce o papel de um poderoso mecanismo capaz de moldar condutas, homogeneizar maneiras de pensar e participar na organização, apresentando-se como um forte instrumento disciplinar (FREITAS, 1991). Após uma década de estudos, a própria Freitas (2000, p. 97) ratifica sobre o poder disciplinador da cultura organizacional e a define como sendo,

[...] primeiro como instrumento de poder; segundo, como conjunto de representações imaginárias sociais que se constroem e reconstroem nas relações cotidianas dentro da organização e que se expressam em termos de valores, normas, significados e interpretações, visando um sentido de direção e unidade, tornando a organização fonte de identidade e reconhecimento para seus membros.

Nesta mesma linha de discussão de ação da cultura, Schein (2009, p. 1) destaca que a cultura tem poder de “restringir, estabilizar e fornecer estrutura e significados aos membros do grupo” sendo que, esses processos que envolvem a dinâmica da criação e do gerenciamento da cultura são a essência da liderança e, portanto a liderança e cultura estão intrinsecamente interligadas.

No tocante às dimensões que podem contribuir na avaliação da cultura organizacional, Pettigrew (1996) a destaca como um conjunto complexo de valores, crenças

e pressupostos que definem os modos pelos quais uma empresa conduz suas atividades, constituindo um sistema de significados que é aceito coletivamente por determinado grupo durante específico tempo e que representa para as pessoas as suas próprias experiências e situações. Freitas (2007) destaca a influência dos valores na indicação das questões prioritárias e afirma que os valores são vistos como o cerne da cultura organizacional.

A descrição dos elementos que constituem e inserem significados a cultura organizacional, seu funcionamento e, ainda as mudanças comportamentais causadas por eles, são maneiras de dar à cultura um tratamento mais concreto ou de mais fácil identificação.

Os elementos mais destacados para explicar e estudar a cultura organizacional, segundo Freitas (2007) representam as partes que caracterizam o comportamento de uma organização e não da sociedade em geral e são descritos pela literatura como: a) Valores; b) Crenças e Pressupostos; c) Ritos, Rituais e Cerimônias; d) Estórias, Mitos e Heróis; e) Tabus e Normas e f) Processo de Comunicação. Dentre esses elementos, ainda conforme a autora, valores, crenças e pressupostos são apontados como fatores que influenciam no processo de tomada de decisões. Os valores representam o que é importante para a empresa e indicam quais questões têm prioridade. As crenças e pressupostos têm sido usados como sinônimo nos estudos de cultura organizacional para descrever aquilo que é considerado como verdade na empresa.

Sob essa perspectiva, surgem possibilidades em detectar, através dos componentes explícitos e implícitos o papel dos valores da cultura organizacional como caminho para a compreensão da identidade da organização, conforme salientado por Fadel (2009). Possibilidades que segundo a autora são capazes de apontar os elementos que devem ser preservados e aqueles que devem ser trabalhados, além de sinalizar as tendências e as perspectivas para êxito do sistema de gestão da organização.

Para fortalecer uma identidade cultural visando direção e unidade às ações da organização, Freitas (2007) aponta a relevância da tarefa dos administradores e líderes na formação desta identidade para realce e incorporação dos valores da organização. Posto que, uma vez bem definidos pela direção, identificados e reforçados pelas lideranças, os valores se tornam suscetíveis de serem assimilados pelos subordinados e passam a ser considerados como guia para o comportamento organizacional no dia-a-dia. O que corrobora e sanciona a cultura como instrumento de poder e disciplina.

No ambiente das IES, o desenvolvimento de valores, crenças e pressupostos em direção as atitudes e efetivação de projetos sociais, que contribuem com a formação de profissionais cidadãos e o desenvolvimento humano e social, devem primeiramente ser desenvolvidos, internalizados e compartilhados pelos dirigentes, docentes, pesquisadores e funcionários para que, esses elementos condutores de uma cultura positiva às ações de cidadania possam estar imbricados ao tripé da IES - ensino, pesquisa e extensão e, portanto divulgados e compartilhados com os discentes por toda sua trajetória acadêmica pela IES.

Com a efetivação deste processo de compartilhamento e internalização de valores que fundamentam o "bem estar social", solidifica-se a cultura da sustentabilidade.

Neste estudo, a cultura da sustentabilidade é definida como sendo um conjunto de valores, crenças e pressupostos que embasam, ou compreendem o aperfeiçoamento contínuo dos múltiplos fatores que influenciam o "bem estar social" e sugere os cuidados necessários ao equilíbrio entre as ações promotoras do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade social, ecológica, espacial e cultural em busca de soluções para sanar as necessidades da geração presente sem comprometer as gerações futuras.

Johann (2004) destaca que, em uma comunidade, a cultura é eternizada por símbolos e pela realização de cerimônias, normalmente organizada em diversos ritos e rituais "repletos de simbolismo e emoção, irmanam as pessoas em torno de ideais que lhes são comuns". Extrapolando, esta ideia para o ambiente das organizações o autor destaca que ritos e rituais são exemplos de atividades planejadas, em relação a determinado tema, que se apresentam como verdadeiros catalisadores de energia e da motivação dos envolvidos e, portanto, da revalorização da cultura do grupo.

Neste sentido, Johann (2004) denomina os rituais corporativos, todo e qualquer evento interno, seja, o próprio ritual, no sentido de um conjunto de práticas e regras recorrentes e socialmente estabelecido, uma cerimônia que acontece periodicamente ou alguns ritos cuja repetição e grau de importância acabam se transformando em rituais.

A diversidade da natureza e do objetivo dos rituais corporativos é responsável pelos seus diversos tipos na organização (Freitas, 1991; Johann, 2004), entre estes destacamos: Ritual de passagem; Ritual da Integração; Ritual de reforço; Ritual de renovação.

Sob a perspectiva da revalorização e fortalecimento da cultura organizacional da IES em relação aos novos discentes, classifica-se o trote solidário como um ritual de integração do universitário-calouro ao ambiente universitário, mas também à comunidade e, na continuidade das atividades de integração para reconhecimento dos esforços pode ocorrer o ritual de reforço.

Todavia, a adesão da IES à proibição aos trotes tradicionais - que geram vários tipos de violência e à adoção e incentivo aos trotes classificados como solidários, pode ocorrer pela via da cultura corporativa ou pelo cumprimento da legislação.

Se esta adesão for apenas por via de leis ou normas, as ações direcionadas aos aspectos necessários aos projetos sociais para os rituais de integração dos discentes-calouros se mantêm enquanto estiver sob a ameaça de punição pela não obediência à legislação. Pode-se inferir que a IES que se limita ao cumprimento legal da proibição dos trotes violentos pode concretizar a proibição com competência, todavia pode ocorrer o descumprimento pelos veteranos (Figura 3). Para esta IES as ações de integração social com ações de responsabilidade social são consideradas trabalhosas e são tratadas da boca para

fora, e podem não se concretizarem de fato, posto que, os valores não foram incorporados no seu sistema de valores.

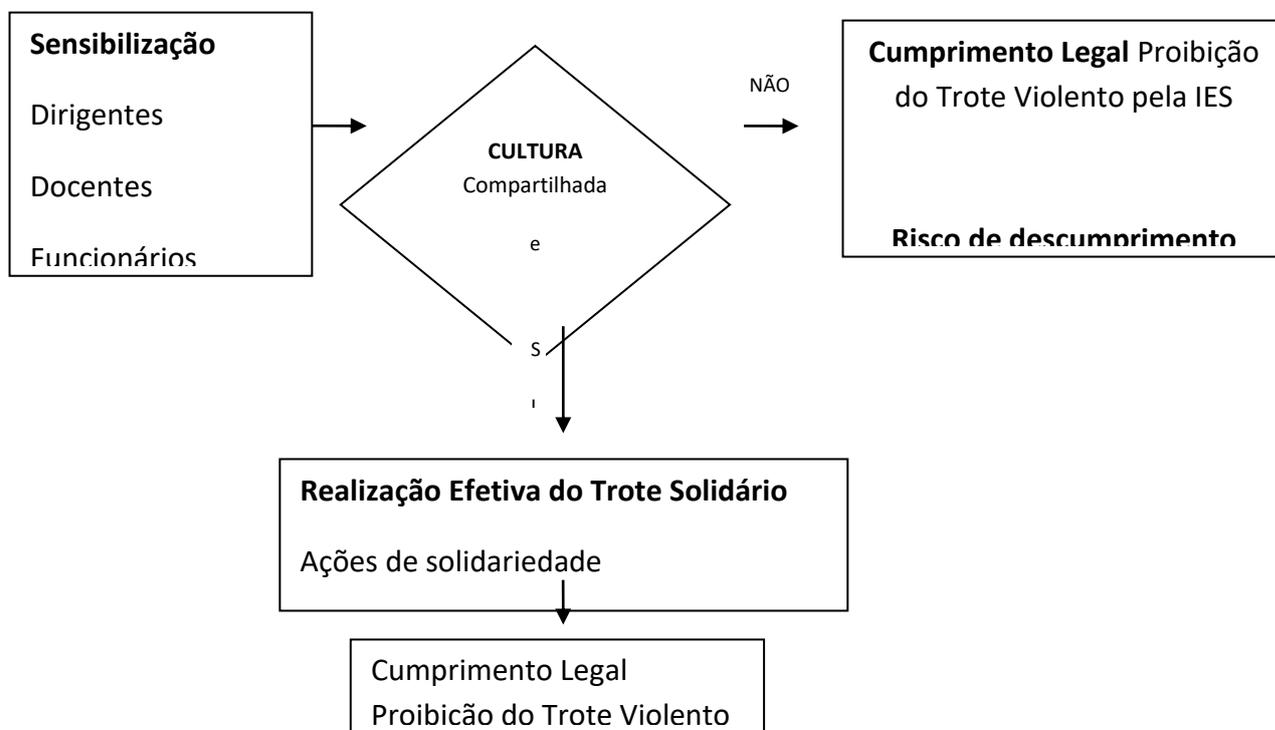


Figura 3 - Cultura compartilhada para o ritual de integração dos discentes

Fonte: Elaborada pelos autores

Neste sentido, uma forma de revalorar a cultura organizacional, no ambiente das IES é reforçá-la com elementos de uma cultura sustentável, divulgar, compartilhar os valores direcionadores de ações sociais. Se a sensibilização for compartilhada é possível a inicialização do trabalho de solidariedade e cidadania com os novos discentes, ou seja, com os universitários-calouros, através do Trote Solidário como um ritual de integração do ingressante ao ensino superior, consolidando este ritual como um instrumento inicial de difusão dos conceitos da responsabilidade social e solidariedade e sua prática na rotina da comunidade local e conseqüentemente uma forma de inibição proibitiva da violência na recepção dos calouros. Portanto, o trote solidário se concretiza em um ritual de integração dos discentes também com a comunidade e sua realidade socioeconômica, preparando-os para enfrentamento das responsabilidades do ensino e de pesquisa na efetivação de ações na realidade social.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Diante destes contextos de globalização e de abertura econômica percebe-se que as organizações, a cada dia, têm se tornado mais responsáveis com relação ao seu capital investido. O termo responsabilidade, de uso tão comum, encerra sempre a ideia de prestação de contas: alguém deve justificar a própria atuação perante outrem. Indica a obrigação, imposta ao gestor e assumida por ele, de prestar contas dos bens recebidos e como os aplicou.

Uma das primeiras definições para utilização do termo Responsabilidade Social, de acordo com Drucker (1997, p. 356), era:

Responsabilidade social era o termo usado para reivindicar – ou atribuir – responsabilidade de liderança aos homens de negócios com respeito à cultura da comunidade; apoiar as artes, os museus, a ópera e a orquestra sinfônica; servir de curador nos conselhos de instituições educacionais e religiosas; e doar dinheiro a causas filantrópicas da comunidade. E, principalmente nos Estados Unidos, a disposição e boa vontade para ocupar cargos governamentais ou semigovernamentais tornou-se neste século uma importante responsabilidade do executivo.

No Brasil, a Responsabilidade Social é incentivada por várias instituições, especialmente pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, organização sem fins lucrativos, que, na década de 1990, apresentava a seguinte definição: “[...] é um modelo de gestão que visa a excelência e sustentabilidade nos negócios.”

A partir de 2003, o Instituto Ethos apresentou nova definição, condizendo com a realidade organizacional:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, online, 2012).

Segundo Daft (1999, p. 88) “[...] a definição formal de RS é a obrigação da administração de tomar decisões e ações que irão contribuir para o bem estar e os interesses da sociedade e organização.”

Tal acepção firmou-se na área econômica. A empresa é vista, tradicionalmente, como entidade instituída pelos acionistas, para a obtenção de lucros sendo, portanto, um patrimônio deles. Assim, a única responsabilidade da empresa, como entidade, e de seus administradores e operários, como contratados, seria a de obter lucros possíveis para os donos da empresa. Este modelo, sem dúvida alguma, foi útil e serviu à humanidade.

Não é necessário fazer apologia da contribuição da empresa para o desenvolvimento e avanço da humanidade. O importante é lembrar que a humanidade não cessou, nem cessa de evoluir. E se as condições mudam, os velhos modelos têm forçosamente de se adaptarem, ainda que seja apenas por uma elementar questão de sobrevivência. As instituições, em geral, não escapam à regra.

O liberalismo sempre defendeu o princípio da segregação, entre a esfera de atuação pública onde age o Estado, como guardião do interesse coletivo, e a particular, onde as pessoas, sozinhas ou em grupo, cuidam dos interesses individuais. Tal esquema não corresponde às exigências da sociedade contemporânea, em que o particular e o público mesclam-se profundamente e interagem intensamente.

Embora a racionalidade postule uma distinção entre interesses públicos e particulares, nem sempre tal distinção pode ser feita de modo suficientemente claro para evitar a intervenção do Estado na esfera particular. Além disso, tal separação de esferas só seria factível e benéfica se os homens fossem capazes de conciliar, por si, o interesse pessoal com o de outras pessoas, e com o da sociedade. Contudo, a história e a evidência empírica demonstram o quanto é utópica tal hipótese.

Assim sendo, o modelo tradicional de empresa, com a velha acepção de propriedade dos acionistas, e com a única função de obter lucros, já não satisfaz. A empresa não se resume no capital e este, sozinho, é improdutivo. Sem os recursos da terra (que por direito natural, é de toda a humanidade, não só dos capitalistas) e sem a inteligência e o trabalho dos homens, o capital não produz riquezas, não satisfaz às necessidades humanas, não gera avanços, não melhora a qualidade de vida.

Inserida na sociedade que lhe dá razão de ser a empresa é, acima de tudo, uma realidade humana. A responsabilidade social deve ou tem que estar inserida no contexto da empresa, não obstante a presença da concorrência acirrada e do mercado que buscam otimizar resultados minimizando custos.

A empresa não se compõe de coisas ou animais, mas de seres humanos. Pessoas que querem e devem ser vitais a ela. Apresenta-se sob diversas dimensões. A social, na qual o homem só existe em sociedade, sendo impossível a absoluta separação entre sua realidade pessoal e social. A dimensão política, em que é impossível o isolamento entre o interesse público e o particular. Há uma permanente participação de um poder maior na difícil tarefa de conciliar um e outro. A dimensão econômica, que legitima existência da empresa e sua atuação no seio da sociedade é de natureza econômica.

A organização é composta de seres humanos integrados numa entidade maior, a sociedade. Portanto, os objetivos pessoais de seus membros e os objetivos maiores da coletividade vão além dos objetivos particulares.

A conduta humana é balizada por dois parâmetros distintos, porém, complementares: a moral e o direito. Por conseqüência, também a atividade econômica deve ater-se não só às determinações legais, como também os princípios éticos e nas normas aceitas pela sociedade. A história mostra que muitas normas transformam-se em leis com o passar do tempo.

Na área econômica, servem de exemplo às normas morais relativas à duração da jornada de trabalho, salário mínimo e outras que, por sua relevância social, acabam transformando-se em leis.

Na prática, há questões em que alguns aspectos são regulados por prescrições legais, enquanto outros ainda permanecem no domínio da moral. Isto acontece, por exemplo, com a segurança dos produtos.

O avanço do conhecimento freqüentemente demonstra a insuficiência de padrões mínimos habituais, faz surgir a necessidade de uma regulamentação e da definição de padrões legais. Mas, além de suas responsabilidades jurídicas, já definidas em lei, as organizações têm responsabilidades prescritas pela moral. São estas últimas que constituem o domínio da responsabilidade social. É quando a empresa além de agir segundo obrigações impostas passa a agir em razão de responsabilidades assumidas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As grandes transformações ocorridas nos últimos anos promoveram muitos benefícios à sociedade humana, tais como a redução das distâncias entre os povos de todo o planeta, o acesso aos meios de informação e o poder às sociedades organizadas, mas, também, causaram as mazelas e os prejuízos sociais e ambientais à mesma sociedade, que também se refletiram em vários outros segmentos.

Dessa forma, pressionadas por constantes avanços tecnológicos, globalização dos mercados, novos conceitos organizacionais, as instituições estão sempre buscando novas alternativas de sobrevivência. Nesse sentido, a grande busca das organizações é sobreviver e permanecer no mercado para depois buscar maneiras para voltar a crescer. Contudo, muitas são criticadas pela forma como são geridos seus processos produtivos.

As mudanças no cenário globalizado correspondem às ações de adaptação rápida às imposições conjunturais, de seus produtos. São essas mudanças impostas pela globalização, baseadas em altos investimentos de projetos sociais, de renovação tecnológica e organizacional que garantem os padrões internacionais de qualidade e aproveitamento de nichos de mercado, em que só permanecerão os que estiverem realmente preparados.

Silva (2009, p. 17) relata que o “[...] avanço da gestão moderna, que nos pressiona a fazer cada vez mais com menos recursos e em menos tempo, também gera um desafio concreto para as organizações em busca de compromisso social.” Nesse contexto, também se constata que as teorias sobre o planejamento estratégico, decisões estratégicas, parcerias e alianças, percebem que só há uma forma de sobrevivência num mundo altamente competitivo e globalizado: a união e a soma de esforços na busca pelo crescimento sustentável.

O conceito de globalização indica um processo de reestruturação econômica, em que as relações entre seus agentes adquirem alcance planetário, produzindo mudanças significativas no sistema produtivo, nas interações tanto comerciais como políticas, ultrapassando as fronteiras nacionais.

Tal processo, entretanto, abrange transformações muito mais profundas e desafiadoras, gerando dilemas e abrindo horizontes no que tange a modos de vidas, correntes de pensamentos e relações sociais. Apresenta-se, desse modo, um fenômeno social, denominado por Ianni (1999, p. 52) “[...] como globalista.

O globalismo representaria o produto e a condição de múltiplos processos sociais, econômicos, políticos e culturais sintetizados no conceito da globalização, configurando, assim, um complexo jogo de forças atuando em diferentes níveis de realidade, sejam em âmbito local, nacional, regional ou mundial. IANNI (1999, p. 17).

Na base do conceito de globalismo encontra-se o capitalismo, sistema que se insere em um novo ciclo a partir da emergência das forças e movimentos de globalização.

O novo ciclo do capitalismo em um cenário globalizado apresenta como força propulsora o modelo neoliberal, baseado em um conjunto de princípios que preconizam uma intervenção indireta do Estado na economia, tendo papel ativo, porém restrito, nas políticas de equilíbrio, combatendo, por exemplo, os excessos da livre concorrência e o controle dos mercados através dos grandes monopólios econômicos.

Milton Friedman, considerado um dos maiores defensores do neoliberalismo, explica tal modelo como o binômio entre o capitalismo e a liberdade. Relata que o objetivo das organizações sociais seria a liberdade do indivíduo, sendo que qualquer interferência no sistema de mercado estaria infringindo essas liberdades individuais. (FRIEDMAN, 1985, p. 48).

De acordo com o modelo neoliberal, os Estados também vêm perdendo seu caráter assistencialista, enquanto a sociedade civil passa a apresentar importante responsabilidade na busca de soluções de problemas sociais, dando margem à consciência de poder de transformação do espaço no qual interagem.

Tal mudança ocorre em função do avanço de ideologias e de regimes democráticos e individualistas em detrimento de regimes autoritário e socializantes. Ao Estado caberia apenas a função de garantir o equilíbrio social, porém, abandonando o modelo de *welfare state* (Estado do bem-estar social) e dando espaço ao chamado Estado

gestor, atuando por meio da cooperação voluntária dos indivíduos em vez de coerção exercida pelo aparato do Estado. (NAVARRO, 1993, p. 160-199).

A procura de um novo enfoque do desenvolvimento deve levar em conta não somente o aspecto econômico, mas também o ecológico, o político, o social e o cultural, os quais são, também, necessários ao crescimento e manutenção de todos os agentes envolvidos: seres humanos, fauna, flora e biodiversidade.

O termo desenvolvimento sempre foi utilizado para indicar o processo de promoção de melhoria qualitativa das condições de vida da população. Porém, a existência das desigualdades nas condições de vida entre países e regiões fez com que surgissem diversas teorias a esse respeito desde os formuladores da economia clássica.

Sachs (1993, p. 81), avalia um crescimento das forças de produção, a qual geraria um processo amplo e completo de desenvolvimento econômico, estendendo-se, espontaneamente, a todos os domínios da atividade humana. O que se verificou foi uma crise social que acirrou as desigualdades de distribuição de renda e desfrute das condições de bem-estar.

De acordo com Kowarick (2001, p. 32), o crescimento econômico não implica nem produz, necessariamente, o desenvolvimento social. Ao contrário, a experiência latino-americana tem demonstrado que o crescimento da economia muitas vezes, realiza à custa do desenvolvimento social, quando se percebe a intensificação da distância entre ricos e pobres.

As experiências de desenvolvimento econômico nas últimas décadas, em âmbito mundial, mostram que raramente as mudanças sociais acompanham o crescimento econômico e têm sido unilaterais os ganhos, em que somente os agentes produtivos são beneficiados com imensos lucros, enquanto o custo social é repassado à população, sobretudo às camadas inferiores. Dessa forma, as noções atuais de desenvolvimento sustentável diferenciam-se amplamente da idéia de crescimento presente na teoria econômica clássica.

Atualmente, em termos gerais, os agentes econômicos precisam relacionar-se com a sociedade e voltar-se também às questões ambientais, para que possam agregar valores aos produtos: valores éticos e morais, para que possam maximizar seus lucros. Assim, no momento em que se expandem os movimentos sociais baseados na preocupação com o meio ambiente, passou-se a tratar desenvolvimento sustentável como harmonização entre crescimento econômico e conservação da natureza.

A importância de se conjugar as forças advindas de diferentes tipos de organizações para conceber e implementar uma iniciativa de desenvolvimento que se pretenda integrado, abrangente e sustentável. A nova visão de desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de equilíbrio, mas sim de mudanças quanto ao acesso aos recursos e à distribuição de custos e benefícios.

Silva (2009, p. 64) relata:

[...] o crescimento é visto como necessário à ampliação das oportunidades de inserção produtiva nas organizações/países em escala mundial; porém, é preciso levar em consideração a compreensão do denominado crescimento sustentável, mensurado em várias dimensões: sustentabilidade social, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade econômica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

Nesse contexto, a proposta de desenvolvimento deixa de ser sinônimo de crescimento de alguns setores da economia para se transformar em propostas de aperfeiçoamento contínuo dos múltiplos fatores que influenciam o bem estar social, buscando atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Percebe-se assim, que muitas organizações têm voltado à atenção para a importância da responsabilidade social, principalmente quando são implantados novos processos produtivos e que são levados em consideração os danos sociais e ambientais.

Os resultados das ações sociais das organizações, quando bem empregadas, constituem poderosos instrumentos de desenvolvimento sustentável, pois propiciam a inclusão social e despertam o incentivo ao empreendedorismo por meio de parcerias com o poder público, lideranças e sociedade organizada. Assim, criando-se um ambiente favorável a novos empreendimentos, gerando ocupações produtivas de forma sustentável que permitem a harmonia entre diferentes interesses na esperança de um futuro melhor.

IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A vivência escolar é um momento privilegiado na construção da cidadania. O conhecimento oferecido pela escola deve ser o da realidade, por isso ela precisa capacitar o aluno para que saiba, diante da complexidade do mundo real, posicionar-se, orientar suas ações e fazer opções conscientes no seu dia a dia. O ensino deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global sobre questões socioambientais.

Mesmo que o crescimento econômico e o progresso tecnológico tenham agregado benefícios a uma parcela da população, eles também são responsáveis pelas complexas conseqüências ambientais e sociais que afetam a qualidade de vida da humanidade.

Para garantir uma boa qualidade de vida é preciso buscar uma ética global que amplie a participação ativa e interessada dos cidadãos na defesa de seus direitos e do meio ambiente. Trabalhar estes conceitos na forma de projetos educacionais, contemplando o processo de aprendizagem em outras áreas de conhecimento na forma transdisciplinar, fará com que o educando reconheça em que processo é aplicado, desde a educação infantil até o ensino superior.

Sendo assim, o desenvolvimento social norteia uma das mais importantes políticas de Estado. Políticas essas voltadas para a difusão de tecnologias para o desenvolvimento social e para a disseminação e popularização da ciência por meio de programas, projetos e ações que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, além de promover os conhecimentos e tecnologias apropriadas nas comunidades.

Nesse sentido, a difusão do conhecimento é imprescindível no processo de socialização, por isso, a participação das instituições de ensino superior brasileiras públicas e privadas são de extrema importância para promover acesso intelectual e cultural a essa população que, *a priori*, não teriam qualquer oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Têm papel fundamental na disseminação e fomento de práticas desenvolvidas junto aos cursos de graduação e pós-graduação. Práticas conhecidas como extensão, ou seja, promoção da interação entre instituições e comunidade em que se encontra inserida. É troca de conhecimentos entre acadêmicos e sociedade onde há o respeito da diversidade cultural em que ambos aprendem.

TROTE SOLIDÁRIO

Ações de conscientização social ao invés de trotes que se caracterizam por atividades humilhantes e até violentas. Iniciativas que contribuem para a formação cidadã dos adolescentes, no momento em que ingressam em uma fase nova e decisiva de suas vidas, ao contrário de aglomerações ruidosas que interferem no dia a dia da cidade e das pessoas.

Foi a partir de uma visão diferente e socialmente responsável que se pensou no trote do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, instituição de grande destaque no universo do saber, em conjunto com todo o corpo docente – criou o projeto Trote Solidário; uma referência hoje na sociedade sobre como as Instituições de Ensino Superior podem comemorar o ingresso dos calouros de forma responsável.

Instituição que investe maciçamente recursos próprios em pesquisa e mantém programas de educação continuada, o Uni-FACEF tornou-se o ambiente adequado para que ali se desenvolvesse e promovesse ações de responsabilidade social, tornando-se os alunos agentes multiplicadores dos ideais da entidade.

Nesse contexto de cooperação e aprendizado, o Projeto Trote Solidário nasceu no ano 1994, quando se identificou que o trote tradicional havia adquirido aspecto violento e perdido seu caráter comemorativo. Abolido definitivamente dos anais do Uni-FACEF, o trote tradicional deu lugar a um projeto que leva os calouros a participar de atividades e brincadeiras socialmente responsáveis. Além disso, desperta nos calouros a consciência cidadã, pois o Trote Solidário integra os calouros socialmente à Faculdade e propicia um dia festivo.

Focando a cada ano em temas que geram iniciativas cidadãs, o Trote Solidário nas últimas edições abordou a conscientização e inserção de alunos da APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca, fomentando práticas sustentáveis no cotidiano dos participantes e despertando nos calouros uma visão abrangente no âmbito da cidadania.

As atividades do projeto incluem desde a recepção dos calouros nas imediações da Instituição de Ensino, a arrecadação de kits alimentação para serem doados a instituições filantrópicas; latas de suplemento alimentar para os pacientes do Hospital do Câncer; doação de bolsas de sangue, entre outras provas, como: revitalização de espaços públicos, limpeza de áreas públicas, ações sociais com idosos e crianças, doações de livros, entre outras ações. Os resultados dos últimos anos foram:

- 2014: 8 toneladas de alimentos, 638 suplementos alimentares para o Hospital do Câncer, 264 doações de sangue para o Hemocentro e 293 livros doados para escolas públicas;
- 2015: 10 toneladas de alimentos, 420 suplementos alimentares para o Hospital do Câncer, 259 doações de sangue para o Hemocentro e ações sociais com a participação dos calouros em 5 instituições de idosos e crianças na cidade de Franca (SP), plantio de árvores para revitalização de espaços públicos;
- 2016: 5 toneladas de alimentos, 415 suplementos alimentares para o Hospital do Câncer, 232 doações de sangue para o Hemocentro e ações sociais com a participação dos calouros em 5 instituições de idosos e crianças na cidade de Franca (SP); limpeza de um bairro da cidade em razão para erradicação do mosquito da Dengue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da sustentabilidade originou-se na economia “desenvolvimento sustentável” e na ecologia para ser inserida definitivamente no campo da educação. O que seria uma cultura da sustentabilidade? Esse tema dominará muitos debates educativos nas próximas décadas.

A chave para o desenvolvimento sustentável é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas. O desenvolvimento sustentável com responsabilidade social não é centrado na produção, e sim no seu capital humano. Deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também a cultura, história e sistemas sociais do local onde ele ocorre.

A sobrevivência da humanidade vai depender da educação, não somente ecológica, mas, também, da capacidade do ser humano compreender os princípios básicos da responsabilidade social e sustentabilidade e viver de acordo com eles. Isso significa que a educação tem de se tornar uma qualificação essencial de políticos, líderes empresariais e profissionais de todas as áreas do conhecimento.

O Trote Solidário tem um efeito multiplicador, pois cada estudante convencido poderá difundir de boas práticas da sustentabilidade e responsabilidade social, influenciando o conjunto nas mais variadas áreas de atuação.

Percebe-se que para o Uni-FACEF, importa que o grande vencedor seja todos nós, a comunidade, as entidades que receberão as doações, os alunos e a comunidade.

O trote se consolida em uma gincana que a essência da disputa é a solidariedade, na qual, todas as equipes são vencedoras no exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R.G.; COSAC, C.M.D. Terceiro Setor e Desenvolvimento Sustentável in: Revista Social & Realidade (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Unesp), Franca, SP, v.18, n.2, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez. 1997.

BORGES, F.G. Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. São Paulo: USP, 2001.

BUARQUE, Aurélio de H. F. Novo Dicionário Aurélio – Século XXI. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: MELO RICO, Elizabeth & RAICHELIS (ORGS). Gestão Social: uma questão em debate. EDUC; IEE, SP, 1999.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In. Desigualdade e a questão social. 2ª. edição, EDUC, SP, 2004.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Volume I, SP, PAZ e Terra, 1999

CAVALCANTI, Marly (org). Gestão social, estratégias e parcerias. São Paulo: Saraiva, 2006

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1997.

COSTA, Marvile Palis; ALMEIDA, Maria Olívia D. Batistuta e; FREITAS, Terezinha Silva. Ensino, Pesquisa e Extensão: compromisso social das universidades. Docência na Educação Superior. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, 2010. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/paginas/curso/cod/281/area/DOCENCIA+NA+EDUCACAO+SUPERIOR/t/PUBLICACOES>> Acesso em 14 out. 2012.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresa. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DAFT, Richard L. Administração. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: descentralização e participação - as novas tendências, vol. III, Editora Vozes, RJ, 2003.

DRUCKER, Peter F. Fator humano e desempenho. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1997

FADEL, B. Identidad cultural y gestión de la información y del conocimiento en las organizaciones en cambio. In: ENCUENTROS INTERNACIONALES SOBRE SISTEMAS DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, 14., 2009, Zaragoza. Anais eletrônicos... Zaragoza: IBERSID, 2009.

FERREIRA NETO, Lino. Dicionário de Ciências Sociais.

FRANCO, Augusto de, Por que precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável? Separata da Revista Século XXI, No. 3, Millenium - Instituto de Política, Brasília, 2000.

_____, Augusto de. Escola de redes: tudo que é sustentável tem o padrão de rede : sustentabilidade empresarial e responsabilidade corporativa no século 21 /— Curitiba : ARCA – Sociedade do Conhecimento, v. 2, 2008.

FREITAS, M. E. Cultura organizacional: formação, tipologias e impacto. São Paulo: Makron, McGraw-hill, 1991.

_____, M. E. Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1985

GIDDENS, Antony. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia. 5ª. Edição, RJ, Editora Record, 2005.

IANNI, Octavio. A era do globalismo. 4 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1985

INSTITUTO ETHOS. Empresas e responsabilidade social. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

IOSCHEP, E.B. (org). Terceiro Setor – Desenvolvimento social sustentado. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JOHANN, S. L. Gestão da cultura corporativa: como as organizações de alto desempenho gerenciam sua cultura organizacional. São Paulo: Saraiva, 2004.

- KANAANE, Roberto. Comportamento Humano nas Organizações. O Homem rumo ao Século XXI. São Paulo: Atlas, 1994.
- KOWARICK, Lúcio. Política Social e combate à pobreza. São Paulo: Cortez, 2001.
- MACLVER R.M e C.H. Page (*Society*. New York, Rinehart, 1949.p.15)
- MARCUSE, H. A Ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Política Nacional de Assistência Social, DF, 2004.
- MOTTA, F.C.M; PEREIRA, L.C.B. Introdução à organização Burocrática. 4ª. ed., SP, Editora Brasiliense, 1984.
- NAVARRO, V. Produção e Estado de bem-estar: o contexto político das reformas. *Revista Lua Nova*, n. 28/29, p. 160-199, 1993.
- PETTIGREW, Andrew. A cultura das organizações é administrável? In: FLEURY, M. T. L; FISCHER, R. M. (Orgs.). Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1996. p. 145-154.
- PRESTES MOTTA, Fernando C. & BRESSER PEREIRA. Introdução à Organização Burocrática. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. São Paulo: Studio Novel, 1993.
- SILVA, José Ultemar da (org). Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações. São Paulo: Campus, 2009.
- SCHEIN, E. H. Cultura organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009.
- SUMMER W.G. (*Folkways*, 1906, Boston Ginn. 1940. p.53)
- _____; e A.G.Keller (*The science of society*. New Haven. Yale Univ. Press, 1927, v.I. p.89)
- TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira et al . Adaptação à universidade em jovens calouros. *Psicol. Esc. Educação*. (Impr.), Campinas, v. 12, n. 1, p. 185-202, 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 out. 2012.

Capítulo 9 - Acessibilidade Informação: Projeto Conecte-se como fator de desenvolvimento social

Paula Teixeira Gonçalves
Noemia Lopes Toledo
Silvio Carvalho Neto
Daniel Facciolo Pires

RESUMO

Este capítulo tem como objetivo avaliar o projeto social denominado "Conecte-se: A Melhor Idade Conectada com Novas Tecnologias, desenvolvido pelo Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF em parceria com a Associação dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP. Inicialmente, o projeto foi apresentado, traçando seus participantes, objetivos e finalidade. Em seguida, buscou-se trazer, a título de referencial teórico, expondo o processo de envelhecimento, as dificuldades enfrentadas pelos idosos, bem como as dificuldades face às inovações tecnológicas e avanços que tais inovações podem ocasionar no modo de vida dos mesmos, suas relações interpessoais, dentre outros. O referencial teórico também explorou questões do desenvolvimento social, com foco na inclusão social. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo estruturada, de abordagem quantitativa. Por fim, demonstrou-se os resultados alcançados pela pesquisa de campo, realizada de modo a colher informações dos Monitores Universitários, por exemplo, acerca do alcance dos objetivos do Projeto e a satisfação dos beneficiários do Projeto. As informações foram coletadas por meio de questionário, utilizando-se a escala de Likert, em que é possível se adotar a referência quanto mais próxima ela esteja da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento, tecnologia, projeto social.

INTRODUÇÃO

Em um mundo em que a tecnologia está presente até nas atividades mais simples, atrelá-la ao envelhecimento é tarefa árdua, mas necessária. Principalmente porque reina no imaginário popular uma contradição entre o velho e o novo e neste se insere a tecnologia. Isto porque, também na cultura popular, há uma tendência à resistência das pessoas mais velhas a se adaptarem ao novo, principalmente, às novas tecnologias.

Foi diante desta realidade que o Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF decidiu, em parceria com a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo – AFPESP, criar o Projeto “Conecte-se: A Melhor Idade conectada com as Novas Tecnologias.

O Projeto, iniciado em abril de 2011, tem o objetivo de propiciar aos associados e/ou respectivos dependentes com idade superior a 45 anos da AFPESP da unidade regional de Franca – SP, curso de informática, ministrado pelo Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.

Trata-se de uma parceria entre ambas as instituições que visa à interação de adultos com as novas tecnologias em seus diferentes aspectos. Esse público, gratuitamente, é inserido em conteúdos como: manejo básico de computadores, acesso à Internet e correios eletrônicos, sistemas de busca, uso de álbuns digitais, noções de segurança, sites de relacionamento ou redes sociais, entre outros conteúdos tecnológicos básicos.

As aulas são subdivididas em dois módulos de 30 horas cada, para uma turma de, no máximo, 46 pessoas, ministradas por um Monitor Universitário do curso de bacharelado em Sistemas de Informação devidamente selecionado pelo coordenador do curso e aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão Comunitária e Desenvolvimento do Uni-FACEF, coordenadora do projeto.

Diante dessa realidade, o objetivo deste artigo é o de investigar a relevância desse projeto social aliado ao conceito de inclusão social na terceira idade. Para isto, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de questionário eletrônico com três Monitores Universitários que ministraram cursos no Projeto. Tal pesquisa de caráter quantitativo foi composta por um questionário estruturado utilizando-se da escala Likert, que expuseram dados como: satisfação dos alunos, alcance de resultados, alcance de objetivos, dentre outros.

A TECNOLOGIA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

O ser humano é um ser complexo. Vive em um mundo perpassado por experiências e saberes que são traduzidos na interação humana com o ambiente que o rodeia.

Uma vez que o idoso se revela em um ser de relações, apresenta-se, como todos os outros, em constante construção de experiências adquiridas durante a trajetória de vida, revelando-se como ser dinâmico, e identificando-se entre si e conquistando seu espaço social. Logo, envelhecer possibilita amadurecimento em relação a crenças, valores e concretiza etapas de vida, aprimorando vivências e relações.

Em nível mundial, a população idosa tem demonstrado crescimento expressivo nas últimas décadas, motivado pela expansão de sua expectativa de vida. A descoberta de novos medicamentos e tratamentos se mostra como uma das causas da elevação do número de idosos. (ARAÚJO et al., 1999; HOFFMANN, 2002). Não é diferente do que ocorre no Brasil.

Todo ser vivo é regido por determinismo biológico, sendo que o envelhecimento envolve processos que importam na diminuição gradativa de possibilidade

de sobrevivência, agregada a alterações regulares na aparência, no comportamento, nos papéis sociais.

Ao envelhecer, o ser humano sofre influências de fatores intrínsecos, marcados pelas alterações corporais, oriundas de alterações na constituição genética individual responsável pela longevidade máxima. Existem também fatores extrínsecos que influenciam diretamente no envelhecimento que proporcionam grande heterogeneidade no envelhecimento. São eles: exposição a determinados ambientes, nível de sedentarismo, dentre outros.

Decorre do envelhecimento alterações físicas marcantes, como por exemplo, embranquecimento dos cabelos ou calvice, redução da estatura, diminuição da espessura e perda da elasticidade da pele, alteração na cavidade bucal, desgastes nos dentes, etc. (BARROS NETO; MATSUDO; MATSUDO, 2000; BEATTIE; LOUIE, 2001; CARVALHO FILHO, 1996; FREITAS; MIRANDA; NERY, 2002).

Ante esta realidade, o envelhecimento é entendido como parte integrante e fundamental no curso de vida de cada indivíduo.

Na sociedade tal como se tem – capitalista e ocidental – qualquer valoração se baseia na produtividade do indivíduo, o que é inerente ao capitalismo.

O modelo capitalista, adotado pela maioria das nações, fez com que o envelhecimento ocupasse as margens sociais, pois neste ponto da vida, o indivíduo já teria seus potenciais evolutivos esgotados, perdendo o seu valor social.

As relações sociais passam a ser vivenciadas com maior interação entre estados psicológicos e sociais refletidos nas adaptações às mudanças.

Segundo Barbosa Mendes, Gusmão, Mancussi e Faro, Leite (2005),

A habilidade pessoal de se envolver, de encontrar significado para viver, provavelmente influencia as transformações biológicas e de saúde que ocorrem no tempo da velhice. Assim, o envelhecimento é decisivamente afetado pelo estado de espírito, muito embora dele não dependa para se processar.

O envelhecimento conta com grande contribuição do papel social do idoso, uma vez que seu processo depende do modo com que as pessoas levam a vida e as condições em que se encontram.

A aposentadoria, concebida como uma instituição social, é o momento em que o indivíduo se distancia da vida produtiva, acontecendo, muitas vezes, como uma descontinuidade. Nesse sentido, há uma ruptura com o passado, devendo o homem se ajustar a uma nova condição.

A aposentadoria se mostra como uma antítese ao trabalho: enquanto este é compreendido como um fator importante na vida das pessoas, posto que se trata de expansão de capacidades, ampliação de perspectivas de vida, dentre outros, enquanto que a

aposentadoria é vista e sentida como redução ou anulação de perspectivas de futuro e redução de capacidades, logo, restringindo as liberdades.

No que se refere às relações interpessoais, a convivência do idoso em sociedade permite troca de experiências, ideias, conhecimentos e afeto. O estímulo ao pensar, aprender, reconstruir é outro aspecto que aumenta a importância dessas relações. Daí a necessidade de haver o engajamento social do idoso, envolvendo-se em atividades que lhes proporcione aprendizado e prazer.

Para Kanchar (2001), o idoso do século XXI é ativo, capaz de produzir, consumir, intervir em mudanças sociais e políticas.

Vergara (1999) diz que há alguns anos, descobriu-se que a atividade mental pode modificar o comportamento dos idosos, fazendo com que os mesmos superem a situação de acomodação, que se deve ao fato de que a geração e época em que nasceram e foram educados transcorreram em outra velocidade, tendo outros modos de vida, para o acompanhamento de modificações sociais e tecnológicas.

Muitos idosos, ainda com a visão proporcionada pela acomodação, entendem que o uso de tecnologias está fora de seu alcance. Porém, quando experimentado, o uso de tecnologias traz dificuldades despercebidas dos jovens. Exemplo delas é a utilização de mouse, teclado, coordenação visomotora etc.

Aliado às dificuldades de acesso às novas tecnologias, seu avanço causa impacto em todas as gerações, sobretudo na velhice. A utilização de bens tecnológicos de última geração contrasta com a miséria, pois o seu não-acesso leva à exclusão social.

Kachar (2003) diz que o avanço tecnológico causa muita estranheza, medo e/ou receio em idosos, os quais se sentem analfabetos tecnológicos e revelam dificuldade em entender nova linguagem.

De acordo com que demonstra Alves (2008), a inclusão digital é a democratização do acesso ao mundo da informática, superando o “analfabetismo digital”, surgido com o avanço tecnológico.

Especificamente na questão de inclusão digital do idoso é necessária atenção aos obstáculos que interpõem o idoso e a tecnologia. Para Passerino; Pasqualotti (2006), muitas vezes o idoso não se apropria da tecnologia por conta da velocidade com que ocorrem mudanças e pela angústia daí causada.

Nesse contexto, a inclusão é um processo pelo qual os idosos passam a participar de usos e costumes de outros grupos do mesmo modo, apropriando-se de direitos e deveres inerentes à tecnologia. Tal processo auxilia na recuperação da autoestima, ampliação de capacidades e efetivação da cidadania.

INCLUSÃO DIGITAL NA MELHOR IDADE COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Amartya Sen, laureado economista indiano com o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1998 pelas contribuições à teoria da decisão social e do *welfare state*, demonstrou que o desenvolvimento de um país está ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer a sua cidadania, incluindo a garantia aos direitos sociais básicos e direitos civis.

Para Sen (2012, p. 16), “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”.

O processo de expansão das liberdades mencionado por Sen (2012) não depende apenas do crescimento econômico ou, em sob outro enfoque, do desenvolvimento econômico. Outros fatores também concorrem com o desenvolvimento e pode-se citar como exemplo o acesso a serviços de educação, saúde, a garantia de direitos fundamentais e processo de industrialização, tecnológico ou de modernização social.

Porém, é preciso argumentar que uma vez que “o desenvolvimento humano pressupõe o alargamento das capacidades individuais” (RDH, 2013), verifica-se que a equidade é entendida como a liberdade igualitária que leva ao desenvolvimento. “No entanto, os indivíduos encontram-se também ligados aos outros” (RDH, 2013). Isso faz pressupor que desenvolvimento humano e social estão conectados, interligados.

A liberdade é de relevante importância para o desenvolvimento em razão da avaliação e da eficácia. A posição avaliatória do autor se refere ao fato de que o êxito de uma sociedade deve ser avaliado de acordo com as liberdades substantivas de seus membros, utilizando dados como renda e capacidades. A posição de eficácia se refere à eficácia individual e social da liberdade, no sentido de melhorar o potencial das pessoas para cuidarem de si mesmas e para influenciarem o mundo.

Sen (2012) se refere aos papéis constitutivo e instrumental da liberdade.

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 2012, p. 55).

Assim, o papel constitutivo da liberdade se apresenta como o fim ou modo de constituição da mesma, enquanto que seu papel instrumental é visto como meio para alcançar o desenvolvimento.

Sob o prisma da ampliação das liberdades humanas, o processo de desenvolvimento deve incluir a eliminação de privações da pessoa. Exemplo disso é a privação de participação política, que deve ser eliminada, constituindo-se um meio para o desenvolvimento.

A relevância da privação de liberdades políticas ou direitos civis básicos para uma compreensão adequada do desenvolvimento não tem de ser estabelecida por meio de sua contribuição indireta a outras características do desenvolvimento (como o crescimento do PIB ou a promoção da industrialização). Essas liberdades são parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento (SEN, 2012, p. 56).

O papel instrumental da liberdade diz respeito ao modo como diferentes tipos de direitos e oportunidades contribuem para a expansão da liberdade humana e, em consequência, para o desenvolvimento. Sen (2012) exemplifica liberdades instrumentais como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

As oportunidades sociais, por exemplo, se traduzem nas disposições que a sociedade estabelece na área da inclusão digital, e que influencia a liberdade substantiva do indivíduo viver melhor, sendo importante facilitador da vida privada e para a participação para a vida mais efetiva em atividades econômicas e políticas (SEN, 2012).

Partindo-se do princípio de que o desenvolvimento humano não se encerra com o envelhecimento (NERI, 2001), a inclusão digital na melhor idade se torna fator de desenvolvimento, fazendo com que os usuários desta fase da vida ampliem a perspectiva de vida, a visão de mundo e a sensação de pertencimento, melhorando a comunicação, a interação e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

Com a inclusão digital na melhor idade, o desenvolvimento ocorre em ambos os aspectos, humano e social. Isto faz com que este público alvo esteja mais próximo de informações e, conseqüentemente, possam participar ativamente de tomadas de decisões que os envolvam, modificando modos de vida, visões de mundo etc.

MÉTODO DA PESQUISA

Ensina Lakatos e Marconi que método é

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador. (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 83).

Os associados e/ou respectivos dependentes com idade superior a 45 anos da AFPESP da unidade regional de Franca – SP foram escolhidos como objeto de pesquisa, pelo fato de integrar o Projeto Social denominado “Conecte-se: A Melhor Idade Conectada com Novas Tecnologias”, que é considerado um projeto relativamente maduro em questão de existência, pois, se encontra em andamento desde 2011.

Os primeiros passos da pesquisa ocorreram por meio de coleta de dados secundários que envolveu a realização de um levantamento bibliográfico de caráter exploratório, pois, de acordo com Gil (1999) as pesquisas exploratórias têm a capacidade de ajudar na formulação de problemas de pesquisa mais precisos. A pesquisa exploratória inicial teve como finalidade compreender o papel da tecnologia como fator de inclusão social no processo de envelhecimento e seus reflexos no desenvolvimento social na terceira idade.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter quantitativo. De acordo com Chaer, Diniz e Ribeiro (2011) “A pesquisa quantitativa poderá ser utilizada

quando se parte de objetos de estudo sobre os quais já se possui conhecimentos suficientes sobre o tema”.

A coleta de dados do tipo estruturada ocorreu em outubro de 2016. Segundo Manzini (2004), entende-se por pesquisa estruturada aquela que contém perguntas fechadas e não apresentam flexibilidade. Para tanto, foi implementado um questionário no formato eletrônico e avaliado numa versão pré-teste, pois, segundo Rea e Parker (2000) a partir do pré-teste, ou estudo piloto, é possível verificar a estrutura e a clareza do roteiro, por meio de uma entrevista preliminar com pessoas que possuam características semelhantes a da população alvo. Neste caso, a versão pré-teste do questionário foi avaliada por um dos respondentes, onde se observou a clareza e/ou ambiguidade das questões elaboradas, o que demandou alguns ajustes em algumas questões antes do envio definitivo aos respondentes.

O questionário não contemplou dados que abordam a identificação e perfil do entrevistado pelo fato de não serem consideradas informações relevantes para a pesquisa. Em contrapartida, explorou-se o ponto de vista dos monitores entrevistados sobre questões relacionadas ao alcance dos objetivos do projeto, nível de satisfação dos alunos e da AFPEP, conteúdos de interesses, facilidades e dificuldades dos alunos, nível de absorção do conteúdo disseminado, maneira de transmissão do conteúdo em laboratório de aula, participação da turma em relação ao andamento e cronograma de atividades do projeto, suporte e infraestrutura oferecidos pelo Uni-FACEF, desempenho da equipe que compõe o projeto, evasão, desenvolvimento social e nível de conhecimento dos alunos antes e depois do curso.

O questionário foi constituído por 21 questões e organizado conforme segue: 18 questões fechadas e 3 são semi-fechadas, 17 questões foram atribuídas na ordem de preferência em escala Likert de 5 graus, sendo o grau 1 atribuído para a opção “Discordo totalmente” e o grau 5 para a opção “Concordo totalmente”. Evadiram a escala Likert 4 questões que abordaram o conteúdo de interesse, facilidade e dificuldade dos alunos e porcentagem de evasão dos mesmos. Todas as perguntas dispunham de apenas 1 alternativa.

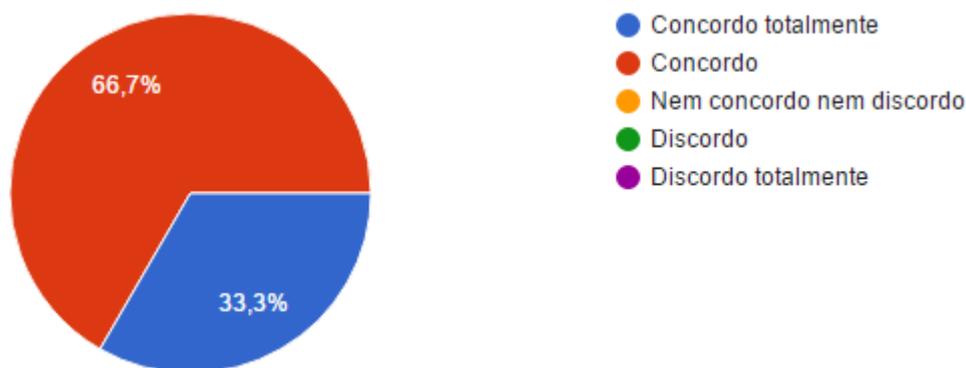
Para compor a população de pesquisa, foram levantados 5 Monitores Universitários que trabalharam no Projeto Conecte-se – A Melhor Idade Conectada com as Novas Tecnologias desde sua fundação, bem como o tempo de atuação dos mesmos. Tais monitores, conforme já mencionado, são alunos da graduação de bacharelado em Sistemas de Informação do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF. Entretanto, foram descartados 2 monitores que atuaram por um tempo curto, de 2 a 3 meses, sendo selecionados 3 monitores que atuaram por aproximadamente 2 anos, pois, acredita-se que o tempo de vivência no projeto implica na precisão das respostas coletadas pelo questionário e agrega valor na qualidade da entrevista, o que reflete no resultado final da pesquisa. O contato com os monitores selecionados ocorreu via telefone, cuja finalidade foi expor a

proposta da pesquisa, convidá-los para participar e colher os *e-mails* para envio do questionário eletrônico.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os 17 gráficos expostos neste capítulo ilustram o resultado dos dados colhidos na pesquisa de campo, na qual foram agrupados em tópicos quanto o alcance dos objetivos do Projeto.

Gráfico 1 – o alcance dos objetivos do Projeto e a colaboração dos alunos.

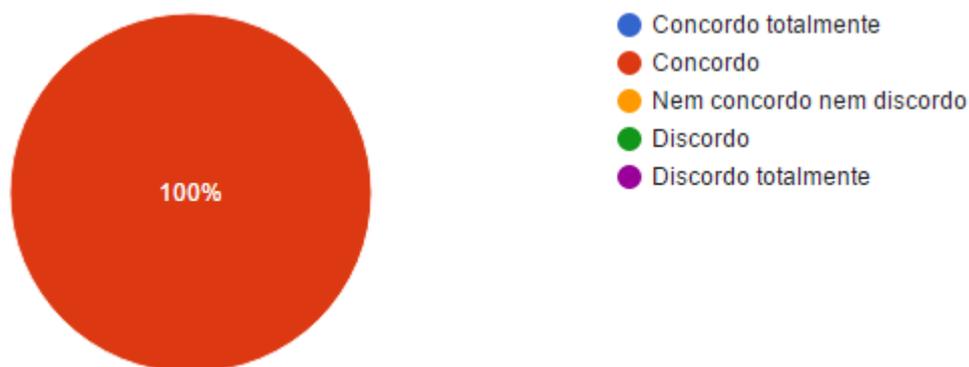


Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Conforme ilustrado no Gráfico 1, a respeito do alcance dos objetivos do projeto, é possível concluir que de maneira geral, o Projeto “Conecte-se – A melhor idade conectada com as novas tecnologias” alcança seus objetivos propostos e para tanto, usufrui da colaboração dos alunos.

As questões que abordam a colaboração dos alunos para o alcance dos objetivos do projeto compartilham o mesmo valor percentual.

Gráfico 2 – satisfação com o resultado do Projeto.



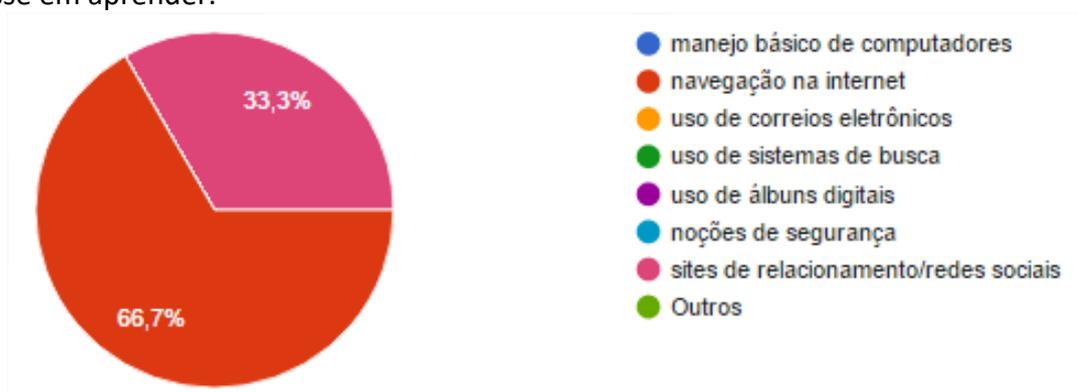
Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 2 evidencia a satisfação dos alunos e da AFPEPSP com o resultado do Projeto “Conecte-se – A melhor idade conectada com as novas tecnologias”.

As questões que abordam a satisfação dos alunos e da AFPEPSP compartilham o mesmo valor percentual.

É importante ressaltar que a satisfação dos alunos e da AFPEPSP foi mensurada segundo o ponto de vista dos respondentes, neste caso, Monitores Universitários, que desempenharam papel de docente das turmas. Embora a alternativa Concordo totalmente não tenha sido a escolhida, unanimemente todos manifestaram concordância pela questão satisfação.

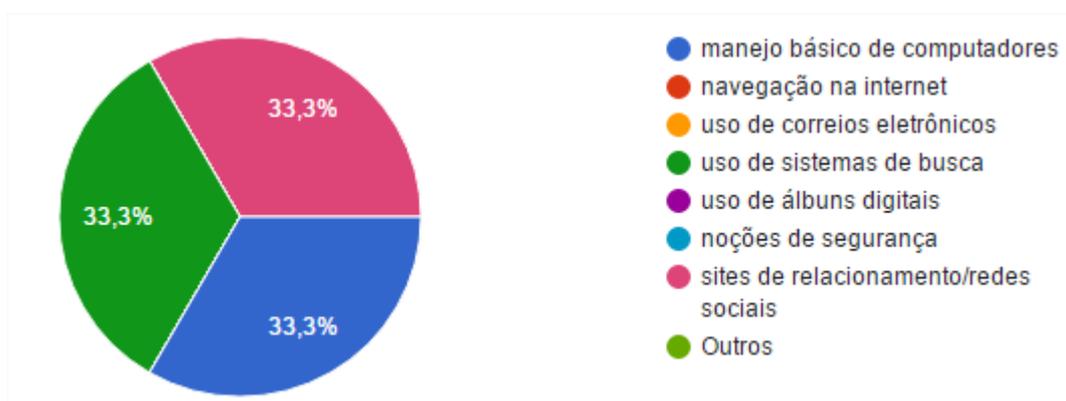
Gráfico 3 – conteúdo abordado nas aulas, na qual os alunos manifestam maior interesse em aprender.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

De acordo com o Gráfico 3, a atenção é redobrada pelos alunos quando são abordados os assuntos: Navegação na Internet e Sites de Relacionamento/Redes Sociais. A partir deste resultado, percebe-se o interesse deste público pela busca de conteúdo no mundo digital, além de enxergar os recursos de Tecnologia da Informação como fator de inclusão social.

Gráfico 4 – conteúdo abordado nas aulas, na qual os alunos manifestam maior facilidade em aprender.

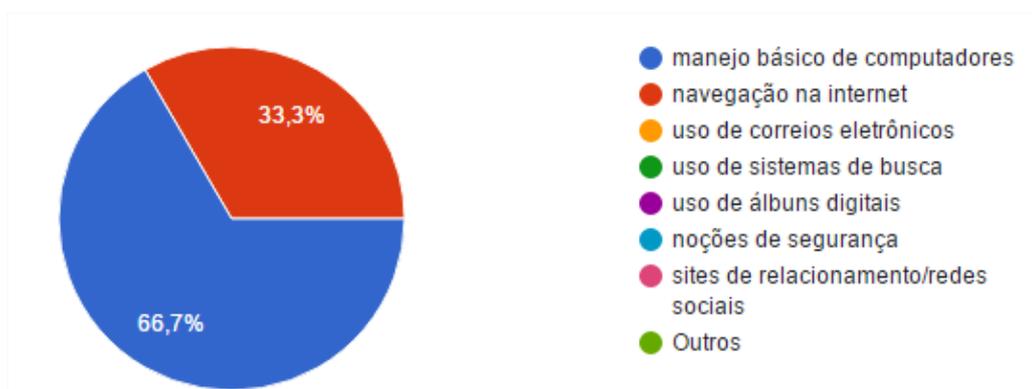


Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Por meio do Gráfico 4 a pesquisa revelou um equilíbrio entre Sites de Relacionamento/Redes Sociais, Uso de Sistemas de Busca e Manuseio Básico do Computador, quando questionado sobre a facilidade de aprendizado dos alunos.

Sobre o assunto Relacionamento/Redes Sociais percebe-se uma relação entre os gráficos 3 e 4, onde simultaneamente os alunos têm maior interesse e facilidade em aprender.

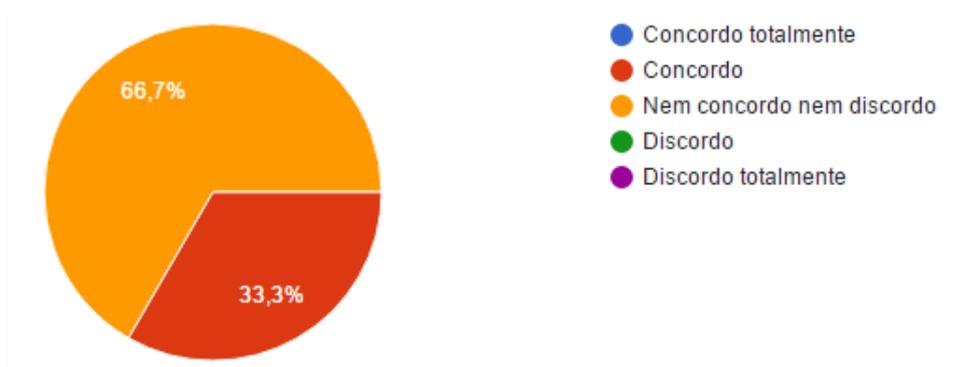
Gráfico 5 – conteúdo abordado nas aulas, na qual os alunos manifestam maior dificuldade em aprender.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

De acordo com o Gráfico 5, Navegação na Internet é o assunto que os alunos demonstram maior dificuldade de aprendizado. Entretanto, no Gráfico 3, este item é apontado como assunto que os alunos manifestam maior interesse em aprender. Dessa maneira, é possível analisar que a Navegações na Internet, apesar de ser o assunto mais cobiçado pelos alunos, os mesmos apresentam dificuldade no aprendizado. O Manuseio Básico de Computadores é apontado por 1 respondente como item de fácil aprendizado por parte dos alunos e simultaneamente é assinalado por 2 respondentes como item de difícil aprendizado por parte dos alunos.

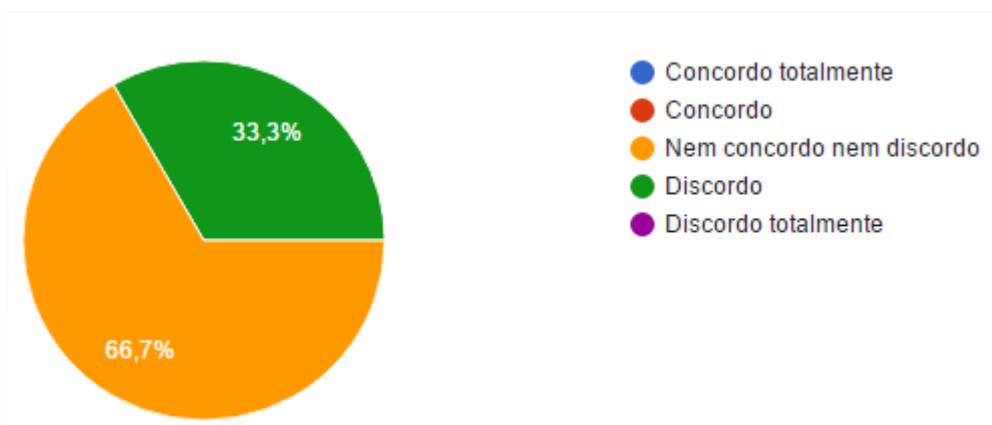
Gráfico 6 – interesse dos alunos pelas aulas do projeto além do conteúdo que é abordado.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 6 revela que a maioria dos respondentes apontam opinião neutra quando se questiona se o interesse dos alunos vai além do conteúdo. Observa-se um público portador de perfil limitado. É importante ressaltar que a resposta obtida pode variar conforme a turma lecionada.

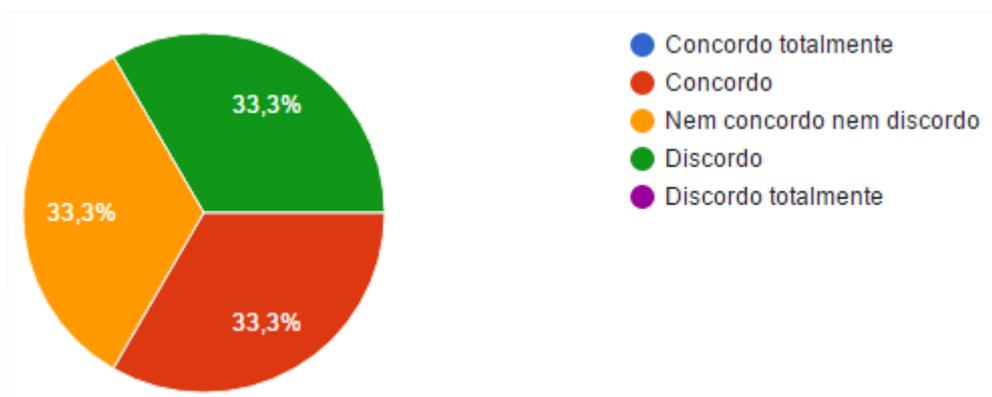
Gráfico 7 – capacidade do aluno em utilizar totalmente o computador a partir do aprendizado adquirido durante as aulas.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A partir da ilustração do Gráfico 7, é perceptível a limitação dos alunos em relação a utilização total do computador, mesmo usufruindo dos conhecimentos adquiridos durante as aulas. Embora o uso total do computador não seja parte do objetivo do Projeto, a pretensão foi investigar se o público alvo do Projeto “Conecte-se – A melhor idade conectada com as novas tecnologias” se superou em relação aos objetivos elencados pelo Projeto.

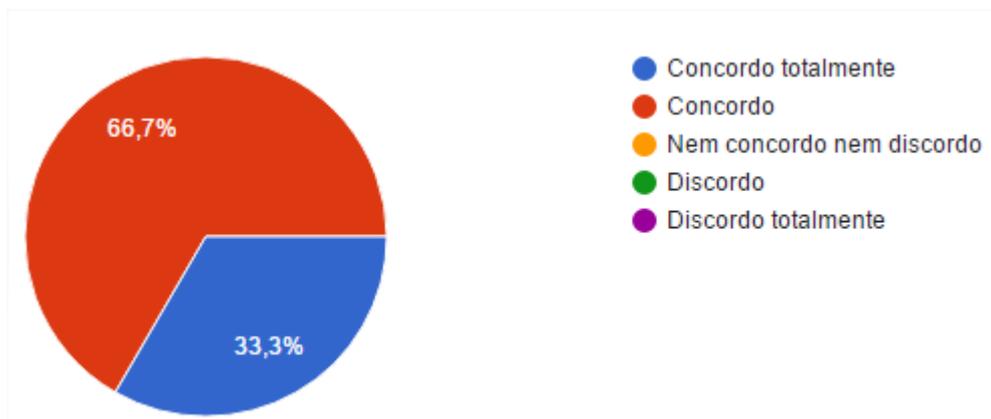
Gráfico 8 – A inserção digital dos alunos ultrapassa o conhecimento sobre redes sociais, estando os mesmos aptos a utilizar outras ferramentas que o computador ofereça.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A partir do Gráfico 8 é possível perceber um equilíbrio nas alternativas selecionadas. Nesta questão foi perceptível a opinião distinta dos respondentes, que pode variar de acordo com o desempenho da turma lecionada.

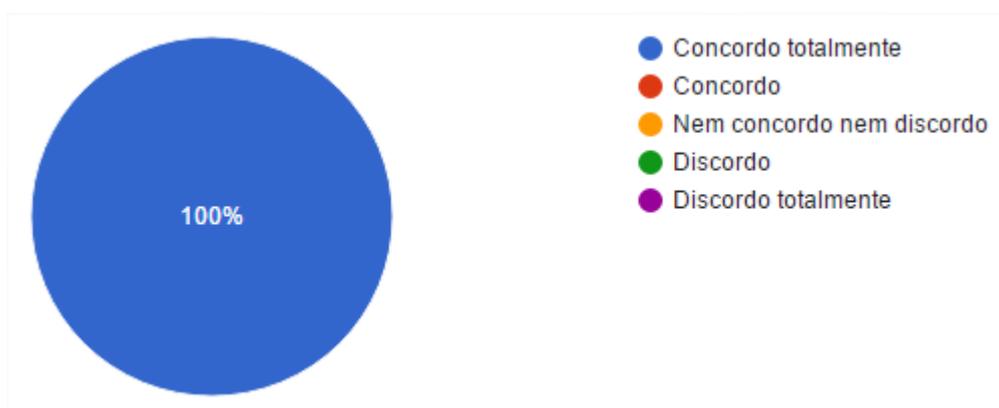
Gráfico 9 – A linguagem utilizada nas aulas facilita o processo de aprendizagem (considerando que o público tem mais de 45 anos de idade).



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

De acordo com o Gráfico 9, é possível avaliar que de maneira geral, a linguagem empregada nas aulas é relativamente adequada ao público alvo, que possui faixa etária maior do que 45 anos de idade.

Gráfico 10 – É dada voz aos alunos do Projeto, podendo os mesmos tecer considerações a respeito do andamento das aulas ou do cronograma de atividades.

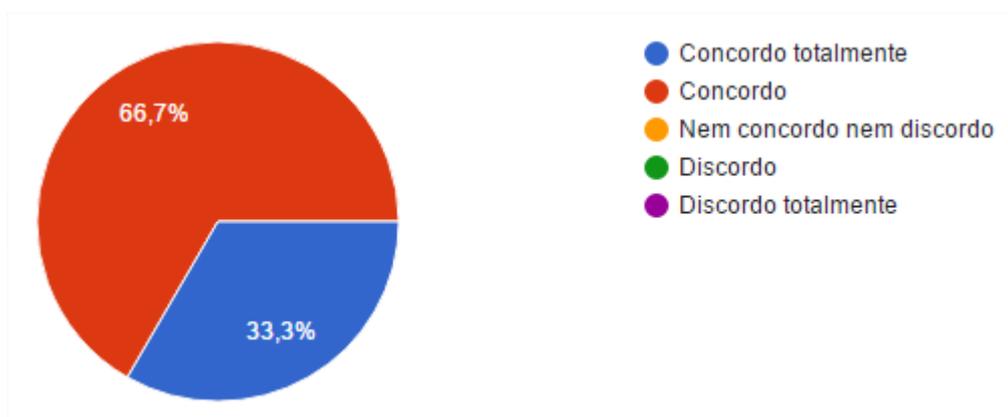


Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 10 revela a unanimidade dos respondentes, alegaram concordar totalmente com a liberdade concedida aos alunos durante as aulas, para que os mesmos expressem considerações a respeito do andamento das aulas e/ou do cronograma de atividades previamente estipulado. Nesse contexto, é possível observar a flexibilidade que

existe entre o Monitor Universitário e a turma de alunos. Porém não foi questionado sobre o cumprimento do cronograma ao final do curso.

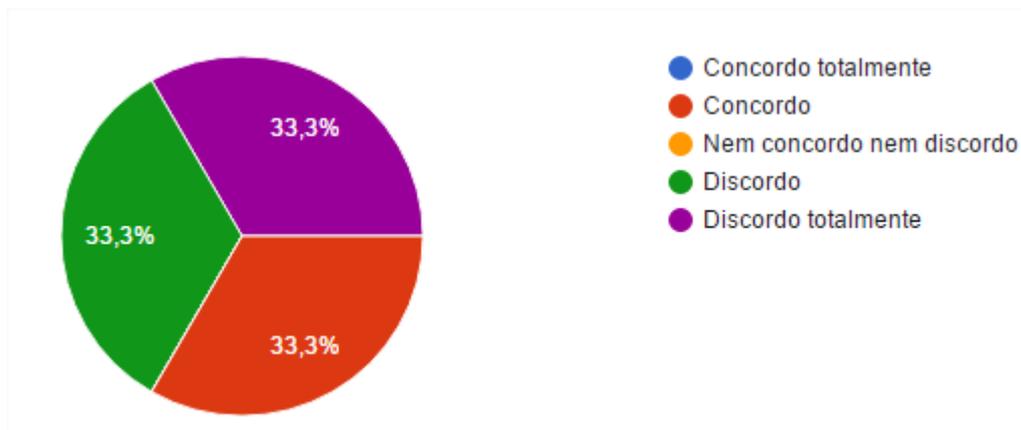
Gráfico 11 – condições oferecidas para o sucesso das aulas, e o suporte ofertado pelo Uni-FACEF para que o projeto se mantenha.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Em relação a exibição o Gráfico 11, percebe-se que as condições para que as aulas aconteçam com maior qualidade e o suporte do Uni-FACEF satisfazem os anseios do Projeto, porém, são questões cabíveis de melhorias, entretanto, não se encontram em estado crítico.

Gráfico 12 – número de alunos propício ao aprendizado.

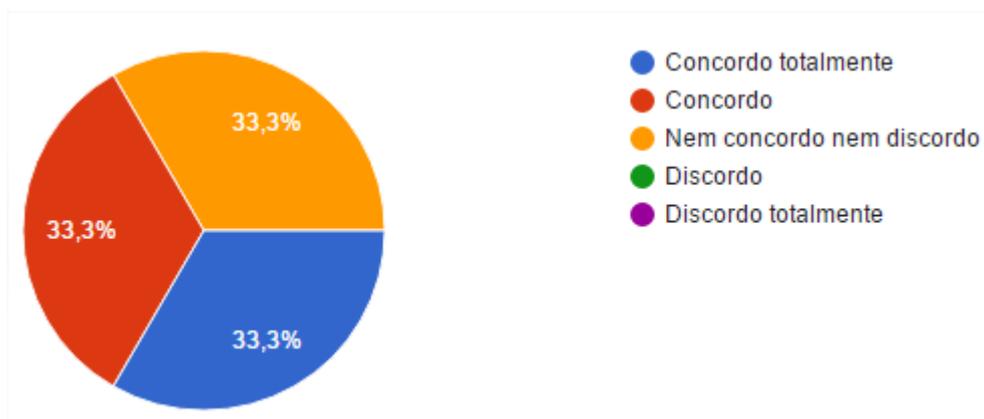


Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 12 revela uma divergência de opinião, quando questionado se o número de alunos por turma é propício ao aprendizado, pois, 33,3% alegaram

subsequentemente: concordo, discordo e discordo totalmente. Porém, é possível observar que 2 dos respondentes tenderam para a discordância, enquanto 1 respondente declarou que concorda. Nesse contexto, pode-se concluir que o número de alunos por turma é algo a ser repensado pela equipe organizadora do projeto.

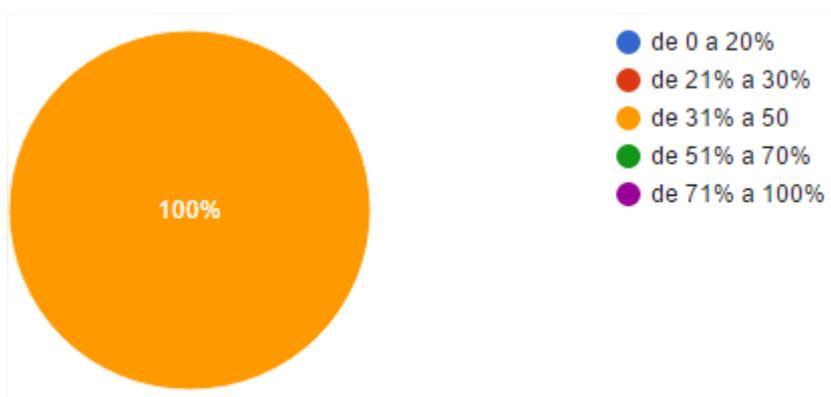
Gráfico 13 – espaço disponível e adequação dos equipamentos.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A partir do resultado exposto no Gráfico 3, em relação à infraestrutura, que se diz respeito ao espaço disponível e a adequação dos equipamentos, os respondentes apontaram subsequentemente: concordo totalmente, concordo, nem discordo nem concordo. Dessa maneira, observa-se que a infraestrutura destinada ao projeto pode ser melhorada, entretanto, atende parcialmente aos anseios do projeto.

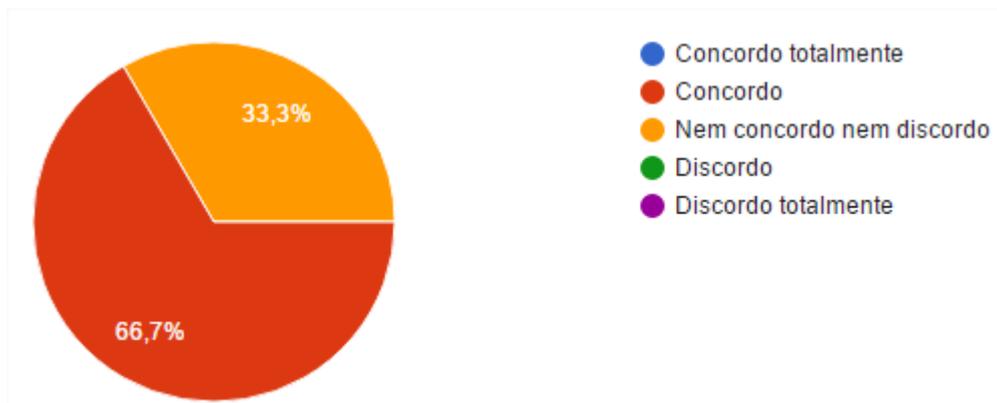
Gráfico 14 – índice de evasão.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Conforme explicitado no Gráfico 14, o índice de evasão foi apontado unanimemente pelos respondentes na escala de 31% a 50%. Observa-se que a evasão ocupa o nível médio, pelo fato de preencher a 3ª de 5 alternativas oferecidas para a questão.

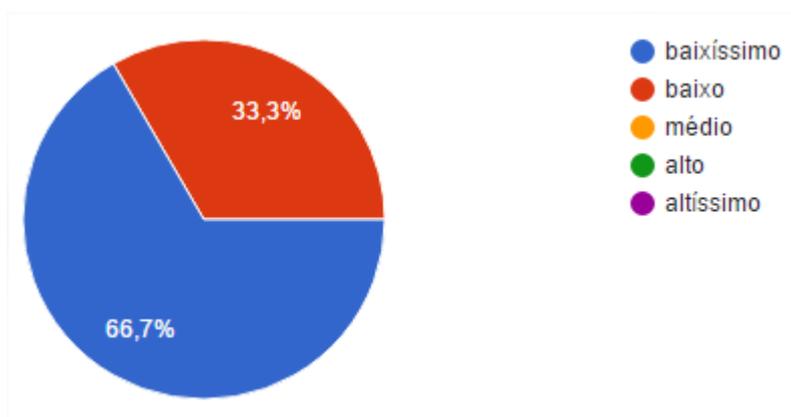
Gráfico 15 – contato dos alunos após o término do curso.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

De acordo com o Gráfico 15, talvez o curso tenha contribuído para a inclusão social destes alunos, pois, nenhum respondente discordou sobre o contato mantido entre os alunos após o término do curso.

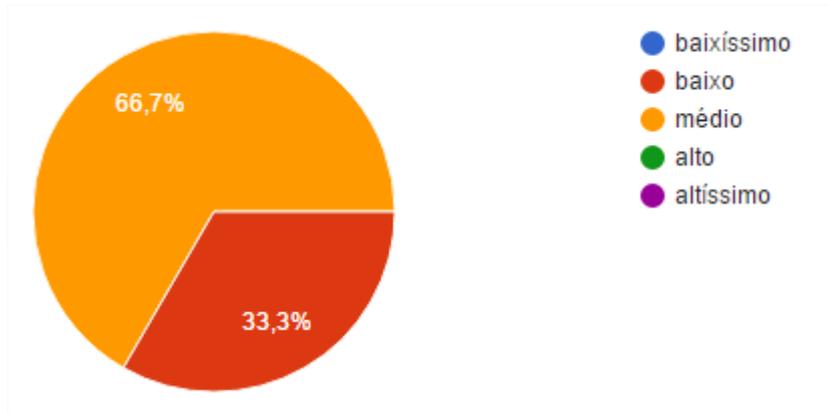
Gráfico 16 – nível de conhecimento dos alunos no início do curso.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A pesquisa ilustra por meio do Gráfico 16 que o nível de conhecimento dos alunos no início do curso varia entre baixo e baixíssimo, o que evidencia a carência de conhecimentos deste público em relação aos recursos de Tecnologia da Informação.

Gráfico 17 – nível de conhecimento destes alunos no término do curso.



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Por fim, o Gráfico 17 encerra todo o questionário aplicado na pesquisa, revelando que ao término do curso os alunos não atingem o nível alto de conhecimento.

Apesar dos respondentes manifestarem concordância relacionada a satisfação por parte dos alunos e da AFPEP, ao alcance dos objetivos propostos pelo projeto bem como a colaboração dos alunos para tanto, na prática, o nível de conhecimento adquirido ao longo do curso pode ser melhorado.

Ao comparar a relação entre os Gráficos 16 e 17, na qual mensuram o nível de conhecimento dos alunos no início e no fim do curso se mantém baixo para 33,3% dos respondentes, enquanto sobe de baixíssimo para médio segundo a opinião de 66,7% dos respondentes. Dessa maneira, a partir dos resultados elicitados é possível observar a ocorrência de uma pequena evolução dos alunos, independente da turma.

CONCLUSÃO

Concluídas as exposições do referencial teórico, método de pesquisa e resultados alcançados neste trabalho, necessário é apresentar as principais conclusões obtidas sobre o que foi verificado.

Os dados coletados possibilitaram verificar que o Projeto analisado alcança seus objetivos, com a colaboração dos alunos, provocando satisfação de seus fomentadores.

Tais dados, aliados aos resultados de que no início do curso, a maioria tem conhecimento baixíssimo e, ao seu término, a maioria possui conhecimento médio, conclui-se que o Projeto, embora proporcione uma pequena evolução aos usuários, o faz de modo a proporcionar conhecimento, ampliando a visão de mundo, ainda que minimamente, e, por consequência, levando ao desenvolvimento, conforme delinea o referencial teórico já exposto.

Segundo o resultado apurado acerca dos conteúdos de maior interesse dos usuários, a apurou-se que a maioria se interessa por aprender a usar redes sociais e a minoria se interessa por aprender a usar a internet. Em ambos os casos, verifica-se que os usuários buscam interação, participação e obtenção de informação, elementos necessários ao desenvolvimento humano. Isto leva a concluir que, de acordo com o avanço verificado, o Projeto é motivador do desenvolvimento humano. Ainda, este resultado leva a comprovar a veracidade da assertiva de Neri (2001), o qual informa que o envelhecimento não obstaculiza o desenvolvimento.

Verificou-se, com os resultados obtidos, que todos os entrevistados deixaram aberto aos usuários a possibilidade de os usuários tecerem considerações sobre o andamento das aulas e o cronograma de atividades. Tal resultado faz concluir que o Projeto é flexível com relação à adaptação dos usuários, e possibilitando o aprendizado de acordo com as capacidades dos alunos.

O mesmo ocorre no que se refere às condições oferecidas para o sucesso das aulas, visto que o resultado obtido com a pesquisa revelou que todos concordaram, em linhas gerais, que tais condições contribuem para o sucesso do Projeto.

Com relação ao número de pessoas por turma, pode-se concluir que tal fator deve ser repensado. Conclui-se também que, caso haja reorganização neste sentido, os resultados positivos podem ser melhores, proporcionando maior desenvolvimento aos envolvidos.

De todo o exposto, constatou-se que o “Projeto Conecte-se: a melhor idade conectada com novas tecnologias”, representa um avanço no que concerne ao aprendizado de idosos. Sobretudo diante das dificuldades enfrentadas nesta fase da vida, como por exemplo, resistência a novas tecnologias e ao aprendizado, o Projeto demonstra que é possível avançar no campo da inclusão digital de idosos.

Consequentemente, é possível concluir, pelo aprendizado verificado ao final do curso que o “Projeto Conecte-se: a melhor idade conectadas com novas tecnologias” é promotor do desenvolvimento social, enquanto agente que proporciona ampliação de visão de mundo e certa emancipação de seus usuários.

Sendo o desenvolvimento um fator de expansão das liberdades disfrutados pelas pessoas, os resultados alcançados se traduzem em expansão de conhecimento, de relacionamento, de liberdades e, logo, em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Programa um Computador Para Todos. s.d. Disponível em: <<http://www.computadorparatodos.gov.br>> Acesso em: 17.10.2016.

ARAÚJO, G. S. de; BAPTISTA, C. A.; BORGES, S. F.; CARVALHO, T.; DRUMMOND, F.A.; FREITAS, E. V.; HERNANDEZ, A. J.; LAZZOLI, J. K.; LEITE, N.; LEITÃO, M.; NAHAS, R. M.; NÓBREGA, A. C. L.; OLIVEIRA, M. A. B.; PEREIRA, J.; PINTO, M.; RADOMINSKI, R. B.; ROSE, E. H.; TEIXEIRA, J. A. C.; THIELE, E. S. Posicionamento Oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia: Atividade Física e Saúde no Idoso. Revista Medicina do Esporte, São Paulo, v. 5, n. 6, nov./dez.1999.

BARBOSA MENDES, M. R. S. S., GUSMÃO, J. L., MANCUSSI E FARO, A. C. LEITE, R. C. B. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. Acta Paulista de Enfermagem. 2005, vol.18, n.4, pp.422-426.

BARROS NETO, T. de L; MATSUDO, S. M.; MATSUDO, V. K. Impacto do envelhecimento nas variáveis antropométricas, neuromotoras e metabólicas da aptidão física. Revista Brasileira Ciência e Movimento, Brasília, v. 8, n. 4, p. 21-32, set.2000.

BEATTIE, L. B.; LOUIE, V. Y. Nutrição e Envelhecimento. In: GALLO, J. J.; MURPHY, J. B.; RABINS, P. V.; SILLIMAN, R. A.; WHITEHEAD, J. B. Reichel Assistência ao Idoso: Aspectos Clínicos do Envelhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2001. p. 241-258.

CARVALHO FILHO, E. T. Fisiologia do Envelhecimento. In: PAPALÉO NETTO, M. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 1996, p. 60-70.

CHAER, G; DINIZ R. R. P; RIBEIRO E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. Evidência Olhares e Pesquisa em Saberes Educacionais. Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/201/187>>. Acesso em: 24 out. 2016.

FREITAS, E. V. de; MIRANDA, R. D.; NERY, M.R. Parâmetros Clínicos do Envelhecimento e Avaliação Geriátrica Global. In: CANÇADO, F. A. X.; FREITAS, E. V.; GORZONI, M. L.; PY, L.; NERI, A. L. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 609-617.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: SP 1999.

HOFFMAM, M. E. Bases Biológicas do Envelhecimento. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 35, set. 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env10.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

KACHAR, V. A Terceira Idade e o Computador: Interação e Produção no Ambiente Educacional Interdisciplinar. São Paulo: PUC/SP, 2001. 206p. Tese de Doutorado em Educação.

_____. Terceira Idade & Informática: Aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista: definição e classificação. Marília: Unesp, v. 4, 2004.

NERI, A. L. Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas – SP: Papirus, 2001.

PASSERINO, L. M.; PASQUALOTTI, P. R. A inclusão digital como prática social: uma visão sócio-histórica da apropriação tecnológica em idosos. In: PORTELLA, M. R.;

PASQUALOTTI, A., GAGLIETTI, M. (Orgs.). Envelhecimento Humano: Saberes e Fazeres. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 246-260.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), 2013.

REA, L. M.; PARKER, R. A. Desenvolvendo perguntas para pesquisas. In: _____. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 57-75.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VERAS RP. Terceira idade: gestão contemporânea em saúde. Rio de Janeiro: UNATI/Relume Dumará; 2002.

VERGARA, R. e FLORESTA, C. Idosos no Brasil estão cada vez mais ativos. Folha de São Paulo, São Paulo, 06 ago. 1999. 2. cad. p. 5.

Capítulo 10 - Gestão Ambiental no Ensino Superior: O papel da Semana Verde do Uni-FACEF para a formação universitária

Bruna Sousa Ferreira

RESUMO

Com o surgimento de questões relacionadas ao meio ambiente, busca-se conhecimento e capacitação para melhoria socioambiental, principalmente dentro das universidades, que são espaços favorecidos, na qual sustentam o processo de ensino e aprendizagem, e tem a escopo de prover circunstâncias adequadas para o desenvolvimento pleno do ser humano, o transformar a comunidade em que está inserida. O presente capítulo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e estudo de caso único, utilizando o método qualitativo. Neste trabalho, o evento a ser explorado se refere a análise da Semana Verde e Semana de Responsabilidade Social do Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF, como projeto de conscientização socioambiental. Os resultados encontrados demonstram que o Uni-FACEF vem cumprindo seu papel de instituição formadora de cidadãos melhores por meio de projetos de extensão que visam a interdisciplinaridade e a formação do cidadão de forma transversal, tornando-se um espaço acadêmico e científico privilegiado de transformações socioambientais, vislumbrando uma visão holística de mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Instituição de Ensino Superior; Projeto de extensão universitária.

INTRODUÇÃO

As céleres metamorfoses ambientais, decorrentes do avanço infrene das variadas atividades humanas, constituem um prenúncio constante à biodiversidade e podem estar relacionadas ao nível de discernimento e percepção da sociedade no que diz respeito às questões ambientais.

A complexidade ambiental atual, se qualifica como a expressão do reconhecimento da crise civilizatória moderna, pelo desprendimento da relação ecológica e pela mudança de paradigma conduzido no sentido de reconstrução do mundo sob novas bases na relação sociedade-natureza (LEFF, 2002). Com isso, busca-se conhecimento e capacitação para melhoria socioambiental, principalmente dentro das universidades, que são espaços privilegiados, na qual favorecem o processo de ensino e aprendizagem, e tem a escopo de prover circunstâncias adequadas para o desenvolvimento pleno do ser humano, o transformar do corpo social.

Diante esse cenário, cria uma exigência de articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. Com isso, o aspecto socioambiental vem como uma questão que está interligada a diversos sujeitos do rol educativo, fomentando a abrangência de diversos sistemas de conhecimento, comunidade acadêmica e a capacitação de profissionais numa ótica multidisciplinar. Com o desafio de elaboração de uma educação ambiental crítica e arrojada para os níveis educacionais: formal e informal. Deve ter uma perspectiva sistêmica, relacionando o homem e natureza.

Com a responsabilidade de formar pessoas capazes de enfrentar problemas contemporâneos, as Instituições de Ensino Superior (IES), como instituição de ensino, pesquisa e extensão, tem papel essencial na reestruturação de mundo, por isso tem grande responsabilidade no processo integração da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional (MORALES, 2007). O conhecimento ambiental faz com que o ensino superior se depare com novos desafios para a incorporação de um saber socioambiental e que se posicione diante das transformações rumo a um processo de ingerência no mundo.

Devido o papel fundamental social da universidade, essa pesquisa tem como objetivo analisar como é realizado o projeto de extensão denominado Semana Verde e Semana da Responsabilidade Social do Uni-FACEF, e buscando identificar as práticas realizadas no sentido da conscientização ambiental e a inserção do Uni-FACEF na sociedade. Nesse sentido, investigar as motivações das ações e qual a percepção gerada pela comunidade.

No primeiro tópico busca mostrar um breve histórico da Educação Ambiental de forma global. Sequencialmente, mostra a importância da Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável. Logo após, indica qual a relação da educação ambiental nas IES. Na próxima seção, é o método utilizado no estudo, sinteticamente, é um estudo descritivo e exploratório, com o estudo de caso único da Semana Verde e Semana da Responsabilidade Social no Uni-FACEF. Na sequência, é o relato das ações da Semana Verde no Uni-FACEF, desde 2011. Continuando com as discussões e finalizando com as considerações finais e referências.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM BREVE HISTÓRICO

Educação Ambiental deve desenvolver um indivíduo consciente de todo ecossistema que o cerca, para que tenha preocupação e motivação para o envolvimento para trabalhar afim da resolução das contingências atuais e prevenção de possíveis problemas futuros (PÁDUA, 2001).

A partir do início da urbanização e evolução da civilização, nota-se a relação entre homem e a natureza de uma forma desintegrada, ocasionando a falta de equilíbrio ambiental, com seu ápice se deu na metade do século XX, na chamada crise de civilização ou crise socioambiental, que é amplamente discutida nos dias atuais (LEFF, 2002).

A Educação Ambiental (EA) teve início com o consenso estabelecido no Programa Internacional de Educação Ambiental, que foi resultante da reunião mundial denominada de Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, em 1975, com a participação de especialistas em educação de vários países, sediada em Belgrado, com base nas recomendações da Conferência de Estocolmo de 1972 (GUIMARÃES, 2000).

Nessa reunião foi instituído o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), conforme Guimarães (2000), esse programa sugere uma educação continua multidisciplinar e centrada principalmente no questionamento sobre tipo de desenvolvimento, *a priori*, a formação de indivíduos com consciência coletiva capaz de discernir a importância ambiental para a continuidade da espécie humana. Foi produzida também a Carta de Belgrado, preconizando uma Nova Ética Global capaz de promover ações em prol de fatores ecológicos, educacionais, políticos, sociais e culturais ligados à melhoria socioambiental com a geração de um desenvolvimento sustentável que com benefício para toda humanidade.

Em 1977 ocorreu a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, Geórgia, organizada pela UNESCO (Programa das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura¹) pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente¹), em que as diretrizes, as conceituações e os procedimentos para a EA de abrangência mundial foram traçadas de maneira mais sistemática, através de um processo contínuo, abrangendo todas as etapas da educação a níveis formais e não formais, com perspectiva multidisciplinar (GUIMARÃES, 2000).

No Brasil, na década de 1970, a EA encontrava-se em estágio incipiente, consequência da sua caracterização como país em desenvolvimento, fazendo com que as inovações chegassem com atraso em relação aos países centrais. Portanto, poucos atos isolados foram desenvolvidos no período, não alcançando repercussão nacional.

Porém, apenas 20 anos após Estocolmo, que a EA ganhou forças e se massificou, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro, oficialmente conhecida como RIO 92, Cúpula da Terra ou ECO 92. Este foi um dos maiores eventos da área ambiental, e que um grande número de países assumiu o compromisso de dar sustentabilidade ao planeta com justiça social, como também relacionaram as questões ambientais com as questões econômicas (DIAS, 2003).

A maior conquista ambiental do Brasil foi em 27 de abril de 1999, quando foi promulgada a Lei nº 9.795/99, essa intitulada de Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), cuja define a EA a ser seguida no Brasil e define suas principais diretrizes a serem seguidas. A EA deve ser incluída no currículo dos alunos, desde as séries primárias, até os cursos de nível superior. A Constituição afirma que a educação deve ser comum a todos os cidadãos. A educação é um direito de todos e dever do Estado de forma que ela seja efetiva pela universalização (DIAS, 2003).

Em 2012, foi um ano que efetivou com alguns eventos a importância da EA para a conscientização socioambiental da comunidade como um todo. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e a Conferência Intergovernamental de Tbilisi+35 foram grandes eventos renovam sempre as esperanças para uma efetiva manutenção e sedimentação do conhecimento ambiental. Estes eventos dão continuidade e comemoram os esforços globais da educação em direção a um mundo visão mais sistêmica e ecológica e se somam a um legado já existente.

EDUCAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A crise do conhecimento científico juntamente com as necessidades ambientais atuais exige um novo papel da universidade. Com isso, as IES são convidadas a assumirem um posicionamento reflexivo e crítico, promovendo novos conhecimentos e inclusão de vários tipos de saberes, com a atuação mais efetiva na sociedade.

Durante todo histórico das conferências que moldaram a EA, as menções sobre a importância da universidade no contexto do desenvolvimento sustentável foram apresentadas nos documentos e declarações (FOUTO, 2002). No Quadro 1 é possível identificar ações e objetivos sugeridos pela Organização das Nações Unidas (ONU) apropriados para inserção nas IES.

Quadro 1: Medidas recomendadas pela ONU às universidades no âmbito do Desenvolvimento Sustentável (1972-1992).

Documentos	Objetivos	Medidas Recomendadas
UNCHD (1972) Declaração de Estocolmo (Princípios 9 e 24)	Prever/atenuar situações que prejudiquem o desenvolvimento sustentável.	Formulação de acordos multilaterais ou bilaterais ou de outras formas de cooperação (nomeadamente ao nível da transferência tecnológica).
UNCED (1991) Relatório do Comitê Preparatório	Envolver todos os interessados na educação para o desenvolvimento sustentável.	Envolvimento de decisores no governo, de especialistas que os aconselhem nas universidades, institutos de investigação, etc.
UNCED (1992) Declaração do Rio (Princípio 9)	Fomentar o surgimento e o aperfeiçoamento de capacidades para o desenvolvimento sustentável.	Intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico; Desenvolvimento adaptação, difusão e transferência de tecnologias novas e inovadoras.

UNCED (1992) Agenda 21 (Capítulos: 31, 34, 35 e 36).	Clarificar o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento sustentável.	(Re) desenho dos programas em Ciência e Tecnologia de forma a clarificar as contribuições do setor para o desenvolvimento sustentável e a identificar função/responsabilidade do setor no desenvolvimento humano.
	Gerar e disseminar conhecimento e informação em desenvolvimento sustentável	Produção de avaliações científicas de longo prazo sobre desgaste dos recursos, uso da energia, impactos na saúde e tendências demográficas, perceptíveis e amplamente divulgadas.
	Educar todos para o desenvolvimento sustentável.	Desenvolvimento de programas de educação em ambiente e desenvolvimento acessível a todos. Implementação de incentivos, para universidades e redes, ao trabalho realizado neste âmbito.

Fonte: Fouto (2002).

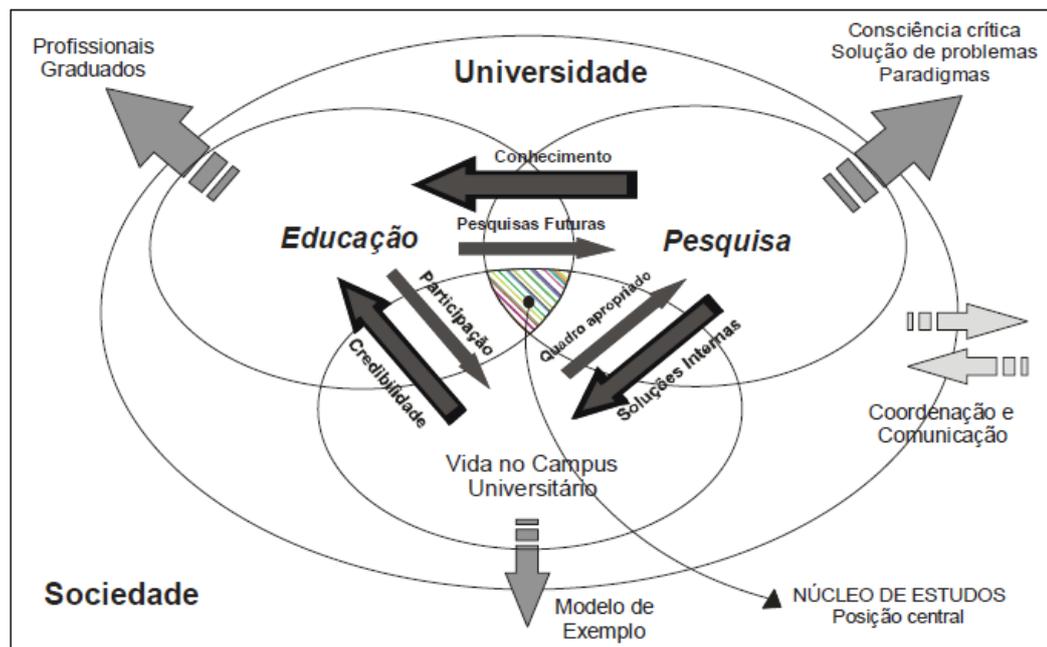
Diante esse panorama, para que o processo pedagógico seja participativo, os projetos sociais desenvolvidos na triangulação de empresa, universidade e empresa ajudam os alunos a terem uma atuação mais realista em relação à proteção e cuidados com o meio ambiente. Pode-se concluir que "a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos" (JACOBI, 2003).

A EA deve ser voltada para a transformação social, por meio da prática cotidiana. Sua função deve ser ensinar o homem a se relacionar com a natureza, e fazer com que ele tenha consciência de que os recursos naturais são findáveis. Deste modo, Guimarães (2000) defende a Educação Ambiental como a conscientização da ação de forma integradora do homem com a natureza, ampliando para uma consciência coletiva para a busca do equilíbrio planetário, através de ações locais, porém com pensamento global. Uma relação harmoniosa e consciente do equilíbrio dinâmico, com a possibilidade da participação de todos os cidadãos, como educando e educadores, para a construção de novos paradigmas, novos conhecimentos, valores e atitudes para edificação de aspirações para um desenvolvimento sustentável.

Com isso, é proposto por Ferrer-Ballas (2002), na Conferência Internacional sobre Gestão Ambiental para Universidades Sustentáveis, demonstra a interação entre a

educação, a pesquisa e a vivência dos princípios de sustentabilidade num campus universitário, conforme destacado na Figura 1 (FOUTO, 2002; FERRER-BALLAS, 2002).

Figura 1: O papel da universidade na sociedade, relativo ao desenvolvimento sustentável.



Fonte: Traduzido e adaptado de Ferrer-Ballas, 2002.

Segundo Fouto (2002), esse modelo proposto existe quatro níveis distintos de intervenção para as IES: a formação e educação ambiental dos futuros profissionais; a pesquisa de soluções sustentáveis; a operação IES com práticas de sustentabilidade; e a comunicação e coordenação entre estes níveis e a sociedade. A Figura 1 demonstra a interação entre a educação, a pesquisa e a vivência dos princípios de sustentabilidade numa universidade.

Vale ainda observar a relação entre os sistemas de ensino e pesquisa, onde o primeiro prepara os futuros pesquisadores e o segundo gera conhecimento para realimentar o processo de aprendizagem, oferecendo para a comunidade os profissionais graduados, soluções para os paradigmas e formação de consciência crítica (OLIVEIRA, 2009).

Com isso, segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de 1999, no artigo 10, cita que “a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (BRASIL, 1999).

Bem como, Tommasiello e Guimarães (2013), citam que no artigo 16 dessa lei supracitada, refere a inserção dos conhecimentos pertinentes a EA nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer pela transversalidade, por meio de temas relacionados com meio ambiente e sustentabilidade; por componentes já existentes no currículo escolar; e pela combinação desses dois itens anteriores. Deve ainda considerar para adoção da EA na abordagem curricular, a natureza dos cursos oferecidos pela instituição.

Com isso, é de suma importância a necessidade de clareza dos processos de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva transversal e transdisciplinar. Apesar da frágil formação dos profissionais que atuam tanto na formulação como na implantação de políticas de EA (TOMMASIELLO; GUIMARÃES, 2013).

A universidade deve formar lideranças, agentes de mudanças, no qual se espera cidadãos ativos que assumam riscos para construir um mundo melhor. Com isso fica evidente que a educação é o alicerce para o desenvolvimento humano sustentável. É preciso elaborar estratégias e programas de educação relacionados com o ecossistema social e ecológico, que abranjam toda comunidade, adotando a perspectiva da educação permanente a ser desenvolvida pelos poderes públicos, o setor produtivo, o comércio e as comunidades locais.

GESTÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR

A problemática socioambiental é, por definição, complexa e interdisciplinar, com isso a educação é uma ferramenta mais significativa para o efetivo desenvolvimento sustentável, com isso as IES se formam os cidadãos do futuro para os desafios ambientais, bem como é vista a importância da adoção de práticas pautadas à questão ambiental e social, levando para a prática toda a teoria (FERES; ANTUNES, 2007).

Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável são temas que permeiam as esferas econômica, cultural e política, e que remetem ao relacionamento entre sociedade e ecossistemas (FLORIANI, 2004).

Diante esse cenário, a gestão ambiental torna-se requisito essencial para sobrevivência do negócio. Por esse motivo que dada grande relevância ao desenvolvimento da consciência verde emergente principalmente no setor educacional, este que é o cerne da disseminação de novas ideias, a exemplo as IES, bem como outros setores da sociedade (TAUCHEN; BRANDLI, 2006). Todavia são escassas as ações observadas nas IES, essas que têm o papel de conscientizar os indivíduos formadores de opinião, uma vez que as IES precisam desenvolver aquilo que ensinam.

A congruência para chegar à sustentabilidade passa pela educação, desenvolvendo-se competências para análise de problemas reais e o encontro de soluções integradas, conforme com as novas filosofias, metodologias da área da gestão ambiental e ações conjuntas com a universidade (SEREIA et al., 2013). Conforme corrobora Sereia et al

(2013), a IES têm como papel ser um dos pilares para desenvolvimento tecnológico, preparando estudantes para o mercado de trabalho. Além disso, as IES são fontes de conhecimento e informações, na qual deverá ser utilizado também para construir o desenvolvimento de uma sociedade socialmente e ambientalmente mais justa.

Assim como corrobora Tauchen e Brandli (2006), que as IES têm que assumir um grande papel de grande relevância no processo de desenvolvimento tecnológico, para a preparação dos estudantes e para difusão do conhecimento, na qual deve ser aplicado da mesma forma para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável e mais íntegra.

Segundo Tauchen e Brandli (2006) existem duas correntes de pensamento principais referentes ao papel das IES para o desenvolvimento sustentável. A primeira destaca a questão educacional como uma prática fundamental para que as IES, pela formação, possam contribuir na qualificação de seus egressos, futuros tomadores de decisão, para que inclua em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais. A segunda corrente destaca a postura de algumas IES na implementação de Sistemas de Gestão Ambientais em suas instalações, como exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade.

O papel das IES como propagador de conhecimento e informações sobre o desenvolvimento sustentável vai além da responsabilidade de ensinar e formar pessoas, estando intrínseca na conjuntura social, com a responsabilidade social de qualificar pessoas conscientes da primordialidade de garantir a sustentabilidade às gerações futuras (TAUCHEN, 2007).

Desta maneira, Sato (2001) afirma que para EA no Ensino Superior existem recomendações internacionais, na qual a proposta de ensino deve advir por meio de atividades e programas, em lugar de disciplinas fragmentadas na grade curricular, fugindo da tradicional segmentação dos departamentos universitários.

Assim como, Dias (2001) define as universidades como apáticas, vaidosas, obsoletas e dessintonizadas com a realidade, na qual muitas vezes estão submersas ao ensino acadêmico utópico. Este autor faz a crítica de que alguns cursos como Administração, Engenharias, Economia, dentre outros não introduzem de forma adequada a dimensão ambiental em sua grade curricular. Produzindo profissionais despreparados e sem consciência socioambiental.

Com isso, é necessário capacitar, permitindo aos estudantes o desenvolvimento de uma visão crítica e autocrítica das suas realidades ecológica, econômica, social, política e cultural, dando possibilidades para a identificação de problemas ambientais presentes e futuros e assim, identifique as formas de soluções e de atuação em busca da melhoria da qualidade socioambiental. É necessário dar às pessoas condições para fazer ligações, interconexões e buscar a visão do todo (DIAS, 2001)

Em concordância, Floriani (2004) ratifica que a gestão ambiental e desenvolvimento sustentável são temas que contêm as esferas econômica, cultural e

política, e que referem à interação entre sociedade e ecossistema natural. Com isso é notável a importância da interdisciplinaridade na gestão ambiental e na EA, para formação de cidadãos conscientes, com uma visão sistêmica e mais sustentável. Com isso, são necessárias políticas, projetos e atividades que sejam transversais a todas as atividades humanas.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se quanto aos fins, uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e descritivo. As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para posteriores estudo, é feita com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de um fato. Classifica-se também como descritiva, pois pesquisas desse tipo têm como objetivo descrever características de um determinado objeto de investigação (VERGARA, 2003).

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, baseada na SEMANA VERDE E SEMANA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DO UNI-FACEF, bem como, pela revisão da literatura em livros, artigos, revistas, meio eletrônico e periódicos sobre o objeto de estudo, para melhor entendimento e estudo da dialética dos benefícios pelo incremento das EA, bem como, a disseminação das práticas socioambientais para formação superior.

Ao mesmo tempo, essa pesquisa, de natureza exploratória, pois o foco reside no desenvolvimento de atividades de educação ambiental e gestão ambiental nas universidades, cujo resultado esperado é a percepção das atitudes da sociedade quando se trata de meio ambiente e o que tem sido feito para a melhoria desse quadro (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Quanto ao procedimento, a pesquisa é caracterizada como um estudo de caso único, que de acordo com Yin (2010), esse método é utilizado para responder as questões “como” e “porque” de um determinado evento ocorrer.

Este estudo fez uma escolha do caso por conveniência, procurando analisar uma IES com o perfil necessário e com disponibilidade para acesso a dados e documentos relacionados à temática abordada.

Por se tratar de um trabalho acadêmico, com metodologia baseada em uma abordagem qualitativa com o método do estudo de caso único, têm algumas limitações pertinentes na interpretação e replicações deste trabalho devem ser destacadas: i) os resultados são únicos para as ações estudadas; ii) houve um esforço em entregar credibilidade na interpretação, com congruência de informações, interpretação dos dados, podendo não ter findado as possibilidades das atividades do projeto; iii) o estudo foi validado junto a instituição de estudo, no entanto, é possível que existam outras informações no cotidiano da IES que não foram explorados no período do estudo.

PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO DA SEMANA VERDE NO UNI-FACEF

O Centro Universitário de Municipal de Franca (Uni-FACEF) por iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão Comunitária e Desenvolvimento, desde 2011 realiza a Semana Verde para celebrar o meio ambiente, o Dia da árvore e o Dia da Responsabilidade Social.

A extensão universitária é parte intrínseca do currículo na formação de educadores e profissionais, pois por meio da sua ação social pode se estabelecer as relações interdisciplinares entre as práticas de ensino e pesquisa, caracterizando como o elo de integração do pensar e fazer, fazendo a ligação da teoria com a prática, como resultado a produção do conhecimento (JEZINE, 2004).

Em concordância a esse conceito, Santos (2010) afirma que a pesquisa ainda depende do ensino e da extensão para difundir e aplicar sua produção e, vislumbrar novos caminhos. Deste modo fazendo que o ensino, pesquisa e extensão sejam atividades sistêmicas, interdependentes e complementares que precisam ter valorações equivalentes no sistema universitário atual.

Com isso o Uni-FACEF, por meio da Semana Verde e a Semana de Responsabilidade Social busca integrar os alunos da instituição, visando trazer para a prática curricular universitária, na busca da capacitação e desenvolvimento de sujeitos para a formação de uma sociedade melhor.

Assim, com levantado por Jezine (2004) é o necessário de procurar ser elemento articulador da comunicação entre teoria e prática, universidade e sociedade, construindo a teoria da reciprocidade, integração do pensar, fazer e viver a partir do rompimento da dimensão dicotômica e fragmentada que muitas vezes é implementada no cotidiano universitário.

Com a busca da integração da teoria e prática, uma vez que nos currículos dos cursos como Administração, Ciências Contábeis, Economia e Engenharias contam com disciplinas com caráter socioambiental, essa semana é um convite para todo Uni-FACEF pensar na sociedade e no meio ambiente para a real reflexão de mundo. Com isso, segue uma breve descrição da semana verde desde 2011.

- **1ª. Semana Verde/2011**

Em busca a ampliação da consciência ambiental dos estudantes, professores, colaboradores e comunidade em geral, entre os dias 21, 22 e 23 de setembro de 2011 foi realizada a 1ª Semana Verde do Uni-FACEF com parceria da Prefeitura Municipal de Franca. Foi considerada uma de atividade de extensão universitária visando o Ensino Responsável com o objetivo de celebrar o meio ambiente, temática exemplificada na Figura 2.

Neste ano foram realizadas algumas ações como de plantio de árvore e de doação de mudas, nos três dias que aconteceu o evento. Em parceria com o *Grupo Trilha da*

Vida, no pátio central da Unidade 2, pode contar com uma oficina com o mesmo nome do grupo, na qual teve como escopo a conscientização das pessoas sobre os problemas ambientais, além da capacitação para que diariamente possam preservar a natureza. As atividades foram abertas à comunidade para essa vivência transformadora. A trilha consistiu em uma experiência cognitiva de perceber o ambiente por meio dos sentidos.

Figura 2: Arte de Cartaz da 1ª Semana Verde do Uni-FACEF



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

Além disso, conforme Figura 3, foi realizado o plantio de árvore por alunos e colaboradores da instituição nas instalações do Uni-FACEF, em comemoração ao dia da árvore.

O evento foi um grande sucesso entre os estudantes e comunidade em geral, na qual a Pró-reitora de Extensão Universitária recebeu um relato emocionante sobre a experiência vivida no evento, conforme abaixo:

[...] Programas como a trilha da vida recorrem a uma forma sensível, lúdica, prática e vivencial de se conscientizar a respeito da perfeição e, ao mesmo tempo, da vulnerabilidade do meio ambiente, das maravilhas de tudo que nasce, cresce, morre e se transforma nesta natureza que cada vez mais tem sido agredida e negligenciada pelo "*homo sapiens-demens*", perdendo assim seus recursos naturais

limitados e espécies singulares para o capricho ilimitado do Capitalismo. Na oficina proposta, temos nossos olhos vendados e pés descalços para percorrer a trilha e melhor sentir à flor da pele as texturas e cheiros, e para refletir sobre nossos próprios descuidos. No entanto, se iremos nos entregar a experiência e se iremos de vez nos propor a promover uma micro mudança cotidiana em nosso modo de pensar e repensar, agir e reagir.

Figura 3: Equipe da ação de plantio de árvore nas instalações do Uni-FACEF.



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

Esse relato evidencia a importância de atividades práticas para maior efetivação da teoria aprendida em sala de aula. Com isso o Uni-FACEF foi motivado para a continuidade desse projeto repleto de resultados positivos.

- **2ª. Semana Verde/2012**

Após o sucesso da Semana Verde de 2011, em 2012 foi realizada a 2ª Semana Verde com apoio da Prefeitura Municipal de Franca, com a temática central de “Com pequenos gestos movemos o mundo”, como demonstrado na Figura 5. Com objetivo de conscientização socioambiental, contou com palestras com assuntos como: Uso responsável da água; Coleta Seletiva e reciclagem; e Uso de plantas medicinais.

Para celebrar o Dia da Responsabilidade Social e Dia da Árvore, em 2012 foi realizado o plantio de árvore no Parque Ecológico João Roberto Corrêa, conforme Figura 4, envolvendo a comunidade e o Uni-FACEF, visando a sustentabilidade e a cidade mais verde.

Figura 4: Plantio de árvore no Parque Ecológico João Roberto Corrêa



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

Como forma de difusão para comunidade, foram convidados os pais e alunos dos Projetos Sociais existentes no Uni-FACEF, para integração com alunos, professores e funcionários, em busca de uma visão mais holística.

Figura 5: Arte de Cartaz da 2ª Semana Verde do Uni-FACEF



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

- **3ª. Semana Verde/2013**

Nos dias 18 a 20 de setembro de 2013, em sua terceira edição, a Semana Verde do Uni-FACEF buscou interagir com o público jovem, com o projeto “Clique e plante – plante uma árvore na sua calçada e compartilhe”, na qual o Uni-FACEF doou vales-muda a toda comunidade acadêmica, como mostrado na Figura 7. O objetivo foi a colaboração com a ampliação da arborização das calçadas na cidade de Franca. O *slogan* da semana verde, conforme Figura 6 faz alusão ao plantio e arborização.

Orientaram-se os alunos no plantio de árvores em suas calçadas. Assim, em contrapartida foi criada a *fanpage* *Semana Verde Uni-FACEF*, no *Facebook* da instituição, para que fossem postadas as fotos e depoimentos de sua árvore recém-plantada.

Figura 6: Arte de Cartaz da 3ª Semana Verde do Uni-FACEF

3ª SEMANA VERDE Uni-FACEF



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

Estas ações de Ensino Responsável são oportunidades de reflexão e transformação. Com isso, para reforço das ações ambientais, os alunos que participaram do projeto foram presenteados com marcadores de livros para reforçar a ação.

Figura 7: Distribuição de vales-mudas para estudantes do Uni-FACEF



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

- **4ª. Semana Verde/2014**

Em 2014, as atividades da Semana Verde se voltaram para as Oficinas de Reciclagem de Materiais, conforme Figura 8. Foi uma ação que envolveu alunos de forma transversal, unindo a teoria a prática, dando uma interdisciplinaridade na atividade, na qual estimulou o reúso e o uso consciente de materiais.

As atividades teve um foco no conceito 3Rs - Reduzir, Reutilizar e Reciclar, como meio de difusão dessa cultura sustentável no Uni-FACEF. O foco é que essa concepção fosse aplicada no cotidiano, internalizando com outros projetos e boas práticas de administração universitária, de modo a contribuir efetivamente para a necessária e urgente sustentabilidade ambiental da Terra.

Figura 8: Arte de Cartaz da 4ª Semana Verde do Uni-FACEF

Descartado

Reciclado

Descartado

Reciclado

Descartado

Reciclado

Uni-FACEF
IV SEMANA VERDE

01 a 03 de outubro - Unidade II

Oficinas de Reciclagem:
•01 e 02/10
•das 13h às 17h00 | das 19h10 às 22h

Inscrições:
nas Coordenações,
de 11 a 26/09,
com Certificado de Atividade Complementar

Inauguração:
*03/10, às 20h45, com apresentação
do Clube Uni-FACEF Cultural

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

Como mostrado na Figura 9, vários materiais foram transformados em objetos úteis, além de ter dado um ar inovador, pois os móveis, resultado das oficinas, ficaram no saguão central da Unidade 2, tornando-se um ambiente de vivência para os alunos.

Com a criatividade é possível dar um novo uso aos materiais que muitas vezes iriam ser descartados como um resíduo. Além disso, cria-se uma cultura institucional da sustentabilidade, voltada a educação para a cidadania ambientalmente responsável.

Figura 9: Oficina de reciclagem de materiais na Semana Verde do Uni-FACEF



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

- **5ª. Semana Verde/2015**

O Uni-FACEF realizou entre os dias 14 e 18 de setembro de 2015, a 5ª Semana Verde Uni-FACEF, com o tema “Sustentabilidade: Novos Olhares”, como mostrado na Figura 10. Teve como objetivo fomentar discussões de sustentabilidade ambiental entre os alunos da IES e os membros da comunidade, por ocasião da Campanha da Responsabilidade Social 2015.

Dessa forma, os monitores dos Projetos Sociais, alunos do Uni-FACEF, desenvolveram conteúdos de sustentabilidade durante suas atividades de ensino de idiomas e inclusão digital. Na qual fez parte da Semana Verde os Projetos Sociais: Projeto Capacitação profissional/ Ensino de Língua Inglesa, Projeto Capacitação Profissional/Ensino de Informática, Projeto Conecte-se, Projeto *Comunicate* e Projeto Capelinha de inclusão Digital. Com o objetivo de envolvimento maior da comunidade acadêmica, as discussões de sustentabilidade envolveram também, os alunos da IES das disciplinas optativas em Inglês, Espanhol e Francês.

Outra atividade desenvolvida nesse período foi o incentivo do plantio de árvores nas calçadas com parceria com o Jardim Zoobotânico de Franca. Essa ação difundida por meio da distribuição de marcadores de páginas, com a finalidade de lembrete que remete a arborização urbana e conscientização socioambiental.

Foi uma semana de real importância para o Uni-FACEF, pois com conjuntamente com a comunidade, é visto vários resultados positivos. Bem como, foi um estímulo para sociedade a repensar os problemas ambientais, alertando sobre a necessidade de preservar a natureza, independente de idade, pois idosos, jovens e adolescentes estão envolvidos, independente de idioma.

Figura 10: Arte de Cartaz da 5ª Semana Verde do Uni-FACEF



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

- **6ª. Semana Verde/2016**

A última edição da Semana Verde e Semana de Responsabilidade Social do Uni-FACEF se realizaram entre os dias 12 e 17 de setembro de 2016, conforme programação contante na Figura 12. Contou com diversas ações no Uni-FACEF, na Avenida São Vicente, na Praça Nossa Senhora da Conceição e em Ipuã (SP), os estudantes dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Letras, Matemática, Medicina e Psicologia ficaram em contato com a comunidade acadêmica do Uni-FACEF e com a comunidade em geral, de Franca e região, com o escopo de conscientização a todos da relevância e urgência das questões socioambientais.

Dentro das possibilidades interdisciplinares, esse projeto da Semana Verde, neste último ano contou com variadas atividades, como mostra a Figura 11, que são de suma importância para a comunidade geral e para a academia.

Figura 11: Algumas atividades da 6ª Semana Verde do Uni-FACEF



Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

Foram desenvolvidas ações com uma verdadeira interação universidade e sociedade. Levando a uma autêntica relação de intercâmbio entre o Centro Universitário e a sociedade em relação aos objetivos da instituição e as demandas locais.

Figura 12: Arte de Cartaz da 6ª Semana Verde e Semana de Responsabilidade Social do Uni-FACEF

**SEMANA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
Uni-FACEF 2016**

**VI Semana Verde
Uni-FACEF**

12 a 17 de setembro

Programação

12/9 - Internet
- Blog Franca Sem Queimadas: francasemqueimadas.blogspot.com

14/9 - Palestra em escola de ensino médio de Franca (SP)
- "Meio Ambiente: conscientização de desmatamento, poluição e queimadas"

16/9 - 20h45 às 21h00 - Uni-FACEF Unidade II
- Conscientização sobre a importância do plantio de árvores nas calçadas
- Distribuição de sacolinhas de lixo para veículos

17/9 - 9h00 às 12h00 - Praça Central
- Plantio de árvores na cidade de Franca (SP) e Ipuã (SP)
- Conscientização sobre a importância do plantio de árvores nas calçadas
- Distribuição de sacolinhas de lixo para veículos
- Jogo interativo de conscientização sobre a coleta seletiva
- Aferição de pressão arterial com orientação sobre o risco cardiovascular
- Orientação sobre doação de sangue, medula e participação popular no SUS
- Orientação Financeira
- Contação de Histórias
- Árvore da Vida
- Banca de troca/doação de livros, revistas e gibis
- Apresentação BATUCACEF

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

Fonte: Arquivos do Uni-FACEF.

A cada ano o Uni-FACEF desenvolve mais atividades de conscientização ambiental e interação com a sociedade. É uma verdadeira celebração do meio ambiente por meio de uma vivência transformadora junto a comunidade e a natureza.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As IES têm sido incitadas a comprometer-se com o desenvolvimento sustentável e a mudarem suas atuações estratégicas e operacionais para assentarem-se às exigências cada vez maiores da sociedade, e cumprirem sua missão relevante no processo de transformação e resolução dos problemas mais difíceis da comunidade nas quais estão inseridas.

A comunidade acadêmica vem se dispondo cada vez mais a apresentar diretrizes e ações para a busca e promoção da sustentabilidade nas IES, com isso existe um grande desafio que é agregar *know-how*, investigar, discutir e traçar uma proposição que seja efetiva o bastante para que os agentes dessas instituições se identifiquem com o cenário proposto e se sintam motivados a prosseguir sentido a essa transformação sistêmica.

Com isso, a Semana Verde e a Semana de Responsabilidade Social do Uni-FACEF, desde o seu início, em 2011, mostra que está comprometida com a promoção do diálogo entre os professores, colaboradores, alunos e a comunidade, a respeito dos problemas ambientais, e a fim de alertar a todos sobre a necessidade de preservar o ambiente.

O crescimento visível desse projeto foi possível pelo reconhecimento da importância socioambiental que todos envolvidos, além da apropriação da realidade de ampliar o diálogo dos alunos com a comunidade em temas tão pontuais e urgentes de discussão.

Com esse projeto de extensão, buscou desde sua elaboração desenvolver atitudes e aptidões para que todos os agentes e participantes possam adotar uma posição crítica, e ao mesmo tempo participativa, em relação a complexidade dos problemas ambientais, firmando um compromisso com a melhoria da qualidade de vida de todos.

Esse projeto, conforme Tommasiello e Guimarães (2013) certifica que o papel da universidade é formar lideranças e agentes de mudanças, estes que são cidadãos dispostos a assumir riscos para construir um futuro melhor.

CONCLUSÃO

As questões que envolvem o social e ambiental são complexas por natureza, pois conta com implicações externas (como econômica, política, social, geográfica, dentre outras), e não serão solucionadas apenas com a educação. Mas é certo que a educação, principalmente a de ensino superior deve reconhecer sua responsabilidade, pois para a EA efetiva é importante que os mestres sejam formados em outras bases com conteúdos

ecológicos e sociais e que esse conhecimento supere a simples aplicação de técnicas. Assim como, é de suma importância a atuação dos profissionais com formação sustentável dentro das empresas.

Como um dos resultados deste estudo, sobre o papel das IES na promoção da sustentabilidade demonstrou a importância destas na formação humana e profissional. Mas confirmou também que essa formação deve ser fundamentada na prática e no exemplo de conduta ética, com a incorporação dos valores ambientais na vida universitária por meio da teoria e prática.

É evidente o reconhecimento da necessidade de estabelecer de forma integradora as relações com o meio natural e social, deixando para trás essa visão de mundo antropocêntrica. Com isso, ao integrar teoria e prática no contexto universitário, o papel da IES é transcender as exigências de formação científica e assumir sua função de formar pessoas conscientes de seu papel na sociedade, dentro dos princípios para o desenvolvimento sustentável.

No projeto estudado, é irrefutável que os participantes despertaram o interesse por assuntos socioambientais e que estes se sentiram agentes de mudança podendo dar contribuição socioambiental, estimulando ações e comportamentos éticos.

O cenário hodierno revela a preocupação crescente de adaptação das universidades em busca de um desenvolvimento sustentável, não só no aspecto do ensino, mas de práticas de funcionamento ambientalmente corretas, principalmente por meio de projetos de extensão universitária.

Com isso, é conclusivo que o Uni-FACEF vem cumprindo seu papel de instituição formadora de cidadãos melhores por meio da interdisciplinaridade, tornando-se um espaço acadêmico e científico privilegiado de transformações socioambientais, vislumbrando uma visão sistêmica de mundo.

Este trabalho não findou todas as alternativas de análise dos dados levantados junto ao Uni-FACEF. Porém, pode contribuir para futuros trabalhos que considerem a adoção de práticas de extensão universitário voltadas para a sustentabilidade. Esse artigo também tem como objetivo contribuir para a disseminação do conceito de sustentabilidade ambiental e educação ambiental, visando a melhoria do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27/04/99 sobre Educação Ambiental. Diário Oficial da União. Brasília. 1999. www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso em: 10 outubro 2016.

DIAS, G. F. A situação da Educação Ambiental no Brasil é fractal. In: SEF, S. D. E. F. Panorama Educação Ambiental Ensino Fundamental: Oficina de trabalho realizada em março de 2000. Brasília: MEC ; SEF, 2001. p. p. 71-75.

- DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.
- FERES, Y. F.; ANTUNES, F. Z. Gestão Ambiental em instituições de Ensino: Programa ecoeficiência e sistema de gestão ambiental do SENAC São Paulo. Anais do IX ENGEMA, Curitiba, 19 a 21 Novembro 2007. p. 1-15.
- FERRER-BALLAS, D. Global environmental planning at the Technical University of Catalonia. In: UNIVERSITY, E. A. R. Proceedings, International Conference on Environmental Management for. Grahamstown: [s.n.], 2002.
- FLORIANI, D. Disciplinaridade e construção interdisciplinar do saber ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente, jul./dez. 2004. p. 33-37.
- FOUTO, A. R. . F. O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais. Dissertação. (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente), Lisboa, 2002.
- GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2000.
- JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: _____ Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 118, 2003.
- JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária , Belo Horizonte, 12 a 15 Setembro 2004.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atual, 2010.
- LEFF, E. Epistemologia Ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOUREIRO, C. F. B. L. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Ambiente e Educação, Rio Grande, 8, 2003. p. 37-54.
- MORALES, A. G. M. O Processo de formação em educação ambiental no Ensino Superior: trajetórias dos cursos de especialização. Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental, 8, janeiro/ junho 2007. p. 283-302.
- OLIVEIRA, M. Universidade e sustentabilidade: proposta de diretrizes e ações para. Universidade Federal de Juiz de. Juiz de Fora, p. 90. 2009.
- PÁDUA, S. M. A Educação Ambiental: um caminho possível para mudanças. In: SEF, S. D. E. F. Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental: Oficina de trabalho realizada em março de 2000. Brasília: MEC ; SEF, 2001. p. P. 77-81.
- SANTOS, M. P. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, 6, 2010. p. 10-15.

SATO, M. Formação em Educação Ambiental –da escola à comunidade. In: _____ Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. Brasília: MEC; SEF, 2001.

SEREIA, D. O. et al. Sistemas de Gestão Ambiental: a reciclagem como um instrumento para sensibilização no meio ambiente escolar. REA – Revista de estudos ambientais (Online), jan./jul. 2013. p. 60-74.

TAUCHEN, J. A. Um modelo de Gestão Ambiental para a Implantação em Instituições de ensino superior. Dissertação (Mestrado em Engenharia), Universidade de Passo Fundo, 2007. 149pp.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: modelo para implantação em campus universitário. Gestão & Produção, set-dez 2006. p. 503-515.

TOMMASIELLO, M. G. C.; GUIMARÃES, S. S. M. Sustentabilidade e o papel da universidade: desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade democrática? Revista de Educação do Cogeime, julho/dezembro 2013. p. 11-26.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Capítulo 11- Projeto Social Esporte Solidário Uni-FACEF: Integração da comunidade acadêmica e da comunidade por meio do esporte

Silvio Carvalho Neto
Cyro de Almeida Durigan

RESUMO

Este capítulo apresenta um relato de um projeto social de extensão criado no Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, no ano de 2015, denominado Projeto Social Esporte Solidário. O trabalho tem como objetivo apresentar o projeto social, expondo seus objetivos, estrutura, resultados e benefícios. Detalha-se a implantação deste projeto no Centro Universitário, apontando os principais aspectos relativos às suas características e seus reflexos no corpo discente da IES. A premissa que fundamenta o projeto Esporte Solidário é a de que o esporte é fundamental para a integração dos alunos, atingindo também o propósito de integração com a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de Extensão, Projeto Social Esporte Solidário, Ensino Superior Municipal.

INTRODUÇÃO

O setor educacional no ensino superior foi afetado por diversos fatores nos últimos anos. O número de alunos reduziu e as salas de aulas estão com percentual de ocupação baixo em termos de vagas. Ademais, está ocorrendo um alto índice de evasão na maioria dos cursos. No entanto, os projetos sociais e a integração dos alunos com a comunidade pode ser um elemento integrador e que tem a capacidade de diminuir essa evasão, ao mesmo tempo em que se comporta como um incentivo para novos ingressantes a procurar a IES como opção de continuidade de estudos, no âmbito do ensino superior.

Acredita-se que o esporte é fundamental para a integração dos alunos, atingindo também o propósito supramencionado. Com esta premissa, foi criado no uni-FACEF, no ano de 2015, o Projeto Social Esporte Solidário. O presente trabalho tem como objetivo apresentar este projeto social, apontando seus objetivos, estrutura, resultados e benefícios. Detalha-se a implantação deste projeto no Centro Universitário, apontando os principais aspectos relativos às suas características e seus reflexos no corpo discente da IES.

O método deste trabalho de pesquisa pode ser considerado como um estudo de caso (YIN, 1999), pela exploração do caso em questão, com abordagem de dados essencialmente exploratória, pois busca explorar as características, causas e consequências

do fenômeno (RICHARDSON, 1999; MINAYO e SANCHES, 1993). A investigação foi realizada com pesquisa em fontes secundárias, textos e documentos da instituição, com descrição detalhada de dados e interpretação dispondo de diversas fontes de informação (LÜDKE e ANDRÉ, 2004).

A IES objeto do estudo é Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) localizado na cidade de Franca, no Estado de São Paulo, e possui cerca de 2000 estudantes na graduação e 300, em pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Todos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela IES são presenciais. A instituição é administrada pelo município como uma autarquia, porém não recebe recursos municipais para seu custeio, tendo assim a responsabilidade de repassar, ao corpo discente, o custo de suas atividades.

PROJETO EXPORTE SOLIDÁRIO

O projeto foi criado em 2015 e foi batizado como Projeto Social Esporte Solidário Uni-FACEF, tendo como professores responsáveis os professores do Centro universitário, Silvio Carvalho Neto e Cyro de Almeida Durigan. O Logotipo do projeto pode ser visualizado na Figura 1.



Figura 1: Logotipo Projeto Esporte Solidário

Os cursos envolvidos são todos os cursos da IES, de Graduação e de Pós-Graduação, inclusive os cursos com turmas ainda não formadas a primeira turma. Os participantes do projeto são os docentes, discentes, apoio, comunidade atendida.

Na organização do projeto são dois docentes participantes, e dois discentes participantes, formando o grupo de organização do projeto, contudo a realização do projeto envolve toda a comunidade acadêmica e administrativa da IES.

O Projeto tem como propósito básico a organização de jogos esportivos internos, que envolve toda a comunidade acadêmica e administrativa do Uni-FACEF. Estes jogos são disputados em modalidades coletivas e individuais, tanto na categoria feminino

quanto masculino. A inscrição para participação dos jogos será feita mediante doação de alimentos que serão destinados às instituições da cidade de Franca-SP.

O Projeto envolve toda a comunidade de discentes, docentes e funcionários do Centro Universitário Municipal de Franca, integrando-os com as instituições da cidade, APAE, instituições de caridade, creches e outras instituições que trabalham e necessitam de doações de bens e serviços (alimentos, suplementos alimentares, agasalhos, doações de sangue, dentre outros) na cidade e região.

O surgimento do Projeto ocorreu em paralelo com o crescimento do Centro Universitário. O Centro Universitário Municipal de Franca nos últimos 10 anos – de 2004 a 2014, tornou-se um dos principais Centros Universitários Municipais do país. A instituição teve um aumento significativo no número de alunos e de cursos de Graduação e Pós-Graduação, inclusive com o lançamento de cursos de importância crucial para o desenvolvimento local, como Engenharias e Medicina. Com uma tradição no esporte universitário, o projeto surge a partir da ideia de integração dos alunos de todos os cursos da IES, por meio do Esporte. Esta integração acontece especialmente por meio de jogos intercursos, que fomenta também a prática esportiva e o fortalecimento das comunidades esportivas dentro dos diversos cursos. A situação trabalhada foi integrar a comunidade acadêmica com a comunidade externa ao Centro Universitário, trabalhando a arrecadação de bens e produtos por parte dos discentes e a doação e integração com instituições da região que necessitam deste tipo de auxílio e doações. O contexto é trabalhar e fomentar o esporte tendo como efeitos benéficos em prol da solidariedade.

Há uma possibilidade viável de integração da comunidade acadêmica do Centro Universitário Municipal de Franca por meio de jogos esportivos internos. Houve nos últimos algumas iniciativas neste sentido, especialmente em torno de campeonatos de futebol masculino e feminino, mas nenhuma delas chegou a envolver a maioria dos alunos da IES. Percebeu-se uma oportunidade para trabalhar melhor o caráter integrador, a partir da realização de jogos das diversas modalidades, e a junção com iniciativa solidária de arrecadação e doação de produtos diversos para instituições da cidade.

O Projeto tem como objetivos explícitos:

- a organização anual de jogos esportivos internos, que envolve toda a comunidade acadêmica e administrativa do Uni-FACEF, disputados nas modalidades coletivas e individuais, nas categorias feminino e masculino;
- a arrecadação de alimentos por meio das inscrições dos atletas nos Jogos Universitários realizados anualmente que serão doados às instituições da cidade de Franca-SP.

A População Alvo do projeto é a comunidade acadêmica Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, discentes de graduação e pós-graduação, docentes e funcionários da instituição, e instituições da cidade envolvidas.

De início a supervisão/coordenação geral é realizada por docentes do Uni-FACEF em caráter voluntariado. A Coordenação executiva / Discentes é realizada por discentes do Uni-FACEF, regularmente matriculados, em caráter voluntariado, com auxílio de custo por meio de desconto em mensalidade, de acordo com as regras vigentes de auxílio estabelecidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Discentes envolvidos na coordenação executiva: Gabriela Silva Ferreira (discente de Pós-Graduação da IES); Gustavo Novaes Carrijo (discente de Graduação da IES)

O plano de ação inicial foi a realização para os anos de 2015 e 2016 do JUI – Jogos Universitários Intercursos Uni-FACEF. O cronograma inicial do projeto está exposto na Figura 2.

	Jul-Set 2015	Out-Dez 2015	Jan-Mar 2016	Abr-Jun 2016	Jul-Set 2016	Out-Dez 2016
Concepção do Projeto	X					
Regulamento JUI 2015	X					
Divulgação Comunidade 2015	X	X				
Arrecadação 2015 de Produtos Diversos	X					
Realização JUI 2015	X	X				
Regulamento JUI 2016			X			
Divulgação Comunidade 2016			X	X		
Arrecadação 2016 de Produtos Diversos				X		
Realização JUI 2016				X	X	X

Figura 2: Cronograma inicial do projeto Esporte Solidário

Os beneficiados diretos e indiretos com o Projeto são expostos a seguir:

- Diretos: Comunidade Acadêmica do Uni-FACEF, Instituições da cidade de Franca-SP e região, como APAE, instituições de caridade, creches e outras instituições.

- Indiretos: Toda a comunidade acadêmica do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca.

JOGOS UNIVERSITÁRIOS INTERCURSOS

Os Jogos Universitários Uni-FACEF são realizados pela Pró-Reitoria de Extensão da referida instituição e organizados, executados e dirigidos pela Coordenação Atlética, como parte do Projeto Social Esporte Solidário, com apoio dos Diretórios Acadêmicos, entre os meses de agosto a novembro.

Os jogos têm por finalidade: a) Promover a integração dos discentes, professores e funcionários do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF através de atividades desportivas; b) Desenvolver o intercâmbio desportivo e estimular o conagraçamento entre os estudantes universitários, visando o seu desenvolvimento integral; c) Promover a integração do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF com a comunidade, através da doação de alimentos e cestas básicas; d) Servir de única seletiva para eventos universitários esportivos, em nível regional e nacional para representação da Uni-FACEF.

Participam do JUI – Jogos Universitários Intercursos – Uni-FACEF 2015 e 2016 uma equipe por curso dos diversos oferecidos pelo Centro Universitário. Os cursos que não possuem número de alunos suficientes para participação nos jogos universitários do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, em uma modalidade específica, poderão unir-se a outro curso da IES, sendo que esta união acarreta na divisão dos pontos na classificação final de cada modalidade.

Os Jogos são abertos à participação de todos os discentes regularmente matriculados nos cursos da instituição Uni-FACEF, seja na graduação ou pós-graduação, sendo permitida também a participação de professores e funcionários da IES, em todas as modalidades ofertadas. Os Jogos serão disputados nas seguintes modalidades: Futsal, Voleibol, Handebol, Basquetebol, Tênis, Atletismo, Natação, Xadrez e Futebol Society. Todas as modalidades serão disputadas nos naipes masculino e feminino.

Constituem poderes do JUI: a Coordenação Geral (CG); a Coordenação Administrativa (CA); a Coordenação de Esportes (CE); a Coordenação de Modalidades (CM) e a Comissão Disciplinar (CD). A comissão de honra tem a seguinte constituição: o reitor do UNI-FACEF; o vice-reitor do UNI-FACEF; os pró-reitores do UNI-FACEF; os diretores dos centros de ensino do UNI-FACEF; o representante dos cursos. Compete às coordenações mencionadas: Elaborar o planejamento geral do evento; elaborar o regulamento geral e específico das modalidades; elaborar e executar a programação dos jogos; fornecer as

medalhas e os troféus em disputa; fornecer as equipes de arbitragens para as competições; providenciar a equipe de primeiros socorros para atendimento de emergência nos locais de competição; receber dos representantes dos cursos a confirmação final de participação nas modalidades, através das fichas de inscrição; comunicar as normas técnicas que serão utilizadas em cada modalidade; organizar a programação da competição, procedendo ao sorteio de chaves e grupos; providenciar material de avaliação dos jogos para os participantes; e tratar e decidir sobre os assuntos de interesse geral da competição.

Só podem participar dos jogos, na qualidade de atleta, o estudante que se encontrar devidamente matriculado e cursando pelo menos uma disciplina no semestre de realização da referida competição, em nível de graduação ou pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado), professores, funcionários e prestadores de serviço.

Os jogos são realizados em diversas modalidades, futsal, futebol society, basquetebol, voleibol, handebol, tênis. São concedidos os seguintes prêmios aos participantes: troféus para as equipes campeãs e vice-campeãs na classificação geral dos jogos, medalhas para os atletas das equipes classificadas em 1º e 2º lugares em cada modalidade coletiva e individual. Cada edição dos jogos dentro do Projeto Esporte Solidário tem sua própria identificação visual. Uma visão dos logotipos dos eventos pode ser encontrada na Figura 2.



Figura 3: Logotipos dos Jogos Universitários Intercursos

O projeto está aberto à participação de atleta de qualquer curso do Centro Universitário de Ensino. A inscrição do estudante, professor ou funcionário do Centro Universitário Municipal de Franca é efetivada mediante a doação de um kit solidário, definido a cada edição do evento. No ano de 2015 o kit foi composto por alimentos não perecíveis, sendo necessário conter no kit, obrigatoriamente: 5kg de arroz, e um dos alimentos seguinte: 1kg de feijão ou; 1 litro de leite integral de caixinha ou; 1 litro de óleo ou; 1 pacote de macarrão. No ano de 2016 o kit de doação foi composto por livros que foram doados a uma biblioteca de uma instituição de acolhimento de crianças carentes.

Os kits de doação arrecadados pelas equipes são distribuídos entre as entidades adotadas pelas mesmas. A arrecadação de doações é uma primeira etapa da competição dos Jogos Universitários Intercursos. Para critério de distribuição das doações é considerada a arrecadação total de doações obtida pelas equipes, sendo atribuída pontuação conquistada pelas três primeiras equipes em termos quantitativos de arrecadação. A obtenção dos pontos adquiridos com a arrecadação transferida para a equipe na pontuação final geral do JUI.

Os resultados obtidos com o PES foram significativos em termos dos impactos na Qualidade de Vida dos Beneficiados, mesmo estando ainda em fase inicial. Os indicadores utilizados para medir o resultado foram a quantidade de produtos, alimentos e livros arrecadados e desempenho dos alunos na participação do evento.

Os Jogos Universitários Intercursos foram realizados nos meses de outubro e novembro de 2015 e de agosto a novembro de 2016. No total, em 2015, foram arrecadados um total superior a duas toneladas de alimentos, assim distribuídos: 1820 kg de Arroz, 27 kg de Feijão, 51 litros de Leite, 29 litros de Óleo e 143 kg Macarrão. As Instituições Beneficiadas (Doação via FUSSOL – Fundo Social de Solidariedade de Franca) Casa São Camilo de Lellis Associação Caminhar Asilo São Vicente de Paula Hospital Psiquiátrico Alan Kardek IMA – Instituto de Medicina do Além Casa de Acolhida Filhos Prediletos.

No tocante à participação discente, o resultado do projeto pode também ser considerado exitoso. Os Jogos foram abertos à participação de todos os discentes regularmente matriculados nos cursos da instituição Uni-FACEF, seja na graduação ou pós-graduação, com participação de professores e funcionários em todas as modalidades ofertadas. Os Jogos foram disputados nas seguintes modalidades: Futsal, Voleibol, Handebol, Basquetebol, Tênis e Futebol Society, e todas as modalidades tiveram participação ativa dos alunos. Em 2015, o primeiro Lugar, campeão geral, foi a equipe de Medicina, ficando em segundo lugar Vice-Campeão Geral a equipe de pós-graduação/matемática/letras e em terceiro lugar geral a equipe de engenharia civil. A Figura 4 apresenta a classificação geral e a 5 apresenta fotos da equipe campeã em 2015.

Equipe	Pontuação Geral	Pontuação Kits	Basq Masc	Basq Fem	Volei Masc	Volei Fem	Hand Masc	Hand . Fem	Futsal Masc	Futsa l Fem	Fut.l Masc	Fut. Fem	Tênis Masc	Tênis Fem
Medicina	94	10	6	6	8	10	8	10	4	8	4	0	10	10
Pós/Mat/Let	50	8	-5	6	10	8	0	8	4	0	8	0	8	-5
Eng. Civil	36	6	8	0	-5	-5	10	0	8	0	10	0	4	0
Psicologia /SI	25	6	6	10	-5	-5	-5	-5	6	10	6	5	6	0
Contábeis/Tur	20	4	4	8	0	6	0	0	2	-5	6	0	-5	0
Administração	13	4	-5	0	6	5	5	0	10	0	4	0	4	0
Economia /PP	-1	4	-5	0	5	0	0	0	4	0	6	0	-5	0
Eng. Produção	-18	4	10	-5	-5	-5	-5	0	4	5	4	5	-5	-5

Figura 4: Tabela final de Pontuação – JUI 2015



Figura 5: Tabela final de Pontuação – JUI 2015

Os alimentos arrecadados foram distribuídos para a FUSSOL Franca (que redirecionou doações para a Casa São Camilo de Lellis; ADEFI - Associação dos Deficientes Físicos de Franca; Associação Beneficente Sol da Justiça; Assembleia de Deus Ministério Fé Para Vencer; APADA - Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo de Franca; e ONG Boa Semente). No total foram beneficiadas as seguintes instituições: 1. Sociedade Franca de Instrução e Trabalho para Cegos; 2. Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo; 3. Centro Espírita Monsenhor Cândido Rosa; 4. Mocidade Espírita de Franca; 5. Entidade Assistencial Lar Dona Mehiga; 6. LBV Legião da Boa Vontade; 7. Instituto Espírita Arvore da Vida; 8. Creche Nossa Sra. Aparecida; 9. Associação de Desenvolvimento Humano e Assistência Social; 10. Assembléia de Deus Ministério Madureira Franca; 11. NAREV; 12. APAE Franca; 13. Berçário Dona Nina; 14. Instituto Espírita Nosso Lar Lar D. Leonor; 15. Chácara Sorriso; 16. Carmelo Santa Thereza; 17. Projeto Missão Vida

No segundo ano de projeto os jogos também podem ser considerados como tendo seus objetivos atingidos. Em 2016, as datas de disputas por modalidades foram em setembro, com Tênis e Futsal, outubro com Futsal, Handebol, Voleibol e Basquetebol e novembro com Futebol Society. Um ponto positivo nos jogos quer foi fortalecido em 2016 o da união de cursos em uma única equipe, o que fortaleceu o intercâmbio e relacionamento dos alunos entre os diversos cursos da IES.

Os jogos de 2016 tiveram o propósito de contribuir com doação de livros para uma instituição que não possui biblioteca como forma de incentivar a leitura entre crianças e jovens. No caso, a inscrição do Atleta foi vinculada à doação de um kit de incentivo a leitura, composto por um livro de ficção ou não ficção, novo ou usado, por estudante por modalidade. As doações foram destinadas à instituição Recanto Esperança, vinculada ao Berçário Dona Nina, da Sociedade Espírita Legionárias do Bem, em Franca-SP (Figura 6). Os kits de doação de livros foram entregues posteriormente ao comitê de organização o comprovante de doação para fins de classificação geral na prova de doação de livros.



Figura 6: Instituição beneficiada com a entrega das doações de livros

Os livros destinados à biblioteca do Recanto Esperança podiam ser novos ou usados. Como todas as crianças em idade escolar têm acesso a livros didáticos na escola, não houve interesse em receber esses livros na instituição, portanto a doação deveria ser de livros de literatura infantil e infanto-juvenil de todos os gêneros. A coordenação do Projeto teve o cuidado de observar o conteúdo dos livros antes da entrega, visto que os mesmos foram oferecidos a crianças e adolescentes de 1 a 17 anos de idade. No total foram doados mais de 400 livros a instituição, ampliando a biblioteca do Recanto Esperança. A Figura 7

apresenta foto do momento da entrega dos livros no Recanto Esperança junto com algumas crianças beneficiadas pelo projeto.



Figura 7: Doação de Livros para o Recanto Esperança

Cabe ressaltar que o projeto teve o apoio incondicional de algumas instituições: Centro universitário Municipal de Franca, Prefeitura Municipal de Franca, por meio da FEAC, fundação do Esporte, Arte e Cultura, e do FUSSOL, Fundo Social de Solidariedade de Franca, e também de instituições privadas, como a Comemorar Formaturas, o Clube da Associação dos Funcionários do Banespa e a república do Tênis de Franca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal deste artigo foi o de apresentar um relato de experiência de implantação de um Projeto Social denominado Esporte Solidário que tem como propósito estimular jogos esportivos intercursos no centro Universitário municipal de Franca, promovendo a integração dos alunos da IES entre si, e com instituições da comunidade. Apesar de estar ainda em seus anos iniciais, acredita-se que o programa pode

ser considerado exitoso pelo nível de participação do corpo discente, pelo volume de alimentos e livros arrecadados durante as duas edições do evento.

Os resultados obtidos ao longo desses dois anos iniciais proporcionaram uma doação de mais de 2 toneladas de alimentos não perecíveis e de 400 livros que formaram a biblioteca de uma instituição que acolhe crianças abandonadas pela família. Os indicadores mostram que o projeto está cumprindo o seu papel solidário, além de promover a integração dos alunos dos diversos cursos da instituição, em torno da Atlética, fortalecendo também a formação de times esportivos formados por alunos da IES, que disputam campeonatos universitários em São Paulo e em outras regiões do Brasil.

A integração com a Atlética formada por alunos da IES, bem como a parceria com outras instituições da cidade, como a prefeitura e outras empresas privadas foi crucial para o bom andamento do projeto em suas fases iniciais. Espera-se que o projeto tenha sequência, e seja incorporado pela Atlética da instituição, para que o caráter social esteja permeado dentro dos valores do corpo acadêmico da IES.

REFERÊNCIAS

JUI 2015. Páginas dos Jogos Universitários Intercursos, informações gerais 2015. Disponível em: <<http://site.unifacef.com.br/extensao/projetos/esporte-solidario/jui-2016/>>

JUI 2016. Páginas dos Jogos Universitários Intercursos, informações gerais 2016. Disponível em: <<http://site.unifacef.com.br/extensao/projetos/esporte-solidario/jui-2016/>>

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2004.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitative and qualitative methods: opposition or complementarity? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

PROJETO ESPORTE SOLIDÁRIO. Informações gerais. Disponível em: <http://site.unifacef.com.br/extensao/projetos/esporte-solidario/>

RICHARDSON, R.J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

UNIFACEF. Site do Centro Universitário Municipal de Franca. Informações Institucionais. Acesso em 10/12/2016. Disponível em <http://site.unifacef.com.br/institucional/>

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Índice de Autores

A

Adriana Regina Silva Leite, 45
Alba Valéria Penteado Orsolini, 23
Alfredo José Machado Neto, 111
Amanda Lima Reis, 9, 77
Ana Lucia Furquim Campos -Toscano, 45
André Luiz Centofante Alves, 127
Aparecida Helena Costa, 94

B

Bárbara Fadel, 127
Bruna Sousa Ferreira, 165

C

Carla Arena Ventura, 111
Carlos Eduardo de França Roland, 63
Cyro de Almeida Durigan, 188

D

Daniel Facciolo Pires, 146
Dilson Santiago Souza, 94

E

Eliana Jacinto de Lima Goulart Giuberto, 45

J

Jonatan Pousa, 94
José Alfredo de Pádua Guerra, 127

L

Lucas Antônio Santos, 111

M

Maria Eloisa Souza Ivan, 45
Maria Zita Figueiredo Gera, 45
Marilisa Verzola Melete, 94
Marinês Santana Justo Smith, 127
Melissa dos Santos Bachur Pedro, 23
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos, 9, 77

N

Noemia Lopes Toledo, 146

P

Patrícia do Socorro Franco Magalhães do Espírito Santo, 23
Paula Teixeira Conçalves, 146
Paulo de Tarso Oliveira, 63
Paulo Sérgio Moreira Guedine, 111

S

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira, 23, 45
Silvio Carvalho Neto, 146, 188

W

Welton Roberto Silva, 9, 111

© 2016 dos autores

Direitos de publicação

Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca

Uni-FACEF

Centro Universitário Municipal de Franca

0800 940 4688

unifacef.com.br



9 788587 406958



Uni-FACEF

Centro Universitário Municipal de Franca

Giorgio Bandon